

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
NÍVEL DOUTORADO**

**CRISTIANO BENITES OLIVEIRA**

**A DIMENSÃO INSTITUINTE DA QUESTÃO SOCIAL DA RECICLAGEM**

**SÃO LEOPOLDO**

**2016**

CRISTIANO BENITES OLIVEIRA

**A DIMENSÃO INSTITUINTE DA QUESTÃO SOCIAL DA RECICLAGEM**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de doutor, pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS  
Área de concentração: Políticas e práticas sociais

Orientador: José Luiz Bica de Mélo

São Leopoldo

2016

O48d Oliveira, Cristiano Benites.  
A dimensão instituinte da questão social da reciclagem  
/ Cristiano Benites Oliveira. – 2016.  
187 f. : il. ; 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos  
Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais,  
2016.

Área de concentração: Políticas e práticas sociais.  
“Orientador: Prof. Dr. José Luiz Bica de Mélo.”

1. Reciclagem. 2. Identidade coletiva. 3. Sentidos  
instituídos. I. Mélo, José Luiz Bica. II. Título.

CDU 3: 628.477

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Bibliotecária: Raquel Herbez França – CRB 10/1795)

CRISTIANO BENITES OLIVEIRA

**A DIMENSÃO INSTITUINTE DA QUESTÃO SOCIAL DA RECICLAGEM**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de doutor, pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Aprovada em 19 de abril de 2016

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. José Luiz Bica de Mélo [Orientador] – UNISINOS

---

Prof. Dr. Aloísio Ruscheinsky – UNISINOS

---

Prof. Dr. Carlos Alfredo Gadea Castro – UNISINOS

---

Prof. Dr. César Hamilton Brito Góes – UNISC

---

Prof. Dr. Ivaldo Gehlen – UFRGS

Somos lo que hacemos, y sobre todo lo que hacemos para cambiar lo que somos.  
Eduardo Galeano

## RESUMO

Este estudo aborda os aspectos sócio-históricos fundamentais que constituem a reciclagem a partir dos catadores organizados do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), enquanto protagonistas de relações e processos instituintes em meio às desigualdades da questão social que ocorrem no contexto da reciclagem de resíduos sólidos. Nesse sentido, a presente pesquisa foi realizada com intuito de aprofundar o estudo da questão social da reciclagem a partir dos seus aspectos humanos, históricos e instituintes em um âmbito societário em que toma espaço a gestão integrada de resíduos sólidos a ser compartilhada entre todos os membros da sociedade brasileira, a partir da vigência da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS). A perspectiva teórica adotada para o trabalho de pesquisa baseia-se nos conceitos da teoria dos *frames* de movimento social, da abordagem da identidade coletiva de Alberto Melucci, e da perspectiva do imaginário radical e instituinte proposta por Cornelius Castoriadis. Ao se colocar em discussão estes três aportes teóricos em interação com a metodologia reflexiva de Melucci, pode-se interpretar de modo rigoroso a práxis estratégica e instituinte que busca transformar relações econômicas, políticas e sociais desiguais em relações e processos sociais autônomos. Estas perspectivas teóricas, em contato com a metodologia proposta, também permitem que sejam interpretados e visualizados os aspectos condicionantes e limitadores desta práxis em relação aos sentidos de caráter efetivo presentes nas instituições do Estado e do mercado. Os resultados desta pesquisa confirmam a tese de que a questão social da reciclagem, ao ser tematizada pelo MNCR, proporciona processos e relações instituintes por meio do aperfeiçoamento dos *frames* (ecológico, social/setorial e integrado) e do imaginário radical associado tanto à conformação de um campo ético político, quanto ao projeto estratégico da “Reciclagem Popular”. Este estudo também situa, na sua última parte, as limitações heterônomas condicionadas pelas instituições que são impostas ao imaginário autônomo deste movimento. Tal imaginário tem em sua constituição um magma de significações que ajuda no aprimoramento identitário deste sujeito coletivo e no desenvolvimento societário de responsabilidades compartilhadas sobre a geração e o destino final de resíduos sólidos.

Palavras-chave: *Frames*. Identidade coletiva. Sentidos instituídos. Magma de significações imaginárias instituintes.

## ABSTRACT

This study addresses the fundamental socio-historical aspects that constitute recycling through the organized collectors from MNCR, as protagonists of instituting relationships and processes among the inequalities of social question that occur in the context of recycling of solid waste. This research was performed to deepen the study of the social question of recycling from its human, historical and instituting aspects mid a societal context in which takes space the integrated management of solid waste, from the force of the National Solid Waste Policy (PNRS). The theoretical perspective adopted for the research work is based on the concepts of the theory of collective action frames, the approach of the collective identity of Alberto Melucci, and the radical instituting imaginary perspective proposed by Cornelius Castoriadis. Putting in discuss these three theoretical contributions and interacting with the reflective methodology of Melucci can interpret in a rigorous way the strategic and instituting praxis that seeks to transform unequal and heteronomous economic, political and social relations into autonomous social relations and processes. These theoretical perspectives, in touch with the proposed methodology also allow to interpret and visualize the conditioning and limiting aspects of this praxis in relation to effective meanings present in the institutions of the state and market. The results confirm the thesis that the social question of recycling, thematized by MNCR, provides processes and instituting relations through the improvement of frames (ecological, social/sectoral and integrated) and the radical imaginary associated to the conformation a political ethical field, as well as to the strategic project of “Popular Recycling”. This study also lies in its last part, the heteronomous limitations conditioned by the institutions that are imposed on the autonomous imaginary of this movement. Such imaginary has in its constitution a magma of meanings that helps to improve the identity of this collective subject and to develop societal responsibilities shared on the generation and the final destination of solid waste.

Keywords: Frames. Collective identity. Instituted senses. Magma of instituting imaginary meanings.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Diagrama 1 – O ciclo da cadeia produtiva da reciclagem.....	121
---	-----



## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Níveis de financiamento do PRONAREP.....	142
---	-----

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Cálculo do montante inicial do PRONAREP.....	143
Tabela 2 – Estimativa dos benefícios econômicos e ambientais gerados pela reciclagem.....	145

## LISTA DE SIGLAS

A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais

ACAT – Associação dos Catadores do Campo da Tuca

ACLAN – Associação dos Catadores Amigos da Natureza

ASCAT – Associação dos Catadores do Loteamento Cavallhada

ASMARE – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CATAFORTE – Projeto Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CEBs – Comunidades Eclesiais de Base

CEF – Caixa Econômica Federal

CEMPRE – Compromisso Empresarial para a Reciclagem

CIISC – Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis

COOPAMARE – Associação dos Catadores de Papel que se tornou posteriormente a Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais Reaproveitáveis

CSS – Coleta Seletiva Solidária

CVMR – Central de Valorização de Materiais Recicláveis

DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre

ECOSOL – Economia Solidária

FACS – Fórum de Ação pela Coleta Seletiva Solidária de Santa Cruz do Sul

FBB – Fundação Banco do Brasil

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

FUNDACENTRO – Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

GIRS – Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

ILIX – Instituto Lixo e Cidadania

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

MDMRua – Movimento pelo Direito dos Moradores de Rua

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis

MNCR/MG – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis de Minas Gerais

MNCR/PR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis do Paraná

MNCR/RJ – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis do Rio de Janeiro

MNCR/RS – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis do Rio Grande do Sul

MP – Teoria da Mobilização Política

ONGs – Organizações Não Governamentais

OCDE – Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONU – Organização das Nações Unidas

ORIS – Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária

PNSB – Pesquisa Nacional do Saneamento Básico

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PET – Polietileno Tereftalato

PMGIRS – Plano Municipal Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

PPPs – Parcerias Público-privadas

PRONAREP – Programa Nacional de Investimento na Reciclagem Popular

PSAU – Pagamento pelos Serviços Ambientais Urbanos

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PT – Partido dos Trabalhadores

PVC – Policloreto de Vinila

SEMMASS – Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Saneamento e Sustentabilidade de Santa Cruz do Sul

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNISC – Universidade de Santa Cruz do Sul

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UTs – Unidades de Triagem

VTAs – Veículos de Tração Animal

VTHs – Veículos de Tração Humana

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 O CONTEXTO DA QUESTÃO SOCIAL DA RECICLAGEM E SEU ESTUDO INTEPRETATIVO: FRAMES, IMAGINÁRIO SOCIAL E REFLEXIVIDADE.....</b>	<b>20</b>
2.1 OS ESTUDOS SOBRE O SIGNIFICADO DA AÇÃO COLETIVA DOS CATADORES E DA QUESTÃO SOCIAL DA RECICLAGEM.....	26
2.2 MARCO TEÓRICO DE REFERÊNCIA.....	30
2.2.1 Questão Social.....	30
2.2.1.1 A questão social segundo Robert Castel.....	31
2.2.1.2 A questão social segundo Luis Eduardo Wanderley.....	32
2.2.1.3 A questão social segundo Alejandra Pastorini.....	33
2.2.1.4 Divergências entre os autores.....	34
2.2.1.5 A contextualização da categoria de questão social nos três autores.....	36
2.2.1.6 Questão social e políticas públicas.....	38
2.2.1.7 Questão social da reciclagem.....	41
2.2.2 Frames de Ação Coletiva.....	42
2.2.3 Imaginário Social Instituinte.....	43
2.3 PROBLEMAS E HIPÓTESES DE PESQUISA.....	49
2.4 METODOLOGIA.....	50
2.4.1 Estratégia de Pesquisa.....	54
2.4.2 Procedimentos Técnicos de Pesquisa.....	57
<b>3 SENTIDOS INSTITUÍDOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E FRAMES DE AÇÃO COLETIVA.....</b>	<b>59</b>
3.1 OS SENTIDOS INSTITUÍDOS DOS MODELOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	60
3.1.1 As Etapas de Estruturação dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos.....	60
3.1.2 O Sentido Estatista de Gestão de Resíduos.....	62
3.1.3 O Sentido Privatista de Gestão de Resíduos.....	64
3.1.4 A PNRS e o Significado de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.....	66
3.1.5 Porto Alegre e o Modelo Estatista de Gestão de Resíduos Sólidos.....	68
3.1.6 Redução da Dimensão Social à Dimensão Política e Econômica do Sentido Estatista de Gestão em Porto Alegre.....	70
3.1.7 A Transição do Modelo Estatista para o Modelo Privatista em Porto Alegre.....	73
3.2 FRAMES: IDENTIDADES E ESTRATÉGIAS CONJUNTURAIS.....	77

3.2.1 O Frame Ecológico.....	80
3.2.2 O Frame Setorial.....	86
3.2.3 O Frame Integrado.....	100
<b>4 O MAGMA DA RECICLAGEM POPULAR E A HETERONOMIA CONDICIONADA PELAS INSTITUIÇÕES.....</b>	<b>114</b>
4.1 O MAGMA DA RECICLAGEM POPULAR ENQUANTO CAMPO ÉTICO- POLÍTICO.....	120
4.2 O MAGMA DA RECICLAGEM POPULAR ENQUANTO PROJETO POLÍTICO.....	128
4.2.1 O Programa Socioeconômico do MNCR: As Redes de Comercialização.....	130
4.2.2 O Programa Político do MNCR: A Criação de Programas Públicos Pautados pela Reciclagem Popular.....	139
4.2.3 O Programa Social do MNCR: A Criação de Esferas Públicas para o Controle Social das Políticas de Gestão Integrada de Resíduos.....	146
4.3 A HETERONOMIA CONDICIONADA PELAS INSTITUIÇÕES.....	150
4.3.1 Heteronomia Econômica.....	152
4.3.2 Heteronomia Política.....	155
4.3.3 Heteronomia Social.....	161
4.4 A DIMENSÃO INSTITUINTE DA QUESTÃO SOCIAL DA RECICLAGEM ENTRE A AUTONOMIA DA RECICLAGEM POPULAR E A HETERONOMIA CONDICIONADA PELAS INSTITUIÇÕES.....	163
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>166</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>171</b>
<b>ANEXO – LISTA DE ATAS, RELATOS E RELATÓRIOS DE REUNIÕES DO MNCR.....</b>	<b>185</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A reciclagem pode ser entendida apenas como uma forma de reinserção de novas mercadorias produzidas a partir de materiais descartados. No contexto brasileiro, esse modo de entendimento reduz a compreensão sobre a reciclagem a um processo de natureza técnica e econômica, que contribui como uma solução para a problemática de deposição final de resíduos, gerando novas riquezas a partir dos mesmos. No entanto, para que se possa obter uma interpretação mais abrangente dos aspectos fundamentais da reciclagem é preciso ressaltar suas dimensões sociais e históricas enquanto um processo de gestão de resíduos produtor de riquezas, a partir do capital das indústrias recicladoras e do trabalho dos catadores, e gerador de desigualdades no Brasil dos dias atuais.

Engajado nesta busca, o presente estudo visa ressaltar os aspectos sócio-históricos fundamentais que constituem a reciclagem a partir dos catadores organizados do MNCR, enquanto protagonistas de relações e processos instituintes em meio às desigualdades desta questão social que ocorrem no âmbito específico da reciclagem de resíduos sólidos. Nesse sentido, a presente pesquisa intenciona aprofundar o estudo da questão social da reciclagem a partir dos seus aspectos humanos, históricos e instituintes.

Sobre esta questão social cabe ressaltar, de modo sintético e preliminar, que neste estudo, a noção de questão social da reciclagem consiste em um processo de desnaturalização por parte de seus sujeitos, os catadores militantes do MNCR, em relação às assimetrias instituídas de poder, as quais geram desigualdades sociais, políticas e econômicas. Tais desigualdades afetam o trabalho dos catadores e a gestão compartilhada entre todos os membros da sociedade brasileira sobre seus próprios materiais pós-consumo. Em resumo, a categoria conceitual de questão social da reciclagem proporciona a interpretação e a contextualização histórica do questionamento realizado pelos catadores de forma sociopolítica acerca das relações que mantêm e reforçam as assimetrias em termos de concentração de riquezas e de poder político-decisório no panorama específico da reciclagem de materiais em um contexto societário em que toma espaço a gestão integrada – a partir da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), por parte de todos os membros de uma sociedade – de sua própria geração e destinação de resíduos.

O objeto desta pesquisa refere-se, assim, ao estudo interpretativo e à investigação empírica em torno dos processos instituintes da questão social da reciclagem através dos processos e relações que constituem *frames* interpretativos de ação coletiva relativos de períodos conjunturais determinados. Além disso, tais processos instituintes são constituídos

por imaginários de caráter radical com objetivos estratégicos de criação e efetivação de um projeto de “Reciclagem Popular” proposto pelo Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR).

Ambos, *frames* interpretativos e imaginários radicais consistem em processos que tornam possível a desnaturalização das desigualdades no âmbito específico da reciclagem de materiais, o que é denominado como questão social da reciclagem. Tais processos fundamentais proporcionam o aperfeiçoamento das perspectivas estratégicas deste movimento e o consequente fortalecimento da identidade coletiva, e o aproveitamento das oportunidades políticas que vão sendo estabelecidas nos diferentes momentos conjunturais.

A perspectiva teórica baseia-se nos conceitos da teoria dos *frames*, cujo principal teórico é Sidney Tarrow (2009), da ênfase na identidade coletiva de Alberto Melucci (2001; 2004), e da perspectiva do imaginário radical e instituinte proposta por Cornelius Castoriadis (1982). Ao colocar em discussão estes três aportes teóricos, esta tese visa interpretar de modo rigoroso a práxis estratégica e instituinte que busca transformar relações econômicas, políticas e sociais desiguais e heterônomas em relações autônomas protagonizadas pelos catadores organizados no MNCR.

A abordagem teórica aqui proposta diz respeito ao desdobramento de um estudo reflexivo iniciado em minha dissertação de mestrado (OLIVEIRA, 2010), que agora se debruça sobre a interpretação dos sentidos advindos dos processos instituintes de democratização das relações sociais proporcionados pela reciclagem de resíduos sólidos. Em suma, é um estudo da dimensão instituinte agregado à continuidade aprofundada do processo de pesquisa sobre a questão social da reciclagem enquanto aspecto fundamental desta tese. De forma sintética, minha tese está fundamentada na premissa de que dentro das limitações do contexto histórico da reciclagem no Brasil dos dias atuais, a questão social da reciclagem ao ser tematizada pelo MNCR proporciona processos e relações instituintes por meio do aperfeiçoamento dos *frames* e do imaginário relacionado ao campo ético político e ao projeto da “Reciclagem Popular”. Este magma instituinte acarreta as significações necessárias para o aprimoramento identitário e societário deste movimento.

Antes, de introduzir a forma pela qual este estudo será desenvolvido, é de fundamental importância esclarecer alguns aspectos centrais da minha experiência de engajamento junto ao MNCR e à questão social da reciclagem. Comecei a me envolver com a questão dos resíduos e dos catadores desde adolescente, no início dos anos 90, ao ficar estarecido com a quantidade de garrafas pet que flutuavam no Rio Gravataí (Região Metropolitana de Porto Alegre), achava aquilo uma enorme irracionalidade, pois o PET já



podia ser reciclado. Pensava que aquele material não precisava ter aquele tipo de destino final, além disso se poderia gerar renda para os catadores. Os anos passaram-se, e no início dos anos 2000, voltei a me deparar com a questão quando integrei projetos de extensão realizados de forma independente por uma organização do Movimento Estudantil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) chamada Coletivo pela Universidade Popular (COLUP). Com este coletivo, apoiamos a construção de um espaço popular de reciclagem numa comunidade de periferia conhecida como Vila Pontilhão no município de Gravataí. A aproximação com os catadores daquela comunidade proporcionou minha inserção em projetos de formação para catadores atuando como educador. Contudo, sentia um enorme vazio, pois estava “formando” catadores sem conhecer a fundo o seu trabalho e o seu cotidiano. Foi então que no ano de 2002, após concluir minha graduação em Ciências Sociais, comecei a trabalhar na condição de catador em uma associação de reciclagem no bairro Restinga em Porto Alegre.

Sendo a partir dessa nova vivência que pude perceber melhor o que me diferenciava dos catadores. A cada dia estas diferenças entre eu e os catadores se tornavam cada vez mais nítidas. Custei muito para aprender a trabalhar com o peso dos materiais recicláveis, tanto no manuseio de bombonas cheias de material já classificado pelas mulheres nas mesas de triagem, quanto no enfardamento e no deslocamento daqueles pesados fardos de diversos tipos de materiais, como os de plástico-filme e de plásticos rígidos como PET, PVC, entre outros tipos de polímeros. Mas os piores fardos eram os de aparas de papel branco que eram muito pesados e se desfaziam com facilidade.

Em meio a esta experiência de quase dois anos de trabalho e lutas, houve a conquista de uma creche voltada ao acolhimento das crianças do galpão de catadores e da comunidade da Quinta Unidade da Restinga. Logo que tiveram início as obras da creche, abriu-se um debate, no interior da associação de catadores sobre quem seria seu coordenador. O processo de seleção ocorreu em uma assembleia geral, e fui escolhido para assumir a função de coordenador pedagógico desta entidade. Creio que o que pesou nesta decisão foi minha inadequação ao trabalho com as prensas e bombonas. Nesta mesma instância também foi escolhido o nome desta creche: Escola de Educação Infantil Comunitária Ecos da Infância. No mês de fevereiro de 2004, eu saí da minha condição de catador no galpão para assumir temporariamente a coordenação pedagógica daquela escola comunitária. Sendo que o acordo estabelecido junto à coordenação da associação consistia na minha permanência na creche até que alguém da própria comunidade assumisse esta função. O que veio a ocorrer através de um processo de formação construído de modo coletivo entre a equipe operacional da escolinha. Após a referida formação que durou uns nove meses, a, então, professora do jardim de

infância assumiu a coordenação. Isso me liberou, enfim, para atender, ao final daquele ano, uma convocatória do MNCR/RS de atuação em projetos de formação de abrangência nos três Estados da Região Sul.

Depois deste tempo de atuação, ao final dos anos 2000, retomei minha trajetória acadêmica, realizando mestrado e doutorado. No estudo e na pesquisa das relações e dos processos socioambientais, políticos e econômicos que envolvem os catadores pude perceber que tanto a condição de ator quanto a condição de pesquisador, são complementares e acabam se tornando insumos práticos, teóricos e metodológicos direcionados tanto para uma condição quanto para outra. Isso porque, as relações que são estabelecidas no âmbito das práticas dos atores constituem a matéria-prima necessária à construção dos objetos de interpretação de pesquisa, por outro lado, os sentidos de pesquisa produzidos a partir das interpretações reflexivas, no âmbito de práticas investigativas, podem contribuir significativamente para o amadurecimento político das ações dos catadores ao suscitar a prática reflexiva sobre os rumos tomados por estes sujeitos.

Após elucidar estes aspectos da minha participação e da minha relação de pesquisa junto ao MNCR, neste momento é preciso deixar claro que para o desenvolvimento de um estudo interpretativo da dimensão instituinte advinda da questão social da reciclagem se torna necessário investigar as relações e processos advindos da produção econômica dos catadores, das políticas públicas dirigidas a eles, e de seu cotidiano. Essa estratégia de estudo se desenvolvem em três âmbitos específicos, os quais correspondem aos capítulos desta pesquisa, assim organizados como forma de conduzir o leitor no universo da dimensão instituinte da questão social da reciclagem. O primeiro capítulo (que consta no item 2 deste documento) diz respeito ao âmbito das ferramentas de estudo dos sujeitos de pesquisa e da sua questão social. O segundo (presente no item 3) diz respeito ao âmbito da percepção dos conflitos por parte dos catadores do MNCR e as estratégias conjunturais que modificam a identidade coletiva neste movimento. E o terceiro e último capítulo (item 4) se refere ao campo ético político e ao projeto estratégico da reciclagem popular, e, também aos seus condicionantes heterônomos enquanto limites à autonomia desta práxis instituinte.

O primeiro âmbito se refere ao estudo dos processos e das relações efetivadas pelos catadores organizados no MNCR como os principais sujeitos da questão social que lhes diz respeito. Para situar e poder entender as estratégias de ação dos catadores neste âmbito é de fundamental importância que sejam ressaltados alguns aspectos constituintes da categoria conceitual de questão social da reciclagem. Essa referida noção tem por finalidade auxiliar na contextualização e na interpretação das relações e dos processos estabelecidos pelos

catadores. A ideia de questão social se funda na assimetria das relações sociais em suas dimensões econômicas, política, sociais e diz respeito à concentração de poder e de riqueza de alguns setores em contraste com a pobreza da população. Sendo o processo de percepção e tematização dessas desigualdades o que constitui o fator decisivo através do qual são provocados profundos impactos tanto sobre a vida cotidiana quanto sobre as instituições econômicas, políticas e sociais (WANDERLEY, 2004, p. 58).

Para poder interpretar como ocorre a desnaturalização das desigualdades através da percepção e tematização dos processos relacionais que conformam e reproduzem as assimetrias de poder que geram as relações e os processos históricos de acumulação de riquezas por parte de elites econômicas e políticas em detrimento de grandes parcelas da população, tal como define Luís Eduardo Wanderley (Ibid., p. 114; 133). Tais relações e processos estão intimamente associados à ideia de uma questão social clássica, que perdura na contemporaneidade, em cuja base de sustentação da cadeia produtiva da reciclagem, os catadores estão situados. Portanto, para que não sobre insuficiências teóricas é preciso aprofundar o estudo da categoria de questão social a partir da ação contestatória à naturalização de desigualdades protagonizada pelos seus sujeitos.

Contudo, o objetivo desta tese não é a análise da ação contestatória em si, mas de como ela se converte em práxis instituinte (transformadora) no momento em que é aprofundada estrategicamente. Assim compreender a dimensão instituinte da questão social da reciclagem consiste em aprofundar a interpretação dos modos como são criadas as ações estratégicas protagonizadas pelos catadores, os quais se organizam e buscam organizar o MNCR para a consecução das mesmas.

Em síntese, o objetivo desta tese consiste em elucidar, a partir de uma interpretação infrarreflexiva (MELUCCI, 2005, p.33), as estratégias do MNCR tanto as relativas a uma conjuntura dos modelos de gestão de resíduos, quanto a originária dos processos imaginários instituintes utilizados tanto para a criação de significações radicais de construção de processos de autonomia a serem generalizados por meio de esferas públicas para toda sociedade. A importância do estudo destas estratégias consiste procurar saber como elas contribuem diretamente tanto para transformação identitária deste movimento quanto para a mudança societária no sentido de processos de gestão integrada de resíduos sólidos compartilhada entre todos os seus membros.

Neste ponto para que se possa interpretar as ações estratégicas dos catadores é preciso entender como os catadores interpretam as situações de injustiça e de desigualdade que os levam a projetar e programar tais estratégias. Ou seja, é preciso saber quais são os

*frames* interpretativos do MNCR e quais os imaginários que proporcionam a visualização de estratégias de autonomia que reafirmam um campo ético-político e um projeto político frente às desigualdades impostas. O desenvolvimento da interpretação sobre essas formas reflexivas de ação será realizado no primeiro capítulo deste estudo.

O primeiro capítulo consiste, assim, em traçar o marco de pesquisa para reconstruir o processo de enquadramento interpretativo e o imaginário instituinte do MNCR. A estratégia de estudo visa reduzir ao máximo a opacidade das relações de pesquisa como forma de evidenciar a reflexividade política e social dos sujeitos deste movimento através de uma interpretação de segunda ordem, ou seja, de caráter teórico e reflexivo (MELUCCI, 2005, p. 33). Além disso, esta estratégia de estudo procura estipular as definições operacionais, e o instrumental metodológico necessários à consecução dos objetivos desta tese.

O segundo, trata do âmbito contextual, nele busca-se mostrar o desenvolvimento de estratégias de ação que dizem respeito à percepção dos conflitos e das situações de instabilidade conjuntural recorrentes junto aos catadores do MNCR. De modo empírico, contendas de toda a espécie podem ser constatadas em diversos ambientes de relação. Um estudo pautado por tentar transparecer a opacidade de algumas dessas relações, pode identificar, pelo menos, cinco tipos de relações conflitivas de acordo com os distintos sujeitos envolvidos nos processos relativos à reciclagem. Estas podem ser identificadas ao envolverem: os catadores e os gestores públicos (algumas secretarias e/ou departamentos de governos municipais, estaduais e federais); os catadores e empresas de coleta seletiva terceirizadas por governos municipais; os catadores e os seus “atravessadores” (intermediários) comerciais da cadeia produtiva da reciclagem; os catadores e a indústria de reciclagem e de incineração. E, por fim e em muitas vezes, podem ser identificadas relações de conflitos entre os catadores em relação a eles próprios. Para ilustrar este último tipo de conflito pode ser citada a situação na qual os catadores que são beneficiados pela coleta seletiva formal, muitas vezes executada por empresas coletoras de resíduos contratadas pelos governos municipais, se opõem aos catadores que realizam esse trabalho de maneira informal, ou seja, se colocam contra aqueles que catam materiais recicláveis diretamente nas ruas dos centros urbanos (OLIVEIRA, 2010, p. 127-131).

A necessidade de aprofundamento acerca da compreensão sobre a natureza desses conflitos precisa ser atendida para que se possa realizar a devida mediação teórica, metodológica e conceitual entre as percepções e os imaginários criados pela luta dos catadores e pelos processos históricos por eles protagonizados enquanto um meio de se colocar “em relação os vínculos estruturais e os comportamentos concretos” (MELUCCI, 2005, p. 323).

Ou seja, colocar em relação os conflitos protagonizados por esses sujeitos e os diferentes modelos de gestão de resíduos sólidos. O desenvolvimento deste âmbito para a interpretação das estratégias conjunturais traçadas pelos sujeitos se dará no segundo capítulo. Este capítulo trata sobre a constituição de *frames* interpretativos de ações coletivas (TARROW, 2009) a partir da percepção dos catadores sobre os diferentes modelos de gestão de resíduos sólidos que vem sendo implementados no interior das políticas públicas relativas a tais resíduos.

E, por fim, o terceiro âmbito, para que se possa compreender as ações ético-políticas e estratégicas dos catadores, está relacionado às significações instituintes e magmáticas da reciclagem popular e da criação de um programa de ação para efetivá-la econômica, política e socialmente. Essa articulação teórica é facilitada pela visualização de um imaginário instituinte (CASTORIADIS, 1982) capaz de criar um projeto de democratização das relações sociais, que não se encontra estabelecido *a priori* no contexto da questão social da reciclagem.

Isso ocorre, em grande parte, porque a própria ideia de democracia vem se desenvolvendo historicamente através de intensas lutas sociais e dos os conflitos em torno das configurações da política democrática (BRINGEL; ECHART, 2008, p. 457). Em grande parte, tais enfrentamentos consubstanciam-se na luta por determinar a democracia através de dois sentidos distintos e opostos. Um tipo seria inspirado em um tipo de poder popular concebido como uma forma de participação direta em mecanismos de autogoverno. E o outro trata-se do tipo representativo de democracia em que os eleitores contribuem com as decisões tomadas pelos seus eleitos como forma de legitimá-las (Ibid., p. 458).

Esses dois modos de interpretar a democracia estão vinculados à problemática sobre o sujeito do exercício de poder, ou seja, para quem, afinal, deve ser conferido o poder de decisão efetiva nos processos participatórios. Entretanto, mais a frente desta discussão e para além dela, o que pode qualificar a interpretação de relações condizentes com os valores democráticos é precisamente ter claro que democracia é tanto um conjunto de relações e processos que constituem um pano de fundo das lutas sociais ao mesmo tempo que consiste em uma miríade de significações situadas em uma dimensão ético-política (BRINGEL; ECHART, 2008, p. 469). Nesse sentido, para que se possa avançar nesta conceituação é de importância primeira que sejam tomadas as próprias ações dos movimentos enquanto um horizonte de construção das práticas democráticas (Ibid). O aprofundamento do estudo desse tipo de processualidade auxilia na interpretação das desigualdades enquanto fenômenos sociais e históricos que não se encontram acabados e definidos inabalavelmente, mas que, muito pelo contrário, essas desigualdades podem ser questionadas, debatidas e combatidas política e estrategicamente.

A pesquisa empírica sobre a democratização das relações políticas e sociais entre o MNCR e as instituições do Estado e do mercado, somada ao estudo teórico e metodológico de como o referido processo se relaciona com as estratégias de desnaturalização das desigualdades e de redistribuição de riquezas, representa um caminho investigativo capaz de contribuir para a tematização mais rigorosa e para o aprofundamento da categoria conceitual de questão social da reciclagem. Em síntese, a importância de um estudo interpretativo sobre democracia e redistribuição reside em aprofundar a compreensão sociológica no que diz respeito à constituição de *frames* interpretativos de ações coletivas (TARROW, 2009) e de imaginários instituintes em contraposição aos imaginários efetivos das instituições (CASTORIADIS, 1982, p. 156-175) protagonizados pelos catadores envolvidos tanto na superação das desigualdades quanto na democratização das relações sociais.

A busca pela autonomia enquanto imaginário instituinte, é um processo de desalienação das instituições criadas pela própria sociedade na busca pela sua autoinstituição, que consiste em um processo simultâneo de criação e consolidação de relações sociais democráticas. A importância das discussões sobre autonomia e democracia ocorre como forma de se poder visualizar alternativas instituintes ao enfraquecimento dos canais políticos tradicionais de representação que consistem nos sindicatos e nos partidos políticos (LOPEZ; MÉLO, 2008, p. 6). Sendo assim, os movimentos sociais e a própria sociedade civil podem representar campos multidimensionais em que se disputam projetos estratégicos de autonomia a serem realizados utilizando-se de sentidos imaginários e instituintes de democracia. Tais formas de organização e interpretação dos significados provenientes do cotidiano de trabalho e de luta dos catadores convertem-se, por sua vez, em estratégias de ação com tempos e alcances diferenciados. Por fim, o terceiro capítulo também será discutida a dimensão heterônoma instituída presente no imaginário efetivo das instituições e como que tais representações contrárias à práxis política de transformação afeta o MNCR.

O potencial dos catadores enquanto sujeitos da sua própria questão social pode ser percebido no momento em que se constata que simples catadores, cujas condições de vida e de trabalho encontram-se precarizadas, constituem-se em protagonistas capazes, além de buscarem modificar das suas próprias circunstâncias, modificarem os modelos de relação entre a própria sociedade e as suas instituições. Ou seja, como que os catadores a partir da tematização de uma questão social passam a concretizar um imaginário autônomo passível de generalização enquanto um processo de democratização de relações econômicas, políticas e sociais.

## 2 O CONTEXTO DA QUESTÃO SOCIAL DA RECICLAGEM E SEU ESTUDO INTEPRETATIVO: FRAMES, IMAGINÁRIO SOCIAL E REFLEXIVIDADE

No Brasil, o lixo recebeu a denominação de Resíduo Sólido segundo uma classificação de 1987 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)<sup>1</sup>, responsável por normatizar os resíduos. Tal denominação vem do latim *residuu* que significa sobra de determinada substância, e a palavra “sólido” foi acrescentada para diferenciá-lo de líquidos e gases. Os resíduos sólidos são definidos como “todos aqueles resíduos nos estados sólido e semissólido que resultam da atividade da comunidade de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, de serviços, de varrição ou agrícola” (BIDONE, 1999, p. 1). A importância dessa regulamentação consiste em disponibilizar informações que permitem identificar riscos potenciais que os resíduos sólidos possam oferecer ao meio ambiente e à saúde pública, viabilizando a elaboração de medidas relacionadas ao seu manuseio e destinação final.

De acordo com Bidone (Ibid., p. 9), os resíduos que constituíram o que se conhece como lixo foram por muito tempo compostos principalmente de matéria orgânica, o que não acarretava grandes impactos ao meio ambiente. No entanto, esse quadro foi se revertendo após o grande aumento da densidade populacional e da forte industrialização, fatores que influenciaram diretamente o crescimento da geração de resíduos e o “processo contínuo de deterioração ambiental”. Assim, a geração de resíduos deve ser pensada levando-se em conta fatores culturais como “nível e hábito de consumo, rendas e padrão de vida das populações, fatores climáticos e características de sexo e idade dos grupos populacionais” (Ibid.).

De modo geral, a reciclagem é apresentada, principalmente, como uma alternativa de transformação do lixo em riquezas econômicas (ABRAMOWAY et al, 2013). Não obstante, apenas 13% do total dos resíduos gerados no Brasil são encaminhados para a reciclagem (COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA A RECICLAGEM (CEMPRE), 2012). Existe significativa perda de divisas que acabam enterradas nos aterros sanitários e nos vazadouros de resíduos a céu aberto (“lixões”) brasileiros. Como forma de se evitar este tipo generalizado de desperdício, a reciclagem pode consistir em uma importante alternativa para a recuperação de materiais pós-consumo gerando riquezas e renda para os que nela estão envolvidos.

A reciclagem, dessa forma, é entendida como um modo de reinserção no mercado de novas mercadorias produzidas a partir de materiais descartados. Não obstante, no contexto brasileiro, esta forma de entendimento com base nas relações de mercado reduz a

---

<sup>1</sup> Norma Brasileira Registrada (NBR) N°. 10.004: Classificação de resíduos sólidos (BIDONE, 1999, p. 7).



compreensão sobre a reciclagem a um processo de natureza econômica, que apenas pode contribuir como uma solução para a problemática de deposição final de resíduos. No entanto, para que se possa obter uma interpretação mais abrangente dos aspectos fundamentais da reciclagem é preciso ressaltar suas dimensões sociais e históricas enquanto um processo de gestão de resíduos produtor de riquezas e gerador de desigualdades no Brasil dos dias atuais.

Pode-se afirmar, neste sentido, que a reciclagem produz riquezas a partir de uma forma específica de tratamento de resíduos. Em escala internacional, a demanda de destinação e de tratamento dos resíduos conforma todo um mercado de “lixo”, que faz girar uma economia estimada em torno de 267 bilhões de dólares por ano. Somente os serviços com o manejo de resíduos em âmbitos municipais, nos países associados à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), são avaliados em 120 bilhões de dólares ao ano. Estima-se, no contexto global, que os materiais recicláveis movimentam um mercado de 600 milhões de toneladas de matérias-primas recicladas, e mais de 100 bilhões de dólares todos os anos (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE), 2006, p. 114). No Brasil, a reciclagem chega gerar aproximadamente dois bilhões de dólares em divisas anualmente (UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME (UNEP), 2011, p. 19). Além da geração de divisas, a reciclagem impede que recursos econômicos sejam gastos, o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) calcula que a reciclagem, da forma como se encontram os índices atuais, garante uma economia de mais de R\$ 8 bilhões para toda a sociedade em termos de recursos naturais que deixam de ser extraídos e encaminhados para o seu destino final. Desta forma, a destinação final de resíduos para a reciclagem pode ser consideradas indústrias de alto valor econômico agregado e com grande potencial de mercado (IPEA, 2010)

Estima-se que os catadores contribuam com a destinação de 90% de todo o material descartado que alimenta a indústria nacional de reciclagem (IPEA, 2011). Contudo, os catadores permanecem sendo trabalhadores pouco reconhecidos desta indústria, cuja sustentação é viabilizada através da lida cotidiana desses sujeitos. A grande maioria dos catadores encontra-se, de modo tardio, com pouco acesso aos direitos e às garantias relativas ao seu trabalho, a não ser a renda obtida através da venda dos materiais coletados aos intermediários comerciais do mercado de recicláveis. Esses intermediários controlam importantes etapas do ciclo das cadeias produtivas dos materiais recicláveis pós-consumo<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> A primeira etapa do ciclo dos materiais recicláveis após serem consumidos corresponde em grande parte ao trabalho realizado pelos catadores. Nessa etapa, a coleta é realizada utilizando-se geralmente um veículo de tração humana (“carrinho”) ou um veículo de tração animal (“carroça”). Ao catador cabe um esforço de recorrer



Tais intermediários estabelecem os preços dos materiais a serem pagos aos catadores. Sendo assim, os preços de mercado não são determinados por aqueles que vendem a mercadoria, mas, ao contrário, pelos que a compram. Isso evidencia determinados traços estruturais da formação dos preços pagos aos catadores sobre os materiais coletados e classificados. Estes preços são firmados por um pequeno número de compradores, ou seja, por um “oligopsônio” (GONÇALVES, 2003, p. 143). O oligopsônio consiste em um formato de mercado dentro do qual existem poucos compradores (chamados de “oligopsonistas”) que mantêm relações comerciais com muitos vendedores<sup>3</sup> (Ibid).

Esses dados acerca das formas como são acumuladas as riquezas advindas da reciclagem ajudam a demonstrar o quanto os catadores ainda permanecem submetidos às relações de trabalho que representam o paradoxo de uma atividade econômica altamente lucrativa, mas que torna, no entanto, precária a atividade laboral humana. Essa forma de acumulação, que ocorre nas primeiras etapas do ciclo produtivo das cadeias que compõem a reciclagem, reproduz relações de exploração que há tempos eram tidas como superadas na história do mundo do trabalho. Isso faz com que se tornem atuais certas expressões da clássica questão social<sup>4</sup> no âmbito das relações de produção que envolvem os catadores.

Tal situação desigual se torna problemática no momento em que é interpretada pelos próprios catadores que buscam encaminhamentos políticos para transformação dessas circunstâncias. A busca por formas de se equacionar a questão social da reciclagem passa

---

aos coletores de resíduos (“lixeiros”) ou relacionar-se com a comunidade ou comércio para a obtenção do material que será triado, classificado e comercializado. Logo após essa etapa os catadores comercializam esse material para um intermediário comercial (“sucateiro” ou “atravessador”). Neste momento, o material é organizado e pesado de acordo com o tipo de classificação de cada material a ser vendido. O catador recebe o valor correspondente à quantidade e à qualidade do material coletado. Em cada intermediário existe uma tabela com o preço de cada tipo de material calculado em quilogramas de modo geral. A segunda etapa envolve o trabalho realizado pelo “atravessador”. Este compra o material solto do catador pagando um preço menor, e revende esse material prensado e enfardado para outro intermediário de maior porte, conhecido como “aparista”, por um preço maior. Este intermediário de grande porte pertence à terceira etapa do ciclo, sendo uma espécie de comprador de material dos diversos “sucateiros”, que dispõe de um grande espaço físico (depósito) para armazenar os fardos e de alguns caminhões para a logística de transporte. Isso lhe dá a possibilidade de estocar os fardos de material e de revendê-los à pré-indústria de acordo com a demanda desta, obedecendo ao princípio econômico da oferta e da procura (OLIVEIRA, 2010, p. 18-19). O ciclo completo da cadeia produtiva da reciclagem pode ser visualizado no Diagrama 1 no último capítulo (item 4) deste estudo.

<sup>3</sup> O oligopsônio é o inverso do oligopólio, este significa primeiramente uma relação de mercado na qual apenas alguns vendedores fornecem mercadorias para muitos compradores, e aquele diz respeito a uma relação em que muitos vendedores fornecem mercadorias para poucos compradores. Mesmo que o oligopsônio e o oligopólio possam representar relações “imperfeitas” de mercado, os mesmos consistem em relações responsáveis pela concentração de riquezas no interior de diversos ciclos que movimentam cadeias produtivas tais como a da reciclagem (GONÇALVES, 2003).

<sup>4</sup> O termo questão social, desde o ponto de vista histórico, está relacionado com o processo desnaturalização das péssimas condições de existência das populações que se tornavam ao mesmo tempo agentes e vítimas da mercantilização de sua força de trabalho a partir da, então, nascente revolução industrial iniciada nos centros urbanos do continente europeu a partir do século XIX (CASTEL, 2004, p. 238-239).

necessariamente pela articulação dos distintos níveis de convívio social, tanto o econômico, quanto o político todos relacionados com o cotidiano dos catadores. Ao ser posto o desafio de se articular as ações econômicas e políticas com a realidade diária dos catadores, a redistribuição da produção de riquezas advindas da reciclagem e a democratização das políticas direcionadas a eles e aos seus empreendimentos, se torna imprescindível um estudo aprofundado dos processos de organização, de participação e das relações sociais que envolvem os possíveis encaminhamentos e equações às problemáticas relacionadas com a questão social da reciclagem e com a sua dimensão instituinte.

O contexto que diz respeito às organizações produtivas refere-se a muitos empreendimentos populares que, em geral, foram pensados para abrigar as vítimas dos processos de desemprego tecnológico e conjuntural no marco de uma resposta por parte do projeto da Economia Solidária (SINGER; SOUZA, 2000). Diversas organizações produtivas foram constituídas para dar conta não somente do desemprego, mas da desestruturação da sociedade salarial (CASTEL, 1998). Assim, desde então, uma série de cooperativas, associações e grupos de produção com múltiplas formas jurídicas vem sendo constituídos como uma forma emergente de combate ao processo de “desfiliação” (*desafilié*) que tem afligido grandes contingentes de trabalhadores (ROSENFELD, 2003, p. 396).

Em se tratando das organizações produtivas de reciclagem de caráter popular, ao agregar trabalhadores de distintas categorias em seus quadros sociais, as políticas de fomento a esses empreendimentos mantiveram de fora, uma grande maioria de catadores, que ainda permanece desorganizada e na informalidade. Para se ter uma ideia dessa situação, na Pesquisa Nacional do Saneamento Básico (PNSB) foi constatada a existência de 1.175 cooperativas e associações de catadores em todo Brasil, as quais congregavam 30.390 trabalhadores em suas bases (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), 2008). No entanto, segundo os dados do IPEA (2013, p. 44), 387.910 trabalhadoras e trabalhadores se dedicam às atividades desta cadeia produtiva, distribuídos principalmente nas áreas de coleta, triagem e classificação de materiais recicláveis. Sendo que, um percentual muito grande desses catadores realiza seu trabalho de forma isolada ou em família, nos lixões e ruas dos municípios brasileiros (MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR), 2010, p. 7). Tais dados demonstram que menos de 10% dos catadores encontra-se formalmente organizada em associações e cooperativas.

Em vista desses dados, pode-se constatar que as políticas de fomento à organização produtiva formal dos catadores não têm sido suficientes para abarcar a maior parte desta

categoria. E quando assim o fazem, tais políticas acabam por incentivar a organização de trabalhadores que não possuem trajetória na coleta e na destinação de materiais pós-consumo. Isso pode ser demonstrado a partir dos dados extraídos do Projeto Galpão (MARTINS, 2005, p. 98), dentro do qual foram entrevistados 310 trabalhadores em nove galpões de reciclagem de Porto Alegre, e apenas 14% desses trabalhadores já haviam trabalhado anteriormente com resíduos, seja como catadores ou como garis. Todos os demais haviam passado por diversos tipos de ocupações diferentes que iam desde “músico de boate a pescador” (Ibid.). A ausência de experiências laborais na reciclagem e na destinação de resíduos por parte da maioria absoluta dos trabalhadores dos galpões de reciclagem de Porto Alegre pode estar relacionada à alta rotatividade de ocupação dos postos de trabalho constatada nesses empreendimentos (Ibid., p. 87). De modo inverso, é possível averiguar que os catadores que possuem um histórico de experiências de trabalho dentro dessa ocupação laboral, ou que se identificam profissionalmente como catadores se fixam mais em suas organizações produtivas (OLIVEIRA, 2010, p. 105-118).

Dessa forma, as problemáticas relacionadas às políticas de organização dos catadores em não conseguirem abarcar a maior parte da categoria e à alta rotatividade de trabalhadores nos empreendimentos dizem respeito a políticas que acabam se distanciando do cotidiano dos catadores, os quais tem tido sua imagem social vinculada aos “excluídos clássicos” da sociedade (VÉRAS, 2002, p. 45).

O MNCR representou um marco na construção do protagonismo dos catadores, pois foi responsável pela articulação das associações e cooperativas de catadores em um movimento de abrangência nacional. Este movimento tem se articulado por meio de interlocutores que desenvolvem a identificação coletiva de militantes do MNCR. Tal movimento é tratado nesta tese como o sujeito central da questão social da reciclagem, por conseguir tematizá-la e a tornar pública, no momento em que busca encaminhamentos econômicos, políticos e sociais que vem tomando progressivamente os debates sobre a reciclagem no país. Esta entendida cada vez mais enquanto parte de um ciclo fundamental do compartilhamento de responsabilidades para a gestão integrada e sustentável dos resíduos que todos os membros, de qualquer sociedade, geram.

Em síntese, o MNCR é um ator coletivo, o qual procura manter a categoria dos catadores articulada em nível nacional desde o ano de 2001, ano de sua fundação<sup>5</sup>. Desde lá, a

---

<sup>5</sup> Conforme expresso pelo site do MNCR: “O Movimento Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis (MNCR) surgiu em meados de 1999 com o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel, sendo fundado em

ocupação profissional de catador de material reciclável foi formalmente regulamentada em 2002 sob o número 5192-05 da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)<sup>6</sup>. Este reconhecimento formal vem representando o início de um processo de legitimação de direitos relacionados ao trabalho dos catadores a serem garantidos a esses sujeitos (MEDEIROS; MACÊDO, 2007, p.86).

Desde então, as políticas de apoio e fomento aos empreendimentos de catadores, em diversas áreas e níveis de Estado, são cada vez mais presentes. A articulação de ações do governo em nível federal culminou em 2010 na sanção do Decreto nº 7.405 que instituiu o Programa Pró-catador com a finalidade de integrar as políticas de governo direcionadas às organizações produtivas dos catadores (BRASIL, 2010a). Neste mesmo ano foi sancionada e regulamentada a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS – Lei nº 12.305/10), cuja inserção das cooperativas e associações de catadores em sistemas de gestão integrada de resíduos consta entre os objetivos desta nova política.

Dentro dessas elaborações de políticas públicas é notável a interlocução dos catadores com o governo federal através da atuação da militância do MNCR no interior do Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis (CIISC)<sup>7</sup>. A conquista de direitos através desse processo de interlocução consiste em uma forma de equacionamento dessa expressão de questão social, que segue uma tendência histórica, dentro da qual diversos movimentos sociais vêm demandando que as problemáticas sociais, que lhes dizem respeito, não sejam mais assistidas

---

junho de 2001 no 1º Congresso Nacional dos Catadores(as) de Materiais Recicláveis em Brasília, evento que reuniu mais de 1.700 catadores e catadoras” (MNCR, 2008).

<sup>6</sup> Na CBO, a denominação catador de material reciclável se refere ao catador de ferro-velho, catador de papel e papelão, catador de sucata, catador de vasilhame, enfardador de sucata (cooperativa), separador de sucata (cooperativa), triador de sucata (cooperativa). E na descrição sumária desta ocupação consta que os catadores de material reciclável são os sujeitos que catam, selecionam e vendem materiais recicláveis como papel, papelão e vidro, bem como materiais ferrosos e não ferrosos e outros materiais reaproveitáveis (BRASIL, 2002).

<sup>7</sup> O CIISC foi reestruturado por meio do Decreto nº 7.405/10. O CIISC, coordenado pela Secretaria-geral da Presidência da República, é composto por integrantes dos ministérios do Meio Ambiente; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; do Trabalho e Emprego; Previdência e Assistência Social; Educação; Saúde; Cidades; Turismo; Minas e Energia; Fazenda; Ciência e Tecnologia, e Planejamento, Orçamento e Gestão; da Secretaria do Patrimônio da União; Secretaria Geral da Presidência da República; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Fundação Banco do Brasil; Eletrobras; Casa Civil da Presidência da República; Caixa Econômica Federal; Petrobras; Fundação Nacional de Saúde; do Parque Tecnológico de Itaipu e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Com a criação do CIISC fica instituído o Programa Pró-Catador, com a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA), 2013).

por ações privadas de caráter “humanitário”. Mas sim, que estas sejam encaminhadas por políticas e programas públicos que proporcionem a garantia de direitos sociais (KAUCHAKJE, 2008).

Nota-se a partir dos dados expostos que há um significativo esforço de interlocução empenhado pela militância do MNCR, tanto para dentro quanto para fora deste movimento. Não obstante, os diferentes significados que o conjunto da ação coletiva dos catadores toma é objeto de um intenso debate científico e acadêmico, cujos aspectos atuais são abordados logo abaixo.

## 2.1 OS ESTUDOS SOBRE O SIGNIFICADO DA AÇÃO COLETIVA DOS CATADORES E DA QUESTÃO SOCIAL DA RECICLAGEM

Os trabalhos acadêmicos relacionados aos catadores dizem respeito a pesquisas realizadas em diversas áreas do conhecimento. Existem pesquisas dos mais diversos níveis em disciplinas como psicologia social (MIURA; SAWAIA, 2013; TEIXEIRA, 2015.), saúde coletiva (FERRAZ; GOMES, 2012; GOUVEIA, 2012), administração pública (PEREIRA; TEIXEIRA, 2011) educação (PINHEIRO et al, 2014) economia (RIBEIRO et al, 2014). Contudo todos estes estudos de cunho reflexivo em conjunto com trabalhos de descrição etnográfica sobre o cotidiano dos catadores (ARENHART, 2006; SOSNISKI, 2006; PEREIRA, 2012) não estabelecem relações com as teorias da ação coletiva dos movimentos sociais, com as quais este estudo busca estabelecer diálogo.

Não obstante, a perspectiva pautada pelo imaginário radical, instituinte e autônomo é ainda marginal nos debates sobre movimentos sociais, tendo pouca incidência na produção teórica sobre a ação coletiva. Com a significativa exceção da dissertação de mestrado de Rosetta Mammarella (1996) sobre a práxis autônoma do movimento popular da Vila Santo Operário em Canoas/RS entre os anos de 1979 a 1990. Já na segunda metade dos anos 2000, o trabalho de Rosângela Schulz (2007) discutira o processo de democratização vinculado à busca pela vigência de relações autônomas nas organizações produtivas de maioria feminina na categoria dos catadores em Porto Alegre. Contudo, ela não realiza um diálogo com a perspectiva radical e autonomista de Castoriadis como fonte da referida noção de autonomia.

Seguindo as conclusões teóricas de Avritzer (1997), pode-se conceber que, no Brasil, a marginalidade da abordagem autonomista é ocasionada pela confusão apontada por ele entre autonomia e não integração às instituições, principalmente, às estatais que pautou os debates acadêmicos entre as décadas de 70 e 80. De acordo com Avritzer (Ibid., p. 3), a

dualidade fundamental a ser considerada não é esta. A oposição primeira reside nas significações relacionadas à ação direta que se opõem ao sentido de representação frente às esferas estatais. Para ele, esta oposição, é, no fundo, “uma dualidade entre sociedade civil e Estado. Uma dualidade que o cientista social não deve procurar dissolver, mas, ao contrário, aceitar como parte da lógica da ação política” (Ibid.).

Assim, buscando dissipar as confusões entre autonomia e não integração, as perspectivas dos *frames* e do imaginário instituinte contribuem para dissolver esta dicotomia ao auxiliar na conclusão de que os movimentos sociais, tais como o MNCR, buscam estratégias para aproveitarem as oportunidades políticas ao mesmo tempo em que procuram, também estrategicamente, consolidar sua autonomia frente ao imaginário efetivo das instituições estatais. Isto parte da compreensão de que as instituições – todas elas – são criações humanas e, portanto, passíveis de serem transformadas por uma práxis autônoma que visa a sua democratização (CASTORIADIS, 1982).

Sobre a democracia, esclarece Castoriadis (1992, p. 159) que a democracia está vinculada à autonomia pelo fato de que esta diz respeito ao processo de instituir-se “[...] de maneira a liberar o seu imaginário radical e a ser capaz de alterar as suas instituições, graças a sua própria atividade coletiva, reflexiva e deliberativa” (Ibid.). Cabe destacar que a noção de reflexividade aqui mencionada por Castoriadis não chega a se converter em uma perspectiva metodológica, tal como em Melucci (2005), ou em uma teoria da modernização social, como é realizado por Giddens (1991). Para Castoriadis (1992, p. 159) a noção de reflexividade está intimamente ligada às noções de democracia e de autonomia, portanto, à capacidade imaginária e radical dos sujeitos de criarem em si uma subjetividade reflexiva e deliberante enquanto capacidade de autoquestionamento consigo mesmos e com a sociedade da qual participam. Segundo ele, a autonomia enquanto projeto somente tem sentido se ela fomentar nos sujeitos a “[...] atividade reflexiva do pensamento e a luta pela criação de instituições autorreflexivas, isto é, democráticas” (CASTORIADIS, 1992, p. 258). Em suma, a noção de reflexividade é ao mesmo tempo uma ferramenta auxiliar para a compreensão de democracia e um importante conceito interpretativo-metodológico, de acordo com Alberto Melucci (2005). A noção de reflexividade enquanto conceito metodológico e hermenêutico será elucidada na parte que trata sobre a metodologia de pesquisa desta tese.

Cabe lembrar ainda também que serão trabalhadas nesta tese as noções relacionadas aos princípios do MNCR que se referem à autogestão, à ação direta e à democracia direta enquanto princípios configuradores de um campo ético-político de não representação. O que se opõem a lógica representativa das instituições do Estado, e que no, entanto, certas



lideranças deste movimento realizam uma representação presuntiva (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006). Esta, por sua vez, contribui para o próprio enfraquecimento político do MNCR frente ao Estado.

E, por fim, também se pretende deixar a interpretação livre de elementos maniqueístas sobre as instituições, na medida em que se deixa claro que as instituições são criações humanas e, que o problema a ser analisado e tido como objeto de uma práxis transformadora é o caráter heterônomo e alienante das instituições (CASTORIADIS, 1982). Esta temática será abordada ao final da última parte desta tese.

Na atualidade, os estudos que mais se destacam em termos teóricos e críticos sobre o sentido do trabalho e da ação coletiva dos catadores dizem respeito, primeiramente, ao estudo que traça os catadores militantes do MNCR como protagonistas por uma luta contraigualitária direcionada a marcar uma distinção identitária para usufruir de ganhos materiais e simbólicos vinculados a sua posição diferenciada (SILVA; MICHELOTTI, 2009). E, em segundo lugar, mais recentemente encontra-se a figura do catador como vítima de um processo societário indigno que o obriga a realizar a autogestão da sua própria miséria (LIMA, 2015).

A partir do estudo destes trabalhos, pode-se inferir que ambos situam-se em polos distintos de interpretação sobre a referida temática. Em um polo, encontram-se as noções de Silva e Michelotti (2009) que tratam a figura do catador, e das suas formas de organização econômica e militância sociopolítica, como sujeitos que intencionam impor distinções identitárias contrapostas à busca da igualdade universal dos direitos de cidadania dos quais eles também seriam beneficiários (Ibid., p. 452). Estes autores aderem à teoria do dualismo perspectivista proposta por Nancy Fraser (2006), dentro da qual as reivindicações de reconhecimento da identidade entram em choque com as reivindicações pela redistribuição da riqueza (OLIVEIRA, 2015, p. 134). Contudo, a luta por reconhecimento identitário não pode ser desvinculada da relação social produtora de riqueza a partir do trabalho destes sujeitos, pois uma está estreitamente vinculada ligada à outra. Sendo, inclusive, a partir do fortalecimento de identidades pessoais que os movimentos de resistência operária conseguiram garantir motivação necessária à busca de objetivos sociais e econômicos que trouxeram benefícios universais na modernidade (HONNETH, 2006, p. 105).

Já em se tratando do outro polo interpretativo proposto por Lima (2015), este autor se baseia na confusão entre autonomia, no sentido da ausência de direitos trabalhista, e autonomia das relações de trabalho, ou a autogestão, ao defender que os catadores consistem em desempregados que no fundo querem um emprego, não se importando com os processos autogestionários de seus empreendimentos (Ibid. p. 5; 6), pois para ele:

A autogestão se constitui, nesse contexto, em um instrumento funcional de gestão no qual os trabalhadores são responsáveis pela manutenção do empreendimento, mas subordinados às cadeias de intermediários e empresas compradoras (LIMA, 2015, p. 7).

Lima reduz o campo ético-político da autogestão a “um instrumento funcional de gestão” subordinado aos intermediários comerciais do mercado de materiais recicláveis. Ao fazer isto, este autor perde a possibilidade de interpretar a práxis dos sujeitos da questão social da reciclagem, reduzindo-os a meras projeções determinadas pelas relações e pelos processos mercadológicos instituídos. Este aspecto retratado por ele se refere a somente um aspecto específico da questão social da reciclagem. Este autor deixa de lado justamente o objeto de interpretação desta tese, que diz respeito à dimensão instituinte desta questão.

Estas duas visões mostram-se demasiado prescritivas, ao se preocuparem muito mais em denunciarem supostas situações, do que interpretarem a complexidade dos sentidos relacionados às relações e aos processos econômicos, políticos e sociais que envolvem a reciclagem de resíduos em seus aspectos instituídos, mas sobretudo, em sua dimensão instituinte. Em síntese, o problema destas duas perspectivas diz respeito a visões teóricas distintas, que não consideram os sujeitos da ação, e muito menos a ação dos sujeitos. Ao partirem dos determinantes estruturais, não permitem captar os processos de mudança e de transformação destas estruturas pela ação coletiva e instituinte dos catadores. Outro problema é que nenhum desses dois polos analíticos e interpretativos permite ao pesquisador se apropriar da multiplicidade de processos heterônomos que condicionam, porém não determinam as relações e os processos protagonizados pelos catadores. Pode-se concluir que ambos os polos consistem em visualizações estanques de uma realidade processual e dinâmica que passa por grandes períodos de mudança, marcados por percepções, significações imaginárias e práxis de transformação desta realidade.



## 2.2 MARCO TEÓRICO DE REFERÊNCIA

A base teórica para dar conta da tese proposta por este estudo está articulada a partir de três concepções de fundo. Estas abrangem as noções de questão social, de enquadramentos interpretativos e de imaginário social instituinte.

### 2.2.1 Questão Social

A categoria teórica de questão social consiste em um meio de interpretação das complexas relações que conformam as desigualdades sociais. Neste sentido, Sawaia (2002, p. 109) afirma que as condições de vida que assolam os sujeitos somente podem ser percebidas e compreendidas, mesmo que minimamente, em função dos conceitos e categorias usadas para interpretá-las. O emprego dessa categoria teórica tem, assim, a finalidade de que se possa ir além da observação e da descrição das más condições de vida e de trabalho dos catadores, através de uma ferramenta conceitual para poder contextualizar e interpretar tais condições.

A noção de questão social começou a se desenvolver historicamente a partir de conflitos sociais ocorridos na Europa do final do *Ancien Régime*. Este foi o contexto no qual, inclusive, as próprias ciências sociais foram originadas, como um movimento intelectual que se direcionou para reflexão dos problemas engendrados por estas conflitualidades. Dessa forma, no plano intelectual e político, a questão social emergiu e evoluiu no interior do processo de industrialização a partir da crescente divisão do trabalho e da subordinação das atividades produtivas aos imperativos mercadológicos. Sob estas circunstâncias, os termos “sociedade” e “social” foram incorporados ao vocabulário ilustrado daquela época como forma de questionamento da autoridade monárquica, o que abriu caminho para todo um novo universo semântico e político de atuação (SAUL, 2002, p. 13-16). Em síntese, a questão social emerge, de tal modo, a partir do momento em que os sujeitos deixam de ser heterodeterminados pela sua posição na estrutura social ou pelo lugar designado pela religião, sendo esse momento histórico caracterizado pela a passagem do feudalismo ao capitalismo a partir da Revolução Francesa como referente histórico (NARDI, 2002, p. 142-143).

Sobre a ideia de questão social, Octavio Ianni (1989) demonstra a sua importância, dentro da sua diversidade de concepções, enquanto fenômeno teórico e societário.

A questão social tem sido objeto de interpretações divergentes. A despeito de alguns pontos comuns, no diagnóstico ou na explicação, às vezes são até mesmo opostas. Uma interpretação considera essa questão como algo disfuncional, anacrônico, retrasado, em face do que é a modernização alcançada em outras esferas da sociedade, como na economia e na organização do poder estatal. Falam em arcaico e moderno, dualismos, dois brasis. Outros encaram as suas manifestações como

ameaça à ordem vigente, à harmonia entre o capital e o trabalho, à paz social. Falam em multidão, violência, caos, subversão. E há os que a focalizam como um produto e condição da sociedade de mercado, da ordem social burguesa. Falam em desigualdades, antagonismos e lutas sociais. Naturalmente, podem-se apresentar outras interpretações. Mas estas oferecem uma ideia da importância do tema. Mostram como a questão social está na base dos movimentos da sociedade (Ibid., p. 145).

Este pensador coloca que a categoria de questão social é fundamental para a constituição do pensamento social brasileiro, no momento em que ela influencia ações distintas que visam “conhecer, equacionar, controlar, resolver ou exorcizar suas condições ou efeitos”. Sendo que tais ações quando inscritas no âmbito das políticas públicas remetem a “aspectos fundamentais da relação entre sociedade e Estado que passam por essa questão” (Ibid.).

Não obstante, este conceito carrega uma expressiva polissemia, fazendo com que ele assumia significados diferentes conforme o tipo de abordagem teórica à qual se refere. Para delimitar melhor este conceito a ser utilizado nesta tese, será feito um aprofundamento teórico da questão social através do estabelecimento de um diálogo entre três autores de referência no estudo deste conceito: Robert Castel (1998; 2004), Luis Eduardo Wanderlei (2004) e Alejandra Pastorini (2004).

Esses três autores foram escolhidos porque, dentro das suas distintas formas de conceituação, eles procuram tratar de forma política os encaminhamentos dados à questão social. Sendo que o primeiro fator que possibilita o diálogo entre eles consiste na convergência entre eles em relação a uma postura crítica às formas despolitizadas de tratamento dessa problemática, tais como as soluções assistenciais e mercadológicas das demandas provenientes da mesma. O segundo fator que permite colocá-los em diálogo é que ambos os três fundamentam suas argumentações em elementos históricos, e não apenas em dados socioeconômicos.

Para o estudo da delimitação do conceito de questão social a ser adotado nesta tese será realizada uma sucinta recapitulação do que cada autor compreende por questão social. Logo depois, serão identificados os principais pontos de divergência em relação a essa categoria. Em seguida, será levantada a forma como esses autores contextualizam a mesma.

#### 2.2.1.1 A questão social segundo Robert Castel

Desde o ponto de vista histórico, o advento da questão social, segundo Castel (2004), está relacionado com o processo de tomada de consciência das péssimas condições de existência das populações que são ao mesmo tempo agentes e vítimas da, então, nascente

revolução industrial que se abateu sobre os centros urbanos do continente europeu a partir do século XIX (Ibid., p. 238; 239). Já na Europa do referido século, os setores dominantes pautaram uma estratégia dentro da qual a assistência aos indigentes deveria ser feita por instituições de previdência voluntária e organizações patronais como forma de se ter garantida a “paz social” entre as distintas classes (CASTEL, 1998, p. 247). Assim, a questão social, conforme Castel (Ibid.), era compreendida enquanto um fenômeno que se desenvolvia por fora das relações de natureza política e seu equacionamento passava ao largo da possibilidade de mudança nas configurações estruturais de poder ou de realinhamento no campo político.

Para Castel (2004, p. 240) a questão social representa uma dificuldade lógica que as sociedades enfrentam ao se indagarem a si mesmas sobre a manutenção de sua coesão ou sobre o risco de sua fratura (Ibid.). Sobre isso, esse autor diz que a questão social é “muito mais do que uma crise, pois de uma crise é possível se sair, enquanto que desta vez não parece tão evidente que haja uma saída” (CASTEL, 2004, p. 240).

Nos dias atuais, a ausência dos suportes sociais, que se traduzem na ausência de direitos e garantias sociais relativas ao trabalho, configura a questão social contemporânea (CASTEL, 2004, p. 250). O conceito de questão social representa uma aporia, um desafio ou um dilema basilar que pode ser disseminado através da tematização das relações sociais marcadas por desigualdades e assimetrias de poder. No fundo, este autor traz a reflexão sobre a função integradora que o trabalho deve cumprir na sociedade (CASTEL, 2004, p. 239). No entanto, tal integração social representada pelo trabalho encontra-se, hodiernamente, desestabilizada pelas ameaças de precarização das relações de trabalho e da perda de proteções e garantias vinculadas à atividade laboral assalariada.

#### 2.2.1.2 A questão social segundo Luis Eduardo Wanderley

Na visão de Luis Eduardo Wanderley (2004), este conceito é um processo dentro do qual alguém estabelece a coesão sob determinadas condições numa dada sociedade. Esta coesão pode ser rompida como forma de abrir caminho para a mudança desta mesma sociedade (Ibid., p. 56). No entanto, isso requer um comprometimento social ativo para que, a partir delas, as populações possam compreender, explicar e mudar a sua própria realidade (Ibid.). Sobre isso, Wanderley coloca que:

[...] quando esta realidade se torna evidente para parcelas significativas de uma população mesmo minoritárias, é tornada pública de algum modo, e se buscam medidas para equacioná-la gerando conflitos, convergências e divergências, ela se transforma numa questão social (Ibid., p. 171).

Na América Latina a questão social e todas as suas consequentes problemáticas, se fundam na assimetria das relações sociais em suas dimensões econômicas, políticas, culturais. E são acentuadas pela concentração de poder e de riqueza de alguns setores em contraste com a pobreza generalizada da maioria da população. Isto configura uma forma de desigualdade extrema com profundos impactos sobre tanto sobre a vida cotidiana quanto sobre as instituições (WANDERLEY, 2004, p. 58).

No interior da atualidade da questão social ainda prevalecem certas formas e conteúdos da “clássica questão social” que já eram tidos como superados (WANDERLEY, 2004, p. 114). No entanto, Wanderley chama atenção para a dimensão da ação dos sujeitos sociais ao afirmar que a questão social somente pode ser transformada em demanda política quando é percebida e encampada por setores sociais que a tematizam e a tornam pública através de conflitos e tensionamentos sociais (Ibid., p. 58-61).

#### 2.2.1.3 A questão social segundo Alejandra Pastorini

Para Alejandra Pastorini (2004) falar em questão social significa se referir ao capitalismo e à forma de Estado por ele engendrada (Ibid., p. 91). Esta autora pressupõe que a questão social é fruto de um processo de ruptura, que, porém, implica simultaneamente em uma certa continuidade. Esse processo foi ocasionado pelo caráter político que tomou a questão social, cuja decorrência advém do processo de formação e de desenvolvimento da classe trabalhadora juntamente com a sua entrada na conjuntura política (Ibid.). Sendo as desigualdades inerentes à sociedade capitalista o que potencializa a rebeldia e a luta política organizada dessa classe. Luta que permite que a questão social seja refletida e encaminhada (Ibid.).

No entanto, Pastorini (2004, p. 13) se contrapõe à insistência por parte de Rosanvallon em distinguir entre “antiga questão social” e “nova questão social”, sem considerar, segundo ela, as características dessa questão que se mantêm ao longo dos processos históricos. Com isso, ela critica Rosanvallon ao afirmar que este autor não consegue ao menos explicar o porquê da permanência de tais traços (Ibid.). Para Pastorini, a questão social não seria uma questão essencialmente nova, mas tampouco idêntica à questão social no século XIX. Isso porque, reservadas as mudanças, a questão social contemporânea presente nas sociedades capitalistas preserva seu traço característico de se manter como uma expressão das relações contraditórias e antagônicas entre as classes sociais e entre as mesmas e o Estado. (Ibid., p. 14).

A referida autora discorda da forma de interpretação na qual os novos pobres, os excluídos e os invalidados pela conjuntura não podem ser compreendidos através da “antiga” categoria de exploração (PASTORINI, 2004, p. 17). Essa divergência se dá, segundo ela, porque algumas interpretações de autores como Rifkin e Gorz, entre outras realizadas durante as décadas de 80 e 90, tenderam a trocar a crise do emprego pela crise do trabalho e com isso desconsideraram a centralidade do trabalho vivo e concreto, enquanto elemento estruturante do intercâmbio social entre os homens e a natureza (Ibid., p. 24; 25).

#### 2.2.1.4 Divergências entre os autores

Castel, Wanderley e Pastorini divergem sobre a noção de questão social em um aspecto geral e em outros aspectos específicos. O primeiro diz respeito à perspectiva teórica com a qual cada autor interpreta a questão social e os demais aspectos que se referem aos desdobramentos dessas perspectivas. Sobre o primeiro aspecto, a diferença entre Castel e Pastorini, se concentra basicamente no ponto em que esta autora proclama a luta de classes como a referência básica para a interpretação da questão social (PASTORINI, 2004, p. 88). De modo distinto, Castel situa a questão social nos desafios, ou na aporia, das sociedades se integrarem em relações de interdependência (CASTEL, 2004, p. 254). Ou seja, Castel tende a interpretar a questão social a partir de uma perspectiva funcionalista. Já de forma alternativa, Wanderley não discorda de Castel, mas acrescenta a importância de se definir os sujeitos sociais protagonistas da questão social, no sentido de definir quem estabelece essa coesão e como ela pode ser questionada como forma de se abrir caminho para transformações sociais (WANDERLEY, 2004, p. 56). Este autor adota, assim, uma abordagem contra-hegemônica da questão social.

Em relação aos desdobramentos referentes aos demais aspectos da divergência entre os referidos autores, Pastorini (2004) discute a separação da questão social em antiga e nova. Para ela, como forma de se compreender o movimento do real é necessário romper com os dualismos antes/agora, passado/presente, antigo/novo. Isso implica em romper com as noções de antiga e nova questão social sem, no entanto, deixar de considerar as especificidades de cada momento histórico e de cada contexto social (Ibid., p. 48). De acordo com ela, a questão social preserva certos traços característicos das relações de exploração e de acumulação capitalistas que fazem com que a classe trabalhadora se alce no cenário político para encaminhá-la das formas que lhe forem mais apropriadas (Ibid., p. 91). Pastorini constata que desemprego, pobreza e desigualdades sociais não consistem em problemas que caracterizam exclusivamente uma suposta nova questão social, pois, nos países chamados de

“subdesenvolvidos” a pobreza extrema e degradante sempre foi uma realidade e não uma novidade (Ibid., p. 79).

Entretanto, para Castel (2004), a população, por ele denominada de “sobrante” não consiste em trabalhadores explorados, mas, são os “inúteis” para o sistema, os invalidados pela conjuntura econômica e social (Ibid., p. 255). Como exemplo, ele cita operários das indústrias que aos quarenta e cinco anos de idade já são considerados muito velhos. Ou seja, esses trabalhadores vêm sendo paulatinamente “desmembrados dos conjuntos coletivos, das regulações coletivas de proteção e de direito do trabalho. Passam, então, a ser indivíduos isolados de seus antigos pertencimentos” (Ibid., p. 251). O que remete a ideia de desestabilização dos estáveis enquanto uma expressão contemporânea da questão social (Ibid.). Outra expressão atual dessa problemática reside na instalação da precariedade das relações de trabalho o que contribui para a vigência de uma “cultura do aleatório” (Ibid., p. 253), segundo ele, isso seria “uma espécie de individualismo negativo, por carência, pois perdem tão rapidamente o suporte de uma condição salarial que acabam por perder também a possibilidade de controlar o futuro” (CASTEL, 2004, p. 252).

Ainda sobre os desdobramentos teóricos da categoria de questão social, Pastorini (2004) critica os aportes de Wanderley ao afirmar que pensar a questão social nas suas variadas modalidades, tal como o último autor procede, possibilita a incorporação de uma visão fragmentada das lutas (mulheres, negros, índios, etc.), dentro da qual a opressão e a discriminação decorrentes da exploração capitalista só podem ser analisadas fora da estrutura de classe (Ibid., p. 70). Wanderley (2004), entretanto, busca contextualizar e interpretar as diversas expressões da questão social na América Latina. Ele situa, para tanto, seus sujeitos protagonistas, tais como índios, negros, camponeses, operários e mulheres. Com isso, este autor centra sua interpretação nas:

[...] extremas desigualdades e injustiças que reinam na estrutura social dos países latino-americanos, resultantes dos modos de produção e reprodução social, dos modos de desenvolvimento, que se formaram em cada sociedade nacional e na região em seu complexo (Ibid., p. 58).

A partir dessas assertivas fica claro que Wanderley também preserva uma preocupação teórica com as relações que estruturam as classes sociais na América Latina. Para ele, as desigualdades são produtos da estrutura social e não ocorrem por fora ou em paralelo a ela. Isso se torna evidente no momento em que ele fala dos modos de produção e reprodução social que estruturam as relações entre as classes. O fato dele agregar importância aos processos históricos nacionais e regionais típicos da América Latina confere uma

contextualização maior dos processos e relações que conformam a questão social neste continente.

#### 2.2.1.5 A contextualização da categoria de questão social nos três autores

Consideradas as diferenças de natureza teórica e seus desdobramentos, os três autores situam a questão social no contexto do processo de globalização. Para Castel (2004), globalização significa mundialização da economia, juntamente com um retorno do mercado regulado por si próprio, acirrando a perda de direitos e garantias sociais (Ibid., p. 236). Tal retrocesso é também constatado por Pastorini (2004) ao analisar a dupla dimensão da assim chamada “nova pobreza”. De um lado há uma pobreza convencional intrínseca ao capitalismo. Mas, de outro lado, e interligado a esses “pobres de sempre”, não se pode secundarizar “o empobrecimento que vivenciam alguns setores da população, outrora melhor situados socialmente” (Ibid., p. 33). Segundo esta autora:

[...] muitos desses expulsos do mercado de trabalho são trabalhadores qualificados que até então tinham uma utilidade para o capital, eram protegidos pelo Estado e lutavam para não serem explorados; hoje muitos lutam para ter a possibilidade de serem explorados (Ibid., p. 34).

Mesmo não falando abertamente sobre exploração, Castel não descarta a centralidade do trabalho e Wanderley (2004) concorda com ele, ao afirmar que, a flexibilização e a precarização das relações de trabalho são dois dos fatores pelos quais os indivíduos são classificados como sendo não úteis, não necessários nas atuais formas de estruturação da sociedade (Ibid., p. 129).

Nesse sentido, Pastorini (2004) destaca que atualmente há uma realidade histórica distinta da que era vivenciada até meados da década de 70. Tal mudança se deve, em grande parte, em função do sistema capitalista não incorporar amplos setores da população ao mercado formal de trabalho e, conseqüentemente, ao sistema de seguridade social. Esses setores, nos dias de hoje são despojados de seus vínculos mais ou menos estáveis de emprego e de proteção social, “gerando uma crescente desestabilização dos estáveis e aumentando a insegurança e desproteção da população” (Ibid., p. 86). Conforme a autora, esses sujeitos se tornaram vigentes a partir da reestruturação do capitalismo mundial possibilitada pela ruptura do compromisso de classe entre os capitalistas e os trabalhadores, que, consistia em um pacto com o qual se buscava a manutenção do pleno emprego, um forte sistema de políticas sociais, a proteção dos direitos trabalhistas e a regulação das condições de trabalho. Todos esses compromissos haviam sido assumidos pelo modelo keynesiano de Estado de bem-estar social (Ibid., p. 36). Dessa forma, para Pastorini (Ibid.), são as atuais configurações de poder que



fazem com “que as manifestações da questão social se tornem mais agudas, e que as reminiscências da ‘antiga questão social’ se aprofundem”.

As proposições de Wanderley (2004) vão ao encontro destas, na medida em que ele coloca que nas últimas décadas as mudanças na divisão social do trabalho incentivaram a expansão do mercado informal e a precarização do trabalho. E que por isso, ainda prevalecem certas formas e conteúdos da “clássica questão social” que já eram tidos como superados (Ibid., p. 113; 114). Assim, conclui ele que as desigualdades e injustiças não foram superadas pelo processo de modernização capitalista (Ibid., p. 128). Pois, prevalece uma questão social ampla, histórica e estrutural que não pode ser resolvida em sua totalidade dentro dos marcos de dominação vigentes na sociedade (Ibid., p. 133).

Sobre a permanência de traços estruturais característicos da questão social, até mesmo as conceituações de Castel, em certa medida, convergem com os dois autores em debate. Castel (1998), por sua vez, afirma que as metamorfoses da questão social apontam para uma “nova problemática”, mas não de outra problematização” (Ibid., p. 33). Sendo que a problematização à qual ele se refere diz respeito à existência de um feixe unificado de questões, cujos traços em comum devem ser definidos, e que emergiram em determinados momentos, as quais passaram por mudanças durante os períodos de crise e que ainda permanecem vigentes nos dias atuais (Ibid., p. 29).

Assim, diferentemente de autores como Rosanvallon e Agnes Heller – cujo primeiro autor afirma que a questão social nova é completamente diferenciada de uma antiga (PASTORINI, 2004, p. 49-60), e a segunda autora que naturaliza a questão social ao proclamar que sempre existiu e sempre existirá questão social, mesmo em modelos distintos de sociedade (Ibid., p.70-74) –, os três autores em questão situam traços comuns de uma questão social com diferentes contextualizações: o capitalismo e a exploração do trabalho, para Pastorini; as desigualdades provocadas pela remercantilização da força de trabalho na Europa, segundo Castel; e as assimetrias de poder e na concentração de riquezas na América Latina e no Caribe, para Wanderley. Eles também indicam como aspecto central para a tematização da mudança da questão social o processo de globalização.

Só que esse mesmo processo possui diferentes implicações para cada um desses autores. Para Castel (2004) a consequência central do referido processo foi a perda de direitos e garantias fundamentais da sociedade salarial. Segundo Wanderley (2004), a globalização levou a manutenção da inexistência e da focalização de políticas sociais. E conforme Pastorini (2004), tal processo foi o responsável pelo desmonte do modelo keynesiano de Estado. Constatado isso, pode-se afirmar com certo grau de rigor que existem diferenças substanciais



entre as concepções desses autores. Porém, essas diferenças ficam ainda mais evidentes quando essas distintas concepções sobre a questão social são aplicadas para a reflexão de políticas públicas.

#### 2.2.1.6 Questão social e políticas públicas

Os meios vigentes utilizados para o tratamento das problemáticas advindas da questão social, por parte do Estado, consistem em seu encaminhamento através de políticas públicas. Deste modo, para analisar a relação entre a questão social e as políticas públicas, segundo Pastorini (2004), primeiramente é preciso investigar os processos de “integração nacional, participação política e redistribuição da riqueza” (Ibid., p. 91). Nesse sentido, também, Wanderley (2004) propõe que sejam traçados os modos de (des)articulação e (des)integração entre o Estado, a sociedade e o mercado (Ibid., p. 117) como forma de se entender a relação entre as políticas e a questão social.

Para ilustrar essas junções e disjunções relacionadas às políticas de proteção social Wanderley (2004, p. 116) coloca que:

[...] a problemática da proteção social latino-americana respondeu aos desafios, às questões de integração nacional, participação e redistribuição. Deste modo, essa problemática [...] não pode ser vista apenas do ponto de vista da incorporação da classe trabalhadora no mercado de trabalho e nem mesmo da necessidade de uma distribuição mais equitativa da renda nacional. Para além destas determinações, a proteção social é um desafio que se coloca desde que a unidade político-administrativa que se está consolidando, e seu equacionamento vai depender das características assumidas em cada caso por este processo.

Já Pastorini (2004), ao refletir de forma específica sobre o caso brasileiro, resgatará as palavras do ministro do Trabalho, na primeira metade dos anos 30, Agamenon Magalhães, para demonstrar como a questão social foi se inscrevendo no pensamento dominante como algo legítimo desde o ponto de vista socioeconômico:

A questão social no Brasil assume, a meu ver três aspectos, dois sociais e um econômico. Os dois primeiros se resumem em previdência social e justiça, e o econômico em organização e aumento das nossas riquezas, [...] a economia tem que ser dirigida até que a crise passe e os valores econômicos se ajustem, dentro do regime de compensações, que articule e coordene a atividade produtora de todos os povos (PASTORINI, 2004, p. 92).

Esses dois excertos tratam de pautas relativas ao processo histórico de legitimação da questão social frente às demandas de planificação e gerenciamento das políticas de Estado direcionadas à população. O primeiro excerto aborda a questão social desde o ponto de vista da consolidação da unidade administrativa do Estado por meio das políticas voltadas para as problemáticas sociais. Já o segundo, coloca ênfase nas políticas sociais como uma forma de viabilizar a condução das atividades econômicas por parte do Estado, tal como ela afirma: “A

partir desse momento, o poder estatal passa a promover e controlar os rumos do desenvolvimento econômico da nação” (PASTORINI, 2004, p. 93). Assim, muitas instituições estatais responsáveis por lidar com demandas sociais e econômicas foram constituídas tanto na América Latina quanto no Brasil como forma de encaminhamento da questão social por meio de políticas que visavam à equação da mesma. Poderia-se dizer, dessa forma, que as políticas públicas são um modo, um tanto eficaz, de planificar e institucionalizar as demandas sociais.

Porém, atualmente, em uma nova conjuntura contextualizada pelo processo de globalização, o Estado assume um papel de desregulação de um lado e de regulação de outro, sendo um Estado mínimo para o social e máximo para o capital (PASTORINI, 2004, p. 48). Nessa mesma direção questiona Wanderley (2004) reafirmando que a retórica do Estado mínimo é pregada pelos mesmos setores que se beneficiaram da privatização do Estado para procurar ampliar sua parcela de controle neste aparelho (Ibid., p. 139).

Esses recentes fatos conjunturais abrem caminho para uma a mercantilização das relações sociais. Sobre isso Castel (2004) se interroga sobre no que poderia consistir um conjunto de proteções sociais em uma sociedade que se torna mercado, não somente uma sociedade de mercado, mas um mercado-sociedade, tal como ele coloca:

A primeira eventualidade, no pior cenário, é a continuidade da ruptura entre trabalho e proteção, a remercantilização completa do trabalho ou o triunfo completo do mercado, ou seja, o surgimento não apenas de uma sociedade do mercado, pois estamos numa sociedade de mercado, mas de uma sociedade que se torna mercado, inteiramente atravessada pelas leis do mercado, o que seria, creio eu, o triunfo da globalização (Ibid., p. 256; 257).

A minimização da ação do Estado para o social é, para este autor, um risco de “anomia generalizada do mercado, pois este não comporta nenhum dos elementos necessários à coesão social, muito pelo contrário, funciona pela concorrência, ‘não faz sociedade’” (CASTEL, 2004, p. 257). É por isso que o Estado para ele possui uma importância estratégica no sentido de manter e ampliar as proteções sociais garantidas pela lei (Ibid.). Assim, o Estado cumpre o papel estratégico de fazer a sociedade funcionar, afastando a ameaça da anomia de mercado.

A centralidade no papel do Estado para o encaminhamento da questão social seria orientada, dessa forma, pela teoria funcionalista da integração social. Segundo Pastorini (2004, p. 93), dentro dessa forma de conceber a questão social:

[...] as políticas sociais perdem o seu caráter de conquista passando a ser concebidas como concessões do Estado e do capital, reproduzindo a ‘ideologia do favor’ caracterizada por formas paternalistas e clientelísticas de relação [...].

Essa lógica acaba por ocultar o protagonismo das classes trabalhadoras no cenário dos conflitos sociopolíticos. Isso porque, a obtenção de bens e serviços públicos não são definidas como direitos de cidadania, mas como dádivas ou concessões do Estado controlado pelo capital e pelos partidos políticos (Ibid.). Desse modo, as desigualdades são reiteradas, tanto quanto as exclusões e as relações de subalternidade, pois, “os usuários, portadores de direitos, são reduzidos a beneficiários, assistidos, requerentes etc., que receberão os serviços e benefícios sob a forma de políticas sociais e/ou programas compensatórios, paliativos e/ou auxílios temporários, emergenciais e focalizados” (Ibid.).

As políticas pautadas pelo paradigma da integração se convertem, de tal forma, em justificativas adequadas para que os “excluídos” sejam cada vez mais alvo das medidas de “desenvolvimento humano” chanceladas por organismos mundiais e continentais. Tais medidas são incorporadas pela retórica oficial dos governos nacionais, só que as mesmas conseguem atingir apenas resultados limitados e de caráter compensatório (WANDERLEY, 2004, p. 70; 71). Por outro lado, em âmbito nacional, a precariedade e a descontinuidade das políticas sociais tendem a assistencializá-las, possibilitando a estigmatização de seus beneficiários e a arbitrariedade daqueles que decidem sobre as suas necessidades (Ibid., p. 124).

De acordo com Pastorini (2004, p. 94), as políticas de integração não ultrapassam, deste modo, a busca de inserção social dos indivíduos à ordem social vigente, ao invés de procurar transformá-la. Esta autora, ao convergir com Otavio Ianni (op. cit.), afirma que no Brasil as soluções praticadas historicamente para a integração social se concretizam através da combinação de medidas assistenciais e repressivas de acordo com o contexto histórico (Ibid.). Para ela, as manifestações das desigualdades e antagonismos são os fatores que constituem a questão social, sendo que, os mesmos encontram-se na base dos processos estruturais do desenvolvimento do capital, enquanto uma relação social fundada na exploração e na dominação de classe (Ibid., p. 111). No momento em que a questão social começa a se tornar pública, as políticas para encaminhá-la não podem ser concebidas com a finalidade de criar ou manter os mecanismos de acumulação capitalistas. Antes de tudo, essas políticas devem ser de mediação entre o Estado e a sociedade civil, e, portanto, elas refletem as características dessa relação constituída por coerção, consenso, concessão, conquista, debate, controle, mudança, solução e negociação (Ibid., p. 111; 112). Não obstante, todos esses processos devem ser acompanhados pelo protesto social em suas diversas formas, como meio para a realização de reformas estruturais e de possibilidades de transformações revolucionárias dessas estruturas (Ibid., p. 112).

Diferentemente de Castel, e sua ênfase no papel do Estado, e de Pastorini com a centralidade de sua análise no protagonismo de classe, Wanderley (2004) propõe, como forma de tratamento efetivo da questão social, a democratização das instituições por meio de um profundo reordenamento das relações entre as esferas da política, da economia e da cultura através de reformas que eliminem privilégios, assegurem e ampliem conquistas e direitos sociais, e garantam o controle social efetivo da população sobre o Estado. Para isso, ele sugere, de modo contra-hegemônico, que seja consolidada uma esfera pública não estatal como meio para a construção de políticas sociais protagonizadas pelas organizações comunitárias e autogestionárias com apoio dos poderes públicos (Ibid., p. 140; 141).

#### 2.2.1.7 Questão social da reciclagem

Sendo da forma como o conceito de questão social é delimitado acima, o modo mais apropriado de emprego do conceito de questão social, nesta tese, é tal como Wanderley o delimita e o contextualiza para a realidade latino-americana e caribenha. Pois, tal forma de emprego do referido conceito possibilita a visualização dos catadores organizados no MNCR como sujeitos da questão social da reciclagem, pois a constituem ao mesmo tempo em são constituídos por ela. Assim, os catadores do MNCR fomentam a emergência pública da sua questão social, ao criarem novas correlações de forças, a partir da criação de uma subjetividade coletiva capaz de inseri-la no debate político (WANDERLEY, 2004, p. 57).

Outra grande vantagem de se utilizar desta delimitação do conceito de questão social, reside na possibilidade de uma criação de uma nova institucionalidade política que assegure acessos mais igualitários aos bens públicos e à riqueza socialmente produzida (Ibid., p. 141). Ou seja, no caso dos catadores, a questão social a ser interpretada diz respeito às estratégias utilizadas por eles para criarem modos de instituir outras relações e processos econômicos, políticos e sociais diferentes e opostos ao que se encontram instituídos nos modelos hegemônicos de gestão dos resíduos.

Em suma, a categoria de questão social está relacionada ao processo de desnaturalização das situações de desigualdade e de exploração nas quais os sujeitos encontram-se submetidos. Processo que propicia o surgimento de movimentos sociais que visam o equacionamento das expressões da mesma (KAUCHAKJE, 2008). Contudo, ainda como forma de aprofundar os aportes teóricos da referida categoria hermenêutica é preciso esmiuçar como ocorre tal processo de questionamento de relações assimétricas de poder através dos sujeitos que as percebem e as tematizam de modo político e estratégico. Nesta pesquisa tal processo de percepção e de tematização é, primeiramente, relativo a uma determinada

realidade conjuntural instituída a partir de diferentes modelos de gestão de resíduos sólidos. Esta processualidade está associada ao desenvolvimento de *frames*.

### 2.2.2 Frames de Ação Coletiva

A terminologia do conceito de *frame* será mantida no seu original em inglês. Isso serve, de acordo com Maria da Glória Gohn (2006), para não se ter riscos de confusão entre os termos que a tradução em português suscita, tais como moldura ou estrutura. A terminologia mais adequada para se ter uma noção mais lúcida do conceito é, segundo a referida autora: “marcos referenciais significativos e estratégicos de ação coletiva” (Ibid., p. 87). Vários autores, principalmente norte-americanos, ajudaram a moldar o conceito de *frame*, mais foi Sidney Tarrow que mais o articulou a uma teoria da Mobilização Política (MP) voltada aos processos instituídos que garantem oportunidades políticas aos movimentos sociais (Ibid., 90; 98-106).

Segundo Tarrow (2009, p. 143; 144), os *frames* de movimento compõem uma categoria de interpretação do processo de entendimento cognitivo dos sujeitos coletivos. Sendo por meio de *frames* que eles podem enfatizar “a gravidade e a injustiça de uma condição social” ou redefinir como “injusto ou imoral o que era visto anteriormente como desastroso, mas talvez tolerável” (Ibid.). Sendo a partir desse processo de referenciamento interpretativo que os movimentos nomeiam “os descontentamentos, conectando-os a outros descontentamentos” formando, assim *frames* repletos de sentido, os quais dialogarão com “as predisposições culturais de uma população e enviarão uma mensagem uniforme para os detentores de poder e outros” (Ibid.).

Com isso, uma das principais tarefas que cabem aos movimentos sociais é trabalhar os descontentamentos através de *frames* que situam as injustiças, apontam responsáveis e propõem soluções e encaminhamentos às suas questões coletivas. Este processo de referenciamento é de natureza “cognitiva e avaliadora” e tem por função traduzir os descontentamentos em reivindicações mais amplas destinadas às autoridades (TARROW, 2009, p. 145).

Neste sentido, os militantes do MNCR são disseminadores e interlocutores deste processo de referenciamento e de mobilização interpretativa, por que possibilitam, a partir de tais descontentamentos, a definição dos responsáveis pelos mesmos, ou seja, são possibilitadas aos catadores do MNCR as condições necessárias para a “adoção coletiva de um *frame* de injustiça” (TARROW, 2009, p. 145). Ou seja, estes sujeitos obtêm assim uma grande oportunidade de consolidação de um *frame* a ser disseminado e compartilhado entre os

catadores a partir de um inacabado e, simultaneamente, inacabável processo de mobilização interpretativa. A importância deste processo de enquadramento interpretativo se refere, assim, ao fato de os catadores não estarem isolados em seus contextos de ação e poderem definir, portanto, quem está a favor e quem está contra a ação destes sujeitos. Ou seja, definirem, em última análise, quem são seus aliados e quem são seus adversários.

Contudo, somente conhecer seus descontentamentos e os demais sujeitos que disputam ou colaboram entre si no âmbito da reciclagem de materiais não é suficiente para que se possa construir um imaginário criador e instituinte, pois essa dimensão vai além da natureza cognitiva e avaliadora dos *frames*. Tal imaginário remete à dialética entre as dimensões instituídas e instituintes, o conflito com relação às estruturas da sociedade consubstanciadas em instituições traz elementos que permitem ampliar a reflexão dos nexos entre as ações e as estruturas. Sobre os nexos de associação possíveis entre estas noções, pode-se dizer que “as estruturas podem condicionar, mas não determinar a ação” (BRINGEL; ECHART, 2008, p. 461). Desse modo, ao não mais “aprisionar” a ação dos sujeitos aos ditames estruturais se torna possível avançar na consolidação de novas formas de conceber e interpretar as estruturas e as instituições sociais e políticas. No entanto, ainda existe uma forte tendência presente nos estudos que abordam os movimentos e a democratização das relações sociais em priorizar, no interior de suas interpretações e análises, somente o âmbito do instituído e das “inovações institucionais” (Ibid., p. 465). Sem desconsiderar a relevância desses estudos, deve-se problematizar o fato de que a centralidade no foco dos ambientes institucionais acaba por relegar a um segundo plano as concepções acerca da democracia para além do âmbito instituído. Ou seja, ao cerrar o foco de interpretação naquilo que está instituído acaba-se por desconsiderar a possibilidade de visualização de novos significados relacionados à democracia enquanto um imaginário criador e instituinte (Ibid., p. 465-466).

### 2.2.3 Imaginário Social Instituinte

René Barbier (1994) traça a história da noção de imaginário em três fases desde a antiguidade grega: a fase de sucessão, a fase de subversão e a fase de autorização. A primeira fase se refere à sucessão que o pensamento grego clássico faz em relação à atualização do pensamento racional e à potencialização da função perceptiva aplicada a uma finalidade prática. Esta fase foi suplantada durante a idade média e reapareceu a partir do advento do cartesianismo e, contemporaneamente com Sartre e Lacan. Todas essas expressões representam o processo sucessório do imaginário clássico e sua negativa à imaginação enquanto faculdade sensível (Ibid., p. 15-17). A fase da subversão procura atualizar o

imaginário para potencializar a dimensão do real e do racional. “O sonho é valorizado, a imaginação reina. Mas a ambiguidade (entre o real e o imaginário) permanece” (Ibid., p. 18). O romantismo do século XIX e o surrealismo pertencem a esta fase. E, por último, a fase da autorização em que, no final do século XX ocorre um reequilíbrio da atualização e da potencialização entre o imaginário e o real. Dentro desta fase Castoriadis é o pensador que apresenta as melhores vias de acesso a ela. O que é chamado de realidade e racionalidade são obras do imaginário. Este imaginário é ao mesmo tempo duplo (social e psíquico) e irresolúvel. O imaginário depende da lógica dos magmas dentro da qual qualquer que seja a determinação conjuntista e identitária das significações, há sempre um “resíduo” inexplicável que toma a forma de magma, o qual é “dinamizado por um fluxo incessante de representações, concebidas como expressões de uma imaginação radical e não como reflexo ou copia de algo” (Ibid. p. 20).

Castoriadis (2002) define o que é democracia como uma expressão do imaginário social instituinte, ao afirmar que “em uma democracia, o povo é soberano, isto é, ele faz as leis e a lei, ou a ainda melhor, a sociedade faz as suas instituições e a sua instituição, ela é autônoma, ela se autoinstitui” (Ibid., p.227; 228). Não obstante, mesmo que o imaginário encontre amparo nos indivíduos e em seus inconscientes, sua natureza é social.

Para ilustrar este pressuposto, o autor diz que é “incontestável que uma significação imaginária tem seus pontos de apoio no inconsciente dos indivíduos, mas essa condição não é suficiente”, pois o que o indivíduo pode produzir nesta condição de inconsciência são “fantasmas privados, não instituições” (1982, p. 174). Nisto reside, para Castoriadis a necessidade de traçar o caráter social das significações do imaginário. Assim, para ele:

[...] toda tentativa de derivação exaustiva das significações sociais a partir da psiquê individual parece fadada ao fracasso por desconhecer a impossibilidade de isolar esta psiquê de um contínuo social, o qual não pode existir se já não está sempre instituído. E, para que uma significação social imaginária exista, são necessários significantes coletivamente disponíveis, mas sobretudo significados que não existem sob a forma sob o qual existem os significados individuais (Ibid., p. 175).

Mesmo que Castoriadis elucide a natureza social dos elementos componentes do imaginário, ele se diferencia dos horizontes teóricos economicistas e funcionalistas. Isso porque, o referido autor acredita que as instituições sociais não tenham sua existência marcada unicamente por questões econômicas e funcionais. Não obstante, as mesmas cumpram papéis fundamentais para a existência das sociedades, sem os quais, elas não sobreviveriam, pois não supririam suas necessidades vitais. O autor em questão, contudo, não reduz a discussão teórica sobre as instituições a esses aspectos, pois as sociedades inventam e definem para si mesmas novas maneiras de responder às suas necessidades, tanto quanto



constituem novas necessidades (Ibid., p. 141). O referido autor expressa, deste modo, que está preocupado em dar conta da maneira como são estabelecidas as instituições não a partir das suas regularidades, mas a partir da diversidade e criatividade das mesmas. Sobre a relação entre a funcionalidade econômica das instituições e o imaginário, Castoriadis argumenta que:

[...] as instituições encontram sua fonte no imaginário social. Este imaginário deve-se entrecruzar com o simbólico, do contrário a sociedade não teria podido “reunir-se” e com o econômico funcional, do contrário ela não teria podido sobreviver. Ele pode colocar-se, e necessariamente, coloca-se também a seu serviço: existe, certamente, uma função do imaginário da instituição, embora ainda aqui constatemos que o efeito do imaginário ultrapasse sua função; não é ‘fator último’ (aliás não o procuramos) – mas sem ele, a determinação do simbólico como a do funcional, a especificidade e a unidade do primeiro, a orientação e a finalidade do segundo permanecem incompletas e finalmente incompreensíveis (p. Ibid., 159).

Enfatiza, este autor, que tudo o que existe no mundo social e histórico está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico, mesmo não se esgotando nele. Os atos individuais e coletivos, tais como o trabalho, o consumo, a guerra, o amor, a natalidade, e os produtos materiais, sem os quais sociedade alguma poderia subsistir, não consistem diretamente em símbolos. Contudo, esses atos e produtos reais não seriam possíveis alijados de uma rede simbólica que lhes proporciona suporte (Ibid., p. 142).

A dimensão simbólica pode ser verificada primeiramente na linguagem, mas ela aparece em outro grau e em outra forma nas próprias instituições. “As instituições não se reduzem ao simbólico, mas elas só podem existir no simbólico, são impossíveis fora de um simbólico em segundo grau e constituem cada qual sua rede simbólica” (CASTORIADIS, 1982, p. 142). Isso porque, as instituições funcionam como sistemas simbólicos sancionados, os quais vinculam significados aos símbolos e procuram “fazê-los valer como tais, ou seja a tornar esta ligação mais ou menos forçosa para a sociedade ou o grupo considerado” (Ibid.).

Entretanto, as significações imaginárias sociais se diferenciam dos símbolos, apesar de serem constantemente confundidas com os mesmos. Isso porque, os significantes simbólicos são considerados como significados em si mesmos. Ou seja, o simbolismo é tomado de forma isolada da realidade imaginária e significativa que lhe confere sentido (Ibid., p. 173). Segundo Castoriadis, “todo simbolismo é diacrítico ou age por diferença”, isso quer dizer “que um signo só pode emergir como signo sobre o fundo de alguma coisa que não é signo ou que é signo de outra coisa” (Ibid., p. 144). Sobre o simbolismo, o autor constata que este “não pode ser nem neutro, nem totalmente adequado (a lógicas funcionais), primeiro porque não pode tomar seus signos em qualquer lugar, nem pode tomar quaisquer signos” (p. 146). Dessa forma, conclui que a sociedade...

[...] constitui sempre sua ordem simbólica num sentido diferente do que o indivíduo pode fazer. Mas essa constituição não é “livre”. Ela também deve tomar sua matéria



no “que já existe”. [...] Todo simbolismo se edifica sobre as ruínas dos edifícios simbólicos precedentes, utilizando seus materiais (p. 147).

Castoriadis oferece, com isso, uma chave interpretativa para a compreensão das instituições através de elementos que condicionam o simbolismo, assim ele afirma que um “simbolismo é dominável, salvo na medida em que remete, em última instância, a algo que não é simbólico” (Ibid., p. 154). Ou seja, o fator que fornece o “suplemento essencial de determinação e de especificação” do simbolismo, “não faz parte do simbólico” (Ibid.). Esse fator diz respeito ao componente imaginário de todo símbolo e de todo simbolismo que é essencial e decisivo para a compreensão do que o autor propõe. Para definir o termo de imaginário, ele utiliza, de início, seu sentido corrente. Para este autor, geralmente quando se fala de imaginário refere-se a algo “inventado” – de forma absoluta, tal como uma história que é imaginada em todos seus detalhes, ou quando se refere a um deslizamento ou a um deslocamento de sentido, no qual “símbolos já disponíveis são investidos de outras significações que não suas significações ‘normais’ ou ‘canônicas’” (Ibid.). No entanto, de forma contrária a esse pensamento corrente, o imaginário é o fator que confere a possibilidade de se manter inclusive um vínculo rígido entre o significante e o significado enquanto relação simbólica dominada pela função racional, o que Castoriadis chama de imaginário efetivo (Ibid., p. 155). Sendo que este tipo de imaginário encontra-se instituído nas sociedades modernas (Ibid.).

Diferentemente da racionalidade efetiva e institucional que procura manter um vínculo rígido entre o significante e seu significado, dentro do qual um procura consistir na representação idêntica ou causal do outro (Ibid., p. 161). De modo contrário, as significações imaginárias sociais não podem existir na forma representações de algo, pois elas “são de uma outra natureza, para a qual é inútil procurar uma analogia nos outros domínios da nossa experiência [...]”. Isso porque tais componentes imaginários somente podem ser captados:

[...] de maneira derivada e oblíqua: [...] como uma “deformação coerente” do sistema dos sujeitos, dos objetos e de suas relações; como a curvatura específica a cada espaço social; como o cimento invisível mantendo unido este imenso *bric-à-brac* de real, de racional e de simbólico que constitui toda sociedade e como o princípio que escolhe e informa as extremidades e os pedaços que aí serão admitidos. As significações imaginárias sociais [...] não denotam nada, e conotam mais ou menos tudo; e é por isso que elas são tão frequentemente confundidas com seus símbolos, não somente pelos povos que as utilizam, mas pelos cientistas que as analisam e que chegam, por isso, a considerar que seus significantes se significam por si mesmos (uma vez que não remetem a nenhum real, nenhum racional que pudéssemos designar), e a atribuir a esses significantes como tais, ao simbolismo tomado em si mesmo, um papel e uma eficácia infinitamente superiores às que certamente possuem (1982, p. 173).

Castoriadis (Ibid., p. 161) traça a categoria de imaginário radical ou imaginário instituinte enquanto o que capacita o indivíduo a tornar-se sujeito de processos sociais e históricos no momento em que ele consegue dar-se à criação, ou seja, dar-se àquilo que não é. Essa noção de sujeito se assemelha muito com o conceito de Alain Touraine (2006, p. 123), dentro do qual o sujeito evoca a ideia de luta social. Para o referido autor, o indivíduo somente se torna sujeito no momento em que aceita o ideal de reconhecer-se enquanto um ser que defende a sua singularidade, e que através de sua resistência dá um sentido a sua existência. De tal modo, o devir do sujeito consiste em se confrontar com as instituições vigentes para requerer maior liberdade, direitos sociais, econômicos e culturais e suprir as suas demandas (Ibid.). Sobre a relação do sujeito e do imaginário radical, Castoriadis (1982, p. 172), argumenta que o que constitui o sujeito na sua singularidade é...

[...] seu esquema organizador-organizado que se representa por imagem, e que existe não na simbolização, mas sim na presentificação imaginária a qual já é para o sujeito significação encarnada e operante, primeira captação e constituição logo de início de um sistema relacional articulado, colocando, separando e unindo “interior” e “exterior”, esboço de gesto e esboço de percepção, repartição de papéis arquetípicos e imputação originária de papel ao próprio sujeito, valorização e desvalorização, fonte da significância simbólica ulterior, origem dos investimentos privilegiados e específicos do sujeito, um estruturante-estruturado. No plano individual, a produção desse fantasma fundamental depende do que chamamos o imaginário radical.

Sobre o ato da criação, Castoriadis (Ibid., p. 162) diz que “o essencial da criação não é a ‘descoberta’, mas constituição do novo”, ou seja, para ele no plano do social “a emergência de novas instituições e de novas maneiras de viver, também não são uma ‘descoberta’, são uma constituição ativa”. Assim, de acordo com este autor:

A história é impossível e inconcebível fora da imaginação produtiva ou criadora, do que nós chamamos o imaginário radical tal como se manifesta ao mesmo tempo e indissolivelmente no fazer histórico, e na constituição, e na constituição, antes de qualquer racionalidade explícita, de um universo de significações (Ibid., p. 176).

Ele continua ao afirmar que no imaginário radical existem significações que “não são nem reflexo do percebido, nem simples prolongamento e sublimação das tendências da animalidade, nem elaboração estritamente racional de dados” (Ibid., p. 177). Assim, o imaginário radical é chamado dessa forma por Castoriadis porque está na raiz da constituição de qualquer universo de significações que compreendem o imaginário efetivo instituído.

Sobre o imaginário efetivo, este autor esclarece que é somente com as significações que compõem o imaginário social efetivo que “podemos compreender, tanto a ‘escolha’ que cada sociedade faz de seu simbolismo, e principalmente de seu simbolismo institucional, como os fins aos quais ela subordina a ‘funcionalidade’” (Ibid.). Assim no momento em que uma sociedade se torna dominada por seu imaginário efetivo, ela encontra-se prisioneira

“entre as coerções do real e do racional, sempre inserida em uma continuidade histórica e por consequência codeterminada pelo que já se encontrava aí, trabalhando sempre com um simbolismo já dado e cuja manipulação não é livre” (Ibid.).

Não obstante, tanto o imaginário quanto o simbolismo são condicionados por um conjunto articulado de significações denominadas por Castoriadis pela expressão de “sentido”. Segundo ele, o sentido “não está forçosamente ligado a nenhuma estrutura significante particular” (Ibid., p.167). Isso porque o sentido é “o que permanece invariante quando uma mensagem é traduzida de um código a outro”. Sentido é, desse modo, “o que permite definir a identidade (ainda que parcial) no mesmo código de mensagem cuja composição é diferente” (Ibid.). Assim, o sentido não é somente o resultante da combinação de signos, é antes o que estrutura essa mesma combinação, da qual ela é resultante (Ibid.). Sendo a expressão dos sentidos por meio da linguagem o que diferencia, segundo o autor, os discursos dos delírios. Em síntese, o sentido guarda uma estreita relação com a realidade instituída: “O sentido é esse núcleo independente que vem à expressão (que, neste exemplo, é o ‘estado real das coisas’)” (Ibid., p. 169). Castoriadis explicita, com isso, que existem significados relativamente independentes dos significantes e que desempenham um papel na escolha e na organização dos mesmos. Castoriadis distingue três tipos de sentidos, os quais consistem em conjuntos ordenados de significações, eles correspondem aos sentidos percebidos, aos pensados, ou às significações imaginadas (Ibid., p. 170).

Em relação ao primeiro tipo de sentido, este pode dialogar com a noção de *frame* de movimento em função da sua natureza cognitiva e avaliadora (TARROW, op. cit.) estar estritamente relacionada à forma como os sujeitos percebem o seu campo de ação de forma a buscarem incidir sobre ele. A importância de seu estudo reside primordialmente no fato de que as condições de miséria e dominação, que marcam os catadores, não conduzem esses sujeitos automaticamente à ação coletiva. Ou seja, estas condições em si não orientam esses sujeitos à construção de um movimento social que vise lutar para o encaminhamento adequado de sua questão social. Pois para que uma ação coletivamente coordenada possa ocorrer é necessário que exista, antes de tudo, um trabalho de referenciamento interpretativo (*framing*) que confere sentido aos descontentamentos dos sujeitos societários (TARROW, 2009 p. 41). A partir disso, é que pode-se compreender o que leva os sujeitos vítimas de injustiças e subordinações a desempenharem uma ação conjunta e coordenada contra tais circunstâncias conjunturais. Nesse sentido, uma das condições para se entender de modo mais qualificado a ação coletiva reside no processo de interação interpretativa levado a cabo pelos sujeitos que se articulam e encadeiam conjuntamente suas estratégias de ação.

Já os dois demais tipos de sentido, o pensado e as significações imaginadas dizem respeito simultaneamente ao imaginário efetivo instituído e ao imaginário radical instituinte. Desse modo, portanto, *frames*, sentidos instituídos, e imaginário radical são importantes definições operacionais de caráter metodológico para a interpretação dos tensionamentos e das expressões de conflitualidade entre os âmbitos instituídos e instituintes. Porque, tal conjunto de definições operacionais acerca desses conflitos pode auxiliar na investigação sobre como os sujeitos interagem com outros sujeitos e instituições para a consecução de políticas dentro das quais possam ser concretizados novos processos de democratização das relações sociais para além das estruturas instituídas.

### 2.3 PROBLEMAS E HIPÓTESES DE PESQUISA

Para dar conta dos processos instituintes em relação às estruturas instituídas foram elaborados os problemas que conduzem a presente pesquisa, a partir de dois pressupostos teóricos: o primeiro está associado à ideia de que os *frames* de ação coletiva compõem uma categoria de entendimento cognitivo através da qual se pode dignificar e justificar as reivindicações dos movimentos (TARROW, 2009, p. 121). E o segundo consiste na noção de que a democratização das relações sociais implica em um processo de incorporação de valores democráticos na cultura política voltados à constituição de uma nova subjetividade coletiva e na instituição de novas práticas societárias, o que, por sua vez, ocasiona uma dinâmica instituinte frente ao que já se encontra instituído (CASTORIADIS, 1982). A partir dessas pressuposições é que pôde ser elaborado os seguinte problemas de pesquisa:

Como as estratégias de questionamento social, político e estratégico às assimetrias de poder, empreendidas pelo MNCR, contribuem para transformação identitária deste movimento, ao mesmo tempo em que elas proporcionam processos de mudança societária no sentido da gestão integrada de resíduos sólidos a ser responsabilidade de todos, ou seja, universal?

Para a obtenção dos devidos encaminhamentos teóricos, metodológicos e empíricos adequados a este problema, fora elaborada a seguinte hipótese de pesquisa:

O questionamento sociopolítico e estratégico, por parte da militância do MNCR, das interdependências assimétricas instituídas nos distintos modelos de gestão de resíduos e no mercado de materiais recicláveis (pequenos, médios e grandes intermediários comerciais, empreiteiras de manejo de resíduos e indústrias recicladoras) possibilita o estabelecimento de um imaginário instituinte que pauta no interior deste movimento diferentes estratégias de ação

que proporcionam a consecução de novos arranjos institucionais (redes de comercialização, criação de programas públicos, instituição de espaços públicos para o controle social das políticas públicas de gestão de resíduos etc.).

E como hipótese complementar sugere-se que: de forma oposta, a ausência de questionamento sociopolítico e estratégico acerca dessas interdependências assimétricas possibilita a institucionalização desse movimento, segundo a lógica instituída do mercado e do Estado, promovendo a manutenção e o reforço de processos heterônomos condicionados pelas instituições em relação aos catadores.

## 2.4 METODOLOGIA

Na busca por uma interpretação dos principais aspectos das relações e dos processos sociais protagonizados pelos catadores organizados no MNCR em um contexto marcado por desigualdades políticas, sociais e econômicas, o pesquisador depara-se com muitos construtos teóricos, propostas metodológicas e sentidos empíricos diferenciados para dar conta de tamanha tarefa hermenêutica.

Como forma de se guiar neste imenso emaranhado de abordagens metodológicas, procurou-se utilizar a perspectiva metodológica de Melucci (2005), que, além de ser um dos autores que referenciam esta tese, ele possui um forte vínculo com a produção teórica sobre os movimentos sociais com ênfase na formação da identidade coletiva dos mesmos. Melucci (Ibid.) denomina sua perspectiva teórico-metodológica como “sociologia reflexiva”. Tal perspectiva veio a facilitar a realização do presente estudo, pois a mesma representa uma significativa parte dos recentes impulsos dados à tradição de pesquisa qualitativa e hermenêutica a partir das teorias do interacionismo simbólico, da etnometodologia e da dramaturgia social (MELUCCI, 2005, p. 31). Por procurar estabelecer diálogo com estas diferentes abordagens visualiza-se, aí, um valioso pressuposto para uma estratégia de estudo que procura dialogar com as teorias da ação coletiva e que busca fazer frente à grande complexidade da temática das relações e dos processos tratados no âmbito desta pesquisa.

Em síntese, a metodologia reflexiva compõe grande parte de todo um instrumental metodológico, cuja escolha e desenvolvimento visam conceber os catadores organizados no MNCR enquanto produtores de significados necessários ao seu agir social e coletivo. De modo simultâneo, o pesquisador dessas relações também produz significados, tal como concebe Melucci (2005, p. 329):

[...] ao menos quando nos ocupamos do mundo social, isto é de sujeitos que produzem significados enquanto nós produzimos significados, observamos relações sociais das quais fazemos inevitavelmente parte e, portanto, modificamo-las contemporaneamente [...] até mesmo aquela que se chama pesquisa teórica ou especulativa intervém sobre a realidade que observa. A pesquisa pode ser dita especulativa graças a uma convenção que reduz a intervenção ao mínimo ou a nega formalmente, mas na realidade ela interage sempre, ainda que de modo mediato com os sujeitos-objetos de quem se ocupa; produz, portanto em todo caso, alguma modificação do campo, se não por outra coisa, é porque provoca as transformações cognitivas devidas à circulação de ideias que ela produz.

Conforme o referido autor, a interação entre as significações provoca as mudanças cognitivas provenientes da circulação das ideias introduzidas pelas relações estabelecidas entre os sujeitos e o estudioso destas relações e dos processos por eles conformados. Ou seja, ao fazer parte do campo que observa, o pesquisador se expõe a circulação dos significados e dos significantes advindos da interação entre os sujeitos, o que provoca modificações tanto nas formas de compreensão próprias ao pesquisador quanto naquelas próprias aos sujeitos.

Neste contexto, o pesquisador não descreve uma realidade regida por leis gerais que governam a ação dos sujeitos, mas procura “entender o sentido das ações organizativas” (BOTTI, 2005, p. 125). A pesquisa deixa de ser concebida como um processo linear para se tornar um procedimento no qual o saber se origina de interações entre “observadores e observados”. Além disso, a pesquisa abandona a pretensão de atender a simples “descrição dos fatos reais”, e passa a ser entendida como “um texto construído para evocar uma compreensão dos fatos socialmente construídos” (Ibid.).

Esta forma de conceber os sujeitos do conhecimento e seu contexto é o que caracteriza a dimensão reflexiva do próprio pesquisador enquanto sujeito do seu próprio processo de pesquisa. A noção de reflexividade, assim concebida, auxilia o pesquisador a operar uma ruptura entre a reflexão sobre si mesmo e sobre fenômeno social. Portanto, a metodologia reflexiva parte do pressuposto de que é impossível para o pesquisador separar a sociedade dos modos de conhecê-la (FERREIRA, 2008, p. 35). Em uma escala menor, esta ruptura pode ser representada pela convicção de que é possível compreender questões significativas a cerca das organizações compreendendo o modo “como são definidos certos conceitos fundamentais no seu interior” (BOTTI, 2005, p. 126), ou seja, a partir da reflexividade dos sujeitos nelas envolvidos.

Para interpretar o modo como os catadores do MNCR definem a sua própria realidade, alguns nexos precisam ser situados entre as perspectivas reflexivas, fenomenológicas e interacionistas que fundamentam metodologicamente o presente estudo. O primeiro nexo a ser situado é o conceito de sentido. Este conceito é tão complexo quanto o

conceito de ação social, pois em sua composição constata-se que o mesmo possui a propriedade de ser um vínculo de natureza teórica entre categorias de análise e interpretação que pareçam duais e antagônicas, tais como as categorias de ação e estrutura, subjetividade e objetividade, sujeito e ator social (BERGER; LUCKMANN, 1996, p. 4-5). Isto porque, as apreensões subjetivas não têm sentido em si mesmas, entretanto elas representam o fundamento de onde pode emergir o sentido das ações e das experiências. Assim, estas apreensões podem ser interpretadas como sendo o sentido em sua forma mais elementar, em que o mesmo se apresenta como a consciência de que existe uma relação entre as várias experiências subjetivas. O sentido pode ser concebido, portanto, enquanto uma forma mais complexa de consciência intersubjetiva. Essa forma de abordagem remete à noção de estratificação e incompletude tanto do próprio sentido como da consciência mesma, ambos os quais podem estar sempre sendo aperfeiçoados enquanto componentes da vida cotidiana que capacitam os sujeitos a tomar decisões. Ao assim capacitarem-se, os sujeitos conseguem configurar níveis superiores de sentido por meio de avaliações de valores e interesses, através dos quais eles conseguem perceber as interações entre os envolvidos (Ibid., p. 3).

Nesta mesma direção também aponta a fenomenologia de Mead (1953, p. 168-170) ao preconizar que a articulação entre o sentido e a consciência individual é mediada pelo processo de interpretação pessoal dos significados provenientes da atividade social em que o sujeito está inserido. Esta atividade hermenêutica é o que possibilita aos indivíduos serem simultaneamente sujeito e objeto de si mesmos. Dessa forma, ao utilizar de uma terminologia clássica, este autor remete à ideia de que a consciência de si é, no fundo, um tipo específico de saber reflexivo que os sujeitos nutrem acerca das suas próprias ações (Ibid.).

Outro nexos entre as abordagens consiste na noção de interação interpretativa. Esse conceito conduz o pesquisador a refletir sobre a origem do sentido, cuja construção não decorre a partir de sujeitos unicamente individuais, mas é originado através da interação social, pois todos os conjuntos de significações são produtos sociais (BLUMER, 1980, p. 121; 122). Entretanto, os sentidos somente podem ser apropriados e utilizados pelos sujeitos através de um processo de interpretação composto por duas diferentes etapas: a primeira é aquela em que os sentidos são identificados e determinados pelo indivíduo, através da comunicação consigo mesmo ou através de sua “autointeração”. E a segunda etapa se dá quando se estabelece uma “manipulação de significados” pelo sujeito desde o ponto de vista de seu contexto social, ou seja, os significados são selecionados, agrupados, modificados e utilizados como forma de orientar e constituir ações sociais. Ao serem realizadas essas operações interpretativas, o indivíduo empenhado nesta autorrelação deixa de ser um



organismo que apenas reage de um modo não simbólico, para tornar-se um sujeito capaz de elaborar diretrizes através de sentidos simbólicos para a sua ação e seu comportamento dentro de uma realidade social por ele interpretada (Ibid., p. 124-131). Desse modo, a ação coletiva é concebida como o resultado de um processo de interação interpretativa levado a cabo pelos sujeitos que se articulam e encadeiam juntos suas estratégias de ação. Por isso, é que por trás de qualquer ação coletiva existe um conjunto de significados que lhe confere sustentação (Ibid., p. 135).

Tal conjunto de significados, o qual sustenta as ações dos indivíduos ao conferir-lhes sentido, pode ser elucidado pelo pesquisador-intérprete do social através da passagem de uma interpretação formulada obtida pelo contexto imediato de ação, para uma interpretação refletida obtida através da reflexão teórica (WELLER, 2005, p. 273). Ou seja, deve-se pressupor dois níveis de interpretação: o nível da interpretação formulada como sendo o âmbito da descrição do que é formulado pelos sujeitos para uma linguagem que também possa ser compreendida por quem não pertence ao meio. E o nível da interpretação refletida enquanto “observação de segunda ordem” sobre o *frame* de referência, que orienta as falas, as ações e as motivações dos indivíduos ou dos coletivos em questão. Assim, a interpretação de segunda ordem teria por fim reconstruir, de modo reflexivo, este *frame* de referência (Ibid., p. 277) responsável pela produção dos sentidos dados à ação dos sujeitos. Deste modo, a pesquisa reflexiva demanda um exercício de dupla hermenêutica (MELUCCI, 2005, p. 33), não como meio de obtenção de conhecimentos absolutos advindos de dados incontestáveis, mas para a consecução de uma definição plausível sobre a forma como os sujeitos procuram conferir sentido às suas próprias ações.

A importância deste tipo de pesquisa reside ainda no fato de que as condições de miséria e dominação não conduzem os sujeitos à ação coletiva. As condições em si não conferem orientação para se organizar um movimento social. Nesse ponto, ressalta-se o nexo entre a perspectiva reflexiva e as teorias da ação coletiva, pois para que uma ação coletivamente coordenada possa ocorrer é necessário que exista, antes de tudo, um trabalho interpretativo através de um marco de referência significativo e estratégico (*frame*) que confere sentido aos descontentamentos dos sujeitos societários (TARROW, 2009 p. 41). Assim, torna-se possível compreender as motivações dos sujeitos vítimas de injustiças e subordinações a desafiarem os poderes instituídos através de uma ação conjunta e coordenada contra tais circunstâncias. Pois, uma das condições fundamentais para entender a ação coletiva é o processo de interação interpretativa levado a cabo pelos sujeitos que se articulam e encadeiam conjuntamente suas estratégias de ação. Este tipo de interação é o que pode



elucidar o modo pelo qual “os sujeitos participantes constroem sentidos e significados para suas ações a partir do próprio agir coletivo” (GOHN, 2008, p. 442).

Os sentidos compartilhados entre os membros de um coletivo, como um movimento social, representam o substrato de uma reinterpretação da história desses sujeitos que possibilita a construção de novas referências simbólicas a serem disseminadas no cotidiano dos coletivos dos grupos “subalternos” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 513). É a partir desses esquemas compartilhados que os movimentos se enraízam na vida cotidiana dos indivíduos e das coletividades (DOMINGUES, 2003 p. 477-478).

Ao se enfatizar os processos de estruturação dos sentidos e das significações, se torna necessário esclarecer a natureza de tais processos, pois os mesmos não configuram fatos acabados “prontos para serem revelados ou descritos em benefício do próprio público eventual” (BOTTI, 2005, p. 125). Ou seja, não existe um “estado ontológico atribuído aos *patterns of meaning*, aos estudos de comportamento e aos *frames of reference*”, isso porque qualquer conhecimento obtido pelo pesquisador decorre “de uma atividade hermenêutica de outros e de tradução entre os *frames* de referência, seus próprios e aqueles do grupo que está estudando” (Ibid.).

#### 2.4.1 Estratégia de Pesquisa

O que se intenciona aqui é traçar uma estratégia de pesquisa que permita, primeiramente, explicitar a consecução de uma estratégia de interpretação passa por elucidar as definições operacionais de pesquisa. E, por último, esta estratégia deve estar pautada pelos problemas e os objetivos desta mesma pesquisa. A estratégia de pesquisa visa, com isso, facilitar a interpretação do processo de compartilhamento de sentidos entre o presente pesquisador e os sujeitos cujas relações compõem o objeto de interpretação deste estudo.

Desse modo, pretende-se compreender a própria ação enquanto estudioso inserido neste movimento. Para isso, se procura interpretar a forma como são constituídos os *frames* interpretativos em uma hermenêutica de segunda ordem a fim de contemplar o processo de compartilhamento de sentidos entre o presente pesquisador e estes sujeitos. As relações mútuas estabelecidas entre mim e certas lideranças do MNCR representam uma parte extremamente significativa de minhas próprias experiências e expectativas que através deste estudo procuro compreendê-las de modo mais qualificado. Conforme pronuncia Streck (2005a, p. 24):

Envolver-se seriamente na pesquisa implica, mais cedo ou mais tarde, pesquisar a si mesmo, ampliando a autoconsciência das limitações e possibilidades. O pesquisador não entra no seu campo de pesquisa como um elemento estável e fixo.

Ele muda porque (ou quando) aprende. A escrita dos resultados é por isso também um exercício de autoescrever-se.

Nesta incessante busca por novas formas de pesquisa enquanto pronúncia do mundo (Ibid.) é que o pesquisador depara-se com o principal e mais difícil desafio que consiste, precisamente, em além de pesquisar o outro, pesquisar a si mesmo. Isso como uma forma de aperfeiçoamento da práxis enquanto elemento de construção de conhecimento.

Neste ponto, é imprescindível frisar que um estudo pautado por uma metodologia reflexiva difere de forma decisiva das reflexões e das práticas metodológicas tradicionais nas quais a influência do ator social representa um elemento de perturbação que poderia impedir “a aplicação rigorosa dos procedimentos típicos dos métodos científicos” (RANCI, 2005, p. 44). O que ocorre neste âmbito mais tradicional de pesquisa é o predomínio de uma visão dualística conforme a qual apenas a separação precisa entre o pesquisador e o ator social é o que poderia tornar válido um processo cognoscitivo de pesquisa (Ibid., p. 46). Já em uma outra perspectiva metodológica, a relação entre pesquisador e ator além de ser uma nova e vigorosa fonte de novos problemas metodológicos é também uma oportunidade única do estudioso conseguir “observar os aspectos pouco evidentes do fenômeno em estudo e para colocar à prova, graças ao confronto com interpretações de sentido comum, os próprios esquemas explicativos” (Ibid., p. 45). Neste sentido, a própria relação entre pesquisador e sujeito social necessita ser colocada em evidência, pois a prática de pesquisa não busca apenas obter apenas a disponibilidade do sujeito em colaborar com a pesquisa, mas trata da possibilidade mesma do pesquisador “apoderar-se de chaves interpretativas e de competências linguísticas”, as quais podem soar constantemente estranhas ao pesquisador (Ibid., p. 54). Para tanto, é preciso considerar a investigação social não somente como uma forma de exploração da realidade social, mas como um “jogo relacional”, em que encontram-se...

[...] implicados o pesquisador (e a comunidade científica da qual participa) e os sujeitos sociais que, por diversas formas, são solicitados para colaborar na pesquisa. A qualidade dos resultados atingidos pela pesquisa depende, assim, não só das categorias conceituais e explorativas do pesquisador, mas também da sua capacidade de fazer deste jogo uma importante fonte de informações e de interpretações (Ibid., p. 61).

Este “jogo relacional” ocorre quando o ator social é estimulado a partir de questões cognoscitivas, as quais consigam produzir definições próprias da realidade, cujo interesse pelas mesmas é despertado no pesquisador. Neste jogo de relações, a regra vigente é a que estabelece um tipo específico de troca entre o ator social e o pesquisador, no sentido de estabelecimento de um confronto que possa submeter à crítica os esquemas explicativos tanto

deste e quanto daquele, enquanto sujeitos envolvidos no mesmo processo de produção de conhecimento (Ibid., p. 65; 66).

No contexto deste estudo, o pesquisador e os sujeitos figuram como cúmplices ao estarem ambos comprometidos, através dos acordos provenientes das regras que vão se estabelecendo nesse jogo de relações, a “construir as ideias de modo que se sustentem em pé” (NERESINI, 2005, p. 82). Desta forma, quando se realiza uma investigação está-se “construindo o mundo da pesquisa social em colaboração com os sujeitos que estamos entrevistando, observando, registrando” (Ibid.). Tanto que a construção dos objetos de interpretação deve ser feita enquanto um processo estabelecido entre os próprios sujeitos como forma de estruturação da realidade de estudo e pesquisa em que pesquisador e sujeito se envolvem mutuamente enquanto protagonistas desta mesma realidade.

Assim sendo, a própria pesquisa se converte numa instância propícia à articulação de encontros entre os distintos sujeitos envolvidos em um mesmo processo com a finalidade de que se estabeleçam negociações acerca das melhores formas de se “pronunciar o mundo” (STRECK, 2005a, p. 28).

Entretanto há um dilema relacionado a este tipo de pesquisa reflexiva que se baseia na cooperação entre os sujeitos e o pesquisador. Essa condição paradoxal, em certa medida, está relacionada ao fato do pesquisador não poder, “todavia, ser ao mesmo tempo ator e observador de si mesmo” (NAVARINI, 2005, p. 175). Como forma de conseguir equacionar tal dilema, o pesquisador precisa pôr-se em contato, não com uma “representação fotográfica da realidade (problemática ou não) que ele encontra diante de si, mas, com uma coconstrução da mesma” (Ibid.). A consecução desta “construção simbólica conjunta” acontece nos momentos em que a ação em si é pausada para se constituírem períodos nos quais ocorrem “a digestão dos dados”, onde, “o pesquisador reflete sobre o material recolhido, sobre seus conteúdos e formula outras eventuais interrogações, discutindo-as sucessivamente” junto aos sujeitos num processo que pode ser definido como “*feedback* compartilhado” (TERRAGNI, 2005, p. 153). Tais espaços de *feedback* tornam explícitos a polissemia e conflito entre as diferentes formas de se perceber e se interpretar uma mesma realidade (NAVARINI, 2005, p. 185). Concretamente estes espaços de *feedback* consistem nas diversas instâncias de deliberação do MNCR, tais como reuniões da coordenação executiva, reuniões estaduais e todas as demais atividades de deliberação e debate de ideias das quais pude participar em conjunto com o referido movimento. Estes espaços compartilhados são fundamentais à coleta e discussão dos dados empíricos. A subsequente interpretação destes dados, diferentemente

das pesquisas tradicionais, não “ocorre ao término da fase de pesquisa de campo, mas procede paralelamente, refletindo-se sobre ela” (TERRAGNI, 2005, p. 153).

A importância da produção social do conhecimento científico adquire vantagem em relação aos outros tipos de conhecimento em consequência da disposição de recursos institucionais direcionados ao desenvolvimento de sua produção (MELUCCI, 2005, p. 38). Esta produção é, assim, assegurada por instituições que fomentam as condições necessárias à existência daquilo que Neresini (2005, p. 81) designa como sendo um “outro lugar, em relação ao aqui do mundo da vida cotidiana, isto permite ao pesquisador colocar-se a um nível diverso, de operar aquela passagem que indica o início de um processo de conhecimento”. Este referido autor situa, ainda, este “outro lugar” da prática de pesquisa social como que localizado entre um espaço e outro, onde de um lado:

[...] não podemos, então, conhecer nada sobre o mundo da vida cotidiana – obviamente em termos sociológicos – até que façamos parte dele; de outro, quando somos destacados colocando-nos no mundo da pesquisa social ele nos segue, assumindo, porém, características que o tornam diverso do original. A pesquisa social trabalha com um tipo particular de fenômenos sociais: aqueles que tomam forma dentro do mundo da pesquisa social sobre a base dos seus pressupostos (Ibid.).

Muitas vezes, no entanto, tal construção de conhecimento não pode ser garantida aos sujeitos em função da falta de tempo e recursos que garantam os espaços reflexão da sua própria ação (MELUCCI, op. cit., p 38). Aí reside a importância de um processo de pesquisa que preze pela conformidade com a destinação de tempos e espaços próprios à prática de estudo da dimensão social das relações e processos protagonizados pela ação dos catadores, como o que pode garantir a continuidade destes processos de produção de conhecimento, os quais são caracterizados por manterem a reflexão sobre as condições sociais da produção das próprias práticas.

#### 2.4.2 Procedimentos Técnicos de Pesquisa

Para visualizar quais procedimentos técnico pode ser empregados como forma de efetivação deste processo de estudo é preciso, antes de tudo, destacar a existência de um tipo de consciência interpretativa situada no interior da noção de reflexividade que se expressa através de uma linguagem que objetiva o mundo e o converte em experiência intersubjetiva (BERGER; LUCKMANN, 2008, p. 204). Deve-se, no entanto, ter claro que as palavras e as expressões não possuem o mesmo significado para todos os indivíduos, pois os mesmos termos empregados fazem sentido de acordo com o seu contexto específico de produção (FODDY, 1996, p. 43-45).

Deste modo, como forma de operacionalização deste estudo, torna-se preciso documentar os contextos concretos de produção dos sentidos estabelecidos pela linguagem dos sujeitos. Para isso, são utilizados os seguintes instrumentos empíricos de pesquisa: um diário de campo composto pelo registro das observações de impressões contextuais, e pela documentação das conversas e diálogos estabelecidos entre os sujeitos e o pesquisador. Também foram realizadas entrevistas em profundidade com cinco militantes históricos deste movimento, entre os quais quatro são lideranças que compõem a Coordenação Nacional do MNCR: duas do Rio de Janeiro, uma de Minas Gerais e uma do Paraná. Também foi entrevistada uma apoiadora-técnica da Rede Cata-Paraná.

Foi coletado, também, vasto material empírico em forma de atas, relatos e relatórios de reuniões regionais, estaduais e nacionais, assim como de seminários cuja referência encontra-se em anexo. Igualmente, foram coletadas e processadas uma série de publicações de textos e cartilhas de formação deste movimento. Todo o material devidamente citado no momento de sua utilização para compor o texto deste estudo. Em suma, foram obtidos e trabalhados os dados através de variados meios empíricos de pesquisa.

### 3 SENTIDOS INSTITUÍDOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E FRAMES DE AÇÃO COLETIVA

Neste capítulo serão utilizadas as categorias da teoria da MP, tais como *frames* (TARROW, 2009) e oportunidades políticas (MEYER, 2002; TARROW, 2009). Por se tratar de uma perspectiva com características mais instrumentais, ela ajuda a localizar as ações dos movimentos nos contextos macrossociais e a interpretar os condicionantes da ação dos sujeitos coletivos em termos de oportunidades e percepções estratégicas das mesmas (GOHN, 2006, p.92). Nessa parte da tese, por intermédio desta perspectiva teórica, serão interpretados processos identitários e estratégicos provenientes da forma como são interpretados os sentidos presentes nos diferentes modelos de gestão de resíduos sólidos pelos catadores do MNCR. Neste capítulo serão colocadas em foco as condições que possibilitam ao MNCR uma visualização do processo estratégico de médio prazo, a qual contribui para a consolidação de uma identidade coletiva e organizacional presente neste movimento.

Em síntese, o objetivo deste capítulo consiste em abordar a complexa relação entre os *frames* do MNCR, a identidade organizacional dos catadores e o processo estratégico de médio prazo em um contexto instituído. Tal contexto será verificado através da interpretação dos sentidos efetivados nas diferentes políticas de gestão. Não obstante, tais sentidos são percebidos pelos catadores através de *frames* que possibilitam que haja contraposições estratégicas, de alcance mais restrito, advindas do imaginário percebido. Esta categoria aportada por Castoriadis (1982, p. 169; 170) pode, conforme visto no capítulo anterior, dialogar com a categoria de *frames* de ação coletiva. Isto se deve em consequência do fato de que a percepção deste imaginário efetivo, expresso pela racionalidade das instituições, seja obtida através da vigência de um *frame*, o qual garante que os sujeitos consigam questionar política e estrategicamente as desigualdades e assimetrias de poder em momentos conjunturais específicos. Tal processo de referenciamento interpretativo e estratégico também faz com que eles possam perceber as oportunidades políticas presentes nos diferentes modelos instituídos de gestão de resíduos sólidos. Deste modo, neste capítulo busca-se interpretar e compreender as estratégias realizadas pelo MNCR restritas a uma determinada realidade, dentro da qual se configura institucionalmente distintos modelos de gestão de resíduos vigentes em determinadas conjunturas históricas.

A importância da pesquisa e do estudo destes *frames* reside no fato de que, além de se garantir um processo hermenêutico mais qualificado sobre as estruturas de poder político e econômico, se consegue compreender os sentidos que proporcionam as mudanças de

estratégia e, por conseguinte, da identidade coletiva dos catadores do MNCR. Em suma, os *frames* possibilitam formas de realização de estratégias a partir das oportunidades políticas colocadas pela realidade conjuntural. Sem este processo de referenciamento interpretativo não seria possível, sequer, perceber tais oportunidades políticas. Isso porque tais *frames* de ação coletiva contribuem para o aperfeiçoamento das perspectivas políticas desses sujeitos como forma de interpretação de uma determinada conjuntura e dos instrumentos estratégicos que os permitem atuar dentro desta realidade dinâmica e constantemente mutável. Assim, este capítulo visa identificar, primeiramente, os sentidos instituídos dos modelos de gestão de resíduos que definem diferentes conjunturas, dentro das quais os catadores do MNCR atuam. E, na segunda metade do presente capítulo se busca situar os diferentes *frames* do MNCR associados a essas distintas conjunturas.

### 3.1 OS SENTIDOS INSTITUÍDOS DOS MODELOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Nos dias atuais, a gestão de resíduos sólidos é regulada pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS – Lei N°. 12.305/2010). Este marco legal estabelece o sentido da gestão integrada destes resíduos, o qual aponta para a articulação entre as dimensões sociais, ambientais e econômicas presentes na gestão dos mesmos. A lei reconhece o trabalho das cooperativas e associações de catadores e define sua prioridade na contratação para execução dos serviços de coleta e destinação de resíduos sólidos (BRASIL, 2010b).

A implementação deste sentido que rege a PNRS, no entanto, não ocorre no vazio. Ela acontece em um contexto em que as práticas de gestão dos resíduos sólidos encontram-se hegemônicas por sentidos privatistas e estatistas, dentro dos quais o controle social sobre a prestação desse serviço público é quase inexistente. Como forma de caracterização disto, nesta parte do presente capítulo é feito um breve histórico do processo de implantação dos serviços de manejo de resíduos sólidos urbanos no Brasil com a finalidade de se identificar os diferentes modelos de gestão vigentes em distintas conjunturas oriundas dessa trajetória.

#### 3.1.1 As Etapas de Estruturação dos Serviços de Manejo de Resíduos Sólidos

Os serviços de manejo de resíduos são caracterizados pelos processos de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos. Por sua vez, os mesmos fazem parte dos serviços públicos de saneamento básico, estes consistem no abastecimento de água, no esgotamento sanitário e no manejo de águas pluviais. Tais serviços têm a responsabilidade de



execução pela esfera municipal e são regulados de por legislações específicas (BRASIL, 2007).

No Brasil, a normatização, implementação e o aperfeiçoamento técnico dos serviços de manejo de resíduos sólidos são, desde sua procedência, influenciados pelos modelos europeu e norte-americano. A origem dos mesmos, enquanto serviços públicos, provém das demandas sanitaristas que contextualizaram a formação e o desenvolvimento das grandes metrópoles industrializadas (WIRTH; OLIVEIRA, 2015).

Três etapas consecutivas estruturaram a implantação desses serviços: a inauguração dos mesmos serviços por empresa estrangeira, a administração direta por parte do poder público (estatização) e a posterior terceirização para uma empresa nacional (MARQUES, 2005). Segundo Marques (Ibid., p. 17), a primeira etapa não é uma peculiaridade dos serviços de manejo de resíduos, mas acontece em diversos ramos do serviço público brasileiro – tais como eletricidade, gás, telefone, esgotamento sanitário, abastecimento de água e transporte – no contexto de um desenvolvimento econômico dependente. A segunda etapa, iniciada nos anos 30, consiste na administração direta, a qual ocorre em um contexto de substituição de importações, dentro do qual Estado passa a exercer um papel principal como gestor do processo de desenvolvimento econômico (Ibid.).

Já nesta segunda etapa, existem diversos relatos da presença dos catadores e da incipiente criminalização das suas atividades nas áreas de disposição de resíduos (CYTRYNOWICZ; CAODAGLIO, 2012, p.111). Isso significa que de modo anterior a qualquer política de reciclagem e destinação correta de lixo já havia catadores que recuperavam materiais descartados nos lixões e nas ruas dos grandes municípios brasileiros (WIRTH; OLIVEIRA, 2015, p. 3).

A terceira etapa diz respeito à concessão dos serviços para as empresas nacionais, que inicialmente eram do ramo da construção civil e não tinha experiência com o manejo de resíduos. Sendo que o argumento da estabilidade no auferimento de receitas financeiras por maiores períodos de tempo, diferentemente do cenário instável que caracterizava o ramo da construção civil, foi o que pesou para atuação neste novo setor de atuação (CYTRYNOWICZ; CAODAGLIO, 2012, p. 136).

A rápida expansão se deve ao valor financeiro ser repassado às empresas de forma proporcional ao volume de resíduos coletado. Isto estimulou as empresas a expandir o serviço para regiões não atendidas, antes mesmo que a demanda fosse pautada pelo poder público ou pelos próprios munícipes (MARQUES, 2005, p. 68). Como consequência, no ano 2000, 70% dos resíduos brasileiros eram coletados por poucas empresas privadas (JACOBI; BESEN,



2006). Tais empresas concentram suas atividades fundamentalmente em municípios que possuem acima de 500 mil habitantes (médias e grandes cidades) em função da maior arrecadação de tributos, o que garante as condições necessárias para o financiamento dos serviços de manejo de resíduos (Ibid.).

Foram abordados aqui os períodos de implantação, estatização e privatização dos serviços de limpeza urbana no Brasil. Cada uma destas etapas contribuiu para consolidar um sentido hegemônico de gestão de resíduos. Passar-se-á à definição de cada um desses sentidos de gestão com especial ênfase na forma como cada um condiciona um tipo determinado de conjuntura que contextualiza a percepção e a ação dos catadores.

### 3.1.2 O Sentido Estatista de Gestão de Resíduos

Para fundamentar a construção de um sentido estatista de gestão de resíduos tem início no momento em que o que era então chamado de “lixo” passou primeiramente a ser pontuado como um problema de saúde pública, para depois ser considerado um problema ecológico ou um passivo ambiental que precisava ser solucionado pelo poder público. A emergência dessa visão ecológica sobre os resíduos está relacionada ao processo de “institucionalização do meio ambiente”, que teve início entre os anos 70 e o final do século XX. Este processo fora desencadeado pela conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) de Estocolmo em 1972, cuja temática centrava-se nas questões ambientais (CABALLERO, 2008, p. 10).

Apesar de seus apelos por legitimação estabelecidos sobre os debates ambientais que tomavam conta de diversas esferas públicas, o sentido estatista serviu historicamente para estruturar relações burocráticas de poder com o objetivo controlar os resíduos sólidos, a cadeia de serviços que envolvem seu destino final e, colateralmente, as pessoas que produzem seu sustento a partir da catação. Serviu também para ampliar e consolidar esse serviço para posteriormente concedê-lo à iniciativa privada.

Como forma didática de compreensão do sentido estatista de gestão, nesta parte inicial, serão descritos os significados que caracterizam este sentido, e posteriormente serão expostas das devidas referências e as evidências empíricas necessárias para fundamentar a existência de tais significados. Procede-se dessa forma para que se possa introduzir o leitor de forma mais qualificada à complexidade presente na articulação dos significados das diversas ações, ordenados no interior do sentido estatista, cuja interpretação é buscada por esta parte do texto.

No modelo de gestão hegemônico por um sentido estatista quem toma as decisões e executa o serviço de limpeza urbana é o poder público municipal: a prefeitura. Nele, o sistema

de coleta seletiva é instituído, o que pode vir acompanhado de medidas que proíbam e criminalizem a atividade de catação. O lugar definido para os catadores nesse modelo geralmente os limita a condição de triadores. Os catadores não executam a coleta domiciliar porta-a-porta dos resíduos recicláveis, mas realizam a triagem do material proveniente desse serviço em galpões cedidos ou alugados pelo poder público. Os catadores que se adequam ao trabalho segundo o formato pré-determinado por gestores da prefeitura são “incluídos”, enquanto aqueles que optarem por permanecer nas ruas são coibidos.

A remuneração dos catadores é proveniente da venda do material reciclável. Os grupos podem contar com algum convênio para cobrir os custos de manutenção do espaço, que geralmente é bastante modesto e não permite melhora da infraestrutura de trabalho.

Em municípios em que o resíduo é repartido entre diversas cooperativas e associações, a distribuição pode funcionar como mecanismo de controle político. Os grupos mais reivindicativos e que se mostram questionadores do modelo recebem o pior material ou têm seu fornecimento interrompido. Já aqueles mais aderentes às regras estipuladas são premiados com o resíduo proveniente de regiões urbanas mais ricas e que produzem resíduos recicláveis de melhor qualidade.

Esse modelo de gestão estatista também alimenta a disputa com os catadores individuais e familiares, uma vez que cria uma cisão entre coleta formal e informal. Dessa forma, segundo a alegação dos gestores, os responsáveis pela qualidade ruim do material destinado aos galpões seriam os catadores informais, que estariam “desviando” o material do sistema oficial de coleta. Outra alegação comum é a falta de consciência da população, que não viria separando o material corretamente, tampouco respeitando os dias estabelecidos para a realização da coleta seletiva. É possível constatar, portanto, o fomento deste tipo de conflitualidade como um dos pilares de sustentação desse sistema de coleta.

Nesse modelo, a participação dos catadores e da comunidade é limitada. Do sujeito catador é tirada a possibilidade de atuar como agente de conscientização ambiental da população. As cooperativas, associações, organizações ambientalistas podem ser consultadas, participar de algumas etapas, mas não possuem poder para influenciar no desenho deste modelo de gerenciamento. Observa-se a dissociação dos aspectos sociais, culturais e ambientais. Esse processo constitui-se, assim, em obstáculo para a efetivação de um modelo de gestão integrada de resíduos.

O sentido estatista é parte de um fenômeno de controle social próprio da dinâmica dos Estados modernos, chamado de tendência à burocratização da divisão do trabalho que segundo Max Weber funda-se:

[...] na ‘separação’ do trabalhador em relação aos meios materiais de produção, da destruição, da administração, da pesquisa acadêmica e das finanças em geral, o que constitui a base comum do Estado moderno na sua esfera política, cultural e militar, e a economia privada capitalista (GIDDENS, 1998, p. 36; 37).

A especialização burocrática de tarefas enquanto a primeira e a mais importante característica do Estado racional-legal foi o mais integral dos feitos do capitalismo. Não somente uma expropriação do trabalhador em relação aos meios de produção, mas além disso, a expansão ilimitada do domínio racional como significação imaginária do mundo moderno encontra-se poderosamente encarnada na técnica e na organização (CASTORIADIS, 1991, p. 21). Isso porque os catadores precisam ser apenas partes de um sistema burocrático dentro do qual eles seriam apenas “uma peça em um mecanismo móvel que lhe prescreve uma marcha essencialmente fixa” (GIDDENS, 1998, p. 58) direcionada para fins políticos e econômicos prescritos pelo gestor e não pelos trabalhadores.

Este modelo preparou o terreno para um outro modelo em que a iniciativa privada assume o controle dos serviços de coleta de maneira especializada, afastando ainda mais a possibilidade dos catadores se tornarem os gestores de seus processos de trabalho em um modelo de gestão integrada de resíduos.

### 3.1.3 O Sentido Privatista de Gestão de Resíduos

No modelo de gestão hegemônico pelo sentido privatista, os serviços de manejo de resíduos são convertidos em mercadoria. Isso porque, a lucratividade dos serviços, que são ofertados aos seus beneficiários por meio de empresas capitalistas, passa a ser o seu objetivo principal. Isto acaba por condicionar as escolhas tecnológicas, as decisões que afetam o meio ambiente e as condições de trabalho a tal imperativo (WIRTH; OLIVEIRA, 2015, p.7).

Neste sentido de gestão, o poder público municipal realiza a contratação de uma empresa para a prestação integral dos serviços de manejo de resíduos ou de determinadas partes dos mesmos. De forma frequente, há inúmeras dificuldades do órgão público municipal, que possui tal incumbência, de fiscalizar a qualidade da prestação desses serviços. Isso acontece porque muitas vezes, as repartições não contam com as ferramentas técnicas – tais como sistemas de informação, banco de dados, rastreamento de caminhões, etc – e tampouco com funcionários qualificados do quadro técnico – uma vez que diminuição das áreas técnicas do Estado consiste em uma tendência que avança a partir das terceirizações de serviços (MARQUES, 2005; GANDY, 1994, p.11). Em função disto é que as empresas passaram a ter um papel muito mais abrangente do que uma simples prestação de serviços,

pois elas influenciam de modo decisivo na própria definição de como tais serviços serão prestados, bem como na decisão dos seus custos e preços (WIRTH; OLIVEIRA, 2015, p. 7).

A análise de algumas capitais demonstra que o sentido privatista presente nesses sistemas impede a construção de soluções voltadas à reciclagem e ao fortalecimento dos empreendimentos de catadores. Esse é o caso de Belo Horizonte (FRAGA; WIRTH, 2011), São Paulo (ROLNIK, 2011). Há também estudos que apontam esses problemas na América Latina, em cidades como Buenos Aires (ANGUITA, 2007) e Bogotá (RODRIGUEZ, 2002; PARRA, 2007). Sobre isso, argumenta Raquel Rolnik (2011) que:

É um absurdo que a cidade mais importante e rica do Brasil [São Paulo] tenha um percentual de coleta seletiva de lixo e reciclagem tão ínfimo. Isso se deve a um modelo de gestão baseado na ideia de tratar os resíduos como mercadoria, como um campo de produção de negócios, em que o mais importante é que as empresas que trabalham com lixo ganhem dinheiro. Se tiver reciclagem, terá menos lixo e menor será o lucro das empresas. (Ibid.).

Segundo Wirth (2013), o sentido privatista vigente de gestão de resíduos não conduziu até o presente momento à reciclagem dos resíduos pelo fato de que os contratos remuneram as empresas por tonelada coletada, quilômetro rodado e tonelada aterrada. Isso significa a adesão à lógica do “quanto mais ‘lixo’, maior o preço pago pelos serviços” (Ibid.).

De acordo com o sentido privatista, o caminhão compactador, as esteiras de triagem, a triagem mecanizada e a incineração consistem em soluções tecnológicas para lidar com um grande volume de resíduo através da ocupação de um número reduzido de trabalhadores. São, portanto, tecnologias intensivas em capital (WIRTH; OLIVEIRA, 2015, p. 8).

Segundo Wirth e Oliveira (Ibid.) não se pode dizer que isto seja um processo de privatização dos serviços de manejo de resíduos, pois o mesmo permanece sob a responsabilidade dos poderes públicos municipais, contudo, “é nítida a instauração de um sentido privatista que orienta a elaboração dos contratos”. Sendo que é “esse sentido privatista que situa os programas de coleta seletiva na marginalidade dos sistemas de gestão dos resíduos”. Isso pode ser constatado já na década de 90 em que havia uma série de iniciativas projetos e programas localizados de coleta seletiva em diversas cidades do país, que ocorriam à margem das políticas de limpeza urbana e de destinação de resíduos (EIGENHEER, 1993).

Ambos sentidos estatista e privatista reduzem a problemática dos resíduos a uma de suas dimensões, política e/ou econômica, não constituindo um enfoque integrado de gerenciamento dos mesmos, por abordar também de forma reducionista os demais sentidos sociais, ambientais e culturais que envolvem a gestão de resíduos sólidos.

### 3.1.4 A PNRS e o Significado de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos

A PNRS, sancionada em 2010, possui o potencial de reconfigurar as práticas de gestão à medida que introduz uma série de conceitos e obrigações a partir de uma visão abrangente da questão dos resíduos. Antes tratado como externalidade, o resíduo agora figura oficialmente como potencial insumo para as diversas cadeias produtivas. Enquanto nos sentidos hegemônicos dos modelos de gestão anteriores a essa legislação, a principal preocupação era com sua destinação, agora a abordagem do problema deve se iniciar pela não-geração, passando pela redução, reaproveitamento, reciclagem, tratamento e, por último a destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos (BRASIL, 2010b, art. 9º). Essa ordem de prioridade demanda “tornar os rejeitos visíveis, pois eles revelam os erros de projeto dos desenhos industriais. Aquilo que não pode ser reaproveitado, reciclado ou compostado não deveria ter sido produzido pelas indústrias” (CONNET, 2014).

Na perspectiva de atacar a problemática dos resíduos já em sua geração, a política determina a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a logística reversa e o princípio do poluidor-pagador, que obriga o fabricante e importador a responder por todo o ciclo de produção, incluindo o resíduo gerado pelo descarte da embalagem ou do próprio produto. Do ponto de vista da participação da sociedade civil destaca-se o princípio “do direito da sociedade à informação e ao controle social” definido pela PNRS. Especificamente em relação à participação dos catadores de materiais recicláveis ressalta-se “o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania” (BRASIL, 2010b, art. 6º, item VIII).

O significado de gestão integrada, por sua vez, é definido como “conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2010b, art. 3º, item XI).

Esse novo significado sobre os resíduos demanda a reconfiguração dos modelos de gestão e das rotas tecnológicas até então utilizadas. Isso exige, entre outras medidas, o reconhecimento da importância de catadores de materiais recicláveis enquanto participantes dos sistemas de gestão integrada e da logística reversa. O reconhecimento do catador como um dos sujeitos dos sistemas de gerenciamento integrado de resíduos sólidos, expresso pelo texto da referida lei, é fruto de anos de mobilização dessa categoria de trabalhadores, que possibilitou a emergência do debate público em relação aos temas lixo, cidadania, geração de trabalho e renda, proteção ambiental (MNCR, 2012). No entanto, é o formato da

implementação da política que determinará se de fato esses sujeitos passarão a ocupar um lugar distinto do que o de sua margem tal como acontece nos modelos de sentido estatista e privatista de gestão de resíduos. Em função disto, é que se fala de um significado de gestão integrada e não de um sentido, pois o mesmo encontra-se em processo de implementação na realidade das relações que configuram a gestão de resíduos.

À medida que cooperativas e associações são contratadas para a prestação do serviço de coleta seletiva, o trabalho da catação passa a assumir uma nova condição. Em vez de apêndices dos sistemas de limpeza urbana, conforme figuravam nos modelos anteriores, passam a ser a organização responsável pela execução desse serviço público. Nesse novo formato, o erário público favorece a distribuição de renda e a construção de uma nova lógica de funcionamento em que os saberes, a experiência, e os interesses dos trabalhadores associados podem constituir uma dinâmica que suplante o controle burocrático e o imperativo mercantil instaurados pelos sentidos de gestão de resíduos anteriores à PNRS.

Diferentemente da empresa privada pautada pela lógica do “quanto mais lixo, melhor” em que a coleta seletiva atrapalha sua dinâmica de produção, para as organizações de catadores, a coleta seletiva consiste numa etapa fundamental de seu processo produtivo. Quanto melhor for realizado, mais favorável será o posterior processo de triagem, prensagem e, conseqüentemente, o resultado da venda do material. Por isso, no sentido integrado, a campanha de divulgação do serviço, a educação ambiental e relação com a comunidade figuram como atividades centrais. Dessa forma, a gestão integrada dos resíduos sólidos tem potencial para unificar a prestação de serviços com os sentidos sociais e ambientais presentes nesta política.

Diante deste marco regulatório, que estabelece o significado da gestão integrada dos resíduos sólidos, observa-se um rearranjo dos modelos consolidados. Em relação aos catadores, o modo com a atividade de catação – enquanto uma ação produtiva e laboral protagonizada pelos catadores – é concebida no interior de um modelo de gestão integrada consiste no elemento fundamental e determinante para a autonomia dos mesmos ou para a continuidade da situação da fragilidade econômica e social desses sujeitos. Tal forma de conceber a atividade de catação é também um processo que pode conferir um conjunto de significações para o significado de gestão integrada estabelecido pela PNRS.

A seguir será apresentada e discutida uma experiência histórica de gestão de resíduos, cujos sentidos, a serem identificados nela, ainda se mantem vigentes enquanto referência instituída. Esta experiência é da cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul. Isso ocorre porque Porto Alegre foi pioneira na definição inicial do

significado de gerenciamento integrado de resíduos por meio do que ficou conhecido a partir do ano de 1990 como Projeto Integrado de Gerenciamento dos Resíduos Sólidos ou Plano Diretor de Meio Ambiente e Saneamento. Este projeto visava, de modo inovador para o Brasil da época, uma alteração da relação de responsabilidade sobre os resíduos (ainda então concebidos comumente como “lixo”), levando também para junto de seu gerador a construção de uma solução para os mesmos (CABALLERO, 2008, p. 7). Em função disto, foi realizada uma série de investimentos em educação ambiental e a instituição de um programa de coleta seletiva, também pioneiro no país. Este programa chegou a receber, em 2000 quando completou 10 anos de existência, o prêmio Coleta Seletiva Categoria Governo do CEMPRE, como reconhecimento à melhor prática de gestão em reciclagem de resíduos sólidos do Brasil (DMLU, 2000).

### 3.1.5 Porto Alegre e o Modelo Estatista de Gestão de Resíduos Sólidos

Porto Alegre registra o primeiro trabalho técnico sobre gestão de resíduos em 1915. Este tinha foco na dimensão sanitária dos resíduos e era denominado “Saneamento das Cidades”, cujo autor era Benito Elejalde (apud CABALLERO, 2008). No vocabulário empregado na época já se podia encontrar termos como coleta e destino do “lixo”, sendo estas duas primeiras categorias utilizadas com frequência nos estudos técnicos atuais. Com o aumento da geração de resíduos no início do século XX ameaçando a saúde da cidade, ocorreu o intento de construção de um forno para a sua incineração bem como um projeto para transformá-los em adubo. Contudo a vigência de tais propostas estava condicionada a proibição de acesso ao “lixo” para os “trapeiros”, assim era chamada a população que catava a parte reaproveitável dos resíduos. O método pensado para isso consistia no uso de caixas metálicas à prova de ratos e de catadores, conforme o modelo utilizado em metrópoles como Berlim, Zurique e Nova Iorque (Ibid., p. 35). Apesar de inovadores, os projetos não foram executados por falta de recursos.

Na década de trinta, a prefeitura firmou contrato de concessão com uma empresa de coleta e transporte de resíduos (COSTA, 1983, p. 40), os serviços eram realizados em único horário matinal, e os destinos finais poderiam ser para o provimento do aterro de avenidas, para a fabricação de adubo e para a venda de papéis, panos, ossos e latas, ou ainda, para a incineração. Neste ponto é importante lembrar que já em 1946 através do Decreto Municipal N°. 347 instituíra-se a primeira proibição da interferência de “trapeiros” e “papeleiros” nos resíduos, os quais se tornavam de responsabilidade exclusiva da administração municipal (Ibid., p. 47).



Em 1975 foi instituído o Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), através da Lei Municipal N°. 4.080, enquanto uma autarquia pública atuante no contexto dos resíduos de Porto Alegre até os dias atuais. Isso resultou no aumento expressivo do orçamento destinado à limpeza pública, o que veio a possibilitar o investimento em trabalhos técnicos para o destino final dos resíduos (COSTA, 1983, p. 63). Outro fato que ajudou os serviços relacionados com os resíduos e os próprios resíduos a serem reconhecidos como insumos com potencial de agregação de valor econômico foi o grande problema que os mesmos passaram a representar com o crescimento populacional e com a industrialização de Porto Alegre, o que reconhecera-se formalmente em 1990 com a decretação de estado de calamidade pública em Porto Alegre (Decreto N°. 9.696/1990) em função da falta de espaço para a deposição final de resíduos. Fato que ocasionou promulgação do Código Municipal de Limpeza Urbana (Lei N°. 234/1990). Também foram estruturadas outras ações para equacionar o “problema do lixo” que neste momento alçava ao status de calamidade pública (FRITSCH, 2000, p. 46).

Foram sendo desenhadas medidas para a implementação de programa de gerenciamento de resíduos com ênfase na educação ambiental da população, visando a redução da geração na fonte, bem como a sua reutilização e reciclagem. Esses aspectos foram enfatizados na perspectiva da Administração Popular de Porto Alegre<sup>8</sup> para tratar da problemática dos resíduos no que ficou conhecido como Projeto de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, dentro do qual estava prevista a implantação da coleta seletiva (CABALLERO, 2008, p. 6; 7).

Esse projeto instituíra-se em 16 de outubro de 1990 com a edição da Lei N°. 274, que tornava obrigatória a coleta seletiva em Porto Alegre com a finalidade de se adequar ao Artigo N°. 227 da Lei Orgânica do município que estabelecia que:

O município adotará a coleta seletiva e a reciclagem de materiais como forma de tratamento dos resíduos sólidos domiciliares e de limpeza urbana, sendo que o material residual deverá ser acondicionado de maneira a minimizar, ao máximo, o impacto ambiental, em locais especialmente indicados pelos planos diretores de desenvolvimento urbano, de saneamento básico e de proteção ambiental (FRITSCH, 2000, p. 50).

Juntamente com a coleta seletiva foram desenvolvidas as unidades de triagem (UTs). Atualmente são 16 UTs em Porto Alegre. O governo municipal passou a recolher com a sua própria estrutura os resíduos recicláveis e a destiná-los para as UTs realizarem o trabalho de triagem, classificação e comercialização desses materiais para intermediários comerciais e

---

<sup>8</sup> A Administração Popular foi o governo da chamada Frente Popular que consistia na coligação entre os partidos PT, PC do B, PCB e PSB. Essa coligação governou a Prefeitura Municipal de Porto Alegre por quatro mandatos consecutivos, entre os anos de 1988 a 2004.



aparistas da cadeia produtiva da reciclagem. Os rejeitos não aproveitados pelas associações a prefeitura passou a recolhê-los e encaminhá-los para aterramento.

### 3.1.6 Redução da Dimensão Social à Dimensão Política e Econômica do Sentido Estatista de Gestão em Porto Alegre

A esfera municipal do Estado que compreende o município de Porto Alegre se organizou para dar conta de um grande problema socioambiental concernente à questão da geração e destinação de resíduos. Contudo para dar conta disto, e para que pudesse haver a vigência de um sentido estatista de gestão precisou em primeiro momento controlar a população histórica que já atuava com a coleta de resíduos e sua destinação para reciclagem, ou seja, os catadores. Sujeitos que representam a questão social da reciclagem de resíduos no Brasil, e que com seu trabalho contribuem para a minimização dos impactos do modo de produção e de consumo vigentes. Tratou-se, então, de se começar por um trabalho de remoção dos catadores que atuavam no antigo lixão da Zona Norte, em 1990, realocar esses trabalhadores (cerca de trezentos catadores) para uma UT. Das trezentas pessoas que iniciaram a UT da Zona Norte (Associação de Recicladores de Resíduos da Zona Norte), somente sessenta deram prosseguimento à nova atividade, o restante não se adaptara a essa forma de trabalho (CABALLERO, 2008, p. 9).

Não foram somente os catadores do lixão que passaram por um processo de redução de seu trabalho de catador para triador, os catadores individuais e familiares também vêm passando pela retirada dos seus meios de trabalho de coleta de resíduos recicláveis para se adequarem às UTs, o que será visto logo a seguir. Para que os catadores se adequem a essa estrutura é criada a dependência em relação à coleta seletiva formal do DMLU. O que faz com que os catadores passem a ter nela sua única fonte fornecimento de materiais recicláveis. Conforme visto anteriormente, este órgão destina as cargas para cada associação conforme critérios próprios. Em função disso, algumas associações recebem resíduos considerados mais nobres, enquanto que outras recebem materiais de baixa qualidade, com menor valor comercial (MICHELOTTI, 2006, p. 79).

Contudo, por mais que dentro do sentido estatista de gestão se faça uso de termos como gerenciamento integrado e autogestão essas noções devem estar de acordo com os preceitos e interesses dos gestores públicos e/ou do governo (CABALLERO, 2008, p. 19), gerando a institucionalização desses conceitos. Para se ter uma ideia, a forma de organização e trabalho das unidades instituiu um “padrão comportamental, definido pelos gestores como ideal para se trabalhar dentro do galpão” através das normas que regulam o trabalho que

estabelecem os direitos e os deveres que são estipulados pelos catadores, mas que são estimulados pelos gestores que idealizaram, criaram e ajudam a manter a UT (Ibid.).

Outro aspecto característico do modelo estatista de gestão é a criminalização da “informalidade”, a qual tende à “inclusão” dos catadores nas UTs (CABALLERO, 2008, p. 22). Por conseguinte, os catadores individuais e familiares que atuam nas ruas de Porto Alegre vêm passando por um intenso processo de criminalização disseminado desde o que foi denominado como “roubo de lixo”. Esta denominação permanece sendo utilizada pela atual administração da prefeitura de Porto Alegre. Grosso modo, “roubo do lixo” seria uma definição para designar o simples ato de muitos catadores coletarem seus materiais antes da coleta seletiva feita pelos caminhões a serviço da prefeitura (DUTRA, 2009, p. 6). Agregada a tal denominação, a “reciclagem clandestina” é designada pelo governo municipal, o qual classifica a coleta de materiais feita pelos catadores individuais e familiares, sem o seu consentimento, como uma atividade ilegal (MICHELOTTI, 2006, p. 142). Já em contrapartida, estes catadores acusam a prefeitura de ter se apropriado, de forma indevida, do “lixo” que era de exclusividade dos pobres e dos catadores (SOSNISKI, 2006, p. 74). Essas formas díspares de interpretação do sentido da coleta seletiva feita pelos catadores, nas circunstâncias atuais, é o que vem acionando e mantendo o acirramento do conflito entre a “coleta seletiva formal”, de um lado, e a “coleta seletiva informal”, de outro.

Entretanto, entre os próprios trabalhadores da reciclagem são disseminadas significações que legitimam processos de desigualdade no contexto urbano e que são introduzidas entre os mesmos. Isso se dá ao atribuir a culpa aos catadores individuais e familiares de rua, ou aos “catadores informais”, pelo “desvio do lixo” que seria destinado aos galpões de catadores “formais” – conhecidos como “recicladores”<sup>9</sup> (SILVA; ROSADO, 2009, p. 8). Por sua vez, esse tipo de atribuição de culpa oferece as condições para a intensificação de um conflito entre esses trabalhadores, os quais são frutos de uma mesma questão social<sup>10</sup>.

---

<sup>9</sup> Traduzindo essa disputa em dados, de acordo com o Compromisso Empresarial para a Reciclagem (CEMPRE, 2008), do montante de materiais recicláveis coletados, 60 toneladas diárias são recolhidas pela coleta seletiva formal terceirizada pelo governo municipal de Porto Alegre. Esta coleta é destinada aos galpões dos “recicladores”, ou seja, dos catadores “formais”. Já, conforme Martins (2005, p. 35), na outra ponta, os catadores “informais” coletam nas ruas, no mínimo, o dobro, ou seja, 120 toneladas diárias. Esta diferença entre as coletas “formal” e “informal”, de acordo com a prefeitura, é o que diminui da renda dos “recicladores”, pois os demais catadores estariam “roubando” os materiais recicláveis e deixando aqueles apenas os “rejeitos” (SILVA; ROSADO, 2009).

<sup>10</sup> Os catadores dos galpões recebem atualmente uma ajuda de custo de R\$ 2.500,00 por meio de convênio firmado entre o poder público municipal e as associações e cooperativas que fazem a gestão dos galpões de reciclagem em Porto Alegre (DMLU, 2013?). Porém, tanto os catadores individuais e familiares quanto os

Esta conflitualidade induzida entre “catadores de rua” e “recicladores de galpão” foi observada por Michelotti (2006, p. 133-134) ao constatar a existência de um discurso que prima pela retirada dos catadores das ruas. Além disso, essa discursividade procura estabelecer a necessidade de transferência destes catadores para um espaço mais restrito de um galpão de reciclagem como meio de formalização de sua atividade enquanto uma estratégia de remoção dos catadores das ruas de Porto Alegre, pois, tirá-los da rua:

[...] é a ordem do dia, seja porque possam, [...], estar “dificult[ando] o trânsito nas grandes cidades e compromet[endo] os sistemas oficiais de gerenciamento de resíduos sólidos”, seja porque evocam uma profunda sensação de mal-estar e de sujeira, “ocasion[ando] problemas ambientais graves” [...] – afinal, quem trabalha com lixo com ele acaba se confundindo. Poderia mesmo se dizer que a construção de um status fica atrelada à sua vinculação a um grupo devidamente formalizado [...] (Ibid.).

No entanto, a atribuição desses significados a esses trabalhadores fazem parte do sentido estatista de gestão de resíduos e tem por função tornar justificáveis determinados processos de restrição territorial que se realizam através da proibição de acesso aos territórios de coleta onde os catadores atuam<sup>11</sup>. Esses processos são colocados em ação para que não haja disputa com o privilégio exclusivo estatal de ser o único mandatário da prestação de serviços de coleta seletiva. Todavia, eles acabam privando os catadores de ter acesso ao seu espaço de trabalho, contribuem para o despojo dos vínculos sociais e territoriais estabelecidos pelo trabalho diário em meio à cidade (SILVA; ROSADO, 2009, p. 7-8). Isto torna mais aguda a desigualdade política desta questão social no momento em que se desconsideram as demandas dos catadores por melhores condições de trabalho e de vida, não através da proibição de seu trabalho ou da perda de seu território, mas através do reconhecimento do amálgama entre o catador, seu trabalho e sua territorialidade, dada a total impossibilidade de dissociação entre estes três âmbitos (SOSNISKI, 2006, p. 47).

---

organizados em associações não possuem direitos relacionados ao seu trabalho. A diferença é que os catadores dos galpões têm algumas garantias associativas proporcionadas pelas suas entidades, como por exemplo, alguns dias de licença maternidade ou quando acontece acidentes de trabalho, sendo que essas garantias associativas variam de grupo para grupo.

<sup>11</sup> A proibição do acesso dos catadores aos seus espaços de coleta acompanha o processo de criminalização dos catadores que passou a vigorar em Porto Alegre, onde algumas “ONGs” em conjunto com certos políticos de turno motivados, à princípio, contra o “sofrimento animal” dos cavalos fizeram aprovar uma lei municipal chamada de Programa de Redução Gradativa de Veículos de Tração Animal (VTAs) e de Veículos de Tração Humana (VTHs) (PORTO ALEGRE, 2008) que estipula o prazo de oito anos, para que seja definitivamente proibida a circulação desses dois tipos de veículo no trânsito de Porto Alegre. Como pode-se notar, essa nova lei não se preocupa unicamente com os equinos, porque atingiu o conjunto dos catadores, inclusive os que não trabalham com carroças tracionadas por cavalos, mas com VTHs, ou com os popularmente chamados carrinhos de coleta. Essa lei foi denominada pelo MNCR de lei anticatador (LUTA..., 2009).

### 3.1.7 A Transição do Modelo Estatista para o Modelo Privatista em Porto Alegre

O processo de transição, do sentido estatista de gestão de resíduos para o modelo privatista na referida capital, começou no ano de 2005 e consolidou uma tendência pela ampliação da terceirização dos serviços de coleta e destino final de resíduos, cuja titularidade permaneceria sendo da prefeitura. Assim, ao término do referido ano, jornais de circulação no Estado do RS divulgavam o quadro de desestruturação física do DMLU da capital para a execução dos serviços: “Esse desequilíbrio também explica a situação encontrada na frota. Dos 150 veículos próprios, entre caminhões e máquinas 60% já são sucata. A outra parte tem idade média de 17 anos, com elevados custos de manutenção e de combustível” (ZERO HORA, 2005).

Ao mesmo tempo em que ia se deixando claro o quadro de desestruturação física do DMLU, outras propostas de políticas constitutivas e regulatórias foram sendo apresentadas como parte de uma política maior de reestruturação da instituição, através de um “novo sistema integrado de limpeza urbana”. Abaixo estão alguns dados da apresentação técnica do então diretor do Departamento, Garipô Selistre sobre tal reestruturação na parte física do DMLU:

Frota atual do Departamento: 134 máquinas pesadas e caminhões sucateados, com média de vida útil de 17 anos – gerando altíssimo custo de manutenção. Grande parte em processo de canibalização. Expressivo número de locações (46) entre veículos e caminhões. Frota futura: 3 veículos leves. Imóveis atuais: 41 imóveis próprios, mais 3 alugados. Imóveis futuros: 16 imóveis [...] (DMLU, 2006, p. 8).

Entretanto, o que chama igualmente a atenção é a mudança do papel deste departamento: de executor dos serviços de limpeza urbana para a função exclusiva de gestor do mesmo, uma significativa mudança no sentido do exercício de sua função pública. Como segue a explanação do então diretor do DMLU, ao exemplificar quais seriam as alterações funcionais do órgão: “Adequação da autarquia ao papel do Estado Moderno (O Novo DMLU): Planejador; Gerenciador; Fiscalizador; Regulador” (DMLU, 2006). Dessa forma, pode-se concluir que para a adequação deste órgão público às políticas de ajuste estrutural pretensamente modernizador, o DMLU deve se desobrigar do papel de executor e operador da limpeza urbana municipal. Ou seja, isso representa um processo de reestruturação de atividades-chave operadas pela instituição e realizadas através de uma gama significativa de servidores públicos.

Neste entremeio, as empresas prestadoras de serviços terceirizados passam a ser concebidas, também pela direção do órgão daquela ocasião, como a única alternativa para a continuidade da prestação dos serviços de limpeza. “Os terceirizados adquiriram importância

estratégica para o sistema de limpeza urbana, a tal ponto que apenas 15% da coleta seletiva está na dependência direta de servidores do quadro”. Mais adiante na mesma reportagem, a diretoria do DMLU da época coloca que...

[...] também deseja mudar o perfil dos terceirizados, colocando a serviço do DMLU empresas com maior estrutura. Um outro plano é implantar indicadores confiáveis e sistemas gerenciais em todas as áreas internas do departamento, acabando com a ambiguidade operacional e direcionando a coleta do lixo para um processo maior de terceirização que, segundo ele, “representa uma tendência irreversível” (O SUL, 2005).

De fato, tal “tendência irreversível” traz consigo uma dupla garantia aos futuros grandes empreendimentos a serem terceirizados, assegura a expansão do mercado de prestação de serviços de limpeza pública, ao mesmo tempo que promove uma expansão sem riscos de prejuízo, pois visa evoluir da terceirização para a concessão do serviço por longos períodos, de acordo com a lei das Parcerias Público-privadas (PPPs).

Sobre as PPPs, em nível federal, essa lei difere essencialmente da lei de concessões (Lei Nº. 8.987/1995), que autoriza o setor privado a receber do setor público apenas o pagamento das tarifas pelos usuários, e da lei de licitações (Lei Nº. 8.666/1993), na qual a empresa privada recebe somente o valor estabelecido em contrato por um prazo máximo de até cinco anos. A lei que dispõe sobre as PPPs<sup>12</sup> traz consigo a perspectiva da realização, por parte do Estado, de outras formas de concessão de serviços públicos distinta da estabelecida pela anterior lei de concessões. Os prazos estabelecidos nesta nova lei são bem maiores, de 5 a 35 anos. Além disso, esta nova modalidade visa patrocinar “a concessão de serviços públicos ou de obras públicas [...] quando envolver adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado” (BRASIL, 2004, art. 2º, § 1º). Isto significa, para as empreiteiras em geral, e mais especificamente para as da área de resíduos, uma forma de investimento sem risco. O pagamento dos serviços prestados, incluindo a remuneração do capital investido, caso não seja coberto pela taxa cobrada dos usuários, dá acesso a subsídios públicos do orçamento para as empreiteiras. Assim, as empresas prestadoras de serviço de manejo de resíduos deixam de investir por sua “conta e risco” e este ônus passa a ser do poder público e, em última instância, do contribuinte.

Em Porto Alegre, a Câmara Municipal aprovou o projeto de Lei das PPPs no dia 3 de novembro de 2005 e a mesma foi sancionada e publicada pelo poder executivo como Lei Municipal Nº. 9.875, no dia 8 de dezembro de 2005. Com a aprovação do Programa Municipal de Parceria Público-Privada de Porto Alegre, os serviços que envolvem a coleta e o

---

<sup>12</sup> Lei Federal nº11.079, de 30 de dezembro de 2004.

destino final dos resíduos sólidos encontram solo fértil para longos períodos de concessão com poucos riscos para investimento privado. O que consolida o sentido privatista deste modelo de gestão de resíduos sólidos. Isso porque, as PPPs fornecem garantias adicionais às empresas concessionárias de serviços públicos, o que contribui para consolidar um mercado relativo aos processos de destinação de resíduos. Sendo, deste modo, a vigência de PPPs representa um significativo avanço do sentido privatista, e da sua ênfase na dimensão econômico-financeira da gestão de resíduos sólidos.

Ainda assim, ao gerenciamento de resíduos de Porto Alegre continua sendo atribuído o termo “gestão integrada”. Isso é verificável a partir do atualmente chamado de “Plano Municipal Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos (PMGIRS)”, o qual fora instituído pelo Decreto Nº 18.461/2013, e segundo o DMLU (2013) este plano está em acordo com a PNRS. Não obstante, conforme visto, um modelo integrado de gestão de resíduos considera de forma simétrica as diversas dimensões que compõem a complexidade advinda dos resíduos sólidos em seus aspectos sociais, ambientais, políticos e econômicos. Mesmo que um modelo de gestão se reivindique integrado, porém, se, na prática, ele reduzir essas dimensões a somente uma ou duas delas, tal como ocorre nos demais modelos, ele busca efetivar uma manobra de adequação à PNRS de natureza estritamente retórica. A adequação à referida política requer que sejam atendidas todas essas dimensões que compõem a gestão integrada de resíduos.

Para que um modelo com base no sentido de gestão integrada possa ter vigência, a partir da PNRS, é preciso compreender de forma mais precisa os dois outros sentidos hegemônicos dos modelos de gestão, que tendem a reduzir a gestão dos resíduos a um de seus aspectos fundamentais. Ou seja, é preciso se ter clareza dos sentidos estatista e privatista de gestão de resíduos, bem como analisar as relações entre eles. Pois o reducionismo de ambos acaba por consistir em obstáculo para a efetivação de um sentido de gestão integrada de resíduos sólidos que contemple os seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, tal como preconizado pela PNRS.

Em termos históricos, os catadores lutam para consolidarem-se enquanto sujeitos que congregam os diversos aspectos que devem ser considerados para a estruturação de um modelo integrado de gestão de resíduos. Pois, em seu trabalho com os resíduos sólidos pode-se encontrar aspectos sociais, ambientais, culturais e econômicos. Tanto que os catadores foram considerados e contemplados em diversos artigos da PNRS. Contudo, como visto anteriormente, o desenvolvimento histórico dos sentidos estatista e privatista de gestão se instituiu também a partir da invisibilidade e da criminalização desses sujeitos, relegando-as à informalidade.



Já em termos estruturais, a PNRS oportuniza a alteração nos sentidos hegemônicos de encaminhamento político e econômico de gestão de resíduos por parte dos municípios. Tais sentidos hegemônicos colocam o objeto de trabalho dos catadores sob disputa com grandes empresas de destinação de resíduos. Não obstante, os espaços por excelência, nos quais ocorrem os diálogos sobre a construção de um sentido de gestão integrada de resíduos, consistem em esferas públicas que proporcionam controle social sobre os processos de manejo de resíduos e sobre seus gestores. Além disso, a mudança de sentido de gestão de resíduos é uma estratégia a ser perseguida para que a PNRS tenha efetividade institucional.

Mesmo com esta contradição entre os sentidos presentes nos processos de gerenciamento de resíduos, a implementação progressiva da PNRS vem inaugurando um novo cenário conjuntural com uma série de oportunidades políticas para os catadores do MNCR, as quais para serem devidamente aproveitadas, precisam ser percebidas através de um *frame* interpretativo que proporcione a orientação conjuntural às ações coletivas do MNCR. Ou seja, a percepção e a adoção de três objetivos estratégicos conjunturais, que dizem respeito ao processo de ambientalização do trabalho dos catadores no *frame* ecológico, à consolidação do MNCR no *frame* social/setorial e à implementação da PNRS no *frame* integrado, que não eram percebidos pelos catadores de modo anterior à vigência de períodos conjunturais específicos marcados por estes referidos acontecimentos.

Nesta terceira parte do presente capítulo serão abordados as sequencias de *frames* do MNCR. Segundo esta tese, estes marcos interpretativos de referência têm conformado a ajudado na consecução de uma identidade dinâmica, não fixa, entre os catadores do referido movimento, cuja percepção e cujas estratégias criadas acerca dos diferentes sentidos de gestão dos resíduos são o que possibilitam tal mudança identitária. A presente tese reafirma, deste modo, que tal dinâmica identificatória pessoal e coletiva se dá através da aplicação de estratégias diferenciadas para cada momento conjuntural.

É muito difícil saber o tempo de duração exato de cada *frame*, assim como a duração dos processos conjunturais pautados pelos sentidos de gestão de resíduos. Isso porque, os mesmos se entrecruzam. Eles dizem respeito a processos hermenêuticos realizados pelos catadores do MNCR e sobre os sentidos que são atribuídos aos diferentes modelos de gestão de resíduos que permanecem presentes nas percepções e nas práticas dos sujeitos. Assim, é impossível estabelecer uma sequencia sucessória estanque e bem delimitada desses *frames*. Contudo, é imprescindível que os mesmos *frames* sejam delimitados para que o intérprete das relações e dos processos históricos possa se situar neste contexto rico e diverso que diz respeito à questão social da reciclagem.

### 3.2 FRAMES: IDENTIDADES E ESTRATÉGIAS CONJUNTURAIS

As interpretações e as percepções dos catadores do MNCR ao serem situadas em relação ao contexto dos sentidos da gestão de resíduos contribuem para que este mesmo contexto possa ser modificado através da constituição de “redes sociais, objetivos comuns e quadros culturais” enquanto uma expressão de “solidariedade através das estruturas de ligação e das identidades coletivas para manter a ação coletiva, sendo que esses são os principais processos dos movimentos sociais” (TARROW, 2009, p. 20). Partindo destas premissas em diálogo com a teoria da identidade coletiva de Melucci (1999; 2001) pode-se concluir que a ação coletiva realizada pelo MNCR é uma expressão de movimento social.

Contudo, pode-se também constatar a incompletude de um processo organizacional com capacidade de proporcionar o desenvolvimento de uma identidade coletiva que defina um “mais ou menos estável nós” a partir da constituição de uma relação processual, cujos sujeitos consigam elaborar expectativas, avaliar possibilidades e verificar limites de sua ação (MELUCCI, 1999, p. 66). A consecução deste processo organizacional demanda um constante esforço para que tais sujeitos consigam definir, em última análise, o sentido de sua própria ação. A construção de uma identidade coletiva requer, portanto, o desenvolvimento permanente de três fatores: o ambiente (ou o contexto) cuja ação terá lugar, as metas a serem alcançadas e os meios que devem ser utilizados (SCRIBANO, 2003, p. 78-80).

Tal envolvimento é o que pode criar e conferir acesso às identidades a serem desenvolvidas em torno de reivindicações concretas (TARROW, 2009, p. 154-155). O processo de desenvolvimento de uma identidade coletiva constitui, por conseguinte, um dos fatores por meio do qual os movimentos podem se tornar organizados. Isso porque, a identidade coletiva que se forma a partir dos processos e dinâmicas de ação conjunta, seja ela “natural” ou “herdada”, a mesma constitui o fundamento necessário à organização de movimentos sociais (TARROW, 2009, p. 154).

Com efeito, é preciso reconstruir, de forma interpretativa, as nuances de um processo contingente de construção de uma identidade coletiva. O que se pode minimamente constatar, entretanto, é que em meio a toda esta contingência, o desenvolvimento de identidade coletiva proporciona, através de relações mútuas entre os sujeitos, a formação de esquemas de referência cognitivo comum aos próprios sujeitos. Tais esquemas ajudam a constituir *frames* interpretativos compartilhados de forma intersubjetiva, os quais capacitam os sujeitos a dizer, por eles próprios, quem são frente aos demais, qual a realidade social que os assola e quem são seus aliados e seus inimigos em potencial (SCRIBANO, 2003, p. 80). Ou seja, a



consecução e o compartilhamento de tais referenciais comuns é o que ajuda, por seu turno, a consolidar tal identidade coletiva. Além disso, o acionar destes esquemas contribui para estreitar as inter-relações entre os sujeitos que se comunicam, negociam e tomam decisões (Ibid.). Estes esquemas de referência comum se convertem, assim, em mecanismos de integração, os quais possibilitam a coordenação dos sujeitos em seu agir coletivo.

Para se ter ideia deste processo, na ata da reunião da Coordenação Nacional do MNCR dos dias 23 e 24 de junho de 2015, foi chamada a atenção para a seguinte aspecto: “Os trabalhos tiveram início com uma reflexão de atenção ao que ouvimos e vestimos para repassar a mensagem de o que queremos e quem somos, ou seja nossa dar visibilidade a nossa marca” (MNCR, 2015, p. 1). A ideia de repassar a mensagem sobre a estratégia (o que queremos) e sobre a identidade (quem somos) consiste numa marca expressa naquilo que pode ser ouvido e vestido. Ou seja, para os catadores da Coordenação Nacional é imprescindível dar visibilidade aos elementos estratégicos e identitários que constituem a mensagem a ser marcada pelo movimento na sociedade. Esse processo está relacionado às referências repletas de sentido como forma de se dialogar com as predisposições culturais de uma população e de se enviar “uma mensagem uniforme para os detentores de poder e outros” (TARROW, 2009, p. 143-144). Tal mensagem constituída por estes elementos é o que condiciona a criação de um imaginário de sentido percebido ou de um *frame* de movimento.

Assim, os movimentos constituem sua identidade coletiva e organizacional sobre a dimensão de projetos políticos conjunturais e estratégicos (MELUCCI, 1999; 2001; SCRIBANO, 2003) e em muitos destes projetos são visualizadas possibilidades de criação radical e instituinte (CASTORIADIS, 1982) que dizem respeito à consolidação de projetos de ampliação de direitos, consolidação da democracia direta e participativa e a construção de esferas públicas (LAVALLE, 2003; GOHN, 2008; SCHERER-WARREN, 2006).

Uma boa mediação para se realizar uma interface interpretativa entre os aspectos internos e externos aos movimentos, em um dado momento histórico, consiste na teoria dos *frames*. Os *frames* encontram-se localizados nos estudos culturais sobre os movimentos sociais. Em síntese, os *frames* consistem em mecanismos que realizam processos de mediação entre as estruturas sociais e os movimentos de ação coletiva (GONÇALVES-DIAS et al, 2010). O conceito de *frame* foi recuperado da obra de Erving Goffman, a partir da perspectiva interacionista simbólica da escola de Chicago com David Snow e seus discípulos. Os *frames* são assim concebidos como esquemas interpretativos que auxiliam os sujeitos a reduzirem a complexidade das percepções socioculturais. Desta forma, os movimentos sociais para

poderem estar ativamente engajados em produzir e manter sentidos, utilizam-se de frames para seus próprios membros quanto para seus antagonistas e demais espectadores (Ibid.).

A combinação entre a perspectiva teórica dos *frames* e o estudo das oportunidades políticas permite olhar as relações entre as estruturas sociais e entre elas e os elementos culturais. Isso quer dizer que as estruturas que proporcionam oportunidades políticas realmente abrem espaço à ação coletiva. Mas, independentemente das condições objetivas estabelecidas, a apropriação das oportunidades políticas, depende dos temas que possuem relação com os *frames*, ou seja, as oportunidades precisam parecer urgentes e propícias para se tornarem objetos da ação coletiva (ROSA; MENDONÇA, 2011, p. 652).

O processo de referenciamento interpretativo faz, inclusive, com que as oportunidades políticas possam ser percebidas (MEYER, 2002, p. 15). Tal processo perceptivo diz respeito aos repertórios de interpretação inseridos em um *frame* de entendimento que proporciona campos argumentativos, os quais, por sua vez, abrem as oportunidades políticas para o debate (BARKER; LAVALETTE, 2002, p. 142,143). É a partir dos conflitos pela apropriação das oportunidades políticas que pode se desenvolver um processo estratégico (*strategizing process*).

Tal processo leva os sujeitos sociais a elaborarem hipóteses estratégicas baseadas em planos que levam em consideração uma interação interpretativa do tipo “se fizermos isso, eles podem fazer aquilo”. Sendo esse ato de planejar que define pelo se deve lutar e o que pode ser feito (Ibid., p. 142). Tal processo enseja, por sua vez, a constituição de diferentes repertórios de conflito (TARROW, 2009) que são elaborados e empregados junto às situações de conflito, os quais mantem relação direta com os processos de interação estratégicos vivenciados entre os catadores e seus opositores. Neste sentido, os repertórios de conflito possuem relação direta com os *frames*. Isso poderá ser verificado mais tarde, ainda neste capítulo, tais repertórios variam de acordo com a sucessão de frames.

Por agora, se reafirma que a noção de *frame* encontra-se intimamente relacionada à ideia de identidade coletiva, a qual se refere ao conceito que será tratado nesta parte desta tese. Segundo Tarrow (2009, p. 154-155), as “identidades não são feitas a partir do nada, elas respondem às mudanças nas necessidades estratégicas e nos materiais culturais disponíveis”. É neste contexto dinâmico de mudanças e de seleção de traços culturais feitos pelos organizadores de um movimento – como forma de mediação voltada à percepção de oportunidade políticas (Ibid., p. 143) – que são desenvolvidos os *frames* em associação estreita ao desenvolvimento das identidades coletivas. A associação da noção de *frames* está ligada à de identidade.

A conformação de *frames* não ocorre em um espaço vazio, mas são também condicionadas pela forma como:

[...] definimos o contexto que, finalmente, envolve a situação imediata e o senso que fazemos do ambiente social maior, no qual outros sujeitos como nós mesmos, nossos oponentes, e potenciais aliados também estão presentes. O senso que fazemos da totalidade do contexto – que tem sua própria historicidade – pode ter efeitos energizantes ou depressivos sobre o que pensamos que podemos fazer (BARKER; LAVALETTE, 2002, p. 143, tradução nossa).

Como pode-se perceber a partir deste excerto, as estruturas baseadas em oportunidades políticas não determinam a ação dos sujeitos, mas a condicionam. Essa indeterminação se dá por causa da capacidade de ação coletiva dos mesmos ser resultante da interpretação estratégica que eles fazem de seus contextos conjunturais.

Nas próximas partes do presente capítulo serão vistas as transformações estratégicas e identitárias que foram ocorrendo no MNCR em conformidade com a sucessão dos sentidos de gestão dos resíduos sólidos (estatista, privatista e integrado). Serão interpretadas as formas como foram sendo construídos os diferentes *frames* deste movimento (ecológico, setorial e integrado), seus objetivos estratégicos de acordo com os diferentes sentidos de gestão de resíduos, as oportunidades políticas e os repertórios de conflito que conformam a identidade coletiva e organizacional, a qual se consolidara entre os catadores do MNCR.

### 3.2.1 O Frame Ecológico

O *frame* ecológico teve sua construção feita de forma externa aos catadores tanto por parte de organizações, tais como a Igreja Católica e entidades civis ambientalistas, quanto por parte das instituições do Estado. Isso pode ser verificado na criação das primeiras organizações de catadores coordenada pela referida igreja e por outros apoiadores externos. No âmbito específico do processo de organização dos catadores durante este *frame*, esta processualidade pode ser caracterizada como “participação por convite” (GONÇALVES-DIAS et al, 2010, p. 2013). No decorrer deste *frame* inicial, as decisões estratégicas eram tomadas de modo externo aos grupos de catadores. Os modelos de organização em associações e cooperativas, por exemplo, não consistiam em referenciais de organização vindos da própria categoria, mas os mesmos vieram da Igreja Católica através de agentes ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e de demais agentes externos (Ibid., p. 2019), que desempenhavam um papel indutor de um processo de organização para catadores.

As primeiras organizações de catadores foram criadas ao final dos anos 80 e início dos 90 em: São Paulo/SP, a Associação dos Catadores de Papel que se tornou posteriormente a Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Papelão, Aparas e Materiais

Reaproveitáveis (COOPAMARE); Porto Alegre/RS, a Associação dos Papeleiros na Ilha Grande dos Marinheiros (MICHELOTTI, 2006); Belo Horizonte/MG, a Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte (ASMARE) (SOUZA; SILVA; BARBOSA, 2014). Essa etapa também consistiu em um aprendizado organizativo institucional, uma vez que não se tem registro de experiências de organização coletiva anteriores entre esses sujeitos.

O reconhecimento da identidade coletiva dos catadores enquanto agentes ambientais frente às instituições consiste no objetivo estratégico advindo desta fase e que influenciou a criação do, aqui denominado, *frame* ecológico. A vigência deste objetivo de reconhecimento permanece até os dias atuais.

Contudo, de modo anterior à vigência deste tipo de identidade, há a construção de uma identidade pessoal. Gi. (integrante da Comissão Nacional e da Coordenação Estadual do MNCR/MG, 41anos) recorda-se de momentos de indignação pela falta deste reconhecimento frente às instituições e gestores estatais, classificando como uma das piores experiências já passadas por ele:

Uma das piores experiências, cara... é ser hostilizado pelo gestor público, ser discriminado pelo fato de ser catador. Não diretamente, é lógico, porque os caras nem são loucos de fazer um negócio desses. Mas de você sentir aquele clima assim ó, o cara deve ser um burrinho porque o cara não tem um diploma, sei lá. Esse cara é catador, o que que essa merda desse cara tá falando. Você sentir a discriminação assim é um dos momentos mais foda mesmo.

O *frame* ecológico é o momento em que se pôde desenvolver uma parte da identidade pessoal dos catadores que atualmente compõem o MNCR. Isso se deve ao fato de que existe uma relação direta entre o trabalho desenvolvido pelos catadores e a sua identidade pessoal. Nesse sentido, Honneth (2008, p. 47) afirma que muitos sujeitos coletivos derivam a identidade pessoal de seus membros a partir de seu papel no processo organizado de trabalho em uma determinada sociedade (Ibid.). Com isso, a compreensão dos processos de organização dos catadores passa pela reafirmação da sua identidade pessoal, cuja consolidação acontece no interior do processo de trabalho na ponta do ciclo da cadeia produtiva da reciclagem. A luta por reconhecimento identitário pessoal diz respeito, assim, à valorização dos aspectos que conformam a personalidade dos indivíduos em questão, e não pode ser desvinculada das atividades laborais por eles exercida. Sendo, inclusive, a partir deste processo identitário pessoal que muitos dos movimentos de resistência operária conseguiram motivação indispensável à busca de seus objetivos socioeconômicos, os quais garantiram uma série de avanços societários (HONNETH, 2006, p. 105).

Outro importante fator é a reafirmação de uma identidade coletiva de agente ambiental como forma de aproveitamento de uma oportunidade política concreta, pois a sua atividade de trabalho sofre um processo de ressignificação a partir de um alinhamento com as concepções do poder público. Isto ocorre porque, como já descrito anteriormente, o sentido estatista de gestão dos resíduos adota uma postura vinculada à questão ambiental relativa à problemática do que até então era tido como “lixo”. Os catadores, de problema social, passam a ser concebidos como solução ambiental. A estruturação, por parte dos poderes públicos municipais, de associações e cooperativas possibilita uma articulação política e socioambiental para se equacionar e encaminhar a problemática de destino final dos resíduos para a reciclagem.

Deste modo, houve um alinhamento entre os catadores e o poder público em relação ao *frame* ecológico a partir de um imaginário de sentido percebido proveniente de uma visão de gestão “ambientalizadora”, que começava a pautar as medidas relativas à gerência da limpeza urbana, transformando a problemática dos resíduos em uma nova questão pública (CABALLERO, 2008, p. 8). Isso possibilitou o aproveitamento de oportunidades políticas que consistiram no processo de organização dos catadores com o apoio do Estado para a estruturação de UTs sob a administração de associações formalizadas de catadores.

Contudo, no modelo de gestão de resíduos de sentido estatista, o “lixo seco” – a fração reciclável dos resíduos sólidos – é recolhido através da coleta seletiva feita pelo governo municipal que passava a ser destinada às UTs (CABALLERO, 2008, p. 8; 9). Neste contexto, a Prefeitura de Porto Alegre acabou por incorporar o processo de organização dos catadores em associações sob responsabilidade do DMLU (MICHELOTTI, 2006, p. 68).

Isso oportunizou politicamente a reafirmação de uma mudança de alinhamento interpretativo entre o poder público de Porto Alegre e os catadores, os quais historicamente sempre foram vistos como um empecilho para gestão pública dos resíduos, e agora passam a ter acesso às instituições locais do Estado através da sua inserção enquanto parte integrante do processo de triagem dentro do serviço de coleta seletiva.

Os catadores organizados no MNCR acabam por aderir à construção deste *frame* porque concebem as oportunidades de acesso às instituições e de alinhamentos que o mesmo carrega em si. Isto pode ser constatado em uma cartilha de formação política do MNCR, em que se lê: “Portanto, nos fundamentos de atuação do MNCR está a luta pela coleta seletiva [...] por acreditar que os catadores são os primeiros agentes ambientais a reciclar a matéria-prima que grande parte da sociedade chama de ‘lixo’” (MNCR, 2010, p. 15).

Note-se que com a adesão do MNCR ao referido *frame*, o reconhecimento da identidade coletiva inicial dos catadores atrelara-se a uma estratégia de ambientalização do seu trabalho. Para entender este processo que vincula a identidade à estratégia possibilitada por uma conjuntura específica, utilizam-se elementos da perspectiva de Honneth (2003, p. 200) que concebe a compreensão cultural de uma sociedade sobre si mesma, como um fator predeterminante para o estabelecimento dos critérios de avaliação sobre as capacidades e as realizações dos sujeitos em suas ações para implementar os valores culturalmente definidos, os quais acabam por constituir objetivos coletivamente compartilhados entre os sujeitos (Ibid.).

Ao se falar de reciclagem e considerar os catadores enquanto agentes ambientais em função deste processo, o MNCR se associa culturalmente à principal alternativa considerada e promovida enquanto solução quase que definitiva à problemática dos resíduos, que consiste na reciclagem. Por meio deste sentido ecológico, o processo de destinação dos resíduos à reciclagem passou a representar um “emblema de modernidade” (MAGERA, 2003, p. 17). Isso porque, além de ter sido amplamente divulgado em diversos meios de comunicação, como parte dos esforços de se acabar com o “lixo”, até então depositado indevidamente no meio ambiente, tal processo tem significado uma espécie de mérito, pois, muitas vezes ao ser conferido “a um produto um selo ou inscrição atestando que o mesmo foi feito de material reciclado tornou-se gesto tão meritório quanto se manifestar em favor dos direitos humanos ou da democracia” (Ibid.).

Neste sentido, para traçarem sua estratégia de ação, os catadores não podem deixar de considerar tanto a compreensão, os critérios e os objetivos definidos de maneira intersubjetiva e coletiva na cultura da sociedade em que vivem, trabalham e passam a atuar politicamente. Neste ponto, é de grande necessidade levar em consideração que o crescimento da importância atribuída ao encaminhamento adequado da questão ambiental figura como um grande objetivo comum das sociedades contemporâneas. Não somente nas instituições, mas, no interior da própria cultura social, o alto grau de valoração que ganhou essa temática contribui para que seja criado, todo um campo de relações propício para que se constituam critérios de avaliação positiva acerca das realizações e das potencialidades dos catadores e de seu papel para a consecução de um objetivo socialmente compartilhado. Como se referem Silva e Michelotti (2009, p. 456) quando enfatizam que o catador almeja se tornar parte de...

[...] uma categoria profissional cujo serviço prestado possui um caráter de grande utilidade pública, passível de ser reconhecido pela importância ambiental que lhe é intrínseca, o que impõe à sociedade a necessidade de valorizar a sua profissão (Ibid.).

A citação acima confirma que os referidos autores reconhecem que a implementação prática dos objetivos de uma sociedade confere prestígio e reputação aos indivíduos como forma de reconhecimento que estes demandam para a sua autorrealização. Nesse sentido, se torna possível constatar que uma tensão impregna as formas modernas de organização da estima social submetendo-as a um conflito de ordem cultural (HONNETH, 2003, p. 206). Aqui, é importante frisar que o que ocorre é um conflito simbólico, para o qual os distintos grupos sociais buscam interpretações díspares como meios de elevar sua força em referência às finalidades gerais de uma sociedade (Ibid., p. 207). Assim, funciona a estratégia de ambientalização do trabalho dos catadores que traz traços permanentes à identidade coletiva dos catadores ainda hoje vigentes. Isso pode ser verificado em diversos trabalhos científicos e acadêmicos (ADAMS, 2005; MARTINS, 2005; MAYER, 2005; MICHELOTTI, 2006; OLIVEIRA, 2010). Dentro deste tipo de conflitualidade, é que os catadores procuram a consolidação de uma estratégia de fortalecimento da sua atividade produtiva e da sua identidade, enquanto uma forma de elevar a estima social destes sujeitos por meio do processo de ambientalização de seu trabalho.

Os repertórios de conflito correspondentes a este *frame* consistiam em mutirões de limpeza de comunidades para chamar a atenção sobre a questão dos resíduos, tais como o realizado em Gravataí, do qual participei no ano de 1997 do mutirão de limpeza do mato, e ações de mobilização para a questão dos resíduos na Restinga no ano de 1995, das quais vi as fotos de um fundador da Associação dos Trabalhadores Urbanos pela Ação Ecológica; vigília noturna dos catadores em frente à Prefeitura de Porto Alegre no ano de 2001 realizada já pelo MNCR, da qual participei ativamente; caminhadas pelas comunidades com o objetivo de dar visibilidade aos catadores, tais como as realizadas no ano de 2002 pelo MNCR, junto à Associação dos Catadores do Movimento pelo Direito dos Moradores de Rua – MDMRua e da Associação dos Catadores do Loteamento Cavahada (ASCAT) fundação da base Cavahada do MNCR, ambas atividades realizadas em Porto Alegre. Em nível nacional se destacam a realização dos Festivais Nacionais Lixo e Cidadania em Minas Gerais, os quais ocorrem anualmente desde a sua primeira edição realizada no ano de 2002, nestes espaços ocorrem conflitos argumentativos, os quais eram chamados por um antigo catador militante do MNCR/RS (e grande amigo pessoal) de “constrangimento ético”.

Com os objetivos estratégicos de ambientalização do trabalho dos catadores – e o consequente reconhecimento da identidade pessoal dos catadores vinculada à sua atividade laboral – e com o aproveitamento das oportunidades políticas realizado na forma de organização e instituição de associações de catadores, a construção de galpões e a



estruturação produtiva inicial dos empreendimentos<sup>13</sup> foi se consolidando a organização de grupos de catadores, muitos dos quais viriam a conformar bases do MNCR através do advento do *frame* setorial.

Ao final da ocorrência deste *frame*, já na transição para o *frame* setorial, eram demonstrados seus limites. Tais limitações começaram a se tornar evidentes por causa de dois fatores principais: O primeiro consiste no processo de acelerada precarização das UTs (OLIVEIRA, 2010, p. 81) e o segundo se refere à exígua renda percebida pelos catadores organizados em associações e cooperativas que se mostrava, muitas vezes, inferior à renda percebida por catadores individuais e familiares que trabalham nas ruas e nos lixões (Ibid., p. 76; 77). Tais fatores foram ocasionados, por sua vez, pelo fato de que tanto a remuneração dos catadores quanto os custos de produção eram compostos unicamente pelo recurso financeiro proveniente da venda do resíduo reciclável coletado, triado e comercializado. Neste ponto, pode-se evidenciar que a precariedade dos catadores individuais e familiares é substituída pela precariedade das UTs geridas por associações e cooperativas de catadores enquanto entidades coletivas. O que é recebido em função da quantidade de materiais comercializada não é suficiente para cobrir os custos de produção, os quais tendem a aumentar constantemente a despeito da variação dos preços percebidos pela venda dos materiais. Isto será visto de forma mais aprofundada no capítulo final desta tese.

Contudo, parecia que durante o *frame* ecológico, os catadores poderiam sustentar-se econômica e financeiramente de forma digna apenas com a simples manutenção do acesso aos materiais recicláveis levados pelo poder público aos empreendimentos de catadores, tal como era feito durante o modelo estatista de gestão de resíduos. Não existia tão clara a concepção de pagamento pelos serviços prestados na maioria das organizações de catadores, cuja atividade contribui para a preservação do meio ambiente e para a geração de renda para quem dela sobrevive. G. (integrante da Comissão Nacional e da Coordenação Estadual do MNCR/RJ, 37 anos) ilustra bem a forma como este *frame* perdura até os dias atuais: “Quem sabe fazer coleta seletiva é o catador. Mas quando as prefeituras falam de inclusão sempre querem que o catador faça esse trabalho de graça, só pelo material”.

Para interpretar os limites do *frame* ecológico, Boeira (2000) introduz a categoria de “nó sistêmico” no sentido de que predominaria, no país, um enfoque “ecológico unilateral”. Nele os gestores públicos pretendem apresentar percentuais de crescimento da coleta seletiva

---

<sup>13</sup> Até o ano de 2005 foram estruturadas em Porto Alegre, treze UTs, ao longo dos dezesseis anos de governo da Frente Popular nesta capital (1989-2005). Isto significa que foram estabelecidas, em média, uma unidade a cada um ano e três meses de governo.



e os seus benefícios ambientais, contudo, há a ausência de uma visão social mais ampla, na qual se incluam as necessidades socioeconômicas dos catadores organizados em associações e cooperativas. É justamente na falta de complementaridade, dos sistemas tecnicamente idealizados com os sistemas construídos social e historicamente, que reside o “nó sistêmico” que bloqueia os fluxos para a consecução de um sistema integrado de gestão de resíduos. Assim, de acordo com Boeira, enquanto os sistemas de coleta seletiva com fins estritamente ecológicos não forem harmonizados com os sistemas de coleta voltados às demandas sociais e produtivas dos catadores, as cidades permanecerão insustentáveis.

A partir dos limites constatados no *frame* ecológico em não se conseguir suprir as necessidades dos catadores em termos de condições dignas de trabalho e de valorização sobre a seu processo produtivo é que foram se consubstanciando as condições para um novo quadro interpretativo, conhecido como *frame* setorial. Mesmo que o modelo de gestão de resíduos sólidos de sentido privatista, que acompanhou a consolidação deste *frame*, não tenha possibilitado oportunidades políticas significativas ao MNCR. Foi a partir das condições internas deste movimento que foram sendo configurados novos repertórios de conflito e novas oportunidades políticas.

### 3.2.2 O Frame Setorial

O *frame* setorial ganha força tendo como causa os limites da percepção ambientalizada do trabalho dos catadores. Este *frame* é constituído no contexto de esgotamento das possibilidades de avanço e restrição de oportunidades políticas pela passagem do modelo estatista para o modelo privatista de gestão de resíduos. Tal *frame* é classificado aqui como setorial por se tratar de um imaginário que se percebe a partir das desigualdades que assolam a categoria específica dos catadores. Esta forma de perceber está em consonância com a concepção do social/setorial de Luis Eduardo Wanderley (2000, p. 199) enquanto uma dimensão do social, neste caso a dimensão que diz respeito à coleta, à comercialização de materiais recicláveis feita pelos catadores, que é tomada como se fosse a totalidade da noção de social. Para este autor, a ideia de questão social pode ser abordada em uma perspectiva setorial da realidade, ao proferir que as questões sociais setoriais tais como saúde, habitação, etc. possuem um tempo mais reduzido frente à questão social mais geral e em sua dinâmica (WANDERLEY, 2004, p. 151). Neste sentido, é que pode-se falar também de uma questão social/setorial da reciclagem. Em se tratando do sujeito desta questão setorial, o processo de desnaturalização das desigualdades neste âmbito específico foi possibilitado pelo fortalecimento da identidade pessoal dos catadores e pela vigência dos princípios do

MNCR em uma conjuntura marcada pela hegemonia do modelo de gestão de sentido privatista, agravado pela ausência de uma legislação que regulasse o setor de manejo de resíduos sólidos.

Uma série de críticas foi sendo esboçada ao *frame* ecológico em âmbito acadêmico e em consonância com a formação do novo *frame* setorial. Para se ter uma noção, em seu texto clássico sobre a reciclagem intitulado “O cinismo da reciclagem”, Layargues (2002, p. 182) colocava que o discurso ecológico oficialista veicula a questão do “lixo” como sendo, antes de tudo, um problema de natureza técnica e não de ordem social, cultural ou política. Ao ser concebido dessa forma, o discurso oficialista não permite que sejam visualizadas outras dimensões da problemática dos resíduos. Este autor lembra que, historicamente, a coleta e destinação de resíduos para sua reinserção na reciclagem sempre cumpriu uma importante função social no Brasil, porque o trabalho na reciclagem tem consistido, na grande maioria das vezes, em uma oportunidade única de geração de renda para os mais pobres entre os pobres<sup>14</sup>. Os mesmos a realizam através da catação de materiais recicláveis como forma de conseguir viver do próprio trabalho, ainda que de forma extremamente precária. A difusão deste discurso oficialista, ao reduzir a reciclagem a um ato ecológico, acaba por desconsiderar, portanto, o sentido social e histórico da mesma (Ibid., p. 192; 193). Assim, o sentido da reciclagem enquanto um fenômeno de caráter ecológico adveio da solução que a mesma vem representando à questão do “lixo” e aos problemas sanitários e ambientais ela relacionados, em conformidade com o imaginário efetivo de sentido estatista.

Mesmo com toda a questão social/setorial que envolve historicamente a reciclagem no Brasil, geralmente, são feitas muito mais alusões às questões ecológicas. Ou seja, mesmo sendo o sentido ecológico da reciclagem muito mais recente que a questão social/setorial nela envolvida, o mesmo veio pautando os debates públicos, haja vista as possibilidades de preservação ambiental, que envolvem as práticas de destinação correta feitas através da coleta seletiva e da reciclagem de resíduos sólidos.

A vigência do *frame* setorial do MNCR tem início no momento em que os apoiadores externos deixam de ser os protagonistas dos processos de organização de catadores. As condições para que esta novo marco interpretativo vigore ocorre no momento quando os catadores em processo de organização começam a perceber os limites da sua

---

<sup>14</sup> A reportagem publicada no Jornal Correio do Povo de 12 de junho de 1960 intitulada de “Lixo, a esperança dos pobres” retrata alguns fragmentos do trabalho de sujeitos marginalizados com materiais descartados pela população porto-alegrense (LIXO, 1960, p. 11).

própria ação. Elementos deste tipo de forma de perceber podem ser constatados desde o processo de fundação do MNCR. De acordo com o recorte documental abaixo:

Durante o debate, iniciamos considerando que no início o MNCR foi concebido por agentes externos do terceiro setor que almejavam uma entidade nacional com base em diversos estados para poder representar os catadores frente a vários organismos de captação de recursos para os seus projetos e a sustentação dos seus cargos burocráticos. [...] se o MNCR não tivesse sido criado naquele Primeiro Congresso dos Catadores e População de Rua em julho de 2001 em Brasília, essas entidades de qualquer forma fundariam uma entidade nacional qualquer para levar adiante os seus planos. O fato de ter saído um movimento social foi um grande avanço (MNCR, 2007b).

Neste recorte empírico, é ressaltada uma disputa em torno da criação de uma entidade de representação dos catadores em nível nacional. O então nascituro MNCR viria ao mundo por meio do aproveitamento de uma oportunidade política protagonizada pelos próprios catadores. Segundo o excerto acima, os catadores conseguiram canalizar todos os esforços de representação de planos de captação de recursos – cujo público-alvo consistia neles mesmos – frente às instituições que fomentam tais planos, erroneamente chamados de “projetos sociais”<sup>15</sup>.

O que precisa ficar claro, neste ponto, é que a fundação do MNCR foi o acontecimento conjuntural que levou os catadores a agarrarem a oportunidade de estarem consolidando a si mesmos como sujeitos de sua própria questão social. Sendo este o fato político que consolidou o MNCR e fez com os catadores resistissem ao sentido privatista instituído na gestão de resíduos, capacitando-os para inclusive disputar processos de prestação de serviços, recursos, garantias e direitos relativos à atividade produtiva feita por eles mesmos. Além disso, o recorte textual acima explicita a percepção que o MNCR obtém de suas próprias ações e da vitória que a mesma expressou estrategicamente e conjunturalmente em relação ao desafio lançado aos seus adversários na ocasião delimitada aqui.

Outro aspecto diz respeito à problemática das políticas públicas setoriais voltadas especificamente para a questão social da reciclagem. De modo geral, não se pensava muito em termos da questão de resíduos de forma integrada, mas se partia para uma reação dos catadores organizados no MNCR em sua luta por pautas sociais específicas que partiam da crítica ao imaginário efetivo de sentido privatista que começava a dominar as políticas de gestão de resíduos sólidos.

---

<sup>15</sup> Estas diferenças entre as noções de plano, programa e projeto serão vistas no terceiro capítulo deste estudo na parte que trata sobre o projeto político e magmático da estratégia de reciclagem popular. Mas adiantando sucintamente essas distinções o termo projeto se refere ao momento político e estratégico do processo de planejamento, já a designação de plano está relacionada ao momento técnico deste processo (CASTORIADIS, 1982, p. 97-99).

Isso se devia em grande parte porque as políticas públicas voltadas à gestão de resíduos começaram a se tornar em sua maioria hegemônicas pela iniciativa privada. O que é definido anteriormente nesta tese como sentido privatista do modelo de gestão de resíduos. A, assim chamadas neste *frame* de, “máfia do lixo” se torna prejudicial no momento em que se apropria da remuneração pelos serviços que poderia ser destinada aos catadores. Elas eram reconhecidas enquanto prestadoras de serviço, enquanto que os catadores não o eram.

Já quando se trata do ramo de contratos de serviços públicos de coleta seletiva de resíduos, o fato da Prefeitura Municipal ser o principal cliente destes serviços torna comum a competição entre as empresas prestadoras dos mesmos serviços. Neste ínterim, para que uma empresa possa vencer esta competição em detrimento das demais, algumas delas lançam mão de certos artifícios. Um deles é a influência externa sobre os governos municipais através do que é chamado por Raffin (2004, p. 14) de “investimento na democracia”. Este termo se refere a um tipo específico de relação estabelecido entre algumas empresas do ramo da limpeza urbana, onde se insere a coleta seletiva, e certos candidatos a cargos executivos e/ou legislativos do poder público municipal durante os períodos eleição para estes cargos. O “investimento na democracia” ocorre quando determinada empreiteira aplica recursos financeiros em campanhas eleitorais, tanto de forma legal quanto ilegal (“caixa dois”) com a finalidade de conseguir ser contratada ou manter seus contratos com determinada administração local (Ibid.).

O problema deste tipo de prática em relação aos catadores é que quando uma empreiteira é contratada para a realização de um serviço de coleta seletiva, a mesma acaba tendo concedida a operação destes serviços em nome da municipalidade. Ou seja, ela adquire o *status* formal de executora da coleta seletiva, o que contribui para que possa ser ampliado o sentido de informalidade do trabalho de coleta e de subalternidade do trabalho de triagem já feito pelos catadores, o qual não é reconhecido como um serviço prestado à municipalidade (GRIMBERG, 2007).

Para que seja facilitada a interpretação deste fenômeno que ocorre entre o Estado e o mercado em detrimento da população trabalhadora, é importante entender que os processos que mantêm os catadores na informalidade e na subalternidade em suas relações de trabalho se realizam em decorrência do fato de que os “mercados produzem complôs que bloqueiam os benefícios potenciais da competição para o pobre” (DEMO, 2002, p. 44). Pobreza e informalidade “refletem o sucesso de grupos que procuram vantagem numa economia competitiva e num ambiente político” (Ibid.). Deste modo, a organização dos interesses dominantes tende a formar “coalizões distributivas” articuladas para ganhar vantagens à

revelia daqueles que se encontram dispersos ou que não conseguem competir (Ibid.). No âmbito específico da reciclagem as condições de miséria dos catadores são mantidas e reforçadas em decorrência de dois fatores: a formação de coalizões distributivas entre grupos do mercado de serviços e setores dominantes do Estado em âmbito político-econômico, e de outro lado por uma economia de mercado de recicláveis estruturada a partir de relações oligopsônicas, tais formas de relacionamento já foram vistas no capítulo anterior. Ambos fatores são fundamentais para que a questão social da reciclagem seja configurada no Brasil.

Não obstante as causas desta questão social, muitas políticas implementadas pelos governos municipais representam, em muitos casos, formas inadequadas de encaminhamento da mesma. Isto foi enfatizado durante a vigência do *frame* setorial, em que consta no relatório de um seminário promovido pelo MNCR/RS em Porto Alegre, o seguinte conteúdo:

[...] é comum a prefeitura atuar na retirada dos catadores das ruas das cidades visto que existem contratos dos municípios com as empreiteiras e que isso envolve grande quantidade de recursos públicos. O máximo que alguns municípios tem feito é prometer a coleta seletiva e quando realizam apenas dirigem os materiais recicláveis, muitas vezes com grande quantidade de lixo, para dentro dos galpões para lá os catadores separarem. Por sua vez, esses trabalhadores desenvolvem seu trabalho sem estruturas que garantam o retorno da produção (MNCR, 2009e).

Neste mesmo evento, uma situação não favorável aos catadores também fora relatada sobre a sua relação com o governo municipal de Uruguaiana:

[...] a coleta seletiva foi implantada no município para tirar os catadores do lixão. Atualmente os catadores voltaram para o lixão porque as empreiteiras não destinaram o material reciclável para os galpões. Isso obriga os catadores a catarem diretamente no lixão, visto que na rua não tem mais material. A intervenção do poder público tem se limitado a entrega de cestas básicas ou então a oferta de cursos de capacitação voltados para formação de cabeleireiro, artesão, ou outras profissões que não a de catador. Os catadores de Uruguaiana não recebem apoio do poder municipal e é comum que os catadores sejam acusados de crimes por qualquer acidente que ocorra nas mediações do lixão. Lembra, ainda, que no lixão de Uruguaiana existem quatro gerações de catadores trabalhando atualmente. Para a representante desta base a preocupação do governo atual é ‘limpar a cidade’, tirar os catadores das ruas e, com isso, desmobilizar os processos de organização desses trabalhadores (Ibid.).

Os dois fragmentos deste relatório sobre as relações dos catadores com os governos de Porto Alegre e de Uruguaiana, respectivamente, retratam um pouco desta relação em contextos em que a questão social é encaminhada por meio da retirada forçada dos catadores das ruas (“limpar a cidade”) através da manutenção da informalidade destes sujeitos em benefício de empreiteiras prestadoras de serviços de coleta seletiva. Além disso, havia o agravamento da ausência de um marco regulatório estabelecido em nível nacional, que instituisse regras mais claras para este setor, priorizando o trabalho dos catadores nestes processos. Tudo isto caracterizava um significativo processo de fechamento de oportunidades políticas, pois

não restava espaço quase que algum de acesso aos poderes públicos municipais, quanto menos possibilidades de incidência de demandas sociais, políticas e econômicas dos catadores sobre as políticas públicas de gestão de resíduos sólidos.

Com o fechamento de oportunidades políticas advindas do sentido privatista que pautou o modelo gestão de resíduos, pode-se concluir, aplicando a teoria da MP que o MNCR sofria um expressivo revés em seu processo de estratégico. Contudo, para além da percepção das oportunidades políticas, que naquele momento eram quase nulas, este *frame* lançou as bases para processos locais tanto de organização das bases de catadores junto ao MNCR, quanto de estruturação de políticas municipais de coleta seletiva realizadas pelos catadores a serem reconhecidas e valorizadas pelo poder público local. Mesmo se contendo os iniciais sentidos imaginados característicos de um magma instituinte, este processo interpretativo ainda se manteve enquanto *frame* pela ausência de criação de uma estratégia geral programada em níveis nacionais e de mais longo prazo.

O *frame* setorial contribuiu para que o processo de organização dos catadores não fosse uma simples resposta ou reação conferida aos estímulos ou constrangimentos advindo do meio externo, mas que este processo correspondesse à constituição de uma forma de uma hermenêutica coletiva sobre as circunstâncias políticas, econômicas e sociais daquele momento. Sendo isto o que tornou possível a incorporação constante de estímulos e constrangimentos externos enquanto elementos estratégicos circunstanciais (BERNOUX, s.d., p. 14). Assim, a interpretação adotada pelo presente estudo dos sentidos e *frames* da ação constituídos pelos catadores em meio ao contexto da questão social da reciclagem não é pautada por relações entre estímulo e resposta, necessidades e constrangimentos, mas, é estruturada pela figura do sujeito que reflete sobre estes mesmos estímulos e constrangimentos e os converte em dados contextuais com a finalidade de dinamização de sua ação coletiva.

Conforme visto anteriormente, o ponto de partida para criação do *frame* setorial do MNCR foi o fato da criação deste movimento a partir do aproveitamento de uma oportunidade política fundamental sobre os apoiadores externos, os quais mantinham relações de tutela com os catadores no contexto de um modelo de gestão de resíduos de sentido efetivo com caráter estatista. Contudo, uma oportunidade política aproveitada foi o fato de que, mesmo sob a égide de uma conjuntura desfavorável, os catadores do MNCR conseguiram criar significações de autonomia frente à vigência de um modelo privatista de gestão de resíduos.



Tais significações, que assumiram neste contexto a forma de princípios ético-políticos, foram publicados pela primeira vez em nível nacional na primeira cartilha de formação do MNCR (MNCR, 2005). A disseminação e incorporação destas significações enquanto fundamentos do *frame* setorial deste movimento, a partir da consolidação do MNCR em todo o território brasileiro, ocorreu primeiramente quase cinco anos após a sua fundação, mais especificamente em 2006, ano de realização do Encontro das 700 Lideranças em Brasília. Esse evento foi um grande marco para o processo de organização do MNCR, ficando registrado na memória de sua militância. Isso fica claro neste trecho da entrevista de Gi. no momento quem ele fora indagado sobre qual o momento vivido dentro do MNCR que mais lhe emocionava ao ser lembrado:

Ah cara, é o encontro dos setecentos que depois virou o encontro dos mil e duzentos... Aquele lá foi foda! Aquele lá foi que a ficha caiu mesmo... Então é movimento, então é foda mesmo. É isso aqui. É nósis...

Após este evento, o que também contribuiu para que *frame* setorial do MNCR fosse generalizado no país foi a primeira fase do Projeto CATAFORTE<sup>16</sup>. Este processo de formação é recordado por Gi. ao se lembrar da execução do primeiro CATAFORTE durante o ano de 2010:

Outro momento foi o CATAFORTE I. Foi um momento divisor de águas. Aqui quase que deu uma revolução aqui. Tinha nego que queria expulsar o presidente. Neguinho gritava: Então quer dizer que o negócio é assim. Teve umas reviravoltas aí, uns empoderamentos. Foi um dos momentos que achei assim mais foda...

Realmente o primeiro CATAFORTE proporcionou que os catadores pudessem ir além de suas associações, tal como relata N. (integrante da Coordenação Estadual do MNCR/PR, 31anos), ao se deparar com uma realidade social de outro grupo de catadores. Tais circunstâncias foram capazes de emocioná-la ao ponto de consolidar seu engajamento no MNCR:

---

<sup>16</sup> O Projeto Fortalecimento do Cooperativismo e Associativismo dos Catadores de Materiais Recicláveis – CATAFORTE. O Projeto CATAFORTE até a sua segunda fase fora uma parceria entre a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES)/Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), a Fundação Banco do Brasil (FBB), Petrobras, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em sua terceira etapa entraram a Secretaria Geral da Presidência da República e a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). A primeira fase deste projeto, chamada de CATAFORTE I, teve como objetivo realizar ações de capacitação, formação e assistência técnica, com vistas ao fortalecimento das organizações sociais e produtivas dos catadores de materiais recicláveis e das formas de autogestão dos empreendimentos econômicos solidários. Participaram do CATAFORTE I, desde 2009 mais de 10.600 catadores e catadoras em 19 Estados, mais o Distrito Federal. A segunda fase, CATAFORTE II – Logística Solidária, teve início a partir de 2010 com o objetivo de possibilitar a inserção no mercado de recicláveis das redes de cooperativas de materiais recicláveis, além disso, visou estruturá-las com caminhos para que associações e cooperativas participantes das redes pudessem ser prestadoras de serviços públicos de coleta seletiva, bem como estivessem minimamente habilitadas para prestar serviços de logística reversa para o setor privado (ZEELAND, 2013). Já em sua fase atual, CATAFORTE III – Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias, este projeto tem por objetivo a estruturação física e econômica de 35 redes distribuídas pelo território nacional (EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA, 2013).

Foi no CATAFORTE I, que eu fui mobilizadora, como é que fala, educadora do CATAFORTE, até então eu conhecia só a minha base, que na época era referência aqui em Curitiba, com toda a estrutura, com apoio do município e tal... Aí eu fui... Eu fui num grupo bem precário de catadores daqui de Curitiba [...] Daí eles tiravam uns cem, cento e cinquenta reais por quinzena. Eles ficavam o dia todo sem comer... E tem alguns com problemas mentais, e muitas senhoras e bem analfabetos assim sabe. Se eu tivesse a oportunidade eu te levaria lá. Eles recebem a gente com um carinho tão grande e com uma felicidade tão grande de ver a gente, e confiam no trabalho da gente enquanto movimento, da gente enquanto Instituto. E aí foi nessa hora que eu falei que era isso que eu queria pra mim...

Os excertos destas entrevistas procuram enfatizar momentos de expressão de emoções dos militantes enquanto uma maneira de se colocar em evidência um elemento constitutivo da identidade coletiva de movimento social. Isso foi feito porque para que se possa criar uma determinada identidade coletiva é preciso que ao lado da definição dos *frames* sobre os objetivos e da articulação entre os sujeitos meios, haja uma série de investimentos emocionais (MELUCCI, 1999; SCRIBANO, 2003, p. 80; GOHN, 2006, p. 154-157; ALONSO, 2009, p. 66; 67) que ajudam à consolidação de uma práxis autônoma dos catadores.

Para que se possa aprofundar o entendimento sobre uma ação individual de aproximação através de investimentos emocionais destes militantes do MNCR, a fala acima de N. pode ser interpretada pelo que é descrito por Castoriadis (1992, p. 211) como uma forma de se colocar em contato distintas realidades através expressões valorativas. Essa valoração traduz, por sua vez, um afeto (um processo de deixar-se afetar) e que, a seu turno, acaba por manifestar uma intenção (um desejo) que se coloca em relação com a experiência vivida. Esse sentido, ou essa significação, dá suporte ao que Castoriadis chama de criação de um sentido “para si” característico da lógica poiética funcional e biológica que envolve os sujeitos e a sua busca por manterem-se existindo com vida (Ibid.). Ainda que não seja determinante, pois os sujeitos podem produzirem-se a si mesmos, o sentido biológico-funcional consiste na significação mais básica para reprodução de todo o ser vivente (1982, p. 37). Neste caso, N. explicita que a falta de condições para que o referido grupo pudesse reproduzir-se de modo efetivo se dava pelo fato dos catadores de lá serem acometidos, além da falta de alimentação, por restrições de ordem cognitiva, física e intelectual, o que impede que se possa criar um sentido efetivo que proporcione uma *autopoiesis* coletiva (RODRIGUEZ; TORRES, 2003, p. 111-115).

Tais significados que dizem respeito ao coletivo encontram suporte nos significantes que são produzidos em nível individual. Estes dizem respeito ao processo de autorreconhecimento da identidade pessoal realizado pelos próprios catadores. Sendo que a comparação que N. efetua com relação aos seus padrões de trabalho e de reprodução coletiva



em sua base contrasta com a precariedade e fragilidade tanto do coletivo quanto dos indivíduos. Tal contraste pode ser valorado em uma concepção voltada a valores igualitários e a percepção da desigualdade. Segundo Honneth (2006, p. 105) “devemos generalizar nosso conhecimento das precondições sociais da formação da identidade pessoal em uma concepção que tenha o caráter de uma teoria da vida ética igualitária (*Sittlichkeit*)” (Ibid.). O termo alemão *Sittlichkeit*, traduzido para o português como “eticidade”, se refere a uma ideia de “vida boa”, a qual não pode ser esgotada nem por diversos pressupostos teóricos e tão pouco por várias evidências empíricas (Ibid., p. 141). N., ao dar-se conta das desigualdades existentes nas condições de vida e de trabalho entre os próprios catadores a partir das condições existentes no seu próprio grupo, começa a delinear como esta concepção pode ser hipoteticamente generalizável (Ibid.). No momento em que ela percebe que os referidos catadores também reconhecem as ações do movimento, há um processo de mútuo reconhecimento que proporciona que se consolide uma identidade organizacional. A visualização da necessidade de engajamento e de luta por parte de N. contra uma situação de injustiça se tornar generalizável através desta ação de reconhecimento.

Contudo para que as experiências de injustiça possam ser convertidas em luta política, elas dependem das possibilidades de discernimento moral feitas por aqueles que foram atingidos pelas injustiças. Além do mais, as injustiças precisam ser apropriadas, em termos cognitivos, como motivos da necessária luta por reconhecimento (Ibid., p. 224). Para que seja possível tematizar e até reconhecer as ações e esforços estratégicos por parte dos catadores se torna preciso uma terminologia moral que permita identificar seu descontentamento.

A concepção normativa dessa “vida ética igualitária”, ou de “eticidade”, proposta por Honneth (2006) está fundamentada, deste modo, no processo de vinculação pleno e não distorcido entre a identidade pessoal interna e o reconhecimento social externo em suas distintas dimensões (WERLE; MELO, 2007, p. 14; SOBOTTKA; SAAVEDRA, 2008, p. 16). Sendo que a identidade pessoal, ou seja, a forma como o indivíduo se autocompreende enquanto um membro autônomo e individualizado de uma dada sociedade (Ibid., p.16) é o que reforça a ideia de que esta mesma identidade não pode ser constituída a partir de si mesma (*self-constituted*), tal como supunha a antiga tradição filosófica idealista, mas, que ela somente pode ser moldada por relações intersubjetivas presentes nas estruturas sociais (LUCKMANN, 2006).

N. reafirma este processo de constituição de uma identidade pessoal da seguinte forma:

O preconceito existe ainda muito... Mas eu acho que o catador já é mais reconhecido... Até a gente se reconhece enquanto catador. Mesmo os catadores da base, que antigamente preferiam dizer que eram autônomos ou qualquer coisa parecida, hoje eles têm orgulho de dizer que são catadores. Eu acho que isso é o reconhecimento mesmo, até do próprio catador...

A importância da unidade de um reconhecimento identitário pessoal para o sujeito da questão social da reciclagem ajuda a transpor a cisão existente entre os catadores organizados em associações e cooperativas com alguma estrutura de trabalho coletivo, e os catadores individuais e familiares que trabalham em suas casas, nas ruas e nos lixões. Isto será visto de modo mais aprofundado no seguinte capítulo. Contudo, agora é importante deixar claro que reafirmação da identidade pessoal de catador se converte em um importante substrato para organização do MNCR, principalmente para a consolidação de um *frame* setorial próprio em contraposição ao *frame* ecológico fomentado de modo externo aos catadores. O reconhecimento da identidade de catador serviu inclusive para suas demandas econômicas, políticas e sociais desta categoria setorial específica pudesse se generalizar junto com os processos de reciclagem de resíduos enquanto produção de novas riquezas, encaminhamento adequado e sustentável dos problemas ambientais e integração entre as distintas dimensões econômica, política e social dos processos de gestão de resíduos sólidos.

Logo abaixo, podem ser visualizados alguns aspectos do processo constitutivo da organização dos catadores através do seguinte fragmento extraído da primeira cartilha de formação nacional do MNCR:

Após a realização de dezenas de encontros de representantes dos estados do Brasil onde estamos organizados, dois congressos de abrangência latino-americana, definimos um conjunto de critérios básicos para estruturação da organização do movimento ao qual chamamos de bases de acordo; um conjunto de códigos de conduta ética e valores que chamaremos de princípios orientadores do movimento [...] (MNCR, 2005, p. 05).

Tal repertório de princípios acaba por definir um horizonte linguístico que dá forma a pensamentos e sentimentos morais (HONNETH, 2006, p. 186). Este repertório é expresso pela declaração de princípios e objetivos deste movimento, tal como segue:

O MNCR trabalha pela autogestão<sup>17</sup> dos catadores [...], com um critério de democracia direta<sup>18</sup> em que todos têm voz e voto nas decisões, [...]. O MNCR tem

<sup>17</sup> Segundo a cartilha de formação política do MNCR, a autogestão “é a prática econômica em que os trabalhadores são os donos das ferramentas e equipamentos de produção. Autogestão é o modo de organizar o trabalho sem patrões, tendo a decisão, o planejamento e a execução sob controle dos próprios trabalhadores” (MNCR, 2010, p. 18; 19).

<sup>18</sup> A democracia direta “é forma de decisão tomada pela participação coletiva e responsável da base. Uma decisão pode ser feita por consenso ou por maioria de votos, mas sempre deve respeitar antes de tudo a exposição das ideias e o debate” (Ibid.).

na ação direta<sup>19</sup> [...] um princípio e método de trabalho, que rompe com a apatia, a indiferença e a acomodação de muitos companheiros [...] não esperando que caia tudo pronto do céu [...]. O MNCR busca garantir a independência de classe<sup>20</sup> em relação aos partidos políticos, governos e empresários [...] No MNCR, ao contrário do individualismo e da competição, buscamos o apoio mútuo<sup>21</sup> entre os catadores, e praticando no dia a dia das lutas a solidariedade de classe<sup>22</sup> com os outros movimentos sociais, sindicatos e entidades, brasileiras e de outros países [...]

A vigência do *frame* setorial foi também um momento de consolidação dos princípios do MNCR. Eles servem como um processo referência interpretativa em relação aos valores deste movimento. Também funcionam como critérios de ingresso de grupos de catadores ao MNCR. Isso pode ser constatado com a seguinte fala de C. (integrante da Comissão Nacional e da Coordenação Estadual do MNCR/RJ, 35 anos): “O que eu trago pra Nacional é que as bases que são orgânicas do movimento são aquelas que seguem princípios [...]”. De fato, se procura realizar os princípios em diversos momentos em que a categoria dos catadores se coloca em contato consigo mesma, efetivando assim o advento do *frame* setorial do MNCR. Isso pode ser verificado na forma em que a categoria dos catadores interpreta a si mesma além de seu grupo de base. Sobre o processo de formação das lideranças que transpõe os limites da base, C. coloca que:

[...] alguns catadores foram formados como lideranças pra tá atuando junto com outros catadores aqui do centro da cidade. A questão era trabalhar saúde e cidadania, por que pelo fato de ser catador de rua, se tem muito índice de tuberculose, por se trabalhar a céu aberto e em baixo de chuva. Muitos ainda evitam ir no posto de saúde, e é documentação que se perdia e deixava pra lá, o filho nascia e não era registrado... Isso ampliou a nossa visão sobre os catadores, pois se via que essa

<sup>19</sup> A ação direta “é um princípio e método que carrega o sentido do protagonismo do povo auto-organizado, ou seja, é o povo que deve fazer diretamente as transformações, com o exercício de suas próprias forças, união, organização e ação, sem viver esperando que os outros façam por nós, que caia do céu como um milagre ou um presente, sem que nos esforcemos para isso. A ação direta pode ser da pessoa para o grupo, do grupo para a base, da base para o movimento, e do movimento para a sociedade” (Ibid., p. 20; 21).

<sup>20</sup> A independência de classe “é o principio histórico que orienta a luta do povo na busca pela nossa verdadeira emancipação das estruturas que nos dominam. Significa que a união do povo, nossa luta e organização, não pode ser dividida por diferenças partidárias, nem se deixar manipular ou corromper pelas ofertas que vem das classes dominantes, governos e dos ricos” (Ibid., p. 22; 23).

<sup>21</sup> O apoio mútuo ou a ajuda mútua “é o princípio que orienta nossa atitude para a prática que contribui para a construção da solidariedade e da cooperação, é contrário aos princípios da competição, do egoísmo, do individualismo e da ganância” (Ibid., p. 24).

<sup>22</sup> A solidariedade de classe “é o principio histórico da união de todos os pobres. Sabemos que a sociedade que vivemos está dividida em classes: pobres e ricos, opressores e oprimidos, os que mandam e os que obedecem. Nosso povo faz parte das classes oprimidas, somos um setor dentro delas, porém existem vários outros setores de classes oprimidas pelo sistema capitalista, como: os sem terra, os sem teto, os índios, os negros e quilombolas, os trabalhadores assalariados, etc. É importante compreendermos isso, pois em nossa luta, sozinhos, não venceremos. A verdadeira vitória só pode ocorrer com uma profunda transformação da sociedade, ou seja, onde não existam mais ricos ou pobres, opressores e oprimidos, mas sim liberdade e igualdade. Para construirmos essa nova sociedade temos que construir na luta a solidariedade com todos os setores das classes oprimidas” (Ibid., p. 24; 25).

nossa categoria também começa com outros públicos, como o pessoal que saía do tráfico e começava a trabalhar como catador...

Pode-se verificar com o trecho da entrevista acima que os sujeitos da questão social da questão social da reciclagem podem se formarem de outros tipos de indivíduos, tais como os egressos do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Contudo, mesmo com a pluralidade de composição da categoria, algo diferencia os catadores das demais pessoas que intencionam explorá-los. Assim prossigue C.:

Aqui a gente tem muito isso, aqui no Rio, que são as “coopergatos”. Pessoas que nunca foram catadores e viram a reciclagem com um meio de ganho. E acham que é fácil. E pra eles se torna fácil, sim. Não desqualificando nós que somos catadores, mas, pode reparar... Quem não foi catador, não veio da reciclagem, tem muito mais facilidade de explorar o outro do que quem é catador. Porque ele não tem sentimento... Ele não viveu aquilo que o cara tá vivendo, então ele vai explorar com uma facilidade só. E é o que a gente mais tem falado... Ele sabe tudo de material porque ele fica só estudando a qualidade e nome de cada tipo de material pra ter aquela linguagem bonita na hora de negociar [...] E aí você diferencia logo, o catador do explorador. Tu vê logo, a linguagem, o jeitinho de se portar, e tudo. E coisas que você vê que nem bate. No fundo, ele não conhece nada... Ele só quer engambelar...

A partir deste excerto fica claro que é mais difícil um sujeito que é catador, e se identifica pessoalmente como tal, explorar um de seus pares do que aquele que não nutre este tipo de identificação pessoal. Apenas os que não possuem esta identidade conseguem realizar um ato de injustiça tal como este. Esta concepção identitária com fundamentos morais e pessoais se generaliza por todo o MNCR. Gi. enfatiza o traço de uma identidade pessoal autônoma desenvolvida pelos catadores em seu *frame* setorial, tal como segue:

Nosso movimento tem uma vantagem, cara. Não sei se nos outros movimentos é assim. Mas nós temos uma vantagem que é a seguinte: A gente é um movimento de catador, gerido e organizado por catadores, então não tem dirigente nenhum desse movimento que nunca puxou um carrinho e que nunca teve num lixão. Ao contrário de muitos movimentos, em que o cara às vezes nunca bateu uma enxada, mas é liderança do movimento [...] É gente da classe média que quer ajudar, que tem uma boa intenção, tem o coração bom, mas que nunca morou em baixo da porra de uma marquise, e que nunca pagou um aluguel, com sete filhos pra criar [...] Mas são lideranças, não deixam de ser... Mas o diferencial do MNCR é que todo mundo que tá nas comissões, que tá nas articulações, que tá nas correrias, que é dito liderança [...] esses caras e essa mulheres que tão puxando esse negócio, a origem de tudo mundo é lixão e rua. Não tem nenhum que não seja. Eu não conheço. Só se tiver algum que eu desconheça, mas não tem, tudo mundo vem dessa origem.

Tanto o que C. falou sobre as “coopergatos”, quanto o que Gi. disse a respeito da origem catadora das lideranças que organizam este movimento traz muito de uma concepção autogestionária, enquanto o primeiro princípio descrito na declaração de princípios e objetivos do MNCR.

Historicamente, o conceito de autogestão tem sua elaboração associada ao teórico e militante anarquista Pierre Joseph Proudhon. Em síntese, a autogestão é, para Proudhon, a

fusão radical entre o âmbito do saber intelectual, teórico e o fazer prático-produtivo, entre o âmbito político das decisões e a instância econômica da produção de riquezas. Sob a autogestão, e conseqüentemente sob o fim da alienação por ela proporcionada, a sociedade poderia consolidar um regime de democracia direta e distribuição igualitária de recursos econômicos (GALLO, 1995, p. 45). Para tanto, as oficinas e fábricas deveriam se converter em escolas, dentro das quais a educação ocorreria pelo trabalho e o trabalho pela educação (Ibid., p. 56). Pode-se perceber que o objetivo finalista da autogestão reside na fusão entre o exercício da democracia pelo conhecimento e o trabalho vivo e produtivo gerador de bem-estar. A autogestão fomenta e constitui, desta forma, a real libertação das forças produtivas e a possibilidade concreta desenvolvimento pleno das potencialidades humanas (Ibid., p. 51).

Nesse sentido, Castoriadis (1982) concebe na alienação como uma forma do ser humano separar-se das suas próprias instituições. Isso mais do que uma simples disfunção burocrática, ou uma mera irracionalidade, consiste, para ele, em um conflito estrutural que leva a subjugação dos trabalhadores, os quais passam, como forma de resistência, a fomentar uma contragestão em oposição às suas direções centralizadoras que realizam esta separação (Ibid., p. 100). Isso proporciona uma irremediável luta dentro das organizações que deveriam ser coesas para a consecução de seus objetivos. O fenômeno da alienação, segundo Castoriadis, é combatido inclusive de forma inconsciente pela própria sociedade. Esse combate ganha a forma de sucessivas e insolúveis crises de relação e de processo. Tal como é exposto abaixo neste excerto do texto do autor:

Nossa teorização só faz colocar em seu lugar o que a sociedade diz já muito confusamente dela mesma em todos os níveis. São os dirigentes capitalistas ou burocratas que se queixam constantemente da oposição dos homens; são seus sociólogos que a analisam, que existem para desarmá-la, reconhecendo a maior parte do tempo que isso é impossível. São os operários que, quando olhamos mais de perto, combatem constantemente a organização existente da produção, mesmo se não sabem o que fazem (Ibid., p. 101).

Para Castoriadis (2002, p. 262), a solução destas crises estruturais reside justamente no processo de autogestão dos trabalhadores. Para ele, tal processo autogestionário consiste na encarnação da autonomia no domínio fundamental do trabalho (Ibid., 1987, p. 42). O princípio da autogestão, como orientador das ações econômicas e produtivas do MNCR, oportuniza um diálogo deste movimento com a perspectiva e as práticas da economia solidária.

O MNCR discute com o Fórum Nacional de Economia Solidária, no que diz respeito à dimensão econômica de trabalho sem exploração exposto pelo princípio da autogestão, que é compartilhado com este fórum. Porém, o MNCR traz princípios políticos que vão além de

seus empreendimentos econômicos e visam alcançar toda a categoria, bem como as políticas de gestão de resíduos sólidos (de caráter universal). Não obstante, o MNCR participa do Fórum Nacional de Economia Solidária como um espaço qualificado de interação autônoma entre os movimentos sociais, tal como é exposto abaixo em uma reunião da Rede Catapoa (MNCR, 2015a):

[...] Fórum de Economia Solidária em Santa Maria onde M. (ASCAT - Cavallhada) e Â. (ACAT – Campo da Tuca) foram representando Catapoa e MNCR. Ambas participaram no primeiro dia com os depoimentos enquanto Cooperativa e Associação. M. apresentou a Rede Catapoa e o MNCR. Foi sugerido que no próximo encontro fosse montada uma banca do Movimento e da Rede com o objetivo de divulgação e articulação destes com os demais movimentos sociais. D. e A. se referem ao Fórum Ecosol como espaço de avanços dos movimentos sociais para troca e que a discussão destes, não deve permanecer na Academia (universidade), Governo e ONGs que apoiam a causa, e sim para quem está diretamente ligada a questão da economia solidária. L. propõe que a Rede Catapoa possa debater os benefícios e função dentro deste Fórum. D. coloca que é uma forma de trabalhado sem exploração. Sugere-se que se convide quem participa do Fórum para debate e apresentação do trabalho realizado [...]

Como pode-se perceber, a integração entre o MNCR e o Fórum Nacional de Economia Solidária ainda é tema de debate dentro do movimento.

Já sobre os repertórios de conflito inspirados pelo *frame* setorial advindo da interpretação de que os espaços de acesso e interlocução de demandas em relação aos poderes públicos locais estavam fechados, os mesmos consistiam nas marchas de tomada de rua, “carroçassos” e “carrinhassos” geralmente seguidos da ocupação de gabinetes do poder executivo municipal, ou dos espaços públicos em frente a estes centros administrativos.

Neste sentido recordo-me das experiências de demonstração pública que vivenciei junto ao MNCR/RS em que centenas de carroças e de carrinhos de coleta tomaram a então Avenida Castelo Branco (atual Avenida da Legalidade e da Democracia) de Porto Alegre em direção ao prédio da sede do governo municipal, em duas outras vezes em direção à Câmara Municipal de Vereadores de Porto Alegre. Manifestações das quais participei ativamente tanto da articulação quanto da assessoria à equipe de negociação com as referidas instituições. Outra modalidade de conflito consistia na ocupação e interdição de estruturas de transbordo e de deposição final de resíduo, tal como ocorrido em Santa Cruz do Sul. Essa iniciativa carrega a denúncia do sistema privatista, que não considera o trabalho do catador e a tentativa de implantar modificações que começam a indicar a necessidade de um novo modelo de gestão. Esta atividade de ação direta foi realizada em abril de 2008 através da ocupação da usina de triagem municipal, um equipamento público então administrado pela empresa terceirizada de coleta de lixo, tal como é relatado abaixo:



No dia 30 de abril de 2008 os catadores e catadoras organizadas(os) no MNCR ocupam a Usina Municipal de Triagem localizada no Bairro Dona Carlota e impedem durante o dia toda a entrada e saída dos caminhões da coleta. Sua principal reivindicação era a definição de um local digno de trabalho e que a coleta fosse efetivamente destinada aos catadores(as), conforme previa a lei municipal. A empresa não cumpria com o contrato e a prefeitura não fazia muito esforço para fiscalizá-la. Foi um dia inteiro de tensões (JANDREY, 2013, p. 8).

A segunda, realizada em junho do mesmo ano, foi a ocupação da prefeitura.

No dia 11 de junho de 2008 o movimento realiza um acampamento em frente à Prefeitura Municipal, para reivindicar a transferência imediata para o novo local e, novamente, a garantia de que a coleta seletiva fosse de fato destinada aos catadores. Neste 11 de junho de 2008 a Prefeitura municipal funcionou até às 10 da noite, pois durante o dia diversas rodadas de negociação foram realizadas, com propostas e contrapropostas dos dois lados (Ibid., p. 9; 10).

As duas ações contribuíram para tornar a situação dos catadores visível para esta comunidade local. A interdição das operações da usina pelo MNCR provocou uma pane no sistema de coleta da cidade, chamando a atenção da opinião pública. Já a ocupação da prefeitura, além de uma tática de pressão, tornou visível o trabalho do catador, pois naquele dia as atividades de triagem e pesagem foram realizadas em praça pública, conforme demonstra o trecho a seguir:

Além da sua infraestrutura de luta [composta por lonas pretas, barracas e fogão a lenha], os(as) catadores(as) também utilizaram o espaço público para desenvolver seu trabalho durante o dia, instalando uma balança no local e triando os resíduos coletados nas ruas (Ibid., p. 10.).

A estratégia de dar visibilidade ao trabalho dos catadores e o envolvimento da comunidade com a luta não consistem apenas em uma maneira de fortalecimento das reivindicações dos catadores, mas indicam um dos princípios do modelo de gestão integrada, que é a participação da comunidade na tomada de decisão.

Não obstante, a centralidade das ações voltadas às questões de organização interna, por um lado, e aos interesses imediatos dos catadores, por outro, consistiram nos limites deste *frame*. Isso ficava claro pela impossibilidade dos catadores formularem propostas que pudessem universalizar suas pautas de reivindicação. Isso somente foi possível com o advento do *frame* integrado.

### 3.2.3 O Frame Integrado

A forma de referenciamento interpretativo aqui tratado como *frame* integrado de ação coletiva do MNCR inicia-se com a promulgação da PNRS. Essa política tomou forma de legislação (Lei N°. 12.305) sancionada em 2 de agosto de 2010, após 18 anos de tramitação no Congresso. Tal demora em sua tramitação se deve às muitas emendas recebidas ao longo

desses anos em função da ausência de consenso entre os setores público e privado (VIALLI, 2011).

O *frame* integrado do MNCR não pode ser comparado com a perspectiva dicotômica dos anos 70, vigente nas teorias voltadas à análise dos movimentos sociais daquela época, entre movimentos autônomos enquanto movimentos não integrados às instituições do Estado e movimentos integrados às mesmas (AVRITZER, op. cit.), tal como visto no capítulo anterior. A perspectiva trabalhada aqui, logo no capítulo a seguir, é da oposição entre a heteronomia presente nos processos institucionais integrados e a autonomia que pode ser criada frente a esta integração, tal como propõe Castoriadis (1982; 1987; 1991; 1992; 2002). Neste sentido, o *frame* integrado do MNCR é parte da dimensão social mais ampla que se vincula à responsabilidade compartilhada de resíduos entre todos os que realizam a sua geração e a sua destinação.

A PNRS incorporou uma série de sentidos dados às práticas de gestão de resíduos que visavam ampliar a participação dos catadores nestes processos, tais como, a Lei Federal da Coleta Seletiva Solidária (Decreto N°. 5.940/2006), a qual estabelece a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis (BRASIL, 2006). Esta referência tem se disseminado em vários níveis da administração pública, tanto estadual quanto municipal. A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) foi inaugurada como uma forma de implementação deste decreto. Ela tem buscado capacitar e preparar os servidores públicos para a destinação à reciclagem dos resíduos gerados pelas instituições governamentais. Contudo, as associações e cooperativas de catadores ainda encontram grandes dificuldades para se habilitarem em dar conta da destinação desses materiais gerados pelos órgãos públicos. Isso fica claro nesta ata da reunião da Comissão Nacional do MNCR (2015, p. 1), em que se lê:

O Sr. A. faz um esboço da discussão do Decreto, sendo que: a PNRS prioriza os catadores e catadoras; exclusividade no decreto; desfazimento dos bens patrimoniais dos órgãos. Não almejamos lucros e sim custeio dos custos operacionais; controle de saída de resíduos – peso e classificação; Plano de gerenciamento de resíduos sólidos; catadores historicamente que já tem parceria anterior à PNRS; documentação burocrática; órgão apto à destinação; penalidades ao descumprimento.

Este excerto esclarece a dificuldade em se cumprir o referido Decreto, em função dos custos da coleta seletiva feita nos órgãos públicos com exclusividade pelos grupos de catadores. Além disso, é preciso cumprir com as documentações burocráticas para que os grupos tenham acesso aos materiais gerados por essas repartições.



Já, no que tange à contratação das cooperativas e associações de catadores para a prestação de serviços de coleta seletiva nos municípios, esta já era prevista pelo Artigo N°. 57 da Lei N°. 11.445/2007 da Política Nacional do Saneamento Básico que altera o inciso XXVII do Artigo N°. 24 da Lei N°. 8.666/1993 (Lei das Licitações), colocando em seu lugar a seguinte redação:

Art. 24°. É dispensável a licitação: [...]  
XXVII - na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública (BRASIL, 2007).

Não obstante, foi a PNRS que introduziu a possibilidade jurídica de reconfigurar as práticas de gestão de resíduos na medida em que ela insere uma série de conceitos e obrigações a partir de uma visão abrangente desta problemática. Antes tratado como externalidade, o resíduo, a partir da PNRS, figura oficialmente como potencial insumo para as diversas cadeias produtivas. Enquanto que nos modelos de gestão anteriores a essa legislação, a principal preocupação era com sua destinação, agora a abordagem do problema deve se iniciar pela não geração, passando pela redução, reaproveitamento, reciclagem, tratamento e, por último a destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos (BRASIL, 2010b, art. 7°, item II). Essa ordem de gestão demanda tornar os rejeitos visíveis, pois eles revelam os erros de projeto dos desenhos industriais. Segundo a PNRS, aquilo que não pode ser reaproveitado, reciclado ou compostado não deveria ter sido produzido pelas indústrias.

A partir da sanção desta política, ela passa a ser o principal nexos comunicativo que visa estabelecer um sentido compartilhado entre os catadores e os gestores públicos. Isso porque, esta lei reconhece a importância do trabalho dos catadores na coleta, na reciclagem e na logística reversa, dando prioridade às suas associações e cooperativas nos processos prestação de serviço.

Para se ter uma ideia do reconhecimento formal que a PNRS confere aos catadores, o termo “catadores” possui doze menções no corpo do texto da lei (BRASIL, 2010b). Contudo, para que esta formalidade possa ser traduzida em benefícios para toda sociedade é necessário que se tornem vigentes algumas definições desta política, tais como:

VI - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos;  
XI - gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável;

XVII - responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei (BRASIL, 2010b, art. 3º).

A perspectiva dos direitos a serem garantidos aos catadores através da PNRS traz, contudo, não uma noção corporativa de direitos específicos a serem conferidos a uma categoria, mas universaliza esta possibilidade no momento em que procura atacar a problemática dos resíduos já em sua geração. Neste sentido, a política determina a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a logística reversa e o princípio do poluidor-pagador, que obriga o fabricante e importador a responder pelos custos socioambientais que implica o ciclo de produção, incluindo o resíduo gerado pelo descarte da embalagem ou do próprio produto.

De modo a ser generalizado para toda uma sociedade, a PNRS traz a necessidade de construção de uma economia de ciclos completos, dentro da qual vigora um modelo de organização social que procura transformar os resíduos em base de sustentação para a produção de novas riquezas. De modo oposto ao modelo econômico vigente, que necessita de cada vez mais recursos naturais para movimentar seus ciclos. Com isso se pode realizar a denúncia de que há um imenso volume de recursos desperdiçados pelas, assim chamadas, sociedades do descarte ou sociedades do desperdício (*throw away societies*) (ABRAMOWAY et al., 2013, p. 39). Neste tipo de sociedade, os recursos descartados não são reaproveitados da maneira em que se possa criar um valor maior por unidade de recurso através da recuperação e reciclagem de materiais ao final de seu ciclo de vida.

Para facilitar a consecução de uma economia mais sustentável, a PNRS estabelece e normatiza a noção de “ciclo de vida”. Ela consiste em uma série de etapas que envolvem o desenvolvimento dos produtos, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final. Sendo a responsabilidade compartilhada sobre o ciclo de vida dos produtos, enquanto um dos conceitos da PNRS, o que pode levar minimização de resíduos tornando-os insumos produtivos direcionados à produção de riquezas dentro da busca por uma sociedade mais sustentável (BRASIL, 2010b). Para se ter uma ideia dos processos de diminuição de resíduos, em 2008 a União Europeia aprovou uma diretriz que estipula que 50% de todos os seus resíduos gerados deverão ser reciclados até 2020 (EUROPEAN ENVIRONMENT AGENCY (EEA), 2013, p. 5). Em termos comparativos, o Brasil não chega a reciclar 3% o total dos resíduos sólidos gerados

(MINISTÉRIO DAS CIDADES (MC), 2010, p. 22). Assim, uma questão que diferencia a sociedade do descarte da sociedade da reciclagem (*recycling society*) reside não na importância das características do aterro para o qual serão destinados os resíduos, mas sim, na forma como será reduzido ao mínimo aquilo que é destinado para esses aterros. A alternativa para esse tipo de redução consiste na recuperação e na reciclagem dos materiais, em cuja produção de riquezas econômicas deve encontrar-se apoiada (ABRAMOWAY et al, 2013, p. 33).

No Brasil, até então, as empresas geradoras de resíduos (fabricantes, importadoras, comercializadoras de produtos cujos resíduos sejam recicláveis), e portanto poluidoras, ou potencialmente poluidoras, não incorporavam os custos sociais e ambientais desta geração. Deste modo, elas “utilizam mais materiais, energia, recursos bióticos e consomem mais trabalho do que seria necessário, caso os impactos do lixo sobre a vida social estivessem contidos nos custos daquilo que oferecem” (Ibid., p. 21). Isto deixa claro que, no Brasil, a responsabilidade pelos resíduos ainda não é devidamente compartilhada. Esses produtores de resíduos acabam externalizando os custos referentes às suas próprias cadeias de valor, o que consiste em uma grande irracionalidade econômica, social e ambiental, que impede a produção de riquezas a partir uma nova base material e técnica.

Assim, os princípios de poluidor-pagador e protetor-recebedor trazem grandes oportunidades políticas para os catadores em termos de logística reversa e da responsabilidade compartilhada em relação com o setor empresarial gerador de resíduos. Algumas das quais já vêm sendo aproveitadas antes mesmo da sanção da PNRS, como é o caso do processo de criação da Rede Cata-Paraná. Este será visto no capítulo posterior da presente tese.

A PNRS trouxe a possibilidade de os catadores serem reconhecidos enquanto participantes dos sistemas de gestão integrada e de logística reversa. O reconhecimento jurídico<sup>23</sup> do catador, como sujeito que deve estar presente nos sistemas de gerenciamento integrado de resíduos sólidos, é fruto de anos de mobilização dessa categoria, através da negociação institucional até a aplicação de repertórios de conflito desde a formação de seu *frame* ecológico, que possibilitou a emergência do debate público em relação à questão ambiental dos resíduos, passando pelo *frame* setorial e a sua ênfase nas temáticas ético-políticas internas, e nos temas sociais e econômicos de caráter mais restrito a situação

---

<sup>23</sup> Não se trata aqui da esfera de reconhecimento jurídico de Honneth (2003, p. 117) que efetiva direitos através da mobilização do princípio de igualdade imanente e transcendente aos padrões morais das sociedades modernas. Nesta tese se trata muito mais de interpretar a ação dos catadores como potencial criadora de uma nova institucionalidade econômica, política e social, que garanta a efetivação de seus direitos e a delimitação justa de seus deveres dentro da política que estipula um modelo integrado de gestão de resíduos gerados por toda a sociedade, e portanto, da política portadora de aspirações universais.

socioconjuntural anterior à PNRS. Porém, com o advento desta política pública se possibilitou uma nova forma de interpretação societária, denominada de aqui de *frame* integrado.

A entrada em vigor da PNRS, a partir de seu processo inicial de implementação, pôde contribuir para efetivação da estratégia de criação de uma outra cadeia produtiva da reciclagem – de caráter popular, como será visto no próximo capítulo – por meio de modelo de gestão integrada de resíduos. Assim, a PNRS pode ser considerada um marco na sucessão dos *frames* do MNCR, pois traz em seu escopo oportunidades políticas sem precedentes que podem ser aproveitadas de forma ímpar pelos catadores. Tanto que ela pode ser percebida como uma das principais vitórias do movimento, um marco na história dos catadores do MNCR. Esta significação aparece na fala de Gi, quando indagado sobre quais foram as principais vitórias deste movimento: “Olha, foi o reconhecimento da profissão, a organização do movimento, ao longo desses quatorze anos, e a Política Nacional de Resíduos”.

E de fato, do ponto de vista da participação da sociedade civil destaca-se o princípio “do direito da sociedade à informação e ao controle social” definido pela PNRS (BRASIL, 2010b, art. 6º, item X). Especificamente em relação à participação dos catadores de materiais recicláveis ressalta-se “o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania” (Ibid., item VIII). A gestão integrada, por sua vez, é definida como “conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável” (Ibid., art. 3º, item XI).

As cooperativas e associações de catadores se tornam passíveis de contratação para prestar serviços de reciclagem enquanto disposição final ambientalmente adequada de resíduos, a partir da prioridade dada a essas organizações (Ibid., art. 36º, item VI, § 1º). Assim, o trabalho feito na reciclagem passa a assumir uma nova condição. Em vez de apêndices dos sistemas de limpeza urbana, conforme figuravam nos modelos anteriores, ele passam a ser o fator responsável pela execução desse serviço.

Diferentemente da empresa privada em que a coleta seletiva e a reciclagem atrapalham sua dinâmica produtiva (em função da lógica do “quanto mais lixo, maior o custo do serviço”, a ser vista mais abaixo), para essas organizações a coleta seletiva consiste numa etapa fundamental de seu processo produtivo, que tem na reciclagem sua atividade-fim. Quanto melhor for realizado, mais favorável será o posterior processo de triagem, prensagem

e, conseqüentemente, o resultado econômico para o encaminhamento deste material à reciclagem.

Por isso é que, no sentido integrado de gestão de resíduos, a campanha de divulgação do serviço, a educação ambiental e relação com a comunidade figuram como atividades de fundamental importância. Dessa forma, a gestão integrada dos resíduos sólidos tem potencial para unificar prestação de serviço público com a dimensão comunitária e ambiental.

O sentido integrado de gestão dos resíduos sólidos enfrenta, entretanto, obstáculos oriundos dos modelos de gestão anteriores, que dificultam ou impedem a catação e a reciclagem. O que confere diferentes ritmos no processo de implementação da PNRS. Sobre isso, leia-se o excerto da entrevista de G. abaixo:

[...] a gente aqui tem municípios bem direcionados que tem vontade de fazer, mas que não manjam nada... E tem município que é bem safadinho, que não quer fazer nada mesmo... O município da C. [abreviação do nome da outra liderança entrevistada] é safadinho... A gente já tem municípios que já caminharam pra contratação que já seguiram pelo mesmo caminho da política [a PNRS]... Tem realidades distintas.

Isso é constatado por Gi., ao ser colocado em dúvida sobre se o poder público consistia em um inimigo dos catadores tal como os intermediários comerciais e as empresas de manejo de resíduos contratadas pelos municípios. Sobre isso, Gi. afirma que:

Porque os inimigos geralmente são ao mesmo tempo adversários... São as empresas atravessadoras que são adversários, são concorrentes, né... Eles têm essa lógica... e são adversários porque eles querem derrubar mesmo, querem acabar. Já no setor público, não vou falar que o setor público é inimigo, mas muitas das vezes, sei lá... Definir o poder público é complicado. Tem casos e tem casos... No setor empresarial tem as empresas de lixo do setor privado... Esses aí são os inimigos dos catadores.

Neste sentido, segundo N., ao ser indagada sobre quem são os inimigos do MNCR, ela afirma que são as empresas de lixo, prestadoras de serviço que se colocam contra a reciclagem e a favor do aterramento indiscriminado de materiais. Isso porque tais empresas de manejo de resíduos em conluio com os governos municipais impedem tanto a reciclagem de resíduos quanto a participação dos catadores em um modelo de gestão integrada de resíduos. Ela situa isto da seguinte forma, quando é perguntada quem são os inimigos dos catadores na atualidade:

Eu acho que são esses grande consórcios, a questão das empresas que administram a questão do lixo mesmo. Eu acho que o maior inimigo dos catadores hoje é isso, né. Essa questão do fechamento do município com as empresas terceirizadas pra coleta seletiva. Muitos municípios que mesmo com a lei, eles não querem apoiar ou que dê certo essa conquista dos catadores. Porque eu vejo assim, que nem hoje, a gente esse contrato com a prefeitura. Isso não significa que é bom pra gente, porque eles tão fazendo de tudo que é pra fudê com o trabalho, que é pra que não dê certo, pra que eles possam dizer que a parte deles, eles fizeram. Então eu vejo isso como um grande inimigo.

Outro elemento que pode se notar na vigência do *frame* integrado é que além da dimensão social do trabalho com os resíduos sólidos, há uma recuperação dos elementos ambientais por parte dos catadores organizados no MNCR em uma busca pela integração dos sentidos socioambientais característicos da vigência do *frame* ecológico do MNCR. Isso fica claro nas afirmações de C.:

[...] muitos [catadores] não sabem qual é a importância do seu trabalho, qual o benefício e a consciência que traz pra sociedade. O legal é fazer a educação ambiental com foco na valorização dos catadores. Mesmo que pareça óbvio, que os catadores sabem disso, mas uma grande parte ainda não conhece. Não dá pra nivelar tudo mundo pelo que a gente sabe... Nós catamos todo tipo de material, mas cada um tem um foco, o catador de lixão tem uma forma de olhar o material e o catador de rua tem outra. É tudo a mesma coisa... Mas os olhares são diferentes. Aqui no centro o foco é mais o papel branco, o arquivo, é o que rende mais. Lá no lixão, é mais o PET. Quando a gente vai para uma cooperativa se tem que trabalhar com todo o material reciclável. Então tem que tá ciente da melhoria que a reciclagem de todo aquele material traz para a sociedade, para o meio ambiente.

E, de fato, a participação dos catadores traz um sentido diverso em relação ao, o sentido privatista vigente de gestão de resíduos. Isso porque, este sentido não conduziu até o presente momento à reciclagem dos resíduos e ao fortalecimento das organizações produtivas dos catadores pelo fato de que os contratos remuneram as empresas por tonelada coletada, quilômetro rodado e tonelada aterrada, ou seja, fomentam a lógica do “Quanto mais lixo, maior o custo do serviço”. Esse modelo representa um empecilho não só à reciclagem, mas a própria implementação da PNRS, e precisa ser revisto com relevante urgência para que a escala de prioridades na gestão de resíduos, estabelecida por esta lei, possa ser efetivada (WIRTH, 2013).

Assim, os grandes conglomerados empresariais de manejo de resíduos, neste *frame* integrado, são prejudiciais, pois enterram ou incineram os resíduos que poderiam ser utilizadas como insumos para a produção de riquezas. Ao realizar esta crítica de modo diferenciado do *frame* setorial, dentro do qual se criticava as mesmas por disputar um mercado de serviços com os catadores, não permitindo que houvesse uma compensação pelas distorções do mercado oligopsônico da reciclagem. Este *frame* realiza um deslocamento de uma perspectiva de atuação política setorial e compensatória, para uma perspectiva mais geral relacionada às questões de sustentabilidade ambiental e de redistribuição de riquezas a partir da luta pela implementação da PNRS. Isso traz possibilidades de atuação mais abrangentes para os catadores do MNCR, e realmente representa a vigência de um novo marco interpretativo que contribui para o aperfeiçoamento da argumentação deste movimento em prol dos objetivos estratégicos de implementação da PNRS vinculados a atual conjuntura.



Já em termos de oportunidades políticas, a obrigatoriedade legal das prefeituras em implementarem um modelo de gestão integrada com a participação dos catadores, somente pôde ser visualizada pelo MNCR a partir da vigência do *frame* integrado. Percebe-se isso no trecho da ata da reunião do Comitê Malvina Tavares de 15 de maio de 2015 (MNCR, 2015e, p. 3), em que, sobre um processo de consultoria sobre políticas públicas de gestão de resíduos dada por uma apoiadora do MNCR, se lê:

I. [abreviação do nome de uma consultora vinculada ao MNCR/RS] relata também que a consultoria também tem como objetivo a implementação da gestão integrada, fazendo este debate com a sociedade para avançar também para o [resíduo] orgânico, mostrar que as prefeituras que não estão fazendo a gestão integrada estão fora da lei, neste processo estamos articulando os FACS nas cidades em Rio Pardo e começando em Encruzilhada [do Sul], I. fala que os fóruns ajudarão na articulação com os apoiadores, afirma que as bases têm autonomia, cada base define qual a ação vai ser desenvolvida [...].

Há, neste excerto, a clara oportunidade de constituição de esferas públicas, aqui denominadas de Fórum de Ação pela Coleta Seletiva Solidária (FACS), voltada ao controle social do processo de gestão integrada de resíduos em nível municipal, tal como é estipulado pela PNRS.

Não obstante, governos municipais encontram dificuldades para efetivar a participação dos catadores nos sistemas de gerenciamento integrado, por causa desta demanda por contratação de organizações de catadores para os serviços de coleta seletiva. Isto foi exposto pela apoiadora jurídica do MNCR/RS. Segundo ela, a PNRS responsabiliza os municípios pela implementação da política com contratação dos catadores sem a exigência de contrapartida. Neste sentido, as dificuldades que os municípios apontam é que não sabem quais serão os resultados imediatos que podem ser garantidos pela contratação dos catadores para a execução dos serviços de coleta seletiva. Ela argumentou, ainda, que as prefeituras não podem encarar uma associação ou cooperativa de catadores como uma organização comercial ou empresarial, pois elas são organizações diferenciadas. Por isso os municípios devem reunir várias secretarias, com diferentes recursos a serem investidos no apoio e no custeio destes serviços para assim poderem visualizar os resultados em termos econômicos, sociais e ambientais em uma perspectiva integrada (informação verbal)<sup>24</sup>.

Sobre a reunião de diversas instituições dos governos locais, é importante destacar que também o modelo de encaminhamento das demandas advindas dos catadores organizados no MNCR passou por um processo de definição mais precisa. Pois, nos modelos instituídos anteriores, as problemáticas referentes aos catadores e seus processos sociais e produtivos

---

<sup>24</sup> Informação obtida no Seminário sobre Reciclagem Popular ocorrido no dia 17 de setembro de 2015 no município de Rio Pardo no Rio Grande do Sul.



ficavam geralmente a cargo de uma única instituição pública local: a secretaria do meio ambiente do município demandado. Neste novo *frame*, o modelo de encaminhamento de demandas consistiu no mesmo que fora adotado pelo Governo Federal a partir da instituição do CIISC. Este comitê garante assento de representação ao MNCR. Este modelo de encaminhamento de demandas é o mais recomendável de acordo com esta percepção integrada, dada a grande complexidade das questões que envolvem os catadores e as diversas dimensões que compõem a gestão de resíduos sólidos.

Em se tratando dos repertórios de ação conflitiva, neste *frame* é importante frisar que a adoção de novas táticas tem envolvido a realização de seminários e audiências públicas, juntamente com mobilizações de rua de forma congregada. Essas ações táticas conseguem reunir em atividades públicas as instituições responsáveis pelo encaminhamento das demandas dos catadores, ao mesmo tempo em que são realizadas manifestações de rua e trancamento de lixões. Exemplos desta tática puderam ser constatados durante o evento de formatura do CATAFORTE I no dia 22 de junho de 2011 em Gravataí/RS, quando mais de oitocentos catadores caminharam até a prefeitura deste município contra o processo de impeachment da então prefeita que havia contratado a cooperativa de catadores para realização da coleta seletiva solidária (CSS) neste município. Outro exemplo ocorreu durante o Segundo Encontro Estadual do CATAFORTE II ocorrido no dia 18 de outubro de 2012 em Santa Cruz do Sul/RS (RELATÓRIO..., 2012). Neste encontro depois de palestras e oficinas realizadas em espaços da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC) foi realizada uma passeata pelas ruas desta cidade com mais de setecentos catadores de várias regiões do Rio Grande do Sul até um grande gerador de resíduos: uma indústria fumageira de renome internacional. Neste ponto é importante destacar que foi a primeira ação contra um grande gerador que não destinava seus materiais recicláveis aos catadores desta localidade. Ou seja, o alvo das manifestações deixa de ser preferencialmente os governos municipais e passa a incluir grandes geradores. Esse tipo de ação voltou a se repetir durante o Seminário sobre Reciclagem Popular ocorrido no dia 17 de setembro de 2015 em Rio Pardo, do qual tive a oportunidade de participar. Ao final desta atividade os catadores foram às ruas desta cidade contra um grande supermercado, representante de uma rede regional deste tipo estabelecimento, reivindicando que os materiais gerados em toda a região fossem destinados aos catadores organizados em diferentes cidades desta regionalidade, e com o devido pagamento pelos serviços de logística reversa a serem prestados. Esta ação contribuiu com a visibilidade da cooperativa de catadores desta cidade que também se encontra em um conflito com a prefeitura por um contrato de CSS que garanta o pagamento pelos serviços prestados.

No entanto, a ação que se tornou uma referência deste novo repertório tático foi a realizada no município de Uruguaiana/RS. Neste município, desde 1989 funciona um lixão onde trabalham entre cento e cinquenta e trezentos catadores, entre estes setenta e cinco famílias fazem parte da Associação dos Catadores Amigos da Natureza (ACLAN), base MNCR no município. Este lixão já estava interditado desde 2010 pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. A referida base do MNCR deste município já fizera uma série de negociações com o então prefeito para a transferência dos catadores para um galpão de reciclagem e para a implementação da CSS neste município. Como forma de pressão foram realizadas mobilizações de rua, intervenções em meios de comunicação e denúncias no Ministério Público, sem a obtenção de resultados efetivos. Contudo, no dia 29 de novembro de 2013, após uma série de articulações e demonstrações de solidariedade por parte de outras bases do MNCR e da sociedade em geral tanto nacional quanto internacionalmente, os catadores de Uruguaiana fecharam as entradas do lixão, localizadas entre as rodovias BR 290 e BR 472. Ao mesmo tempo em que ocorria uma audiência pública sobre a situação dos catadores neste lixão. A audiência contou com a participação do Ministério Público, Tribunal de Contas, Câmara de Vereadores, Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Prefeito Municipal, Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO), deputados estaduais e representantes do CIISC do Governo Federal e já vinha sendo divulgada pelos catadores e pelos veículos da mídia local.

Durante esta atividade o atual prefeito do município recebeu uma carta com as reivindicações do MNCR, contendo as seguintes pautas: liberação da escritura de um terreno, para a construção de um galpão à ACLAN; cedência ou locação de um galpão para a ACLAN, sob a gestão dos catadores, até a construção do galpão definitivo; revogação do convênio com a empresa europeia Interjuvi para incinerar os resíduos; e a estruturação de um projeto piloto de CSS, com a contratação da ACLAN.

Ao final da audiência, o prefeito se comprometeu com as reivindicações. Foi realizada uma assembleia no lixão com a presença dele e dos representantes do CIISC e montado um grupo de trabalho para o encaminhamento das reivindicações. Alguns dias depois na primeira reunião do grupo foi assinado o Decreto N° 505/2013 que revoga o convênio de cooperação n° 01/12 firmado entre o município de Uruguaiana e a empresa incineradora Interjuvi Plataform System (MNCR, 2013). No decorrer de poucos meses, foi elaborado, discutido e aprovado um plano piloto de CSS, o qual deu origem ao contrato de coleta que está vigente nos dias atuais; foi construído e estruturado um galpão novo nas imediações do antigo lixão; e foi cedido um entreposto no centro da cidade para a operação da

CSS. A efetividade desta ação para a obtenção de resultados imediatos foi o que ajudou a consolidar esta forma de tática de ação característica deste *frame* integrado do MNCR.

Refletindo politicamente, a vigência deste tipo de repertório de conflito somente tornara-se possível em função das oportunidades políticas percebidas a partir da PNRS, e de seus pressupostos tais como: o estabelecimento de esferas públicas para o controle social das políticas de resíduos e a vigência jurídica da gestão integrada de resíduos sólidos. Tais nexos significativos foram os que proporcionaram um alinhamento interpretativo entre o MNCR e diversas instituições que se encarregam de encaminhar as demandas advindas da questão social da reciclagem cujos sujeitos são os catadores em luta. Este alinhamento se traduziu em ações conjuntas que podem realmente contribuir para que a atual conjuntura se torne favorável para conquistas e avanços do MNCR.

Contudo, a PNRS apresenta limites claros. A visão de Gi. sobre a política reconhece os avanços proporcionados pela PNRS, mas acredita que ela deveria ser melhor definida: “Eu não acho que seja uma coisa ruim, não, só que tem muita coisa que deveria ser melhorada, mas assim, eu considero como uma conquista”. De acordo com os dados de pesquisa da presente tese, os principais elementos que poderiam ser aperfeiçoados, desde o ponto de vista do MNCR, dizem respeito aos elementos que versam sobre a logística reversa, e sobre o reconhecimento, apenas, dos catadores associados ou cooperados, deixando de fora uma maioria de catadores individuais e familiares.

Sobre os limites em relação à logística reversa, veja-se essa parte da entrevista de R. (apoiadora técnica da Rede Cata-Paraná, 55 anos) abaixo sobre os acordos setoriais:

Quem apresenta [a proposta de acordo setorial] são as empresas, que têm que apresentar... Se tivesse como os catadores apresentar a sua proposta seria excelente. Quem a apresenta é a empresa, e nós temos que tentar no máximo, que nem nós temos aqui, fazer a briga com as empresas, entendeu? Na realidade aqui foi feito e elas entraram com o nosso projeto. Se as empresas lá viessem com um projeto construído junto com os catadores... Mas não adianta, ele vêm com um negócio pronto... Querem que a gente faça do jeito deles.

Realmente, conforme a PNRS os próprios geradores – classificados como poluidores-pagadores pela legislação – estabelecem como pode ser constituída e gerida sua parcela de responsabilidade nos processos de logística reversa (ABRAMOWAY et al., 2013, p. 44). Assim, a PNRS define o acordo setorial como sendo um: “ato de natureza contratual firmado entre o poder público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto” (BRASIL, 2010b, art. 3º, item I). O acordo setorial é, portanto, um ato contratual estabelecido entre o governo e os agentes econômicos produtores e distribuidores de

mercadorias, cujos materiais remanescentes consistem em resíduos sólidos. Sobre essa política de logística reversa aplicada por determinadas empresas e organizações empresariais, R. critica as mesmas duramente, por se tratar de uma forma dessas entidades não assumirem de fato a sua responsabilidade pelo princípio poluidor-pagador estipulado pela PNRS:

Ah que bonzinhos, aquele dali deu uma prensa... Por exemplo essa política da T.[nome de uma grande empresa do setor de embalagens], a gente odeia... A gente quer o pagamento pelo lixo que recicla, o pagamento pelo serviço prestado e isso tem que regularizar, entendeu. Então, enquanto a gente tiver aceitando a prensa, vai continuar dessa forma... Eles têm que pagar pela prestação de serviço, os catadores têm que receber por quilo, por tonelada. A mesma coisa, a A. [nome da uma grande associação empresarial do ramo de perfumaria] tá fazendo. Ela queria vir pra cá, e nós começamos a brigar e dizer assim não dá... Não fechamos negociação com eles, porque eles querem dizer, eles que querem comprar o equipamento... E a gente só quer o recurso pela prestação de serviço. E depois você ainda tem que encaminhar os relatórios. Tipo a T. vai lá deixa a prensa e todo o mês quer saber quanto você produziu. Porque daí ela tem que mandar lá pro MMA pra cumprir os relatórios... E não tem, eles têm que pagar pela prestação de serviços de logística reversa.

Deste modo, a lei se torna apenas uma legislação formal, pois quem ainda diz como se dará a logística reversa dos remanescentes dos seus produtos serão as próprias empresas poluidoras.

Outro limite da PNRS diz respeito, ao fato de que os capítulos da PNRS, os quais estabelecem seus planos, responsabilidades de geradores e do poder público, instrumentos econômicos e disposições transitórias e finais se referem unicamente à “participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda” (BRASIL, 2010b, art. 18º, item II, § 1º). Isso significa que a maioria dos catadores que se encontra trabalhando de forma individual ou familiar não está contemplada pelas garantias jurídicas estabelecidas por esta política. Isto é percebido por Gi. da seguinte forma:

A política de resíduos traz a questão da melhoria da condição de vida muitos catadores, mas não é de todos ainda. Não é a maioria que tá aí na rua e no lixão. Mas muitos melhoraram as condições de vida. Uma parcela bem significativa de quem tá organizado melhorou nessa questão da perspectiva de um futuro melhor...

Assim, pode-se constatar que uma das grandes limitações da limitações da PNRS é o fato de somente poder definir os pressupostos jurídicos para o atendimento das demandas dos catadores que fazem parte de associações e cooperativas.

Em síntese, no *frame* integrado do MNCR, a disputa é deslocada do âmbito dos conflitos contra as instituições governamentais para que sejam atendidas suas demandas sociais, políticas e produtivas para os processos que visam implementar o sentido de gestão integrada de resíduos junto também aos empreendimentos privados geradores de resíduos. As limitações da implementação dos processos de logística reversa e o desafio de contemplar a

maioria de catadores individuais e familiares fazem com que o MNCR necessite aprimorar os seus processos estratégicos, os quais lhe conferem o fortalecimento da sua identidade coletiva e militante. Para tanto é necessário o aprofundamento de um imaginário instituinte enquanto o principal guia e motivador de seu processo estratégico.

#### 4 O MAGMA DA RECICLAGEM POPULAR E A HETERONOMIA CONDICIONADA PELAS INSTITUIÇÕES

Neste último capítulo, coloca-se em diálogo as perspectivas da teoria dos *frames*, trabalhada no capítulo anterior com a abordagem dos imaginários sociais. Este diálogo visa dar conta de uma questão crucial para a conformação de estratégias de movimento que vão além dos momentos conjunturais, e que possam criar orientações estratégicas de longo prazo, as quais contribuem para se visualizar a dimensão instituinte da questão social da reciclagem.

Para se cumprir a demanda interpretativa proposta para esta parte da tese, pretende-se realizar a consecução de um diálogo entre a teoria dos *frames* e a perspectiva dos imaginários sociais. Inicia-se tal discussão, situando os limites da teoria dos *frames*. Para tanto, é utilizada a crítica feita por Gohn (2006) à teoria da MP, de onde a teoria dos *frames* é originária. Esta autora identifica uma insuficiência nesta perspectiva. Ela afirma que as oportunidades políticas podem realmente influenciar os movimentos, contudo, eles são mais influenciáveis pelos códigos culturais, que muitas vezes não possuem características utilitárias e instrumentais (Ibid., p. 107; 108). Segundo Gohn (Ibid., p. 113), nesta perspectiva há uma lógica sistêmica que ignora os projetos políticos dos movimentos. De acordo com ela, mesmo que Tarrow, enquanto o seu principal teórico, coloque a necessidade de se consolidar *frames* para que possam haver processos de mobilização coletiva, ele não avança na interpretação de como este processo ocorre. Isso se dá porque sua concepção encontra-se focada no âmbito de oportunidades políticas externas aos movimentos, dificultando a análise da formação da cultura e dos projetos políticos dos mesmos (Ibid.). Dessa forma, como afirma Gohn (Ibid., p. 114):

Se Marx afirmou que por meio da práxis os homens fazem a história em determinadas condições, a teoria da Mobilização Política trabalha apenas com a busca das ‘determinadas condições’. A práxis dos homens não é investigada.

Como forma de suprir esta insuficiência e para contextualizar e interpretar a práxis do MNCR, não unicamente em seu processo de constituição de sujeito, mas enquanto o sujeito de processos e relações sociais mais amplas que configuram a questão social da reciclagem, enquanto objeto desta tese. Esta se universaliza através do processo lógico que parte do pressuposto de que todos os membros de uma dada sociedade geram resíduos sólidos. Sendo assim todos devem dar conta de seus resíduos de modo ambientalmente adequado, economicamente viável e socialmente justo, ou seja, de modo integrado e sustentável. A reciclagem se apresenta como alternativa para a integração e sustentabilidade em termos de destinação final dos resíduos gerados para a produção de novas riquezas. Os

sujeitos trabalhadores históricos dos processos de reciclagem são os catadores. A sua práxis estratégica instituinte, que aponta para a autonomia dos mesmos em relação aos intermediários comerciais, às empresas de manejo de resíduos, às instituições de Estado e em conjunto com as organizações da sociedade civil e consigo mesmo, é o que garantirá a integração e a sustentabilidade deste modelo, trazendo benefícios ambientais, sociais e econômicos para toda a sociedade.

Contudo, esta universalidade gesta uma série de conflitos e contradições no momento em que, através da práxis transformadora, procura-se instituir tal relação de autonomia enquanto realidade material e simbólica efetiva. Ao se visualizar tais processos de integração e conflito a se generalizarem no compartilhamento de responsabilidades pela geração universal de resíduos, permite-se aqui dizer que há a ocorrência de uma questão social universal da reciclagem, utilizando para isso a concepção de social universal de Luis Eduardo Wanderley (2000, p. 201). Para ele, tal concepção consiste nos “vínculos que cimentam o tecido de uma sociedade e que, ao mesmo tempo, gestam os conflitos e as contradições [...]”. Ou seja, o social universal diz respeito a uma forma de interpretação relativa à questão social, enquanto um processo de desnaturalização das desigualdades que proporciona tais conflitos e contradições existentes em dimensões econômicas, políticas e sociais (Ibid., p. 202). Neste sentido, é que pode-se obter uma noção universal sobre a questão social da reciclagem.

Para uma interpretação apropriada da questão social da reciclagem e de seu processo de universalização, a presente parte deste capítulo concentra-se na questão da categoria de práxis do MNCR enquanto fator de identidade militante deste movimento vinculada à formação de um campo ético-político e do seu projeto político e estratégico de longo prazo que visa incidir sobre as relações e os processos universais de geração e destinação de resíduos para a reciclagem.

Para que se possa conceber a práxis enquanto uma categoria interpretativa vinculada às ações militantes e instituintes é preciso recorrer à teoria dos imaginários sociais de Castoriadis (1982). De acordo com este autor (Ibid., p. 95), a práxis reside em algo que está *por fazer*, contudo este algo possui um caráter específico, pois se refere, de modo preciso, ao “desenvolvimento da autonomia do doutro ou dos outros”. Sendo que para a práxis, a autonomia do outro ou dos outros é simultaneamente o fim e o meio a serem perseguidos. Segundo ele, esta forma de se colocar em relação os fins e meios em se tratando de práxis e autonomia é um abuso de linguagem com objetivos compreensivos. Mas estes termos são completamente inadequados para estruturação da práxis enquanto categoria interpretativa, pois ela se trata de uma atividade eminentemente política e tais termos dizem respeito à



atividade técnica. Isso porque, esta mantém relação com “um fim que é um fim [...] que pode ser estabelecido com resultado necessário ou provável, em vista do qual a escolha dos meios se reduz a uma questão de cálculo mais ou menos exato”. No entanto, quando se trata de práxis:

[...] a autonomia dos outros não é um fim, ela é sem jogo de palavras, um começo, tudo o que quisermos menos um fim; ela não é finita, não se deixa definir por um estado ou características quaisquer. Existe relação interna entre o que é visado (o exercício desta autonomia), são dois momentos de um processo; finalmente, desenvolvendo-se num contexto concreto que a condiciona e devendo levar em consideração a rede complexa de relações causais que percorrem seu domínio, a práxis jamais pode reduzir a escolha de sua maneira de operar a um simples cálculo; não que este fosse muito complicado, mas porque por definição deixaria escapar o fator principal – a autonomia (CASTORIADIS, 1982, p. 95).

Conforme este autor, não significa que não possa existir um processo de elucidação da práxis enquanto prática de transformação da realidade no sentido da autonomia. Para ele, a práxis é dotada de uma lucidez sempre incompleta, por se amparar em saberes efetivos, porém provisórios, mas existe um aspecto fundamental da práxis, que diz respeito ao fato de que: “seu próprio sujeito é transformado constantemente a partir desta experiência em que está engajado e que ele faz, mas que o faz também” (Ibid., p. 96). Sendo que, ao engessá-lo em uma atividade calculista e técnica faz com que se impossibilite este processo de transformação a partir da práxis, condicionando-o às linguagens instituídas desde fora do sujeito da autonomia, ou seja, de forma heterônoma (Ibid., p. 160).

Deste modo, a práxis é uma atividade eminentemente política. Porém qual é a natureza desta política? Conforme Castoriadis (1982, p. 96), o que “até agora chamamos política foi quase sempre uma mistura na qual a parte da manipulação, que trata os homens como coisas a partir de suas propriedades e de suas reações supostamente conhecidas, foi dominante”. Não obstante, ele concebe que a política realmente transformadora, ou melhor, revolucionária, consiste em:

[...] uma práxis que se dá como objeto a organização e a orientação da sociedade de modo a permitir a autonomia de todos, reconhecendo que esta pressupõe uma transformação radical da sociedade que, por sua vez, só será possível pelo desdobramento da atividade autônoma dos homens (Ibid., p. 96; 97).

Ao se fazer relação com a identidade coletiva do MNCR, pode-se concluir que a práxis autônoma, enquanto atividade que busca a sua própria elucidação, é o fator definitivo que leva ao aprimoramento da identidade militante do MNCR, diferentemente da identidade pessoal de catador de material reciclável obtida através do *frame* setorial de ação coletiva.

Isso se deve ao fato de que as muitas dificuldades inerentes à delimitação de um “nós” se devem à contingência do processo de organização deste “nós”. Sobre a agência

constante e permanente de organização do MNCR, é preciso afirmar que não há uma unidade estabelecida de forma inerente à condição social e histórica dos catadores, pois, os movimentos sociais, na concepção de Melucci (2001, p. 23), são “sistemas de ações, redes complexas de relações entre níveis e significados diversos da ação social” sendo a identidade coletiva “um produto de trocas, negociações, decisões, conflitos entre os atores”. A relação com os outros atores e com as oportunidade e vínculos do ambiente de relações influenciam diretamente na definição da identidade coletiva (Ibid., p. 68-69), ou na visualização da “importância do nós”.

Isso porque, a elasticidade dos limites deste processo depende da mobilização dos membros pertencentes às diferentes organizações (FRIEDBERG, 1995, p. 95; 96), os quais compõem, neste caso, a questão social da reciclagem. Ao serem mobilizados, os membros destas organizações lidam diretamente com as relações de poder que subjazem os processos de troca entre sua organização e seu ambiente relacional (Ibid.).

As relações de poder nas quais os catadores se deparam não são apenas formas de perceber os problemas que envolvem os processos de organização dos sujeitos, mas relações que condicionam a própria capacidade destes catadores de criar estratégias sociopolíticas presentes no campo de relações que configuram o MNCR. Tal como coloca Friedberg em relação às trocas, às regras e aos dispositivos...

[...] pelos quais essas relações são estabilizadas e reguladas, vêm por sua vez modelar não só a percepção que essa organização terá dos problemas e das exigências, ou seja das imposições e oportunidades que eles encerram, mas também a sua capacidade de os agarrar. Porque a percepção de um problema não basta para o agarrar. É também preciso que os sujeitos, na organização possam construir a rede de interlocutores pertinentes, quer dizer, mobilizar ou interessar os sujeitos pertinentes para agir com sucesso (Ibid.).

Conforme concebe o referido autor, para que uma organização, neste caso o MNCR consiga “agarrar”, ou seja, aproveitar estrategicamente as oportunidades é preciso que seja constituída uma rede de interlocutores capazes de agir e obterem os objetivos aos quais se propõem. Estes interlocutores são os catadores que se identificam enquanto militantes do MNCR e a rede dos mesmos consiste no conjunto da sua militância, enquanto fator de identidade política coletiva. No decorrer deste capítulo será visto mais detalhadamente como este processo de formação de uma identidade política ocorre.

Em síntese, o que é exposto nesta parte deste estudo é que a teoria da ação coletiva proposta por Alberto Melucci (1999), que diz respeito às três dimensões constitutivas da identidade que torna possível o acionar coletivo enquanto movimento social: definição de *frames* cognitivos acerca dos fins, meios e campo da ação; ativação de relações entre sujeitos

(interação, comunicação, influência, negociação, tomada de decisão); e de investimentos emocionais (SCRIBANO, 2003, p. 80; GOHN, 2006, p. 154-157; ALONSO, 2009, p. 66; 67) são potencializados e aperfeiçoados através da práxis militante que busca a autonomia dos catadores em um contexto de grandes desigualdades tal como o da questão social da reciclagem. Neste sentido, o processo de elaboração de um projeto estratégico contribui para a formação de uma identidade política e coletiva ao designar uma relação cujos sujeitos conseguem elaborar expectativas, avaliar possibilidades e verificar limites de sua ação (MELUCCI, 1999, p. 66).

Pode parecer contrassensual uma vez, como colocado anteriormente, não se pode falar em meios e fins quando se trata de práxis. Todavia, assim como todo imaginário radical se apoia no imaginário efetivo (CASTORIADIS, 1982) e os elementos indeterminados (*apeirion*) nos elementos determinados (*péras*) (Ibid., 1987, p. 401). A práxis encontra-se amparada pelo suporte do que Castoriadis (1982, p. 97) denomina de projeto. Segundo ele:

O projeto é o elemento da práxis [...]. É uma práxis determinada, considerada em suas ligações com o real, na definição concretizada de seus objetivos, na especificação de suas mediações. É a intenção de uma transformação do real, guiada por uma representação do sentido desta transformação, levando em consideração as condições reais e animando uma atividade (Ibid.).

O projeto se difere do plano, que é o momento técnico de uma ação, com ajuste preciso entre meios e fins (Ibid.). Não obstante, ele pode ser concebido, no sentido da luta política por autonomia, como a estratégia de longo prazo a ser seguida pelo conjunto da militância do MNCR. Para que isso ocorra é necessário algo além do que a percepção dos momentos conjunturais, é imprescindível o estabelecimento de um programa, tal como concebe Castoriadis (1982, p. 97):

Quando se trata de política, a representação da transformação visada, a definição dos objetivos, pode assumir – e deve necessariamente assumir, sob certas condições – a forma do programa. O programa é uma concretização provisória dos objetivos do projeto quanto a pontos considerados essenciais nas circunstâncias dadas, na medida em que sua realização provocaria ou facilitaria, por sua própria dinâmica a realização do conjunto. O programa é apenas uma figura fragmentária e provisória do projeto. Os programas passam, o projeto permanece (Ibid.).

Para Castoriadis (1982, p. 97) deve-se distinguir a noção de projeto da questão dos princípios éticos enquanto atividade do sujeito idealizado pela filosofia tradicional. Para ele, os princípios são guias, orientações não necessariamente realizáveis, já o projeto tem a realização como momento fundamental. Portanto, a identidade militante além da questão dos princípios visa a realização de partes do projeto estratégico do MNCR. Claro que conforme visto no capítulo anterior, os princípios ajudam no processo de autorreconhecimento entre os catadores e contribuem para que os mesmos possam se organizar coletivamente. Agora, a

realização, ou como colocado anteriormente, o “agarrar” a oportunidade política faz parte do processo estratégico que envolve tanto a estruturação de um campo ético-político quanto a consecução de um programa do MNCR, que garantem a estabilidade de uma identidade coletiva militante no interior deste movimento.

Todavia, isto não significa um retorno ao pragmatismo da teoria da Mobilização Política. A identidade que anima a militância do MNCR está mais vinculada à práxis de articulação de um campo ético-político e de elaboração de projeto que visa sua realização, e que de forma simultânea, encontra-se em constante criação. Sendo que tanto para a realização quanto para a criação é utilizado o que Castoriadis (Ibid., p. 154) denomina por imaginário radical e instituinte. Neste sentido, o imaginário consiste em uma “faculdade originária de pôr ou dar-se, sob a forma de representação, uma coisa e uma relação que não são (que não são dadas na percepção) ou nunca foram”. Esta definição diz respeito ao que ele chama de radical. Este tipo de imaginário se refere a uma instância criadora, não tendo relação alguma com imagens, mas com a capacidade de criação, de invenção, de fazer ser o que ainda não o foi. Sendo esta capacidade criativa característica de toda a espécie humana, tanto em nível individual quanto coletivo. Ela se difere da noção de descoberta e de produção que se referem muito mais a processos de atualização e de representação de algo que já existia. Também não pode-se confundir a imaginação criadora ou a criação imaginária com ficção, engano ou falseamento de uma realidade preestabelecida (Ibid.).

Sobre a ontologia da criação sócio-histórica da imaginação radical da humanidade e sobre a sua natureza inconclusa, Castoriadis afirma que:

Esta capacidade, esta possibilidade, no sentido ativo, de fazer ser formas outras de existência social e individual, como se vê quando se considera a alteridade das instituições da sociedade, da língua, das obras e dos indivíduos. Há, portanto, bem entendido, uma natureza na essência do homem que é definida por esta especificidade central, a criação. E esta criação, constatação banal, não está concluída em nenhum sentido do termo (CASTORIADIS, 1992, p. 88).

O imaginário radical contribui de forma decisiva para a criação de novas formas a partir dos conteúdos considerados como efetivos, tal como preconiza Castoriadis (2002, p. 128): “É verdade que esta nova forma se utiliza de elementos que já existiam; mas a forma como tal é nova”. Neste sentido, a criação se refere a um ato de *por ser*, ou de *vir a ser* (CASTORIADIS, 1982, p. 158), não é o mesmo que indeterminação, porém impescinde desta para que possa se tornar efetiva. Neste sentido, é se encontra o que este autor chama de magma, ou lógica magmática (Ibid., 1987, p. 405).

Uma característica de algo que possui propriedades magmáticas se refere a “todo modo de ser/modo de organização não conjuntista-identitário que encontramos ou que

podermos pensar” (CASTORIADIS, 1987, p. 405). Segundo Castoriadis, isto “equivale dizer que uma representação não é um ‘ser distinto e bem definido’, mas que ela é tudo o que arrasta consigo” (Ibid.). Assim as representações magmáticas podem utilizar-se de enunciados significativos consolidados em operações que Castoriadis (Ibid., 1987, p. 408) denomina como conjuntistas-identitárias, cujos significantes e significados bem definidos e ordenados são imprescindíveis para se estruturar teorias e visões deterministas de mundo (Ibid.). Todavia, o magma das representações não se esgota neste tipo de enunciação. Tal como explicita Castoriadis (Ibid. p. 413; 414):

Há, no outro extremo, significações imaginárias sociais nucleares ou centrais [...] essas significações implicam constantemente operações conjuntistas-identitárias, mas não se esgotam nelas. Elas se ‘instrumentalizam’ sempre em classes, relações e propriedades – mas não são construtíveis a partir destas.

Feitas estas considerações teóricas, as mesmas serão utilizadas para elucidar dois pontos do projeto político criado pela militância do MNCR a partir de duas significações imaginárias de caráter magmático que vem gerando condições para a constituição de uma práxis transformadora como forma de encaminhamento das desigualdades inerentes à questão social da reciclagem. A primeira diz respeito a criação de um campo ético-político e a segundo se refere ao projeto estratégico da reciclagem popular e ao processo de criação de um programa visando a sua efetividade.

#### 4.1 O MAGMA DA RECICLAGEM POPULAR ENQUANTO CAMPO ÉTICO-POLÍTICO

A consigna do MNCR que proclama “Lutar, criar reciclagem popular” (MNCR, 2015d) diz respeito a uma significação magmática, uma vez que além de não estar plenamente determinada, ela remete a um imaginário radical e instituinte que se consubstancia de duas formas: primeiramente, em um campo ético-político, e em segundo, em um projeto político estratégico aberto à constante criação. Pode-se dizer que ela possui este caráter de magma, pois ela está em sentido de consonância com as concepções de Castoriadis (1987, p. 417) que postula que a:

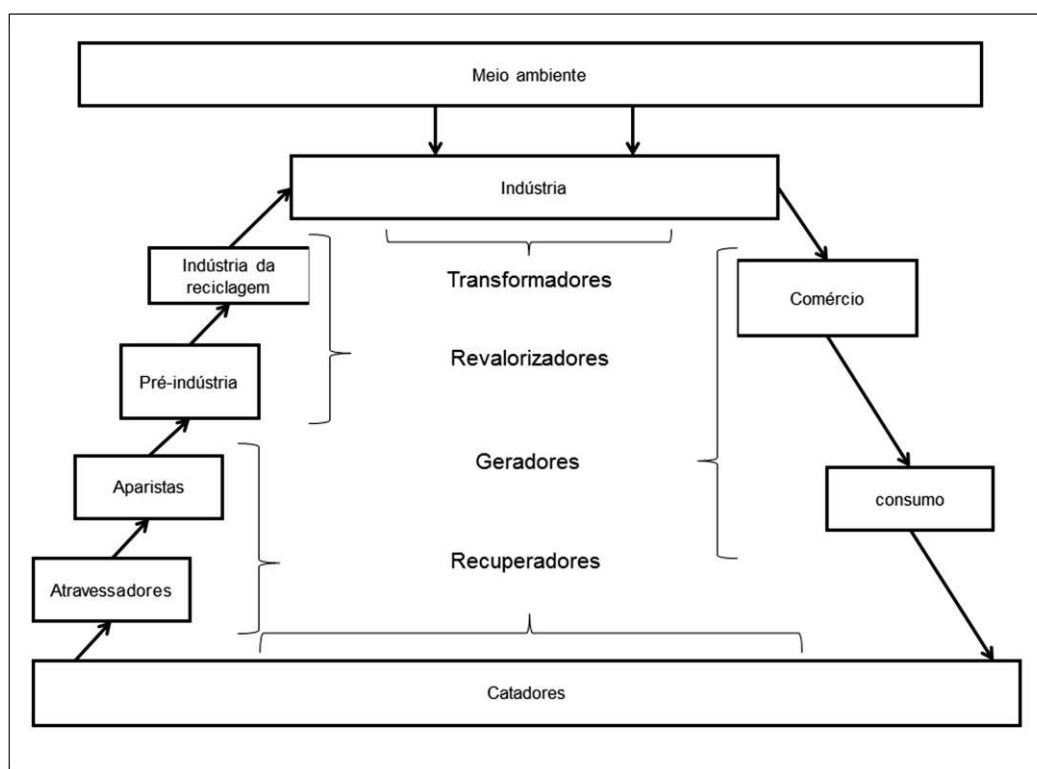
[...] não determinação do que existe não é simples “indeterminação” no sentido privativo e, em última análise, trivial. Ela é criação, a saber, o magma da emergência de determinações diferentes, de novas leis e de novos domínios que se submetem a elas [...] nenhum estado do ser pode ser tal que venha a tornar impossível a emergência de determinações diferentes das que já existem.

Sobre o magma da reciclagem popular, a sua existência enquanto um processo indefinido, porém intrínseco ao setor popular da reciclagem, é constatado por N.: “Na verdade, eu não entendi isso bem, até hoje... (risos). [...] Eu não entendi muito essa coisa da

reciclagem popular, até porque você não vai ver a elite reciclando...”. Para N. reciclar significa catar, triar e comercializar o material reciclável. Essa significação fica clara também na fala de R. ao se referir ao avanço na cadeia produtiva da reciclagem: “[...] Os catadores têm que entender isso, senão vão ficar reciclando a vida inteira, digo, catando, triando e só vendendo material a vida toda”.

E, em se tratando de cadeia produtiva da reciclagem, cabe aqui apresentar um diagrama que demonstra como os catadores estão situados na mesma, para que se possa entender a sua posição enquanto o elo formado entre os recuperadores da fração reciclável dos resíduos sólidos, juntamente com os atravessadores e com os aparistas. A forma através da qual uma estratégia de reciclagem popular visaria mudar esta situação será vista posteriormente.

Diagrama 1 – O ciclo da cadeia produtiva da reciclagem



Fonte: Elaborado pelo autor

Mesmo que os atravessadores estejam definidos como recuperadores, eles não fazem parte de um processo de reciclagem popular, isso porque o MNCR tem uma visão específica sobre o que é popular. Veja-se abaixo:

Mas por que Popular? Na nossa caminhada aprendemos muito. Entendemos o papel dos atravessadores, que exploram nosso trabalho. Sofremos com as empresas de

coleta de “lixo”, que fazem um serviço mal feito. Pois bem, os atravessadores e as empresas de coleta fazem parte do ciclo da reciclagem, mas não praticam a reciclagem popular. Quando dizemos Reciclagem Popular, significa que lutamos para que esse ciclo se transforme (MNCR, 2015c, p. 19).

Para Gi. a reciclagem popular é algo que já existe, mas que deve avançar para que se possa modificar as desigualdades presentes na cadeia produtiva. Ele explicita os elementos estratégicos da reciclagem popular:

Reciclagem popular, eu acho que é aquilo que a gente já faz há muito tempo. É um processo gerido pelos catadores, feito pelos catadores, né... Se a gente controlar a cadeia produtiva, bacana, muito bom. Mas mesmo que a gente não controle a cadeia produtiva, a gente deve receber o que é justo por aquilo, não só em termos financeiros, mas em termos de reconhecimento, em termos de estrutura, em termos de condições, em termos de respeito por aquilo que a gente já faz, que é captar, que é coletar o material, que é classificar o material, que é fazer a comercialização a um preço justo, que o poder público tenha um tratamento justo... E esse processo empoderado por catadores, autogestionário... Se tiver um bolo que todo mundo coma do bolo, não fica ninguém comendo migalha. Isso é reciclagem popular.

O que Gi. esclarece acima é que a preexistência dos catadores, enquanto a massa popular que realiza a reciclagem, se refere a uma questão social que deve ser encaminhada de forma justa e mais igualitária. Contudo, tal como sugere Gohn (2006, p. 288), não significa que as classes populares assim como os trabalhadores operários, nas décadas de 70 e 80, devam continuar sendo concebidos como sujeitos históricos predeterminados portadores de alguma vocação ou missão a desempenhar em virtude de sua posição na estrutura de produção e de reprodução das relações sociais. Sobre as condições de reprodução da vida em sociedade, o âmbito popular era concebido como uma massa heterogênea em termos de inserção no mercado de trabalho, mas com características homogêneas em termos de demandas sociais em função das restrições impostas aos seus modos de vida e de consumo.

Segundo o MNCR (2015c, p. 19), a reciclagem popular é “a nossa proposta de desenvolvimento para o setor, articulada com diversos movimentos sociais, que têm a autogestão como método de organização”. Ou seja, há uma proposta, um projeto de universalização, uma articulação de campo impulsionada por um imaginário radical instituinte, não há uma determinação histórica que venha a definir desde fora os rumos deste movimento.

No fundo, o termo popular não se refere a uma massa de pessoas com demandas sociais idênticas. Este termo possui duas significações diferenciadas e que conferem seu caráter magmático, aberto e não determinado. A primeira significação é mais voltada para dentro do MNCR e serve como critério para a sua constante articulação interna. Esta referência significativa está vinculada a criação e à articulação de um campo ético-político



relacionado fundamentalmente ao princípio da autogestão<sup>25</sup>. Cabe ressaltar, neste ponto, que os princípios ético-políticos do MNCR são, de modo sincrônico, fundamentos da identidade pessoal vinculada ao cotidiano de organização do catador de materiais recicláveis, e significações imaginárias instituintes que dão identidade política coletiva em âmbito interno do MNCR. Já, a segunda significação, que o termo “Reciclagem Popular” assume para fora, se refere a um projeto político e estratégico constantemente programado por este movimento, como forma de consecução de um encaminhamento mais igualitário a ser dado à questão social da reciclagem.

Sobre a significação de “Reciclagem Popular” enquanto campo ético-político, segue-se a interpretação, sugerida por Ana Doimo (1995, p. 68), que aborda os “movimentos populares que atuam no interior de um campo ético-político”. Este campo se refere “[...] a existência de uma sociabilidade comum aflorada pelo senso de pertença a um mesmo espaço compartilhado de relações interpessoais e atributos culturais, como signos de linguagem, códigos de identificação, crenças religiosas e assim por diante”.

No contexto interno do sujeito da questão social da reciclagem, este campo ético-político popular vem sendo articulado através do princípio da autogestão enquanto signo de linguagem, atributo cultural e código de identificação do MNCR. Ou melhor elucidando, este princípio consiste em uma significação imaginária radical e instituinte que traduz a autonomia para o âmbito específico das relações de trabalho (CASTORIADIS, 1987, p. 424), enquanto ato criativo de novas relações produtivas e simultaneamente emancipatório ao instaurar um processo de enfrentamento às relações sociais heterônomas (Ibid., 2002, p. 262). Sendo esta tarefa de articulação, por meio deste princípio, uma importante parte da práxis militante do MNCR. Por sua vez tal práxis é o elemento que confere identidade coletiva vinculada ao campo ético político da reciclagem popular, cujo princípio da autogestão consiste em seu motivador. Isto pode ser constatado na fala de G.:

O movimento participava das audiências públicas com demanda própria [...] Por isso que a gente tá avançando e as nossa busca é pra todo o coletivo não só pra uma ou duas cooperativas. A gente procura beneficiar todo mundo... Claro que tem que ser aquela coisa, pra fazer parte do movimento tem que ter os princípios... Agora então que vai começar um monte de coisa: beneficiamento, projetos... A gente vai ter muito problema aqui no Rio de Janeiro.

Na fala de G. fica claro que os princípios consistem no critério para a participação de um grupo de catadores enquanto uma base do MNCR. Os benefícios imediatos que este grupo

---

<sup>25</sup> Conforme visto no capítulo anterior este campo ético-político é compartilhado com a Ecosol, mas aqui será demonstrado como ele serve para articulação interna do MNCR.

possa angariar com esta participação devem estar subordinados ao campo ético-político do MNCR.

Essa práxis de articulação deste campo da reciclagem popular é travada também no interior das organizações produtivas dos catadores no que tange às problemáticas que envolvem o ingresso de catadores que trabalhavam nas ruas. Abaixo é apresentado como C. aborda esta questão nas bases do Rio de Janeiro:

[...] isso tudo mostra que os catadores se sujeitam a uma grande exploração como a dos catadores que estão na rua. Isso a gente sabe pois eu fui muito tempo catadora de rua. E há muito aquela exploração do sucateiro. Aí você tem esse foco, eu trabalho pra mim mesmo, ganho meu dinheiro e não quero nada com ninguém. E na mente de muitos ainda pensa que, ah, eu vou entrar para uma cooperativa então eles vão me explorar como me exploravam. O que eles não enxergam é que pelo fato de ser uma cooperativa de catadores, todos sabem que não é justo você tirar do teu companheiro. Eu sou catadora eu já passei por isso na minha pele, então eu jamais me vejo fazendo isso com outro catador. Não é nem a questão dos limites, porque na cooperativa tem que ter limites [...] tem toda uma regra pra seguir, mas na mente dele é que isso não vale a pena, porque ele pensa que vai ser roubado, que vai ser explorado, lesado... Eu vou trabalhar e ele é que vai ficar rico e eu vou ficar pobre. Isso é o olhar do catador para o atravessador, entendeu?

C. reflete sobre os muitos catadores individuais e familiares (denominado por ela como os “que estão na rua”), cuja mentalidade é marcada por relações de produção heterônomas e pela ausência de um imaginário de autogestão. Tais características significam um impedimento para que esses catadores venham a aderir a uma base do MNCR.

Outra questão premente, que diz respeito à articulação deste campo ético-político dentro das cooperativas e associações de catadores, é a relação entre presidente de associação ou cooperativa e demais catadores associados ou cooperados. Isto pode representar um obstáculo para a consecução de elementos do princípio da autogestão. Neste sentido C. prossegue:

E em muitas cooperativas de fato, o presidente acaba sendo o capitão, e o catador fica ali como o escravo que não tem direito à alforria [...] Tem que ser feito diferente... Eu sou presidenta porque tem que ter uma, mas eu sou catadora como qualquer outra ali na base. Ainda que eu não esteja triando o material, eu tenho que estar buscando benefício para o grupo. Eu não posso dizer que sou a presidenta e ficar o dia inteiro sentada, ou botar outra pessoa para ficar no meu lugar e depois ela só me passa os dados e eu não faço nada porque sou a presidenta. [...] E você encontra isso até na própria companheirada do movimento. Não é que você tem um negócio, então é você que manda. Você tem que trabalhar em equipe, a autogestão é equipe. Passei numa casa aí [cooperativa ou associação de catadores] e deixei bem claro é vocês que tem que decidir. Eu não posso chegar enquanto movimento e dar de peito, falar e acontecer e ir embora, são os catadores que vão ficar lá. Mas a gente deve fazer eles se despertarem pra fazer eles tomarem posse do que é deles por direito.

C. constata a existência desse tipo de contradição entre presidente e demais catadores inclusive dentro das próprias bases do MNCR. Contudo, ela busca o desenvolvimento de uma práxis para autonomia destes a partir da sua própria ação emancipatória enquanto

simultaneamente o fim e o meio a ser perseguido (CASTORIADIS, 1982, p. 95). Os obstáculos devem ser assim superados para que possa ter vigência a autogestão enquanto um dos princípios básicos da reciclagem popular. Abaixo, G. explicita alguns elementos deste processo político de superação:

[...] e dentro da cooperativa os catadores tem um monte de direitos que devem ser colocados para os catadores, desde poder votar e ser votado, ter voz ativa, participar das decisões. Isso tem que ficar claro tanto para o presidente quanto pra massa que tá metendo a mão na produção. Isso minimiza muitas agruras. A gente no fundo planta a semente da subversão na cabeça dos companheiros. Pois nós falamos isso e os catadores se dão conta do que falta na sua cooperativa pra que ela funcione de acordo com os princípios. Tipo o presidente é obrigado a passar todas as informações, mas lá no grupo, você vê que ele não passa nada. No quadro da cooperativa tem que ter a venda, o rateio, aonde foi vendido o material. Então os grupos começam a se questionar. Muitos deles acham que é o movimento que tem que fazer isso. Mas se esquecem que eles é que são o movimento. Uma mudança dentro de uma cooperativa tem que ser promovida pelos próprios catadores.

G. continua falando do princípio ético-político da autogestão enquanto um processo de aprendizagem que capacita os catadores para participar de funções executivas-chave, tal como o cargo de presidente da entidade. Sendo esta uma questão que possui uma relação direta com a realização do projeto estratégico da reciclagem popular dentro das organizações produtivas de catadores:

No Rio de Janeiro tem muito esse tipo de problema, de pessoas que ficam eternas na presidência das cooperativas. O movimento não apoia isso, e é por isso que muitos grupos não participam do movimento. Parece que tem aquele racha, mas não é assim. O movimento é o movimento. Tem princípios e objetivos. Se quiser ser base do movimento tem que seguir os princípios e objetivos do movimento. É o que a gente prega, é o que a gente faz na nossa base, com muita dificuldade, mas é o que a gente faz na realidade.

Neste trecho da entrevista, G. traz a importância do exercício constante e persistente de uma práxis transformadora frente aos obstáculos e às dificuldades para a sua efetivação no âmbito das relações de poder no interior de associações e cooperativas de catadores. Tais dificuldades para a articulação da reciclagem popular enquanto campo ético-político também ocorre em outros Estados, tal como no Paraná. Sobre a aplicação dos princípios do MNCR, R. afirma que neste Estado:

A gente sempre entra com a formação do Movimento Nacional, porque a gente vê, que nem em Paranaíba... Eles até tentam trabalhar direitinho mas totalmente equivocados... Eles têm um técnico que é da diretoria, ele era estagiário, tá fazendo advocacia. Não que um catador não possa fazer uma faculdade. Mas ele entrou como estagiário e hoje ele é o tesoureiro... O município ele meio que faz a gestão ali, tá ali junto, e ele põe os técnicos dele lá. Daí ele manda um convênio pra lá e diz que tem que contratar o fulano aqui... Então qual que é a maneira, tem que abrir os olhos dos catadores. De que maneira? Com formação. Primeira coisa que tem que entrar lá é formação do Movimento Nacional. Eles têm que saber quais são os princípios, quais são os valores. Isso pra nós é fundamental... A gente começa por aí, porque a hora que eles percebem que o trabalho dele ali que é autogestionário, que tudo tem que

estar muito transparente. Tem que saber quanto que entra, quanto que sai, quanto que sobrou, quanto que foi rateado, isso de uma maneira muito clara pra eles...

Os princípios procuram ser aplicados na coordenação das bases, como uma forma de se colocar em prática uma significação valorativa instituinte, que busca o questionamento às práticas heterônomas de distribuição de cargos vinculados à administração pública aos seus pares menos favorecidos, tais como estagiários. Além disso, o sentido instrumental e imediatista voltado para angariar vantagens pessoais também é questionado dentro dos empreendimentos. É possível esta verificação no momento de escolha para os cargos de coordenação da base do MNCR de Santa Cruz do Sul em que são discutidos os critérios para a apresentação de candidaturas aos mesmos:

Sobre a troca de coordenação, todos os cargos estão vagos. Sobre isso é importante que quem assuma tenha um perfil militante e não mercenário, que luta apenas por dinheiro e faz a política do senso comum para se beneficiar. [...] Caso não tenha dado certo, quem assumiu uma coordenação pode ser retirado da sua posição na assembleia seguinte (MNCR, 2013a, p. 3; 4).

Sobre a rotatividade das funções deliberativas e executivas tanto no interior das organizações produtivas, quanto do próprio MNCR, é um processo de aprendizagem política que pode ser comparado com aspectos da democracia grega clássica. Nos dizeres de Castoriadis (2002, p. 271):

A rotação, o sorteio, a decisão após deliberação de todo corpo político, as eleições, os tribunais populares não se fundavam apenas em um postulado de igual capacidade de todos em assumir cargos públicos: eles eram as peças de um processo político educativo, de uma *paideia* ativa, visando exercer e, portanto, desenvolver em todos as capacidades correspondentes, tornando assim tão próximo quanto possível da realidade efetiva o postulado da igualdade política.

Segundo este autor, tal processo educativo consiste na “[...] criação do participável social e também das condições, vias e meios que assegurem a cada um o pleno acesso a este participável” (187, p. 297). Gi. coloca que há uma possibilidade instituinte de renovação de lideranças, como uma mudança necessária para a continuidade do MNCR:

[...] eu acho que é tentar formar mais lideranças. Eu acho que quem tá nesse processo desde o começo, de uma certa forma, a gente já tá meio cansado. Não é que a gente quer desistir... Se precisar ficar mais vinte anos, a gente fica. Só que eu acho que tem que ter outros companheiros que comecem a se interessar... Eu acho que tem que começar uma reformulação mesmo. Tem que começar a apostar em novas lideranças, começar a trazer outras pessoas para a roda, começar a caminhar com mais pessoas, sabe.

N. também fala do processo de renovação de lideranças, não no sentido de substituição sumária das mesmas, mas na necessidade de ampliação do quadro de militantes a partir da referência de uma identidade política que aponte o caminho a ser seguido. Não obstante, ela pensa que é preciso que elas sejam formadas, tais como as lideranças antigas.

Segundo, N. simplesmente substituir as lideranças antigas significaria um processo de perda de entendimento das discussões:

Eu não acho que deveriam ser trocadas as lideranças, eu acho que deveria de se ampliar... Não trocar, ampliar, até porque os Estados são bem grandes e precisam de mais lideranças... Eu acho que não se amplia por questão de recurso porque pra se reunir ficaria muito mais caro, né... Eu acho que hoje, principalmente no pé que andam as coisas, não que ninguém seja capaz, não é isso que eu tô dizendo, mas eu tô já algum tempo sendo linha de frente pelo Movimento Nacional, sou da coordenação estadual, acompanho as reuniões da comissão nacional, e não me vejo capaz ainda de assumir uma reunião no CIISC, enfim... Então eu acho que tem que ampliar pra que as pessoas consigam se informar de toda essa discussão, de tudo isso, e aí abrir pras novas lideranças. Mas eu não acho que trocar vai resolver, na verdade a gente vai retroceder se a gente trocar hoje. Porque a gente vai tá tirando alguém que tá entendendo as discussões, vai colocar alguém que tá chegando cru...

Neste ponto é preciso trazer o que foi dito logo anteriormente, que a liderança política é obtida a partir do envolvimento do sujeito em processo de capacitação para o exercício de cargos em uma *paideia* pública e ativa (CASTORIADIS, 2002, p. 271). Se trata ao fim em um processo incorporação de uma cultura política/pública para que um militante possa estabelecer uma relação de poder mais simétrica em relação às instituições do Estado reunidas no CIISC. N. deixa escapar que tanto a limitação de recursos para o funcionamento de instâncias internas de caráter nacional do MNCR, assim como a lógica representativa do Estado fazem com que o movimento tenha processos de democracia representativa, ainda que os princípios do MNCR, tal como democracia e ação diretas se contraponham aos processos da democracia representativa. Este processo tende, inclusive, a se degenerar em uma representação presuntiva de catador em relação às instituições estatais, tal como será visto posteriormente na segunda parte deste capítulo.

Voltando ao processo de formação, mesmo que ele seja demorado e custoso, a necessidade de renovação da militância política também é pautada e discutida pelos catadores do Comitê Malvina Tavares do MNCR no Rio Grande do Sul:

Isso não é querer ofender ou querer alegar que as pessoas que vêm sempre não passem informação, mas são necessárias pessoas novas. N. [ex-coordenadora da base de catadores de Rio Pardo/RS] informa que não faz mais parte da coordenação da cooperativa. Mesmo assim a cidade vê a N. representando a cooperativa então ela tem que cuidar muito com o que fala e por isso é importante colocar outras pessoas [...] Sugere como encaminhamento que tenha sempre uma pessoa mais antiga e uma pessoa mais nova (MNCR, 2015b, p. 1).

Gi., neste sentido, elucida a necessidade da formação, ao constatar a demanda de um processo de politização da militância catadora do MNCR como uma importante parte para a formação de novas lideranças. Porém, ele não visualiza um processo formativo tradicional tal como um curso:

Eu acho que isso vai ter que ser um trabalho de formiga. Você vai ter que fazer esse trabalho de um-a-um, multiplicando. E tem que ter muita gente pra poder multiplicar

isso aí. Só meia dúzia ou uma dúzia de lideranças, por mais foda que sejam, não vai fazer [...] Então quer dizer, tem que ter gente pra trabalhar na multiplicação. Eu preciso multiplicar uma ou duas pessoas. O outro catador precisa trabalhar uma ou duas pessoas. Se cada um trabalhar um ou dois companheiros. E for incisivo para aqueles dois companheiros. Investir mesmo intelectualmente, com tempo, e ajudar a encaminhar eles e empoderar eles, beleza. Aí a coisa vai.

Sobre a formação no MNCR, essa é uma demanda constante e sempre tema de muitos debates durante as instâncias deste movimento. As propostas de formação continuam aparecendo de formas diferenciadas. Para se ter uma ideia dos debates que ocorrem sobre tal demanda abaixo encontra-se exposto o excerto da ata de uma reunião de militantes do MNCR de Santa Cruz do Sul:

Trabalhar identidade pessoal e coletiva, princípios, onde estamos, porque lutamos, com quem lutamos. Quem se formou irá trabalhar esse conteúdo com os outros. A partir dessas intervenções na prática cotidiana, iremos conversando em reunião para formar um espaço, no sábado pra fazer uma grande formação com todos. A. [então coordenadora de produção do entreposto de coleta seletiva da desta base] sugere fazer assembleia de formação para reunir todos pelo compromisso (MNCR, 2015m, p. 2).

Os tempos de descanso do trabalho, tais como os sábados, também podem ser ocupados com processos de formação e de deliberação no interior das bases que pautam os seus catadores pelos princípios ético-políticos do MNCR, enquanto disseminação de processos identitários pessoais de catadores organizados no MNCR e coletivos de militantes políticos que se tornam lideranças deste movimento.

Contudo, a articulação e o aprendizado necessários para a criação e o fortalecimento do campo ético-político não esgotam o denso magma da reciclagem popular. O mesmo “arrasta” a militância para a elaboração de propostas estratégicas com vistas à constituição de um projeto político, em cuja plataforma se apoie um programa de ação como orientador da práxis transformadora. Este se volta à consecução de pontos fundamentais do projeto político do MNCR.

#### 4.2 O MAGMA DA RECICLAGEM POPULAR ENQUANTO PROJETO POLÍTICO

O MNCR traça os objetivos da reciclagem popular como forma de superação das desigualdades em sua realidade econômica, política e social, ou seja, enquanto um encaminhamento justo a ser dado à questão social da reciclagem através da possibilidade de democratização do modelo integrado e sustentável de gerenciamento de resíduos sólidos, o que traz benefícios universais à sociedade. Neste sentido, segundo a instância de Coordenação do MNCR/RS, a estratégia da reciclagem popular foi criada uma vez que “a cadeia produtiva



que está aí não nos serve, a nossa guinada estratégica consiste na criação de uma cadeia produtiva da reciclagem popular” (MNCR, 2014, p. 4).

Os objetivos estratégicos para a consecução desta nova cadeia produtiva consistem na “distribuição da riqueza, do poder e dos conhecimentos gerados a partir dos resíduos” (MNCR, 2015c, p. 19). Sobre a questão da distribuição da riqueza, o MNCR afirma que:

A distribuição da riqueza está relacionada com a quantidade de trabalho realizada na cadeia da reciclagem e a concentração do resultado econômico resultante dessa atividade. Atualmente, os catadores realizam 90% do trabalho dessa cadeia produtiva, mas são compensados apenas com 10% da riqueza produzida em todo o ciclo. Queremos a transformação dessa realidade [...] A reciclagem popular se fortalecerá por meio da remuneração justa pelos serviços prestados e por meio do avanço das organizações de catadores na cadeia produtiva da reciclagem. O resultado econômico desse avanço será distribuído entre todos os(as) trabalhadores(as). Dessa forma, na reciclagem popular, todas as etapas são valorizadas e todos(as) trabalhadores(as) recebem remuneração justa. Desde o catador(a) que realiza a coleta de rua até o(a) catador(a) que trabalha na indústria. Além da coleta e triagem, as cooperativas realizam também o beneficiamento industrial do material reciclável (Ibid. p. 20).

Já em relação aos conhecimentos acerca dos resíduos sólidos, o MNCR avalia que:

Os conhecimentos referentes aos resíduos, por sua vez, encontram-se concentrados em poucas áreas do saber. Eles estão presos nas universidades, nas empresas de consultoria, nos departamentos da prefeitura e, em geral, não consideram as práticas desenvolvidas pelos catadores. Mas esta realidade está mudando. A partir da nossa experiência e dos conhecimentos produzidos a partir dela, participamos junto com a comunidade das decisões sobre a gestão dos resíduos sólidos em nossas regiões. Nesse processo aberto e transparente estamos aprendendo, ensinando e decidindo coletivamente como gerir os resíduos (Ibid.).

Este excerto esclarece como vem se dando a estratégia de universalização do gerenciamento dos resíduos a partir da produção e da disseminação de conhecimentos sobre a realização desse processo de forma integrada. E por último, pode-se constatar elementos do processo dessa estratégia de universalização em relação à distribuição de poder. Neste sentido, este movimento preconiza que a:

[...] concentração do poder é ao mesmo tempo causa e consequência dos problemas anteriores e é alterada à medida que mais pessoas se tornam sujeito desse processo. A Reciclagem Popular é uma proposta da nossa categoria, que envolve toda a sociedade. A PNRS aponta a democratização da tomada de decisão sobre a gestão dos resíduos sólidos. Ela introduz a responsabilidade compartilhada, o controle social e a gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos. Ao mesmo tempo, estimula a não geração, redução, reutilização e a reciclagem dos resíduos, minimizando a produção dos rejeitos. Dessa forma, convida todos a tomarem consciência sobre suas práticas e a assumirem as responsabilidades em relação ao resíduo produzido. O poder de decisão é da coletividade (Ibid.).

A partir dos significados da PNRS, em processo de implementação para se converterem em sentidos efetivos, tais como responsabilidade compartilhada, controle social e gestão integrada dos resíduos, as significações do magma do projeto político da reciclagem popular podem se amparar. Pois eles contribuem para um processo instituinte de distribuição



do poder decisório sobre os rumos desta política para toda a sociedade geradora universal de resíduos. Isto ajuda a consolidar a estratégia de universalização dos catadores de materiais recicláveis como uma expressão do gerenciamento integrado, por se tratar de uma categoria histórica que traz tais significados presentes no seu trabalho com os resíduos nos diversos âmbitos que caracterizam a gestão integrada.

Além dos significados da PNRS, existem significados instituintes que perpassam o MNCR que assumem a forma de um programa de ação utilizado pelo MNCR, no qual a abertura e a indeterminação do magma de significações que envolve a noção de reciclagem popular também encontra-se apoiado. Este programa aparece de forma latente, isso porque seus significados ainda não foram expressos de forma sistemática, e, nem tampouco, encontra-se conscientemente definido pelas instâncias deste movimento. Mas, tal programa foi interpretado no contexto desta pesquisa a partir de significações presentes nas entrevistas, e interpretadas por meio das categorias hermenêuticas aqui utilizadas.

Este programa possui três âmbitos específicos: um econômico, relacionada à intervenção no mercado e na cadeia produtiva dos recicláveis; outro político, voltado às esferas do Estado, tais como os governos municipais, estaduais, distrital e federal; e um último social, direcionado à constituição de esferas públicas como forma de democratização e de universalização dos processos de gerenciamento integrado de resíduos sólidos.

#### 4.2.1 O Programa Socioeconômico do MNCR: As Redes de Comercialização

Conforme visto anteriormente, o programa consiste em uma realização, ainda que provisória, de objetivos do projeto político em pontos específicos, que são considerados fundamentais em certo contexto (CASTORIADIS, 1982, p. 97). Considerando esta caracterização, pode-se reafirmar que, no ponto que diz respeito às questões socioeconômicas, o principal inimigo dos catadores são os intermediários comerciais ou os atravessadores. Nesta parte da fala de N., isso fica claro, pois além das relações econômicas de produção, às quais os catadores se encontram submetidos, – estas podem ser amenizadas com o avanço na cadeia produtiva, tal como vem ocorrendo com a estratégia de centralização produtiva da Rede Cata-Paraná – existem outras questões de caráter eminentemente social que o atravessador também acaba por submeter os catadores que se encontram trabalhando de forma individual ou familiar:

Eu vou falar em nível local, porque é onde eu tenho mais conhecimento. Hoje tem uma grande dificuldade de que esses catadores se organizem. Porque a gente não consegue fazer o convencimento só através do preço do material. Nosso preço do material pode ser melhor. Mas é o atravessador que dá a casa, é o atravessador que dá o carrinho, é o atravessador que dá as condições pra ele hoje, vamos dizer assim.

[...] A gente tem vários depósitos dentro da vila. A vila que eu moro é uma das maiores de Curitiba, que por baixo, eu chuto que tenha mil catadores dentro da vila. Mas a gente tem vinte catadores organizados, porque esses têm a sua casa própria. O restante depende do depósito pra moradia, e pra todo o resto... É um problema muito mais profundo, não é só questão de organizar. A gente tem que ter infraestrutura pro catador. A gente tem que ter os programas de habitação. A gente tem que os programas de recuperação de drogas, de álcool, de assistência social. Enfim, não é só organizar os catadores. Porque a gente sabe que não consegue só organizar eles.

N. fala do processo clientelístico que mantém os catadores que não se encontram organizados atrelados aos atravessadores, todavia não são apenas estes que se encontram presos por este tipo de vínculo. Os próprios catadores associados ou cooperados têm dificuldades em romper com os atravessadores pelo mesmo tipo de vinculação:

Quando a gente conseguiu trazer eles pra rede, a dificuldade era o quê: romper o cordão umbilical com o atravessador. Porque o atravessador dava um porco no final do ano, o atravessador dava um tanquinho pra eles fazerem bingo, o atravessador adiantava o dinheiro...

Realmente, os maiores inimigos das ações comerciais dos catadores em suas redes são os intermediários do mercado de recicláveis – atravessadores e aparistas. A forma que os mesmos têm para combater as ações de comercialização conjunta de materiais é expressa por Gi.:

Só que aí o aparista chega lá no empreendimento e fala: ó, tô com trinta mil aqui. É época de dezembro, ou é feriado, ou sei lá, mas o cara tem trinta mil. Aí ele vai descontando em material. Só que aí você pegou os trinta mil, dividiu com todo mundo, bacana. Só que depois ele vai cobrar. E diz: ó gente, o material baixou de preço. E você vai ter que trabalhar mais pra poder pagar aqueles trinta mil. Ah, mas nós arrumamos dinheiro e queremos pagar você. Mas ele nega, ele quer é o pagamento em material... Então é mais fácil do cara se render ao sistema, porque ele vê os trinta mil lá. Daí outros gritam pra ele: ah, tô precisando de dinheiro, uns dois, três mil... Beleza, tá lá na sua conta, pode ir lá. Às vezes não fechou uma semana ou uma quinzena, e tem uns que recebem semanal, outros quinzenal. Faltou um dinheiro, liga lá pro cara. Oh fulano, você tem três mil aí? Agora mesmo! Ele diz e já pergunta de volta: você tem papel branco aí, plástico... Não tem problema, a gente vai descontando. Daí ele chega e diz: ó, semana que vem o preço vai cair por causa do dólar, por causa da Petrobras, dos comunistas... (risos). Daí o jogo se torna perverso. Isso faz com que os grupos possam até furar os compromissos que eles assumiram com a rede...

Superar os atravessadores não consiste em uma tarefa simples, pois eles jogam com interesses relacionados à vida financeira dos grupos de catadores. Mas, há uma desigualdade intrínseca neste processo, cuja clareza é o que pode realmente consolidar os aspectos centrais de um programa socioeconômico dos catadores do MNCR, voltado à conformação de redes de comercialização. Tal relação desigual é explicada por N.:

Aí agora, a gente conseguiu, com o trabalho, que muitos se reconhecessem enquanto rede, e mesmo com o preço mais baixo, eles não querem deixar de vender em rede... Eles dizem que não querem voltar para o L. [nome do intermediário] da L. [nome da empresa], eles dizem. O L. da L., na época que eu tava na C. [nome da associação de catadores em que a entrevistada trabalhava] mesmo, ele fechou o material com a C., pagando bem acima de todas as outras associações e dando duas caixas de cerveja

por semana pra gente fazer um churrasco na sexta-feira. Porque o nosso material é só de órgãos públicos federais e estaduais, então era um material muito bom, é um papel limpo, né, o branco é muito limpo, e em quantidade muito boa. Daí a gente foi ver, na Região Metropolitana... Vamos supor que ele pagava trinta centavos no nosso branco, ele pagava doze pelo branco da A. [nome de outra associação de catadores]. Quando a gente foi perguntar por que, ele falou que pra pagar mais pra nós, ele tinha que tirar da A. e a gente parou de vender pra ele. Daí a gente conseguiu que muitas associações se reconhecessem enquanto rede, mas teve muitos que ainda não saíram do atravessador, por ter esse vínculo mesmo.

Os catadores ao se darem conta da desigualdade com a qual o referido intermediário trata as associações puderam fortalecer os laços solidários entre seus grupos. Isto auxiliou de forma definitiva para a consecução de uma estratégia de criação e consolidação de uma rede de vendas em conjunto, conseqüentemente, como forma de consecução de uma maior autonomia em relação a este aparista.

A luta contra os atravessadores e a significação imaginária instituinte de se conformar redes de comercialização para superá-los já vem sendo programada faz alguns anos no MNCR. A tentativa pioneira se deu no Rio Grande do Sul. Este intento não recebia o nome de rede de comercialização, mas de central de vendas. Não obstante, a primeira tentativa de central ocorreu por iniciativa do então governo municipal de Porto Alegre no ano de 2002, porém, sequer logrou seu funcionamento<sup>26</sup>.

A iniciativa que funcionou por três anos consecutivos ficou conhecida como “minicentral de vendas de materiais recicláveis” sediada em Gravataí no galpão da Santa Tecla, que com a crise financeira de 2008 teve sua viabilidade comprometida ficando reduzida na época a apenas dois municípios (Gravataí e Cachoeirinha) dos inicialmente oito municípios (Santiago, Uruguaiana, Barra do Quaraí, Itaqui, São Sepé, Gravataí, Cachoeirinha e Porto Alegre) que comercializavam sua produção através desta central desde 2005 (OLIVEIRA, 2010, p. 117). Atualmente, a antiga minicentral se tornou a Rede Coleta Solidária e comercializa entre as associações e cooperativas de catadores dos municípios de Gravataí, Viamão, Sapucaia e Cachoeirinha (REDE COLETA SOLIDÁRIA, 2016).

Sobre as diferenças entre a noção de rede e de central de comercialização. Pode-se trazer a discussão sobre redes realizada por autores brasileiros. A noção de rede entre os

---

<sup>26</sup> Para dar uma noção do que foi a tentativa de implementação desta central de comercialização em Porto Alegre é importante constar brevemente que a sua implantação foi aprovada pelo poder público municipal. O espaço físico deste empreendimento, escolhido a partir de estudos logísticos e ambientais, foi concedido pela Caixa Econômica Federal (CEF). A Prefeitura de Porto Alegre havia disponibilizado recursos financeiros para o custeio das adaptações necessárias nesse imóvel. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) liberou recursos para a realização de atividades de formação e capacitação técnica dos catadores. E ONGs começaram atividades de capacitação gerencial e de formação dos catadores em economia solidária através de convênio firmado com a Prefeitura de Porto Alegre. Sendo assim, uma série de sujeitos foram mobilizados para a edificação deste empreendimento, porém, um conjunto de disputas e conflitos entre estes sujeitos acabaram inviabilizando este empreendimento que não chegou a se materializar (CARRION, 2009).

distintos sujeitos se distancia da ideia de uma unidade totalizante e totalitária para poder considerar a possibilidade de integração da diversidade, ou da união entre os diferentes (SCHERER-WARREN, 1996). Essa diversidade inter-relacionada no marco de uma determinada articulação de rede necessita ser traduzida para ser dialogada, e assim serem tecidos os nexos necessários entre as demandas e as significação das mesmas. Ou seja, para que se possa efetivar uma articulação de rede entre os sujeitos coletivos, de modo descentralizado se torna imprescindível a consolidação de referências compartilhadas. O estabelecimento destes referenciais se dá em virtude de um processo que torna inteligível a articulação entre as coletividades de forma mútua. Esta inteligibilidade referencial somente pode ser obtida pelo trabalho de tradução que confere sentido às ações coletivas como forma que os sujeitos esclarecerem para si mesmos o que pode os unir e o que pode os separar (Ibid., 2008, p. 508). Dessa forma, qualquer ação conjunta somente se torna possível quando é constituída através de referenciais compartilhados provenientes da interação entre os protagonistas de determinados processos. Isto se torna viável porque os sujeitos mutuamente envolvidos estabelecem relações de troca e de complementaridade entre si, as quais são, por sua vez, possibilitadas por conjuntos compartilhados de referências.

A distinção que pode ser feita entre a noção de central e a de rede reside no fato de que a noção de rede pode ser considerada uma inovação quando se trata da substituição dos mecanismos de comando centralizados por mecanismos descentralizados de coordenação (DOMINGUES, 2003, p. 477). No entanto, para que a diversidade possa ser coordenada de modo descentralizado, no marco de uma determinada articulação em rede, é indispensável que o sentido dessa articulação seja traduzido a fim de ser dialogado entre os sujeitos. Sendo que, o potencial que os sujeitos possuem de articulação em rede deve-se a capacidade dos mesmos em estabelecer nexos entre si através de traduções expressivas e comunicativas. As formas de interlocução entre os sujeitos sociais representam, portanto, um modo de articulação reflexiva entre sujeitos coletivos, os quais se envolvem em relações de interdependência de modo recíproco e complexo para compartilhar sentidos, recursos e gerenciar conflitos e dilemas envolvidos nos contextos de ação (FERREIRA, 2008, p. 33).

Em síntese, as redes de comercialização são organizações que unificam a produção das diferentes associações e cooperativas de catadores de uma determinada região para a comercialização conjunta. Por se tratar de grandes quantidades de material é preciso que a rede tenha uma estrutura produtiva, administrativa e jurídica própria. Ao se obter a logística de transporte, padronização e armazenamento de materiais é possível comercializar a produção com a quantidade e a qualidade exigida (firmada e por vezes contratada) com as

indústrias de beneficiamento, recicladoras e transformadoras. Em termos estratégicos, a intenção de se construir uma rede de comercialização entre diversas cooperativas ou associações de catadores visa competir com os aparistas e se chegar mais próximo às indústrias.

Sobre a questão das redes de comercialização e de seus nexos significativos que podem unir uma diversidade de entidades coletivas de catadores, G. fala que os catadores da rede do MNCR no Rio de Janeiro...

[...] a gente já foi pro segundo material. O primeiro foi o papelão, que foi comercializado com uma rede de oito cooperativas. E agora a gente foi pra Rede Movimento. Foi com ela que a gente concorreu ao CATAFORTE III com trinta e três cooperativas. Só que nem todas produzem. A gente fez uma interação com o comprador de copinho de PP e PS [tipos de plástico]. E a gente conversou com ele, de nós estarmos fazendo uma venda em conjunto também... Vender entre nove a onze toneladas. Então a gente teve uma reunião com as cooperativas com o time da Rede Movimento da Região da Baixada. A gente preferiu fazer por regiões. Papelão a gente fez na Região dos Lagos. [...] A gente trabalhou com um tipo de material em cada região do Rio de Janeiro. [...] A finalidade da gente é fugir desses períodos sazonais. [...] já combinou o preço do frete. Se ele coloca o preço de frete, pra nós não tem nenhum problema... O preço fica entre setenta e oitenta centavos, o copinho que a gente vendia a trinta centavos. Ou que você acabava jogando fora porque não tinha mercado.

Porém, G. se dá conta de que a comercialização em rede conflita com as práticas instituídas que vigoram em uma grande empresa do ramo de bebidas e trabalha com as embalagens de vidro. Ele prossegue:

A coisa é tipo assim, a gente tem uma quantidade de cooperativas boas que nem todas produzem vidro, mas se a gente conseguisse produzir vidro a gente teria dificuldade, principalmente com a A. [nome de um conglomerado de empresas do ramo de bebidas] que diz que é uma apoiadora, que apoia quarenta cooperativas, mas aqui no Rio ela não pega vidro das cooperativas. Eles só pegam dos grandes atravessadores. Quem consegue quebrar o gargalo e mandar pra A. ainda tem o problema da questão da comercialização... Eu mando hoje e só recebo daqui a trinta dias. Então são questões de parcerias institucionais que as redes com poder de material e de barganha maior vão ter que tentar quebrar com a A.. A gente tem um grande potencial, mas a gente ainda não conseguiu sentar com eles que nem fez com o pessoal do papelão, ou com o cara da indústria do copinho...

De acordo com a instância de Coordenação Estadual do MNCR/RS (MNCR, 2014, p. 4), as redes fazem parte das estratégias regionais do movimento, porque:

[...] as políticas públicas tendem a acontecer em nível regional. Porque facilita articulação e vigência dos princípios entre os grupos de catadores. Porque se pode comercializar coletivamente. Porque pode-se unificar a prestação de serviços. Porque a solidariedade é facilitada entre os grupos (de quem tem mais para quem tem menos).

Entretanto, mesmo que o movimento eleja as redes enquanto parte de um processo de articulação em nível regional, existe uma série de problemas em relação a elas, principalmente

depois que do terceiro CATAFORTE realizou um processo público de seleção para ao fomento econômico das mesmas. Isto é discernido por C. da seguinte forma:

A gente tem muitas redes aqui no Rio de Janeiro, mas é claro a gente tem muitos questionamentos em relação a se formar... em relação a se trabalhar em rede. Rede se conversa, rede se articula. Não é rede aí que tem no papel e que concorre a editais, que tem os trabalhos ainda pulverizados... Puxa pra lá, puxa pra cá... Tem caminhões da rede que cobram das cooperativas pra poder fazer coleta... Isso não é rede... Rede de três cooperativas que não tem catador. Aí quando você fala que vai, se monta um circo do catador... Se tem catador por tudo aqui... Eu sei que eu moro dentro da Cidade de Deus. Teve um evento numa escola no ano passado que as pessoas falaram que tem uma instituição aí que te paga cinquenta reais pra gente fazer o papel do figurante de catador pra aparecer nesse evento...

Nesta fala pode-se perceber que para a captação de recursos para as redes são utilizados artifícios tais como a substituição dos catadores por figurantes. Apesar destas denúncias levantadas por C. em relação às redes constituídas apenas para a se captar recursos públicos. Existem redes que são criadas com muito mais legitimidade. Neste sentido, para contribuir neste debate sobre redes de comercialização de materiais recicláveis, abaixo será debatida a experiência da Rede Cata-Paraná, enquanto uma rede de referência, atualmente. Isso se deve ao fato desta rede ser mencionada em diversas conversas que tive com lideranças do MNCR no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul. Através dos relatos coletados em entrevista realizada com uma catadora liderança do MNCR/PR (aqui denominada pela grafia de N.) e de uma contadora (apoiadora-técnica desta rede – aqui denominada por R.) se torna possível perceber a importância da referida rede para a consolidação de uma estratégia de avanço na cadeia produtiva da reciclagem.

O início da Rede Cata-Paraná foi um processo instituinte advindo de uma esfera pública. Sobre o Fórum Lixo e Cidadania do Paraná, R. coloca que:

[...] já é um espaço bem consolidado em que os catadores reconhecem como um espaço deles de discussão em que participa uma série de entidades. Então aqui ele é muito ativo, né. Mais de dez anos de atividade... Nunca parou. E a coordenação, ela é colegiada, é do Ministério Público do Trabalho, do Ministério Público do Meio Ambiente Estadual, e do Movimento Nacional [...] mesmo o Instituto [Lixo e Cidadania], ele surgiu a partir do Fórum, pra atender as demandas do Fórum, porque o Fórum, ele não tem figura jurídica.

Sobre o início desta rede, R. coloca que ela surgiu para dar conta da demanda pioneira de pagamento pelos serviços de logística reversa para o setor de embalagens pós-consumo no Estado do Paraná. Visando isto, o Instituto Lixo e Cidadania (ILIX) programou a criação de central de comercialização e beneficiamento destes materiais. Isso fica evidente nas palavras de R.:

O Instituto preparou um projeto que é a Central de Valorização de Materiais Recicláveis, o CVMR. Pra viabilizar, então, ele apresentou para as empresas, ó, nós temos esse projeto, que ele também foi aprovado pelo Ministério Público e pela Secretaria do Meio Ambiente como uma solução para as embalagens pós-consumo,



né. Daí então as empresas, o S. [sindicato representante das empresas do ramo de bebidas do PR] ele era o representante das empresas. Aí eles começaram a participar mensalmente com um valor que seria um valor para estruturação da Rede Cata-Paraná. E a gente também tinha pouca experiência. Então, nós pensávamos, na época, em fazer outras centrais no Estado do Paraná. E com esse recurso a gente iria estruturando. Então a gente iria estruturar uma aqui em Curitiba, uma em Campos Gerais, na Região Oeste...

Este projeto de logística reversa para o setor de embalagens pós-consumo foi custeado por empresas geradoras de resíduos, coordenadas por uma entidade representativa de seus interesses, cujos financiamentos delas obtidos garantiam a constituição do capital de giro necessário para as operações da central junto às suas associações e cooperativas participantes. R. chega a tratar os investimentos e o capital de giro como “subsídios”, que garantiam a aquisição do material por um preço acima do preço de mercado. Ela prossegue:

Então quando tava trabalhando só com papelão, tava trabalhando só no vermelho. A gente vendia a trinta e oito centavos [o quilo] pro grande aparista, e pagava quarenta e quatro pra associação, mas a gente tinha esse dinheiro pra subsidiar. Então como tinha um subsídio, que pagava todas as despesas, entendeu, a gente foi bancando...

Isso deixa claro, que ao arcar com os custos, que antes eram externalizados, a integração entre geradores de resíduos e os catadores realmente fomenta um processo instituinte. Não obstante, ao se interromperem as relações econômicas que mantinham tal processualidade, esta é paralisada:

Só que desde o ano passado, a logística reversa deixou de depositar o dinheiro, e nós tivemos que assumir todos os custos. Isso ocorreu porque, eles queriam determinar todos os equipamentos e a forma como a Rede Cata-Paraná tinha que agir [...] Só que isso é uma prestação de serviço que eles têm que remunerar, e quem define aonde isso vai ser investido tem que ser a cooperativa. [...] Aí começou uma briga. Eles que queriam ir lá fazer a negociação pra compra de equipamentos, queriam instalar os equipamentos, e instalaram toda errada a voltagem, e nós tivemos que reformar tudo. Só que a gente com a prática do dia-a-dia começou a perceber essas coisas. Daí começou uma briga e eles suspenderam os pagamentos [...] e a gente tá sem receber. A gente teve que assumir o pagamento de todos os equipamentos. Ainda faltava um milhão para pagar todos os equipamentos, mais ou menos duzentos mil por mês. [...] E o que que aconteceu, foi comendo o nosso capital de giro. Até que chegou num momento que acabou todo o nosso capital de giro...

Aqui o conflito pela autogestão, enquanto significação ético-política instituinte, é traduzido no fato de que a própria rede em questão desejava definir a forma de gestão de seus processos produtivos. Pode-se afirmar que este conflito está relacionado ao processo desta mesma rede poder instituir-se em função da sua “própria atividade coletiva, reflexiva e deliberativa” (CASTORIADIS, 1992, p. 159) mesmo que, para isso, tenha que abdicar de seu capital de giro.

No entanto, essa questão do capital de giro é de fundamental importância. O mais comum é que este capital seja consumido em função da baixa dos preços dos materiais e alta dos custos de produção. Isso pode ser constatado na Rede Catapampa:



Mês passado o PET caiu o preço e os compradores dizem que tem muita oferta, ao mesmo tempo nossa produção está baixa. Então não dá pra ter certeza da real situação. A P. [nome da empresa de um grande aparista], que sempre pagava em dia, está nos devendo faz duas semanas. A prestação de contas teve um saldo negativo maior. Em junho tivemos o M. [cooperado que foi integrado à rede] a mais na folha, tivemos o INSS atrasado para pagar, fizemos manutenção no truck [caminhão], foi paga uma dívida com a C. [cooperativa base do MNCR de Santa Cruz do Sul], deu 2 mil reais de concerto [...] (MNCR, 2015f, p. 3).

Os entraves de caráter funcional consistem, assim, na falta de capital de giro, na sazonalidade dos preços dos materiais recicláveis e nos custos de operação de uma iniciativa de comercialização em rede, conforme fala N. da Rede Cata-Paraná:

[...] a gente começou a ter algumas dificuldades assim, porque os preços dos materiais começaram a cair e a gente sem capital de giro pra cobrir. Porque, é toma lá, da cá, né... A associação comercializou com a rede, ela quer que no máximo em uma semana ela [a rede] deposite... Tem custos. E o custo da rede estava muito alto. Só, não é em folha que se diz, só em remuneração dos cooperados estava acima de cem mil já. Porque, como a comercialização estava muito grande, quase em toda a Curitiba, vários municípios da Região Metropolitana e em todo o Litoral, a gente necessitava de uma mão-de-obra muito grande...

A demanda por capital de giro é o que pode garantir que a rede de comercialização possa realizar com segurança suas operações de mercado e ter uma vantagem competitiva sobre os intermediários. Isso é esclarecido nas palavras de N., em que coloca que para que o recurso proveniente do pagamento pelos serviços de logística reversa pudesse ser utilizado como capital de giro demandou um conflito travado nas relações contratuais:

E no começo do projeto CVMR, a gente não podia utilizar o recurso como capital de giro. Eles queriam que a gente cumprisse tudo aquilo que foi assinado, e a gente por falta de experiência assinou aquela merda! Vamos dizer assim, né (risos). Daí com o apoio dos Ministérios Públicos, a gente conseguiu utilizar isso como capital de giro.

Mesmo com todas essas dificuldades em se encontrar o ponto de equilíbrio entre as receitas e as despesas, que possibilite a manutenção do capital de giro, as possibilidades de comercialização conjunta de alguns materiais proporcionam a obtenção de um resultado econômico imediato. Segundo Gi. vale a pena comercializar em rede, mesmo que não se consiga vender os materiais diretamente às indústrias. Abaixo Gi. cita alguns exemplos de como a comercialização em rede pode realmente melhorar os preços dos recicláveis:

Aqui por exemplo nós estamos comercializando em rede, daí então tem o custo da rede. Então tipo assim, a sua base vai comercializar junto a Cataunidos, é uma base da Cataunidos. Então você dá uma caução de trezentos e cinquenta, mas só uma vez você deu, e tem que pagar o frete do caminhão, porque tem o cooperado que dirige e outro que é o ajudante que recolhe esse material e leva lá pro aparista. Tudo feito pela Cataunidos. A gente consegue um preço melhor porque a gente leva o material... O pessoal que antes vendia o material a vinte, vinte e cinco centavos o quilo do papelão, hoje vende a trinta e cinco, trinta e sete, mesmo pagando esse frete aí. Se você coloca na ponta do lápis tem um ganho real de trezentos, quatrocentos, quinhentos, mil reais a mais.

Gi. fala da comercialização com os aparistas, que conforme o Diagrama 1 visto anteriormente, seria o último elo da cadeia produtiva antes da pré-indústria de beneficiamento e, portanto, de revalorização do material. Isso ocorre porque, a indústria da reciclagem impõe as condições para que se possa comercializar os recicláveis diretamente com ela.

Então não adianta, se você ficar só na triagem, você não vai conseguir chegar na indústria... Pra você conseguir chegar na indústria, você tem que ter duas coisas: qualidade e quantidade. Eles fecham contrato com você. Porque eles têm que fazer a logística deles lá. Eles querem, sei lá, trinta toneladas por mês, então eles fecham um contrato e a bufunfa eles só liberam por mês, ou em sessenta dias. Só que o nosso grande problema, quando a gente pega o material pras associações, a gente tem que pagar no máximo em quinze dias, muitos já estão saindo de lá e perguntando se o dinheiro já entrou.

Gi. deixa claro os limites da comercialização em rede em relação às indústrias, ao ser indagado sobre essa relação dos catadores com a indústria da reciclagem. Isso se contrapõe a uma visão mais funcional de divisão equânime e harmônica dos processos produtivos entre os catadores e a indústria da reciclagem. Segue o trecho de sua entrevista:

Eu acho que é uma relação desigual. Porque os caras eles monopolizam. Eles ainda não dão abertura. A gente nem consegue vender os nossos materiais das redes pras indústrias, por exemplo. Então não se tem uma conversa. Não se tem uma relação... Se tem é uma relação que é ruim, cara, não é justa. Ah, porque imagina, nós apoiamos os catadores, nós reconhecemos a importância dos catadores, e tal. Daí noventa por cento de tudo que é transformado sai do nosso lombo, né? Certo, beleza. Mas a gente não consegue vender pra indústria. Só vende pra os intermediários. Então tem alguma coisa errada aí ó... Só se chega no grande aparista. Por mais organizada que a rede esteja raramente você consegue vender pra indústria mesmo.

Ainda que haja todo um caráter relacional heterônomo imposto pelas indústrias aos catadores que procuram se organizar em redes. As mesmas também podem conceber alternativas de prestação de serviços para além de seus municípios através da articulação das mesmas com os consórcios intermunicipais de gestão de resíduos sólidos<sup>27</sup>. Essa proposta se apresenta motivada por uma significação imaginária radical e instituinte, pois traz a possibilidade de criação de algo que não existe consolidado na realidade, mas que consiste em um grande potencial de consecução de novos arranjos institucionais. Gi. em sua entrevista explicitou alguns detalhes da mesma:

<sup>27</sup> O Decreto 7.404/2010 que regulamentou a PNRS confere prioridade no acesso aos recursos públicos federais à constituição de processos de gestão associada de resíduos sólidos, tal como é estabelecido pelo artigo 79, o qual estabelece que: A União e os órgãos ou entidades a ela vinculados darão prioridade no acesso aos recursos mencionados no art. 78: I - aos Estados que instituírem microrregiões, consoante o § 3o do art. 25 da Constituição, para integrar a organização, o planejamento e a execução das ações a cargo de Municípios limítrofes na gestão dos resíduos sólidos; II - ao Distrito Federal e aos Municípios que: a) optarem por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano intermunicipal, ou que se inserirem de forma voluntária nos planos microrregionais de resíduos sólidos referidos no art. 16 da Lei nº 12.305 de 2010; ou b) implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda (BRASIL, 2010).

Cara, eu acho que os planos intermunicipais de resíduos em consórcio deveriam trabalhar junto com as redes na questão da coleta seletiva. Então eu tenho um consórcio de municípios que tá procurando a destinação. Mas isso é uma coisa que eles nunca colocam esse contexto. É tipo assim, o meu município vai mandar... Mas o meu município junto com o teu município, nós vamos investir isso aqui pra rede funcionar porque a coleta seletiva, ela é responsabilidade no meu município e no seu, e nós vamos cooperar mutuamente pra coleta seletiva ser feita em toda a região, independente se a associação tá no seu município ou no meu município. Nós vamos fazer essa cooperação. Talvez o meu município tenha condição de fornecer o caminhão. Talvez o seu município tenha condição de fornecer os catadores pra coleta. Sei lá... Esse intercâmbio assim. E a gente fazer a coleta seletiva em toda a região do consórcio pra dar destinação correta ao resíduo. Os caras têm que começar a pensar nisso também. Tem que pensar no viés da municipalidade. Como é que os caras recebem isso. É uma articulação política do caralho pra você fazer.

Contudo, logo depois, ele se dá conta que isso colide com os limites do sentido imaginário instituído: “Tem os ‘interessezinhos’ escusos. Vamos fazer um consórcio aqui, mas vamos mandar pro aterro do fulano que fica no município tal. Ano que vem tem eleição municipal e os caras já tão pensando no caixa pra isso”. Tal confrontação de interesses instituídos nos processos de gestão regional de resíduos requer uma complexa relação política. Deste modo, antes de se planejar tecnicamente processos de contratação das redes em níveis regionais para a prestação de serviços relacionados à destinação de resíduos sólidos é necessário que seja estabelecido um programa que abranja outros processos relacionados à prestação de serviços e à valorização do trabalho dos catadores.

#### 4.2.2 O Programa Político do MNCR: A Criação de Programas Públicos Pautados pela Reciclagem Popular

O programa político deste movimento se fundamenta no projeto estratégico da reciclagem popular. A partir de suas significações magmáticas procura estabelecer uma definição para a criação de programas públicos voltados para superar as desigualdades referentes à questão social da reciclagem. Em uma reunião da Coordenação Estadual do MNCR/RS foi colocado que existem uma série de ferramentas, mas, que estrategicamente o que interessa ao movimento é o sujeito catador:

Comungo da reflexão da importância da inter-redes. Ela é uma ferramenta... cooperativa é ferramenta. Nosso interesse é o sujeito catador. Em São Paulo está acontecendo uma fragmentação por cidade. A questão do contrato é tático, é para sair do [in]formal [sic], que ainda não está enraizada. Uma chuva de políticas públicas pouco consolidadas. Precisa ser retomada a discussão de estratégia (MNCR, 2015i, p. 9).

E mais adiante este excerto textual é complementado da seguinte forma:

[...] precisamos ter reuniões de reflexão do caminho, não é só no pragmatismo, pois a realidade só vai nos fazer repetir o que já é. Ter cooperativa, rede e inter-rede ajuda ou não a mudar a sociedade? Como? Está empoderando os companheiros? (Ibid.).

A lucidez com que um dos catadores presentes nesta instância demanda a reflexão estratégica sobre o sentido das ações políticas do MNCR, remonta o magma do imaginário radical e a necessidade deste ser programado como fator de transformação da realidade que aí está. Tal elucidação faz com que sejam questionadas as desigualdades entre os próprios catadores de forma incisiva. Neste sentido, sobre os grupos de catadores mais estruturados e que tem mais acesso aos recursos dos contratos e dos editais, G. disse que:

Um pessoal tentou sair na frente em um seminário do Governo do Estado do Rio de Janeiro que discutiu essa coisa da contratação. Os grupos mais estruturados pegam os contratos. A gente foi obrigado a ir lá e dá umas pancadas, e dizer que é uma forma de escravidão. Os grupos mais organizados vão tá pegando os mais fracos pra tá “guardachuvando”. E aquele guarda-chuva todo furado, que a chuva vem toda na tua cara. O que realmente é importante é que todos se estruturassem e pudessem concorrer por igual, ou nem concorrer, seguir o princípio da reciclagem popular, que é evitar a concorrência entre os grupos. Aqui no Rio, a gente tem um, dois grupos mais organizados que vão lá e pegam prestação de serviços e só tem a organização, não tem a mão-de-obra, não tem nada. E o que faz, subloca grupos menores pra estarem entrando nessas parcerias. É um trabalho escravo! Eles vão tá subjugando os outros catadores.

A crítica feita por G. detecta um processo de subordinação realizado entre os grupos de catadores que acontece em seu Estado. De fato, existe uma série de exigências a serem cumpridas em uma relação contratual com o poder público para a prestação de serviços de coleta seletiva realizada pelos empreendimentos de catadores. Tais exigências podem oportunizar a subordinação de outros grupos de catadores, numa espécie de “quarteirização” de serviços. Sobre estas exigências contratuais, serão abordadas mais adiante as dificuldades para que os catadores se habilitem com vistas ao cumprimento das mesmas, bem como a necessidade do processo de contratação ser melhor programado.

Há, também, outra faceta do fomento às desigualdades a partir do próprio modelo de editais públicos de seleção de propostas voltadas ao incentivo de empreendimentos de catadores. Neste sentido, N. fala destas desigualdades promovidas pelos processos de concorrência dos editais públicos:

Não adianta hoje, a C. [nome da associação de catadores], que é da onde eu vim, que é de onde eu conheci o movimento, se ela concorre a outro edital, ela vai ganhar de novo... Só que quem realmente tá precisando da prensa, quem realmente tá precisando da balança, ele nunca vai ser aprovado num edital. Se aprovado, ele nunca vai receber o equipamento, porque eles tão trabalhando numa tapera [habitação abandonada e em estado precário em linguagem coloquial dos Estados do sul do Brasil].

Ciente desta situação de desigualdade entre os catadores, a instância da Comissão Nacional do MNCR (2015, p. 2) expõe a necessidade da criação de um programa público como forma de se instituir outro modelo de acesso a recursos públicos:

O Sr. A. faz uma breve explicação do que se trata e para quê servirá o PRONAREP para os catadores e catadoras, onde este não excluirá ninguém do processo e explica

claramente os resultados positivos do programa. As catadoras, Sras. V. [liderança do Estado do Mato Grosso do Sul] e I. [liderança do Estado do Amazonas], explicam o programa PRONAREP, frisando em um programa exclusivo e de fácil acesso aos catadores e catadoras.

O Programa Nacional de Investimento na Reciclagem Popular (PRONAREP) tem por objetivo introduzir uma política de financiamento voltado à estruturação física e produtiva das organizações de catadores, de acordo com as diferentes situações em que elas se encontram. Esta proposta de programa visa propor outra forma de indução à gestão integrada de resíduos, tal como segue no excerto abaixo:

O papel indutor do Governo Federal atualmente se limita à sua capacidade de determinar sanções aos municípios que não se enquadrarem na nova legislação [PNRS]. É preciso avançar nesse processo, fomentar a implantação de sistemas integrados de gestão dos resíduos sólidos com a contratação dos catadores para a execução dos serviços públicos de limpeza urbana ou não será possível superar o modelo antigo, que degrada o meio ambiente e enriquece as empreiteiras do lixo (MNCR, 2014b, p. 6).

O PRONAREP, além de propor esta outra forma de indução, procura corrigir as distorções e injustiças do modelo de acesso aos recursos públicos por meio de editais. Se no modelo anterior somente as organizações com maior estrutura produtiva e organizacional conseguiriam acessar recursos, neste novo modelo, primeiramente, as organizações em situação mais precária é que teriam acesso a eles. No quadro exposto na próxima página é possível visualizar os níveis de financiamento deste programa:

Quadro 1 – Níveis de financiamento do PRONAREP

	Situação	Executor	O que é financiável	
			Execução	Desenvolvimento e Inovação
1	Catadores em situação de rua e lixo	Associação cooperativa consolidada ou	<p>Linha 1 – Mobilização e inclusão em políticas sociais de saúde, moradia, habitação e educação existentes para os municípios.</p> <p>Linha 2 – Estrutura e capacitação para organizar nova associação ou cooperativa.</p> <p>Linha 3 – Ampliação de estrutura e capacitação para acolher os individuais e familiares em cooperativa ou associação consolidada</p>	Desenvolvimento de ferramentas de mobilização e inclusão social de catadores
2	Cooperativas e associações compostas por pessoas de baixa renda que trabalhem com catação e que se encontram em processo de organização inicial	Cooperativa e associação em processo de organização inicial ou cooperativa e associação consolidada	<p>Linha 1 - Mobilização e inclusão em políticas sociais de saúde, moradia, habitação e educação existentes para os municípios.</p> <p>Linha 2 – Estrutura e capacitação inicial.</p> <p>Linha 3 – Estrutura e capacitação para execução da coleta seletiva solidária</p>	Desenvolvimento de modelos de galpão, equipamentos, fluxos, processo produtivo e organizativo; Desenvolvimento de novas tecnologias sociais para melhorar a eficiência da coleta seletiva solidária
3	Cooperativa e associação com relação formalizada com a prefeitura	Cooperativa e associação com relação formalizada com a prefeitura	<p>Linha 1 – Estrutura e capacitação para implantação da coleta seletiva solidária.</p> <p>Linha 2 – Ampliação da coleta seletiva solidária.</p> <p>Linha 3 – Implantação de sistemas de compostagem e/ou biodigestão</p>	Construção de planilhas referência de custo unitário para os processos de manejo dos resíduos sólidos urbanos; Estudo para apropriação pelos catadores, da tecnologia de biodigestão anaeróbica e compostagem
4	Cooperativa de segundo grau formalizada ou cooperativa que represente uma rede	Cooperativa de segundo grau formalizada ou cooperativa que represente uma rede, que apresente uma participação de todas cooperativas e associações	<p>Linha 1 – implantação de comercialização em rede.</p> <p>Linha 2 – ampliação e fortalecimento da comercialização em rede.</p> <p>Para ambas o procedimento sugerido é</p> <p>1ª. Fase – realização plano de negócios participativo</p> <p>2ª. Fase – implementar plano de negócios</p>	Identificação e solução para os gargalos da cadeia produtiva e do mercado da reciclagem no Brasil

Fonte: MNCR, 2014b, p. 12; 13

Inclusive um volume de recursos maior estaria previsto para o fomento às organizações produtivas mais frágeis. Isto pode ser constatado neste outro quadro:

Tabela 1 – Cálculo do montante inicial do PRONAREP

	<b>Custo do posto do trabalho atualizado pelo índice IGPM (junho 2014) em R\$</b>	<b>Número de catadores Estimados</b>	<b>Totais</b>
<b>Situação 1</b>	8.272,81	720.000	5.956.423.200
<b>Situação 2</b>	7.323,81	21.000	153.800.010
<b>Situação 3</b>	6.705,26	67.000	449.252.420
<b>Situação 4</b>	5.140,55	2.000	10.281.100
<b>Total Geral</b>			<b>6.569.756.730</b>

Fonte: MNCR, 2014b, p. 15

O objetivo destes investimentos consiste em possibilitar que os catadores possam ser contratados para a prestação de serviços, garantindo as condições materiais para que consigam executá-los de modo satisfatório. Sobre isso, Gi. fala a respeito das dificuldades que os catadores encontrar para se habilitarem a um processo de prestação de serviços, questionando que os catadores deveriam ser remunerados pelos serviços que eles já prestam:

Uma coisa que eu sempre questiono sobre a prestação de serviço. Prestação de serviço é uma coisa, questão de pagamento pelo serviço prestado é outra. Cara, eu não sei se você lembra, bem no comecinho dessa conversa, cara, eu lembro que a conversa foi remuneração por serviços prestados. Recolhemos tantas toneladas então alguém tem que pagar pelos serviços. Enquanto a gente tá aqui trocando ideia o material tá saindo da rua. Isso é fato, independente se tem contrato ou se não tem contrato, se tem um roteiro ou não... Tá saindo. Então beleza, aí a coisa começou a convergir. Ah, mas daí é contratação por serviço prestado... É porque tem que ter o contrato, e tal. Inclusive o catador tá dispensado de licitação. Tudo bem, mas se tem um contrato, vão ter que atender normas, vão ter que pá e pá e não sei o que, e o cara vai poder cobrar e nós vamos ter que prestar contas. Mas peraí não é isso que a gente tinha discutido não!

Gi. traz uma discussão programática que não está clara dentro do MNCR, o que fez com que o MNCR busque, em primeiro lugar, antes mesmo das organizações estarem devidamente estruturadas, a contratação para prestar serviços. Neste sentido, ele prossegue:

Não, era isso sim! Tudo bem... Mas não pode ser as duas modalidades não? Então por que não tem uma pegada de remuneração pelo serviço prestado, mesmo que não seja um valor igual ao de um contrato. E por que não tem uma outra modalidade pra quando o empreendimento estiver bem estruturado, bem organizado, bem foda mesmo! Bom, agora nós somos os caras que vão poder chegar e pegar isso tudo, e fazer essa prestação de serviço, e prestar contas, e assinar qualquer contrato que vocês quisé aí. Tá beleza... Mas enquanto a gente não tá nesse nível, a gente tem que receber por aquilo que a gente faz. Aí parece que essa coisa se perdeu, essa coisa do serviço prestado, não sei. Não sei se é isso que eu entendi, se eu entendi mal naquela época. Mas pra mim a coisa convergiu pra outro lado. Contratação agora, as bases não têm condição. Se você pegar noventa e nove por cento das bases não têm condição... Não tem estrutura! Se vai comparar, por exemplo pegar uma base pra fazer coleta seletiva, vai ter o mesmo nível de exigência de uma empresa dessas aí, você vai matar os caras. Agora remunera os caras primeiro pelo o que eles já fazem, estrutura os caras, enche o balão. Se não for assim com que você vai fazer... O roteiro é esse daqui, ó, e você tem que passar lá. Daí o catador fica doente, como é



que vai passar lá. Foda-se! Tem que arrumar outro. Mas não é empresa. Como que é isso...

Gi. reafirma, assim, a necessidade de estruturação das bases para que estas estejam habilitadas para a prestação de serviços enquanto uma forma de elucidação de um programa político para o MNCR voltado para beneficiar produtivamente as organizações de catadores. Caso contrário, apenas as organizações que obtêm um bom nível administrativo, além de se capitalizarem junto à sua rede, são as que conseguem se habilitar para o processo de execução de um serviço público de coleta seletiva. Gi. cita um exemplo de uma cooperativa atuante em uma cidade de seu Estado:

[A cooperativa da cidade de] Itaúna deu conta, mas se você vê o nível que é a Cooperativa de lá, com essa questão de administrativo... Beleza, aí é diferente. Eu quero ver chegar nesse nível aí. Tem um caminho pra chegar lá. Mas como é que é isso... Pra o catador prestar esse tipo de serviço tem que ter isso... Aí a gente teve recurso da Rede Cataunidos, tem cinquenta mil lá rodando lá, mas veio via Cataunidos, porque se fossem comprar, eles não iriam dar conta de comprar [...]

Além disso, Gi. reafirma que os catadores, mesmo sem serem formalmente contratados, prestam serviços de coleta seletiva:

É um monte de exigência que o cara tem que se adequar. Mas o fato é que o cara tira o material da rua, uma senhora aí, por mais velha que seja, recolhe duas mil garrafas de PET por mês, a senhora lá com o saquinho dela... Como é que isso? Nós estamos mudando a lógica do negócio, estamos seguindo a lógica dos caras.

Independentemente da contratação, os catadores, inclusive os individuais e familiares considerados como “informais”, possuem uma contribuição econômica e ambiental importante para a sociedade e que deve ser reconhecida e valorizada. Esta também é a conclusão feita pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) e com a sistematização de proposta de Pagamento pelos Serviços Ambientais Urbanos (PSAU). Em termos programáticos, esta proposta pode ser concebida de modo diferente de uma política estruturante, que visa gerar postos de trabalho para os catadores, tal como a proposta PRONAREP. A política do PSAU consiste na qualificação e ampliação dos serviços feitos pelos catadores, que pode ser realizada de forma complementar as contratações municipais para a prestação de serviços de coleta seletiva. O PSAU pode garantir às associações ou às cooperativas de catadores a habilitação e a manutenção destes serviços.

Os dois principais objetivos do PSAU votados à gestão de resíduos sólidos consistem em:

Fomentar a reciclagem e a redução dos materiais que foram extraídos para produção de bens de consumo ou descartados em ambientes naturais, de forma a garantir a manutenção da integridade de serviços ecossistêmicos, como a regulação do clima, a formação de solo e o fornecimento de água potável, entre outros; Suprir deficiências de renda dos catadores de material reciclável, grupo que se encontra em situação de risco social, físico e econômico (IPEA, 2010, p. 34).

Desde o ponto de vista econômico, no PSAU, os benefícios relacionados à reciclagem foram calculados pela diferença entre os custos de insumos para a produção de bens a partir de matéria-prima virgem e os custos de insumos para a produção de bens a partir de materiais recicláveis. Já em se tratando dos benefícios ambientais, a reinserção de um produto feito de material reciclável (secundário na cadeia produtiva) evita os impactos ambientais, principalmente, em relação aos recursos naturais não renováveis. Tem-se como exemplo, a reciclagem de latas de aço ou de alumínio que faz com que não sejam extraídos minérios de ferro ou bauxita (recursos naturais primários e não renováveis, ou seja, que estão fadados a se esgotarem) necessários para se produzir as mesmas latas de aço ou alumínio (Ibid., p. 12).

Logo a seguir é reproduzida uma tabela que torna claro tais benefícios traduzidos em valores financeiros:

Tabela 2 – Estimativa dos benefícios econômicos e ambientais gerados pela reciclagem

MATERIAIS	BENEFÍCIOS RELACIONADOS AO PROCESSO PRODUTIVO (RS/T)		BENEFÍCIOS E CUSTOS ASSOCIADOS À GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (RS/T)		BENEFÍCIO POR TONELADA (RS/T)	QUANTIDADE DISPONÍVEL NOS RESÍDUOS COLETADOS (T/ANO)	BENEFÍCIO POTENCIAL TOTAL (RS MIL/ANO)
	Benefícios Econômicos	Benefícios Ambientais	Coleta	Disposição Final (aterramento)			
Aço	127	24	(-136)	23	88	1.014	89.232
Alumínio	2.715	339	(-136)	23	2.941	166	488.206
Celulose	330	24	(-136)	23	241	6.934	1.671.074
Plástico	1.164	56	(-136)	23	1.107	5.263	5.826.141
Vidro	120	11	(-136)	23	18	1.110	19.980
<b>Total</b>							<b>8.094.653</b>

Fonte: IPEA, 2010, p. 8.

Como demonstra a tabela, na reciclagem, a economia e o meio ambiente estão intimamente relacionados. Isso porque, ao se utilizar materiais recicláveis ao invés de matérias-primas virgens na produção industrial pode-se gerar uma economia de mais de oito bilhões de reais. Os benefícios, levantados em termos financeiros pelo IPEA, garantidos pela reciclagem deveriam ser repassados para os catadores, já que eles contribuem de forma definitiva para o funcionamento da cadeia produtiva da reciclagem no Brasil.

Segundo o IPEA (Ibid., p. 34), os recursos para o PSAU proviriam de todos os consumidores. Isso porque, pode ser aplicado o princípio de poluidor-pagador ao consumidor pela sua responsabilidade de demandante da produção de materiais que serão descartados. Também, pode ser aplicado outro princípio, o do beneficiário-pagador. Este princípio inclui toda a sociedade que será beneficiada com a melhoria ou a preservação do meio ambiente e dos estoques de matéria-prima. Em função disso, os recursos devem advir do Estado, que é o ente capaz de universalizar o recolhimento de recursos de todos consumidores convertendo-os

em peças do orçamento público. Sendo que o principal resultado deste programa seria a unidade entre a redução de pobreza e o uso eficiente de recursos naturais.

Tais significados que compõem uma perspectiva integrada entre a dimensão econômica e a ambiental na forma de proposta de um programa são reivindicados pelo MNCR como forma de pagamento pelos serviços que os catadores já prestam conforme, conforme colocado anteriormente por Gi. Deste modo, o programa político do MNCR pode ser sistematizado através de três propostas distintas: a) o PRONAREP, voltado à estruturação física das suas bases; b) o PSAU, direcionado à manutenção e qualificação dos serviços prestados pelos catadores e; c) a CSS, destinada à contratação dos empreendimentos de catadores para a prestação de serviços de coleta seletiva solidária em nível municipal.

A visualização destes significados que compõem o programa político destinado à reivindicação frente às esferas do Estado (federal, distrital, estadual e municipal) é o que pode habilitar as organizações produtivas de catadores, a maioria delas em situação precária, à execução de serviços de coleta seletiva, conforme estabelecido pela PNRS. Não obstante, a própria sociedade necessita engajar-se no processo de destinação correta dos resíduos por ela gerados. Para tanto, o MNCR propõe um programa social baseado na criação de esferas públicas.

#### 4.2.3 O Programa Social do MNCR: A Criação de Esferas Públicas para o Controle Social das Políticas de Gestão Integrada de Resíduos

Como forma de envolver e engajar a sociedade na gestão integrada de resíduos sólidos o MNCR procura realizar uma articulação em rede de interlocutores capazes de traduzir um conjunto de elementos heterogêneos pautados pelo sentido da gestão integrada de resíduos. Para realizar tal processo articulatório, o MNCR se utiliza da criação de esferas públicas. Uma definição mais rigorosa de esfera pública, a partir da influência teórica habermasiana, consiste em uma “instância de crítica e controle do poder” (LAVALLE, 2003, p. 97). Isso porque, nesses espaços há a ocorrência de um processo de formação pública de opinião, dentro do qual os argumentos dotados de plausibilidade se formam através de interações face-a-face (Ibid.). Tais esferas públicas se consolidam ao fomentarem um processo de universalização de interesses legítimos vinculados aos fluxos provenientes do mundo da vida dos sujeitos a serem incluídos nos processos de gestão de resíduos, ou seja, da realidade cotidiana dos catadores.

Como a geração de resíduos sólidos consiste em um fenômeno de natureza universal, a gestão integrada dos mesmos também pode ser universalizável. Esse fato faz com que não

tenha fundamento o discurso de “interesse corporativo dos catadores”, porque outros sujeitos acabam sendo envolvidos pela questão social/universal da reciclagem enquanto fenômeno que integra dimensões múltiplas das relações sociais, tais como econômica, política e social (WANDERLEY, 2004, p. 151). Por isso é que as esferas públicas rapidamente se convertem em núcleos de tematização de interesses gerais voltados para o fortalecimento da sociedade civil (LAVALLE, 2003, p. 97). No caso específico da gestão de resíduos sólidos, os casos concretos podem ser verificados entre o Fórum de Ação pela Coleta Seletiva Solidária e Reciclagem de Santa Cruz do Sul (FACS), os fóruns Lixo e Cidadania e o Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária (ORIS).

O FACS tem por objetivos básicos:

Reunir de forma permanente e sistemática representantes de entidades não governamentais e governamentais, profissionais, estudantes e todos os ativistas sociais envolvidos com a problemática da gestão de resíduos sólidos em Santa Cruz do Sul; criar um ambiente de debates, trocas de informação, interações institucionais e propostas para a adoção de uma política pública para a gestão integrada de resíduos sólidos; constituir-se como um instrumento de apoio à criação de um órgão de gerenciamento integrado de resíduos sólidos do município de Santa Cruz do Sul, colegiado assessor, composto de representantes da sociedade civil e do Poder Público, responsável pela elaboração das diretrizes de gerenciamento integrado no município de Santa Cruz do Sul; apoiar as organizações de catadores na apropriação do trabalho e dos conhecimentos técnicos necessários para obter-se melhores condições de subsistência, por meio dos princípios da autogestão econômico-administrativa e inclusão social (FÓRUM DE AÇÃO PELA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA E RECICLAGEM DE SANTA CRUZ DO SUL (FACS), 2011).

Já os fóruns Lixo e Cidadania são espaços de articulação compostos por diversos tipos de sujeitos coletivos, tais como instituições do Estado, do mercado e da sociedade civil, que em conjunto planejam e implementam ações para:

[...] erradicar o trabalho de crianças e adolescentes com o lixo; apoiar e fortalecer o trabalho dos catadores com a coleta seletiva, a reutilização e a reciclagem; erradicar os lixões, recuperando as áreas já degradadas e implantando aterros sanitários (FÓRUM LIXO E CIDADANIA, 2015).

Com os objetivos elencados acima foi criado o Fórum Nacional Lixo e Cidadania em junho de 1998 por iniciativa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Um ano depois foi lançada a campanha “Criança no Lixo Nunca Mais” convidando a sociedade brasileira a se indignar com essa situação e a buscar soluções que permitissem retirar do trabalho com resíduos cerca de 45 mil crianças. Os fóruns incentivam a articulação de ações e instituições para a gestão sustentável dos resíduos sólidos urbanos, por meio de fóruns estaduais, regionais e municipais Lixo e Cidadania (Ibid.).

E mais recentemente, acontecem de forma anual os encontros do ORIS com sede no Estado de Minas Gerais. Este espaço reúne:

[...] catadores, especialistas e técnicos ligados a área da pesquisa, universidades, associações e cooperativas, organizações não governamentais defensoras das causas ambientais e do desenvolvimento sustentável [...] (CICLA BRASIL, 2015).

Em síntese, essas instâncias contribuem para o fortalecimento do significado de responsabilidade compartilhada sobre os resíduos e assim auxiliam na implementação da PNRS. Também, são espaços de controle social e de democratização sobre os processos de gestão. Todavia, estas instâncias precisam ser constantemente articuladas, pois as mesmas tendem a se desarticular no momento em que são alcançados alguns objetivos imediatos. Exemplo disso, foi a quase dissolução do FACS no momento da conquista do processo de contratação dos catadores em Santa Cruz do Sul para prestação de serviços de CSS. Isto foi discutido em uma reunião de militantes do MNCR deste município, da qual tive a oportunidade de participar:

I. [abreviação do nome de um dos articuladores do FACS] está descrente de que o FACS vá se rearticular. O objetivo era conquistar a CSS e foi alcançado. [...] C. [abreviação do nome do autor desta tese] coloca que o FACS deveria abraçar a gestão integrada dos resíduos sólidos. I. [abreviação do nome de uma apoiadora do MNCR de Santa Cruz do Sul] fala que D. [abreviação de uma servidora pública da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Saneamento e Sustentabilidade - SEMMASS] também sente falta do FACS para poder fazer mais dentro da secretaria. E. [abreviação do nome de uma apoiadora do MNCR de Santa Cruz do Sul] sugere que pesquisadores acompanhem a reunião com o prefeito para dar peso à gestão integrada. [...] Várias falas em relação a importância da luta pela gestão integrada de resíduos sólidos (GIRS) (MNCR, 2015k, p. 1).

Estabelecendo um diálogo entre a noção de esfera pública e a visualização do magma da democracia de Castoriadis (1987, p. 310), ele coloca que a participação e o interesse na política geram as condições necessárias para a criação do que ele chama de um domínio público compartilhado pelos cidadãos comuns, não somente por políticos, burocratas e especialistas, tal como é típico da lógica representativa hegemônica da política estatal. Este espaço visa a tornar público tudo o que for importante para um processo de tomada de decisões.

Tais esferas públicas podem proporcionar significados compartilhados, visando uma ressignificação sobre os resíduos advinda do cotidiano dos catadores a respeito dos mesmos. A importância que os resíduos sejam ressignificados remonta a relação entre o ser humano e o “lixo”, este último possui significados diversos que variam de acordo com a relação que se estabelece com os resíduos e com o contexto em que essas relações estão inseridas. Para as pessoas que trabalham e convivem com os resíduos é comum que elas desenvolvam um valor positivo acerca desse material, o qual é discrepante do valor atribuído pelo senso comum ao que tradicionalmente se entende por “lixo”, ou seja, sujeira potencialmente ofensiva à ordem e

que, por isso, deva ser eliminada como forma de reordenamento e limpeza do espaço e do ambiente de ação (SOSNISKI, 2006, p. 41; 42).

A questão é que os catadores contribuem para que o que era antes “lixo”, sem valor algum, possa ser concebido conforme o significado que estabelece a PNRS, ou seja, “o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania” (BRASIL, 2010b, art. 6º, item VIII). No fundo se trata da consubstanciação de uma significação imaginária radical e instituinte advinda do cotidiano de trabalho dos catadores com os resíduos, que se ampara neste significado da PNRS sobre a fração reciclável e reutilizável dos mesmos.

Assim, a reinterpretação realizada pelos catadores que vivem da coleta e da destinação dos resíduos recicláveis os auxilia que sejam criados e socializados outros sentidos em relação ao seu trabalho. O contato com tais significações produzidas pelos catadores provoca uma mudança na forma de perceber, pensar e de imaginar os resíduos junto aos demais cidadãos. E de fato, com a intensificação das relações comunicativas entre os catadores e os geradores de resíduos, se torna muito mais fácil constatar como que os objetos do descarte podem ser ressignificados em seu conjunto para um sentido efetivo de reutilização e de reciclagem (OLIVEIRA, 2010, p. 62; 63) de bens econômicos de valor social tal como o que é preconizado pela PNRS (BRASIL, 2010b, art. 6º, item VIII).

Neste ponto, a noção de esfera pública pode dialogar com os estudos sobre associativismo cívico no Brasil, no momento em que ambas noções enfatizam a significação de autonomia da sociedade civil enquanto um conjunto de sujeitos que buscam por processos de generalização de interesses legítimos vinculados às formas institucionais de organização. Sendo os fluxos provenientes do mundo da vida, os núcleos de tematização de interesses gerais e de fortalecimento da esfera pública, as instâncias de crítica e de controle ao poder (LAVALLE, 2003, p. 97).

Assim, nesta pesquisa se constata que tais fluxos comunicativos advêm diretamente dos processos de ressignificação dos resíduos sólidos realizados pelos catadores em conjunto com as comunidades que participam ou aderem aos programas de coleta seletiva. Em relação à visão da sociedade sobre os catadores e sobre os resíduos, a mesma passa por mudanças acarretadas pela ação de implementação da PNRS por estes sujeitos em níveis locais, o que representa um significativo avanço. Gi. deixa claro essa passagem ao ser questionado sobre o que ele pensa da relação dos catadores com a sociedade:

A relação com a sociedade, em parte, eu acho que ela avançou pra caramba. Hoje, os catadores organizados, eles não são vistos mais como uns coitadinhos, como uns párias, como uns caras desqualificados, não. Quando a gente, por exemplo, vai num

condomínio ou vai num bairro, num porta-a-porta, mesmo no comércio você é bem recebido. Você tem noventa por cento de adesão na coleta seletiva.

Neste sentido, Luis Eduardo Wanderley (2000, p. 210) chama atenção para a forma como se concebe a sociedade, e o âmbito do social, que se vincula a noção de público, cuja natureza é universal. Nesta perspectiva, quando um determinado governo ignora a universalidade de uma esfera pública, ele está tratando do social de forma parcial ou restrita, o que contribui para consolidar as desigualdades (Ibid., p. 205).

Deste modo, ao ser interpretado o programa social do MNCR através de uma perspectiva teórica com ênfase no magma das significações imaginárias se contribui para romper com elementos maniqueístas sobre as instituições, na medida em que se deixa claro que as instituições são criações humanas e, que o problema a ser analisado e tido como objeto direcionado à ação de uma práxis transformadora é o caráter heterônomo e alienante que elas adquirem. A heteronomia presente nas relações e nos processos do MNCR é a temática que será abordada nesta última parte do presente capítulo.

#### 4.3 A HETERONOMIA CONDICIONADA PELAS INSTITUIÇÕES

Segundo Castoriadis (1982), a alienação encontra as condições para se realizar, além da inconsciência individual ou da simples relação intersubjetiva, no momento em que é encarnada no mundo social e histórico, e nas instituições criadas pelo próprio homem. Esta consiste no fator primordial que impossibilita o processo de criação autônoma tanto individual quanto coletiva. A heteronomia instituída é, de tal modo, a expressão do fenômeno social da alienação (Ibid. p. 131). Conforme o referido autor, a alienação consiste na separação da sociedade no que se refere às suas próprias instituições (Ibid. p. 139; 140).

Desta forma, a alienação aparece como instituída ou como fortemente condicionada pelas instituições. Isto ocorre porque, ao ser estabelecida, a instituição tende a autonomizar-se, e durante este processo, ocorre dela condicionar a heteronomia dos sujeitos sociais, já que, as “[...] evidências se invertem; o que podia ser visto ‘no início’ como um conjunto de instituições a serviço da sociedade, transforma-se numa sociedade a serviço das instituições” (Ibid., p. 133).

No âmbito desta pesquisa, para que se compreender melhor esta tendência à autonomia das instituições em detrimento à da sociedade, é preciso que o conceito de alienação, enquanto heteronomia condicionada pelas instituições, seja colocado em diálogo com a ideia de institucionalização da ação coletiva proposta pelas abordagens teóricas dos



movimentos sociais na América Latina (GOHN, 2008, 443-445; 450; 451). O processo de institucionalização consiste em converter uma determinada organização em executora de tarefas programadas, monitoradas e avaliadas por uma instituição. Sendo tal cumprimento de tarefas institucionalizadas, o pré-requisito para a continuidade e existência da mesma organização.

Dessa forma, a institucionalização das ações dos movimentos funciona como uma forma de regulação normativa, que obedece a regras circunscritas em espaços pré-estabelecidos, e não como um campo de relações mútuas de reciprocidade (Ibid., p. 445). A perspectiva da institucionalização se refere, assim, a um campo de relações interinstitucionais e interorganizacionais em que uma instituição mais poderosa subjuga um movimento social através de uma relação assimétrica de poder. Já a perspectiva da heteronomia proporciona a elucidação de como ocorre tal processo de subjugação institucional, pois identifica os sentidos do imaginário efetivo que condicionam os próprios movimentos sociais, no momento em que estes se vão alienando dos processos institucionais enquanto sua própria criação.

O processo de institucionalização através da vigência da alienação condicionada pelas instituições ocorre porque, de acordo com Castoriadis (1982, p. 159; 160):

A alienação é a autonomização e a dominância do momento imaginário na instituição que propicia a autonomização e a dominância da instituição relativamente à sociedade. Esta autonomização da instituição exprime-se e encarna-se na materialidade da vida social, mas supõe sempre também que a sociedade vive suas relações com suas instituições à maneira do imaginário, ou seja, não reconhece no imaginário das instituições seu próprio produto.

A ênfase que Castoriadis dá na dimensão imaginária como fundamento dos processos de autonomização das instituições, também a coloca como elemento fundante da alienação. Este imaginário se torna um imaginário efetivo, uma vez que condiciona os sentidos institucionais em relação aos seus fins, e em relação à funcionalidade ao qual a instituição encontra-se subordinada (Ibid., p. 161). Deste modo, os sujeitos condicionados pela instituição acabam por se tornarem prisioneiros das coerções do real e do racional, constituindo uma institucionalidade “sempre inserida em uma continuidade histórica e por consequência codeterminada pelo que já se encontrava aí, trabalhando sempre com um simbolismo já dado e cuja manipulação não é livre [...]” (Ibid. p. 177).

A hegemonia deste processo heterônomo acaba por fazer com que os sujeitos desapareçam submersos no “anonimato coletivo, na impessoalidade dos ‘mecanismos econômicos do mercado’ ou da ‘racionalidade do plano’, da lei de alguns apresentada como lei simplesmente” (CASTORIADIS, 1982, p. 131). Assim, a alienação da sociedade em relação às suas instituições oblitera o caráter das instituições enquanto criação humana

efetiva, feita através do imaginário social que se utiliza do suporte de elementos funcionais relativos à manutenção da existência e da reprodução da vida social. Desta forma, são geradas as condições propícias à reificação das instituições que, progressivamente, vão se tornando alheias às demandas da própria sociedade que as constituiu.

Em última análise, a alienação consiste no estranhamento da sociedade em não reconhecer a sua própria criação (CÓRDOVA, 1994, p. 30). Este processo é proporcionado pelo “[...] enclausuramento informacional, cognitivo e organizacional que caracteriza os seres constituintes, porém, heterônomos” (CASTORIADIS, 1987, p. 434). Para superar tal alienação se torna necessário um processo de:

[...] abertura ontológica, ou seja, ultrapassar essa clausura significa alterar o sistema cognitivo e organizacional já existente, portanto constituir seu mundo e a si próprio segundo diferentes leis, e portanto criar um novo *eidos* ontológico, um si-mesmo diferente em um mundo diferente (Ibid.).

No interior das significações imaginárias instituintes, provenientes das relações e dos processos que consistem nos objetos de interpretação desta tese, há elementos de ruptura com a heteronomia condicionada pelas instituições presentes no magma da reciclagem popular, enquanto formas de encaminhamento ético-político e estratégico da questão social da reciclagem. Contudo, o mesmo encontra determinadas barreiras, as quais podem ser definidas nos mesmos níveis de realidade em que acontecem a programação de ações éticas, políticas e estratégicas do MNCR em prol da reciclagem popular. Há, portanto, um conflito travado pelos sujeitos do MNCR entre a autonomia – advinda do imaginário radical de significação magmática relativa à reciclagem popular – e a heteronomia, proveniente no sentido imaginário efetivo e instituído que fomenta e gera as condições propícias aos processos de alienação em relação às instituições.

Em suma, pode-se constatar uma disputa no MNCR travada em seu interior, porém condicionada desde o seu exterior. Como forma de elucidar este conflito, serão identificados e definidos os processos de heteronomia em diferentes âmbitos: socioeconômico, político e social. Cabe ressaltar que esta diferenciação entre os referidos âmbitos é feita como forma de facilitar o processo hermenêutico entre campos que se encontram sobrepostos de forma interdependente.

#### 4.3.1 Heteronomia Econômica

Um processo heterônimo é pautado, de modo significativo, pelo sentido de centralização produtiva das redes de comercialização. Isso se distancia de uma significação imaginária instituinte de rede de comercialização e beneficiamento de recicláveis, que tem por

natureza a emancipação dos processos heterônomos realizados pelas indústrias, pelos aparistas e pelos intermediários comerciais em relação aos catadores. Isso fica claro nas palavras de R., ao fomentar um processo de centralização produtiva em nível nacional, que se encontra direcionado para a Rede Cata-Paraná enquanto uma central nacionalizada de comercialização:

Eu acho que isso [a rede] tem que se pensar de uma maneira nacional. Porque sabe quanto que estão vendendo o PET lá no Piauí? A vinte centavos o quilo. E lá na Bahia, eles me falaram que estão vendendo a cinquenta centavos o quilo. Mesmo vindo pra cá e pagando todos custos ainda consegue agregar um valor maior. Nós já estávamos trabalhando com rede de Sorocaba, com a rede de Campinas, com a rede de Ourinhos. Brasília tava mandando material pra cá...

Contudo, mesmo que se possa parecer um plano técnico audacioso baseado na finalidade de garantir uma renda melhor aos catadores com base na obtenção de um melhor preço em relação ao que é praticado no mercado. Isto contrária o projeto estratégico da reciclagem popular que busca a construção de unidades industriais próximas aos Estados, a serem autogeridas pelos catadores, tal como se pode perceber neste trecho de uma cartilha de formação do MNCR (2015c, p. 21):

Atualmente, as indústrias recicladoras capitalistas estão concentradas nas regiões sul e sudeste do país. Além disso, estão focadas em apenas alguns materiais. Não há indústria para todos os tipos de materiais recicláveis. Isso ocorre porque o seu planejamento é feito segundo os interesses de mercado, que sobrepõem os objetivos sociais e ambientais. Dessa forma, em muitas partes do país, material que é reciclável vira lixo, uma vez que não existe indústria para reciclá-lo. Um exemplo concreto é relatado pelas companheiras e pelos companheiros do norte do país, onde não há compradores para o papelão. Por isso, afirmamos: é preciso ampliar e regionalizar a indústria da reciclagem brasileira e torná-la justa.

A questão que é colocada aqui é a vigência de um sentido imaginário instituído baseado nas relações de mercado em detrimento os significados socioambientais que se generalizam na sociedade amparada pela necessidade de uma gestão integrada e sustentável dos resíduos. Tais demandas são obscurecidas muito pelo fato da influência que o sentido produtivista da grande indústria da reciclagem exerce como um objetivo quase que imediato a ser perseguido, o que acaba contrariando às significações radicais que compõem a reciclagem popular. Observe-se este excerto da entrevista de R:

Eu vejo os catadores todos industriais, bem de vida, muito bem de vida, entendeu? Só que a gente vai ter que passar por três coisas: organização, porque na central tu tens que ter produtividade. Vamos supor a nossa capacidade produtiva lá é de três mil e quinhentos quilos por hora. O que a gente consegue hoje fazer, mil quilos por hora com acompanhamento... Com isso aqui, mil quilos/hora por dia, a gente paga todas as despesas e ainda sobra. Isso aqui numa indústria, eles fariam três mil. Por que? Porque isso aqui também não pode ter interrupção... A gente entende que é um empreendimento solidário, mas se a rede aqui, se ela não trabalhar de uma forma organizada. Não trabalhar com a produção, com a meta, ela quebra todas as demais. [...] Porque, se nós tivermos, por exemplo, uma produção de mil quilos/hora por dia, nós não conseguimos pagar o custo. Esse é o nosso ponto de equilíbrio, entendeu?

Logo nas primeiras frases deste excerto de entrevista, pode-se notar que noção de rede é substituída pela de central de comercialização. E a busca pelo sentido mercadológico instituído do ponto de equilíbrio econômico-financeiro acaba por pautar as relações entre a central e as suas associações e cooperativas afiliadas. Isso é muito diferente do processo que fora concebido em uma instância de Coordenação Estadual do MNCR/RS em que se colocou que:

[...] depois do fortalecimento do conjunto das bases é que deve se formar uma rede, depois as redes devem evoluir para o processo inter-redes e, posteriormente, isso deve consolidar a nossa alternativa de indústria de reciclagem popular (MNCR, 2014, p. 6).

A intenção de iniciar e de se consolidar uma rede de comercialização já se pensando em um processo inter-redes em nível nacional direcionado para a estrutura industrial com uma capacidade produtiva acima do que realmente consegue-se produzir nas bases, consiste em uma inversão de objetivos. Isto é expresso, também, no seguinte excerto retirado de um material de formação do MNCR:

Não estamos apenas pensando em avançar na cadeia produtiva e criar redes de comercialização para competir de igual para igual com os grandes aparistas e/ou romper com eles; se pensarmos dessa forma estaremos distorcendo o nosso objetivo estratégico. Organizar redes deve ser a forma usada pelas associações/cooperativas, grupos de catadores para melhorar sim um pouquinho o ganho da venda dos materiais recicláveis, mas sem esquecer que estamos organizando um sujeito que de fato presta um serviço à sociedade, os catadores de materiais recicláveis, que trabalham sem reconhecimento e valorização deste serviço prestado. Pensar simplesmente em enfrentar o mercado é caminhar contra a inclusão de catadores, os chamados de informais. A força da comercialização em rede de cooperativas, ou até mesmo o avanço na cadeia produtiva, ou seja, o pré-beneficiamento ou até mesmo a industrialização de materiais não pode estar separado da luta na manutenção dos catadores nas ruas, seu reconhecimento e valorização (MNCR, 2010a., p. 7).

A partir deste excerto é possível constatar que o MNCR, em suas linhas de atuação, não descarta a atuação em nível de mercado, no entanto, não se restringe a ela. Porque, para este movimento a atuação em nível de mercado não compõe a estratégia de reciclagem popular defendida pelo MNCR. Isso pode ser constatado, uma vez que a questão social da reciclagem não se torna mais amena em função da inserção das redes no mercado, pois o modelo hegemônico de desenvolvimento contribui para o aprofundamento de desigualdades e para a concentração ainda maior de riquezas (IASI, 2009). Neste sentido, o sucesso de mercado que algumas organizações de catadores venham a obter pode representar uma forma de concentração de riquezas sem que a mesma possa ser redistribuída ao conjunto desta categoria. O que não ameniza os tensionamentos próprios à referida questão social, tomada de forma setorizada de acordo com a categoria dos catadores, mas constitui novos conflitos e divisões neste contexto.

Assim, a heteronomia econômica é condicionada pelo sentido produtivista e pela centralização industrialista presente na efetividade das instituições que revalorizam os resíduos recicláveis para este mercado específico. Tal sentido se converte em processo heterônomo a ser gestado dentro do MNCR no momento em que ele passa a ser interpretado como encaminhamento efetivo a ser dado para a questão social da reciclagem, contudo em uma perspectiva setorial e imediatista relacionada ao aumento da renda dos catadores. Percebe-se com isso que o sentido mercadológico com base no produtivismo e no centralismo industrial acaba por influenciar os sujeitos que pretendem encaminhar soluções de cunho social/setorial no âmbito da reciclagem de materiais.

#### 4.3.2 Heteronomia Política

No MNCR podem ser verificados processos de heteronomia política que se opõem ao campo ético-político da reciclagem popular que baseia no princípio da autogestão. O processo de heteronomia política é denominado desde o nível de base até o âmbito das lideranças como “o poder sobe pra cabeça”. Isso fica evidente nesta parte da entrevista de Gi.:

O poder sobe pra cabeça, não importa quem quer que seja... [...] Reproduz a desigualdade, cara. E às vezes não é nem econômica não, às vezes é de mordomia, de alguma vantagem assim... Do cara dizer, não, eu vou trabalhar menos ou eu vou viajar mais. Ou eu vou, né, em um lugar tal... Vou fazer isso aqui e o outro não vai, mas eu vou. E a gente já começou a reparar essas coisas, já começou a fazer uma autoavaliação aqui quando a gente vai para os eventos... A gente começou a fazer uma autocrítica, peraí, quem vai quando tem um evento nacional, quando tem encontro aqui em Belo Horizonte? A gente tem uma viagem pra qualquer lugar bacana e aí quem vai? Você repara, são sempre os mesmos. [...] Aí você começa, peraí, esse negócio aí tá errado, véio. Como é que é esse critério nas bases pra levar os caras para o lugar tal... [...] Mas aí, peraí, nós temos que começar a fazer essa avaliação dentro das bases. Como é que é isso? Quem vai nessa viagem aí... Por que fulano vai? Por que o sicrano não vai? Quem decidiu isso aí... Foram vocês todos que decidiram que fulano, beltrano ou sicrano que vai? Ah, mas ele sempre vai. Mas você sabe o que ele vai fazer lá.

Conforme relatado por Gi. há, no MNCR, processos decisórios que não dizem respeito ao âmbito econômico, mas que acabam contribuindo para que os catadores não decidam e estejam alheios em relação às viagens a eventos que lhes dizem. Isto pode estar relacionado à ausência de instâncias intermediárias entre os catadores-representantes e os catadores-representados nos eventos referidos por Gi. Tais instâncias intermediárias são concebidas por Melucci (2001, p. 141; 142) como “espaços públicos de representação”, dentro dos quais são facilitados o intercâmbio, a circulação de pessoal e os recursos organizativos como forma de legitimação dos representantes em momentos em que a representação se torna inevitável.

Gi. também explicita que dentro do MNCR há processos que desconsideram os princípios ético-políticos de democracia direta e de ação direta, que possuem uma natureza não representativa, tal como visto no capítulo anterior:

O empoderamento do sujeito como um todo é o gargalo que está tendo nos empreendimentos, é esse. Até pra você fazer ação direta. Até pra você ter uma opção para o poder público mesmo. O poder público, cara, sabe desse gargalo aí da gente... Quem vem aqui são sempre os mesmos caras, que sentam na mesa aqui. Ele sabe. Ele fala isso. Ele sabe que lá na ponta, o que galera fizer aqui, os outros não vão tá sabendo, ou que estamos fracos, que estamos enfraquecidos, pra juntar a galera pra você fazer uma coisa é muito complicado...

O gargalo que leva ao enfraquecimento político consiste no condicionamento institucional que estimula a prática de uma “representação presuntiva” (LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006, p. 59) que é assumida pelas lideranças em nome dos catadores. Essa noção elucida um processo que dissocia a representação política da participação social. Isso impossibilita o envolvimento participativo e autônomo dos sujeitos afetados pela questão social que se procura encaminhar junto às instituições do Estado. Assim o sentido de representação presuntiva impede a participação e o envolvimento dos catadores em sua própria questão social, se opõem aos princípios de democracia e ação direta, os quais, conforme visto anteriormente possuem uma natureza não representativa que coloca ênfase no protagonismo dos catadores enquanto sujeitos de sua própria autonomia (MNCR, 2010, p. 18-21).

Todavia, o processo de alienação não acontece somente entre os catadores, mas tende a submetê-los a agentes externos, que se autodenominam como “apoiadores”. Exemplos deste processo podem ser constatados a partir das falas de G. e C.:

G – Sobre os apoios, aqui a gente tinha a rede de apoiadores, que no fundo era apoiada... Apoiadores, mas que queriam se apoiar mesmo na questão dos catadores. [...] Pegaram a coisa em baixo do braço e disseram: A bola é minha e agora não vou jogar mais. Levaram a bola pra casa. C – Às vezes o cara tá numa faculdade, numa universidade, mas não tem o foco que a gente tem de conhecimento. E aí senta, constrói, coloca de baixo de braço e mete o pé... Ah eu vim aqui fazer um estágio aqui na tua base... Daí você fica lá, levando o companheiro, ensinando tudo. Ele aprende tudo, e depois que pegou tudo, nem atende mais o telefone [...]. Eu vou ser sincera pra você, eu sou muito pé atrás [...] Porque com essa experiência de vida, é ruim de me passar a perna, hein... G – O problema é o assistencialismo técnico... Tem que fazer uma planilha e preencher e você não aprende a movimentar a planilha. Você mesmo lança ali. Você mesmo faz a sua planilha. Saber lidar com essas coisas do layout, essas coisas de organização do espaço... O pessoal não se liga muito nessas coisas... Ah, tem um técnico aí pra fazer...

O termo “assistencialismo técnico” pronunciado por G. elucida uma relação de dependência que acaba impedindo que os catadores consigam se tornar protagonistas das ações a eles direcionadas. O protagonismo dos técnicos advém principalmente da limitação política dos catadores através da imposição de questões econômicas. Isso se dá porque muitos



sujeitos externos aos movimentos e dotados de algum tipo de conhecimento socialmente importante, ao invés de se utilizarem desse saber para contribuir no estabelecimento de uma nova cultura política não autoritária, os mesmos, muitas vezes, apresentam uma prática tradicional assentada no clientelismo e no vanguardismo reforçando, assim, tendências de centralização e de fragmentação que impossibilitam a autonomia dos movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 1996, p. 49-59).

Esses fatores acabam indo contra a significação imaginária instituinte de autogestão. Isso pode ser percebido neste excerto de ata da reunião da Comissão Nacional do MNCR (2015, p. 5):

A. [integrante da Comissão Nacional do MNCR] esboça claramente em uma ilustração que o econômico está literalmente matando o político. Diante dos expostos por alguns representantes estaduais, vê-se a necessidade de se capacitar os assistentes técnicos atuantes nas regiões, por conta da preocupação de os mesmos não atropelarem o processo de autogestão dos empreendimentos.

Isso ilustra um processo heterônomo e contrainstituinte que é condicionado pelo sentido economicista dos empreendimentos. Pode-se perceber a partir deste condicionamento que o sentido econômico-produtivo dissocia e substitui (“mata”) a dimensão política das relações de exercício do poder no interior dos empreendimentos de catadores. Um exemplo disto pode ser verificado em uma base do MNCR de Santa Cruz do Sul, em que em uma reunião de militantes do movimento atuantes nesta localidade, pode-se ler em sua ata:

F. [então coordenador de base] pergunta se estão atentos à Assembleia da cooperativa. A última foi dia 2 de maio e a ata ainda está tramitando. F. chama a atenção que é importante manter a frequência independentemente da tramitação burocrática. É importante fortalecer as outras instâncias e não só a reunião dos responsáveis (MNCR, 2015n, p. 1; 2).

A “reunião dos responsáveis” consiste em uma instância desta cooperativa em que se reúnem todos os que têm funções de coordenação de setores produtivos dentro da entidade. Tal ênfase nas questões produtivas e econômicas também é percebida por Gi. da seguinte forma:

Aqui a galera, ela é mais produtiva. Visam muito essa questão da produção aqui, e são eficientes pra caralho! A política também é. Não vou dizer que não é. A gente teve muitas conquistas, muitas. Pegou uma porrada de coisas, um monte de conceito novo... Só que a galera na base tá muito aquém. Então eles estão muito focados na produção, em trabalhar, tirar material da rua, comercializar. É uma potência, mas tem que trabalhar. É um gargalo que a gente tem aqui, né.

A vigência do sentido econômico-produtivo é tida como o “gargalo”, segundo Gi., esta, por sua vez, acaba por representar um entrave na relação com o próprio poder público. Sobre a relação com o poder público, há também um sentido imaginário efetivo instituído, que fomenta o afastamento dos catadores e a sua conseqüente alienação, que acaba



condicionando a relação do MNCR junto ao Governo Federal. Este sentido consiste no encaminhamento focal e parcial das problemáticas que envolvem a questão setorial da reciclagem a partir da anuência do próprio MNCR. Esta, por sua vez, decorre adequação ao sentido funcional e econômico presente nos empreendimentos de catadores, que impossibilita a formação da identidade política em potenciais novas lideranças do MNCR. Com tudo isto, ainda que não seja satisfatório desde o ponto de vista da totalidade da categoria, se constata que o MNCR se torna conivente com esta situação, pois não luta de forma mais incisiva contra ela no âmbito da relação estabelecida com o atual Governo Federal.

Apesar das melhorias e dos avanços focalizados em algumas bases, há uma falta de autonomia nos encaminhamentos políticos dados por esta esfera de governo à questão social da reciclagem. Tal ausência de vigor de um imaginário instituinte que pautasse essa relação se deve em grande parte ao próprio MNCR, que não obstante, tenha proximidade com as concepções políticas do atual governo, não atua de modo mais “incisivo”. Isso fica claro na fala de Gi. sobre o que ele pensa que deveria ser mudado na relação com esta esfera de governo:

Acho que a gente deveria cobrar mais incisivamente em todas as esferas, tanto em nível municipal, estadual, federal. Eu reconheço, nós de doze anos pra cá, quatorze anos pra cá, a gente teve uma melhora do caralho! Se você pegar trinta por cento de tudo que a gente conseguiu, os trinta por cento, você pode agradecer pra esse governo popular [atual Governo Federal]. Mas tá faltando algumas coisas. De uns seis anos pra cá, a coisa deu uma declinada. A gente acha que deveria ter mais atenção, os catadores deveriam ser mais ouvidos. Acho que as coisas deveriam ser feitas mais com o jeito do catador, com mais cara do catador, né... As coisas estão tomando um rumo aí que eu não sei... Com esse governo aí, não é o que nós queremos, não... Mas tá mais próximo daquilo que a gente acredita do que outros. Mas, como eu te falei, deveríamos cobrar mais, ser mais incisivos...

N. coloca que a relação com o Governo Federal é boa, porém, é prejudicial para a maioria dos catadores:

Eu acho que é bom. Mas eu acho também que o movimento se estagnou... Se contentou com pouco por medo de bater de frente com o governo, por receio... Mas eu acho que o movimento tinha que ir mais para o embate, lutar mais. É igual a R. [apoiadora-técnica entrevistada nesta pesquisa] tava falando assim, a gente tá tendo parceria com o Governo Federal, tá vindo caminhão, tá vindo prensa, tá vindo balança, mas sempre pros mesmos, ou sempre pra quem já tá melhor!

Isto fica mais claro neste outro excerto da sua entrevista:

E o movimento aceitou isso como requisito. Ele não bateu o pé até a gora. Não que gente concorde, mas a gente não foi pra discussão de fato! Porque que tem que ser pra quem sempre tá melhor, se a ideia é que os catadores da ponta se ergam.

Realmente, os grupos de catadores de base possuem muitas dificuldades em termos de infraestrutura, por exemplo, a realidade de uma cooperativa de catadores de um grande bairro periférico de Porto Alegre, cuja problemática do telhado de sua cooperativa impediu o

comparecimento de um militante em uma reunião da Rede Catapoa: “G. [militante desta base] não comparece na data de hoje em razão das condições da Coopertinga que está com o telhado caindo, sendo segurado somente pela prensa” (MNCR, 2015a, p. 1).

Não obstante, a realidade é bem diferenciada em relação a outros grupos, os quais, além de uma infraestrutura mais qualificada, conseguem gerar uma renda bem elevada para seus cooperados em relação a outras cooperativas. N. esclarece isso e faz uma avaliação de como a relação com o Governo Federal não contempla os catadores que mais necessitam de melhorias infraestruturais, ao mesmo que mantém as desigualdades entre os grupos de catadores, o que contribui para a estagnação do MNCR:

Então assim, a gente tem a realidade dos grupos aqui em Curitiba... Hoje a gente tava fazendo a discussão de manhã... Assim, a gente tava discutindo de alguém ficar na balança lá. Aí disseram: Ah vamos pagar dois mil, dois e oitocentos. Daí um cara olhou pra minha cara e disse assim: Por menos de três contos, eu não vou sair da minha base. Eu ganho isso! Então assim, são esses grupos que vão ser beneficiados nos próximos editais de novo. Só que lá em Contenda, onde eles estão numa tapera, ganhando trezentos reais por mês, cento e cinquenta no mês, esse não vai conseguir receber a prensa e a balança pra conseguir elevar o valor do material dele. Então eu acho que nessa parte o movimento tá falho. E porque, porque ele tá tendo um acesso com o Governo Federal. Porque se ele não tivesse, ele estaria na rua e tinha enchido Brasília de catador de novo!

De fato, a falta de pressão por parte do MNCR é constatada pelos próprios catadores, tal como visto acima como em Gi. “deveríamos cobrar mais, ser mais incisivos...” e em N.: “o movimento se estagnou... Se contentou com pouco [...]”. Gi., ao ser indagado sobre o que deveria ser mudado no MNCR, enfatiza a seguinte questão: “Começar a resgatar muitos valores que estão ficando no meio do caminho [...]. Não que eu acho que perdeu isso, o movimento é diverso”. Ele continua a explicar essa diversidade da seguinte forma:

E o movimento ele é diverso, essa é uma das vantagens dele. Tem gente com viés capitalista, mas tem gente com viés socialista. [...] Tem gente com viés ambiental. Tem gente com viés social. Tem gente com viés religioso, véio... É uma vantagem, mas a gente tá deixando um pouco aquela essência, aquela coisa de luta mesmo. Acho que tá ficando meio de lado...

Gi. segue, nessa linha de raciocínio, explanando o enfraquecimento das concepções de autonomia, a partir do que ele designa como “adaptação ao sistema”:

Tem muito essa coisa, ah a gente tem que se adaptar ao sistema e tal. Não sei se a gente tem que se adaptar à porcaria do sistema. Mas se a gente não se adapta à porcaria do sistema a gente não come, tem isso também. Isso tem pesado mais não porque os companheiros estão deixando por querer deixar, ou os catadores, ou sei lá. Mas eu acho que é porque a opressão do sistema é tão foda que se as pessoas não fizerem o jogo de certa forma... Por exemplo, trabalhar essa questão do comercial das bases. Então você foca muito nessa questão da comercialização, da produção, da organização do galpão... [...] Você tem que se adequar a esse negócio aqui. Aí você não tem tempo às vezes de estar naquela linha de sentar com os cooperados pra discutir análise de conjuntura. Não se faz mais isso.

Apesar da sua dúvida em adequar-se ou não adequar-se ao sistema, tal como descrita no início do trecho de sua entrevista, Gi. opera uma redução aos processos sistêmicos relativos à possibilidade de “comer ou não comer”. Ele reduz a possibilidade de vigência de novas significações imaginárias radicais pautadas pela reciclagem popular, a uma característica funcional de subsistência imposta por uma forma de organização sistêmica. No fundo, isto é o que possibilita a despolitização do equacionamento da questão social da reciclagem, ao propor que a mesma seja encaminhada através das relações imediatas de mercado (MONTAÑO, 2003, p. 170), tais como a produção e a sua comercialização já realizada pelos empreendimentos de catadores. Segundo Castoriadis (1982, p. 131), a preeminência dos sentidos funcionais e econômicos da instituição do mercado, entre outros fatores, contribui para que os sujeitos submerjam no anonimato coletivo, na impessoalidade, ou seja, na perda da identidade que, neste caso, é a desconstituição da identidade política, coletiva e militante.

Gi. confirma este fato acima ao constatar que cotidianamente, as lideranças com perfil militante, tal com ele, se concentram muito na “questão da comercialização, da produção, da organização da galpão”, este último entendido enquanto espaço produtivo. Além disso, ele reafirma logo em seguida que: “Você tem que se adequar a esse negócio aqui”. Tais constatações impedem que tais sentidos de mercado sejam vistos como uma criação institucional humana, reificando-os e não os reconhecendo como criação própria, e, portanto passível de transformação por meio da práxis política. Se uma relação instituída pode passar por um processo de transformação não há porque haver adequação plena por parte do sujeito. Neste caso, os catadores da base de Gi. são sujeitos constituintes de uma identidade mais vinculada aos mecanismos de mercado, se tornando politicamente heterônomos, confinados a um enclausuramento cognitivo e organizacional (Ibid., 1987, p. 434). Isto acarreta, por sua vez, a quase que impossibilidade de formação e renovação de quadros militantes do MNCR, ainda que se intencione fomentar processos formação relativos ao fortalecimento da identidade política dos mesmos.

Também, ocorrem outra série de processos heterônomos relacionados ao âmbito social de interpretação. Tais processos serão vistos logo a seguir.

### 4.3.3 Heteronomia Social

Sobre a noção de heteronomia social pode-se sugerir, em primeiro lugar, que ela decorre da existência de processos heterônomos que são realizados pelos próprios catadores em relação às suas redes de comercialização. Isto é relatado por R.:

[...] vem muita coisa batizada. Vem muita coisa [garrafas PET] assim com feijão dentro... Quando não se presta atenção nisso, no fim, eles estão boicotando eles mesmos, porque a rede é deles, o custo vai pra eles mesmos, entendeu? O material vem batizado pelos próprios catadores. Teve um papelão que venho com uma barra de ferro dentro que quebrou a prensa. Custou oito mil reais pra mandar arrumar, mais quinze dias pra alguém vir arrumar. Teve que parar toda a produção. Então tem que ter o trabalho de formação nas associações pra padronização dos fardos, pra questão da logística, pra qualidade...

Neste caso, os materiais batizados consistem em um comportamento “desleal” presente nos catadores em função da relação com os intermediários comerciais. Procura-se, a partir dele, se conseguir mais peso pelo material, e conseqüentemente, um preço melhor junto a estas instituições do mercado de resíduos recicláveis. Esse comportamento é reproduzido junto às redes de comercialização. A equação para amenizar isto consiste em se apropriar de elementos dos sentidos imaginários efetivos da padronização e da qualidade, como forma de se criar uma nova relação comercial.

Porém, a falta de uma relação adequada entre as bases de catadores e as suas redes também pode ser constatada em outra rede de empreendimentos de catadores, a Rede Catapampa:

As chaparias tem muita mistura, então o valor da chaparia vai ter que ser menos. Em duzentos quilos de material que foi enviado, tiraram vinte e cinco quilos de impureza. Está chegando cobre queimado, mal batido, com casca, com arame de telefone misturado e alumínio misturado. Arquivo [papel branco limpo] tá vindo com o jornal. O peso dos fardos é diferente do vem marcado no fardo (MNCR, 2015e, p. 6).

Assim, as bases de catadores demonstram em ações que não reconhecem a institucionalidade de uma rede como que criada por elas mesmas, o que evidencia uma relação de alienação destes empreendimentos com a sua rede.

Contudo, o segundo, e não menos notável processo de alienação é o que afasta os catadores individuais e familiares das associações e cooperativas. Gi. percebe isso, motivado pelos princípios do MNCR e traça essa crítica à vigência deste sentido imaginário efetivo que se consubstancia nas bases deste movimento:

Aí começa a esquecer os princípios do movimento, o catador organizado pensa: Você tá recolhendo o nosso material. Daí o catador de rua responde: Não eu cato aqui há trinta anos. Você não é da cooperativa! Você não é da associação! Mas eu cato aqui há trinta anos, porra! Se você quiser ir para a cooperativa você pode ir! E o cara não quer trabalhar por produção. Tem essa coisa aí também. Eu quero pegar serviço depois das oito horas. Eu quero ir embora às duas horas da tarde. Eu sou catador de rua, eu sei o que que o cara tá falando. Não, você tem que trampá seis

horas e tem que trabalhá até às cinco! Daí o cara, hã, não vou pra essa merda, não! Daí vai uns dois dias pra base, e... Ah que nada Zé. Eu quero comer a hora que eu quiser! Vai se fudê!

O conflito entre os catadores individuais ou familiares ainda é reproduzido em grupos como a base de um município no interior do Rio Grande do Sul. Isso foi registrado em um relatório de uma reunião de militantes do MNCR deste município (MNCR, 2013a, p. 3): “[...] a C. [nome da cooperativa] teve seu volume de materiais reduzidos. Muita disputa por materiais recicláveis com catadores individuais”. Contudo se pensa uma forma de que os catadores possam vir a integrar a Rede Catapampa, no entanto, as dificuldades são muitas:

A Rede Catapampa iria fornecer um capital de cinco mil [reais] para aquisição de material reciclável desses catadores. Mas só isso não basta, é preciso fazer formação com eles. Uma reflexão é que comprar o material dos catadores pode significar o desvio de materiais dos roteiros. Por isso, é que essa discussão deve ser levada para a base. Poderia ser visto um espaço para os catadores autônomos [sic] com estrutura e organização, como forma de preparar o avanço do serviço de coleta em Santa Cruz. E. [apoiadora da base] diz que os catadores individuais não querem cumprir horário e querem receber no ato para poderem se alimentar (Ibid.).

Essa expressão de conflitualidade também consta no relatório da reunião da Coordenação Estadual do MNCR/RS da seguinte forma:

Não estamos conseguindo dialogar com o catador de rua, que me vê como um concorrente e como um inimigo a ser combatido. Precisamos ter o que ligue todos. É daqui que precisa sair essa orientação de como fazer (MNCR, 2015i, p. 8).

Pode-se constatar que há clareza no MNCR de que a categoria encontra-se alienada em relação a ela mesma. Os catadores individuais e familiares enxergam os catadores organizados em associações e cooperativas como concorrentes ou como inimigos. Por sua vez estes não conseguem trabalhar nos referidos empreendimentos em função das normas e regras instituídas que se diferenciam do seu cotidiano de trabalho que envolve a sua casa, as ruas ou os lixões dos municípios brasileiros.

Em relação aos catadores que estão fora de uma associação ou cooperativa, os mesmos têm um processo de trabalho e de vida que considera muito a sua individualidade e os seus laços familiares. Prova disso, é que eles mesmos traçam seu horário de trabalho, seus roteiros de coleta (ou disciplina de trabalho quando estão trabalhando em um vazadouro de resíduos – “lixão”), eles comercializam seu material, e eles mesmos se apropriam diretamente do dinheiro da venda da sua produção. Ou seja, há um trabalho de gestão do processo produtivo realizado pelo próprio catador, ainda que em pequena escala, sob condições precárias, e subordinado aos pequenos intermediários comerciais conhecidos como “sucateiros”.

O MNCR já possui uma proposta genérica para que os catadores individuais e familiares possam ser inseridos no PRONAREP, ao considerar a situação dos mesmos como prioritária para novos investimentos. Contudo, para que estes sujeitos possam se inserir no cotidiano de produção e de gestão de uma entidade coletiva é necessário que sejam feitas mediações. E, por se tratar, de empreendimentos autogestionários (geridos pelos próprios catadores), estas mediações podem ser discutidas, negociadas e instituídas junto às associações e cooperativas. As mediações podem ser tais como: maior flexibilidade no horário de produção; criação de rotas de coleta de acordo com o território de catação em que o catador estabelece suas relações; períodos de tempos diferenciados de recebimento de renda na partilha dos empreendimentos; estruturas de trabalho que garantam a triagem de materiais nos espaços dos empreendimentos, fazendo com o catador não precise levá-los para sua casa; controle da produtividade mais individualizado para que a sua produção não se dilua junto à da cooperativa, e o catador perca seu próprio controle sobre a mesma; entre outras mediações que podem ser imaginadas, criadas e instituídas.

Não obstante, todas essas mediações fomentarão, necessariamente, o conflito entre uma relação instituinte e o que já se encontra condicionado pelas instituições. Mas enfrentar honestamente este conflito consiste em uma práxis pautada pela criação de autonomia e de superação da heteronomia alienante que fragmenta a própria categoria como um todo. Em síntese, o conflito entre a autonomia e heteronomia, entre o instituinte e o instituído, entre a estratégia da reciclagem popular e os mecanismos mercadológicos, a despolitização e a fragmentação dos catadores já se encontra estabelecido. Este conflito fomenta, assim, a disputa do que será o futuro do MNCR enquanto principal sujeito protagonista da questão social da reciclagem.

#### 4.4 A DIMENSÃO INSTITUINTE DA QUESTÃO SOCIAL DA RECICLAGEM ENTRE A AUTONOMIA DA RECICLAGEM POPULAR E A HETERONOMIA CONDICIONADA PELAS INSTITUIÇÕES

Para encaminhar a finalização desta tese, neste ponto é realizada uma última elucidção das relações conflitivas entre as significações imaginárias radicais, instituintes e autônomas e os sentidos imaginários efetivos, instituídos e heterônomos presentes no MNCR. Deste conflito é que se possibilita a criação de algo novo que não se encontrava constituído na realidade sócio-histórica. A criação e a sua conseqüente possibilidade de instituição de novos processos e relações consistem na vigência da dimensão instituinte no contexto da referida

questão social, tida inicialmente como questão setorial, e atualmente, em processo de generalização entre toda a sociedade.

No âmbito socioeconômico, o programa do MNCR procura superar os intermediários comerciais, ou atravessadores, que os submetem a processos heterônomos de exploração de seu trabalho e de relações clientelísticas, através da criação de redes de comercialização. No entanto, há a ocorrência de significativo processo heterônomo pautado pelo sentido imaginário efetivo de centralização produtiva. Uma rede de referência, citada anteriormente, procura direcionar a produção de diversos Estados das regiões Nordeste e Centro-oeste ao seu processo de beneficiamento e comercialização industrial concentrado no Estado do Paraná, em consonância com a concentração das indústrias recicladoras em geral nas regiões sul e sudeste. Isto contraria a própria estratégia da reciclagem popular que busca a construção de unidades industriais diversificadas e regionalizadas a serem geridas pelos próprios catadores.

Já em âmbito político, o MNCR procura, desde o ponto de vista estratégico, criar e consolidar programas públicos junto às esferas do Estado, voltados à superação das desigualdades referentes à questão social da reciclagem e à fragmentação da categoria, tais como o PRONAREP, o PSAU e a CSS, a partir do projeto da reciclagem popular. Enquanto isto, há processos heteronômicos fomentados por lideranças, que não submetem as decisões sobre viagens às bases, por exemplo. Ocorrem processos de submissão a agentes externos através do que se chamara de “assistencialismo técnico”. Assim, como podem ser verificados processos de representação presuntiva, o que não incentiva a participação dos catadores nas negociações junto aos poderes públicos, E por último, foi constatado um processo heterônomo e contrainstituinte vinculado à lógica econômica e focal dos empreendimentos que impossibilita a formação da identidade coletiva e militante no MNCR. Neste caso, os processos heterônomos elencados consistem em empecilhos para que este movimento consiga ter uma atuação mais incisiva junto aos órgãos públicos responsáveis por encaminhar e instituir as pautas de seu programa político. Isto faz com que a única pauta a ser instituída seja a da contratação pelos governos municipais para a prestação de serviços de coleta seletiva feita pelas associações e cooperativas de catadores. A vigência desta única pauta gera uma série de insuficiências para o cumprimento das cláusulas contratuais que regulamentam a prestação deste serviço.

E, por fim, o conflito estabelecido no âmbito social faz com que a legitimidade e a universalidade, disseminada entre os diversos setores sociais que participam dos espaços de esferas públicas sobre as pautas dos resíduos sólidos e sobre a questão social da reciclagem a ela vinculada, contraste com o benefício obtido por poucos grupos em detrimento de uma



maioria de catadores individuais e familiares que permanece desarticulada trabalhando de forma precária em suas casas, nas ruas e nos lixões. Isto torna urgente a criação de mediações satisfatórias entre os catadores individuais e familiares e os catadores organizados em associações e cooperativas.

O fato é que o processo de heteronomia instituída enfraquece a identidade coletiva militante dos catadores fazendo com os mesmos desapareçam frente aos ditames institucionais. Este processo de perda da identidade coletiva militante faz com o MNCR tenha dificuldade em formar novos militantes dotados de lucidez necessária para impulsionar a práxis de um processo de emancipação de toda categoria e de universalização da gestão integrada de resíduos. Entretanto, a dimensão instituinte da reciclagem popular possui uma natureza magmática e aberta capaz de arrastar consigo as significações realizadas pelos catadores em busca da criação de alternativas econômicas, políticas e sociais. Ao conformar um campo ético-político e um projeto estratégico, a reciclagem popular apresenta possibilidades de novos encaminhamentos às duras problemáticas vivenciadas pelos catadores no contexto da questão social da reciclagem. Contudo, a criação imaginária e a possibilidade de instituição efetiva da estratégia e da ética da reciclagem popular renovam a legitimidade do processo de desnaturalização e superação das desigualdades, assim como abrem a possibilidade de universalização desta categoria a partir da busca pela realização do significado de gestão integrada em um sentido efetivo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da potencialidade de conflitos empíricos levantada acima, pode-se concluir que, apesar de todos os condicionantes instituídos e reproduzidos de forma heterônoma dentro do MNCR, a questão social da reciclagem ao ser tematizada pelo MNCR proporciona processos e relações instituintes através do melhoramento dos *frames* e do imaginário ético político e do projeto estratégico da reciclagem popular. Tal imaginário se converte em um magma instituinte que proporciona as significações programáticas necessárias para o aprimoramento identitário deste movimento e societário da gestão integrada de resíduos sólidos. Assim a ação contestatória se converte em práxis instituinte no momento em que é estrategicamente programada e aprofundada.

Este estudo buscou, portanto, elucidar as estratégias do MNCR tanto as relativas a uma conjuntura dos modelos de gestão de resíduos, quanto aquelas advindas de imaginários instituintes utilizados na criação de significações radicais de construção de processos de autonomia a serem generalizados por meio de esferas públicas para toda sociedade. Pôde-se interpretar então que, realmente, o questionamento sociopolítico e estratégico das interdependências assimétricas instituídas nos distintos modelos de gestão de resíduos e no mercado de materiais recicláveis, por parte da militância do MNCR, possibilitou o estabelecimento de processos instituintes que pautados por diferentes estratégias de ação que proporcionam a consecução de ações programadas para a construção de redes de comercialização conjunta de materiais recicláveis, criação de programas públicos e instituição de espaços de controle social das políticas públicas de gestão de resíduos. Em suma, a questão social da reciclagem, tematizada dentro de um processo constante de aperfeiçoamento sociopolítico tanto da identidade do sujeito quanto da sociedade como um todo, possibilita a vigência de uma dimensão instituinte relacionada ao processo de desnaturalização das desigualdades no bojo da reciclagem de materiais.

E, de modo complementar, também pôde-se constatar que a insuficiência do questionamento sociopolítico e estratégico acerca dessas interdependências assimétricas vem condicionando esse movimento, segundo a lógica instituída do mercado e do Estado. Tanto que na realidade empírica foram verificados processos de centralização mercadológica contrários a criação da cadeia produtiva da reciclagem popular e de seus processos industriais mais descentralizados entre as diversas regiões do país. Verificou-se ainda que, politicamente, há a ocorrência processos de submissão dos catadores a agentes externos (“assistencialismo técnico”), a representação presuntiva de lideranças, e ao sacrifício da identidade política e

militante do MNCR em função da lógica econômica e focal dos empreendimentos. Estes fatores que caracterizam a heteronomia condicionada pelas instituições estatais e mercadológicas impedem que o MNCR atue de modo mais incisivo para a conquista de seu programa político e estratégico de reciclagem popular. Um dos reflexos desta heteronomia é a redução de seu programa a uma pauta única, a implementação da CSS, de forma local e com escassas condições produtivas para o cumprimento dos contratos de coleta seletiva nos municípios. E por fim, em âmbito social, constata-se a ocorrência de um processo de alienação dos catadores organizados em grupos produtivos formais em relação a sua própria categoria composta por uma grande maioria de catadores individuais e familiares.

Já, em uma direção elucidativa destas relações empíricas, e como forma de verificação desta tese em seus pressupostos teóricos, será feita uma última e sucinta articulação das ideias e conceitos que guiaram esta atividade investigativa. Primeiramente, é preciso enfatizar que os sujeitos que tomam para si a responsabilidade de articulação do MNCR não são sujeitos que agem somente de acordo com uma realidade objetiva, cuja configuração acontece de modo alheio à sua própria ação. Este modo de compreender auxilia na interpretação do porquê das condições de miséria e de dominação, inerentes ao contexto em questão, não levarem os catadores à ação de forma automática contra essas circunstâncias. Para que os catadores possam agir e questionar de modo satisfatório as desigualdades e assimetrias de poder que configuram a questão social da reciclagem, eles devem perceber – através dos diferentes frames do MNCR – o seu contexto conjuntural de ação, e imaginar significações ético-políticas e estratégicas – através do magma radical e instituinte da reciclagem popular. Há uma relação direta de mútuo suporte entre os frames e o magma, pois para que os militantes do MNCR possam perceber e se situar frente aos sentidos efetivos dos modelos de gestão dos resíduos, eles necessitam de elementos que configuram a sua identidade pessoal de catadores de materiais recicláveis. Esta identidade possui elementos magmáticos dos princípios ético-políticos que possibilitam que o MNCR possa se reunir, e se constituir internamente enquanto um movimento social. Assim como para que o magma da reciclagem popular possa ser compreendido e ser colocado em marcha enquanto práxis estratégica, ele necessita estar validado pelos elementos efetivos que definem a gestão integrada de resíduos sólidos própria do frame homônimo deste movimento.

A identidade pessoal de catador de materiais recicláveis reforça a vigência dos princípios ético-políticos não representativos de democracia e ação diretas. Ela também ajuda a consolidar o princípio da autogestão que possibilita a articulação do magma da reciclagem popular realizado na interna deste movimento. Ou seja, os aspectos ético-políticos da

identidade coletiva se amparam na identidade pessoal de catador de materiais recicláveis consolidada a partir do frame setorial do MNCR. Cabe, assim, a militância do MNCR utilizar-se de frames e do magma da reciclagem popular para que se possa superar as muitas dificuldades inerentes à delimitação de um “nós” a partir de um processo contingente de organização. Também resta a essa militância a tarefa de contribuir para que o MNCR possa aproveitar estrategicamente as oportunidades políticas presentes no atual frame integrado a partir do fomento aos processos de formação de novas lideranças e de interlocução deste movimento com as diferentes instâncias do Estado, do mercado e da sociedade civil.

Já em relação ao termo popular, este não se refere a uma massa de pessoas com demandas sociais idênticas. Existem duas significações diferenciadas que conferem caráter magmático, aberto e não determinado da noção de popular. A primeira significação ético-política está relacionada ao princípio da autogestão, e serve como critério para a sua constante articulação interna. Os princípios ético-políticos do MNCR são, desta forma, fundamentos da identidade pessoal vinculada ao cotidiano de organização do catador de materiais recicláveis, e significações imaginárias instituintes que dão identidade política coletiva em âmbito interno do MNCR. A segunda significação se refere ao que termo reciclagem popular significa para o âmbito externo. Ela diz respeito a um projeto político e estratégico que deve ser programado para a criação de um encaminhamento mais igualitário a ser dado à questão social da reciclagem.

Tal programa traz um conjunto de significados instituintes que perpassam o MNCR. Este programa aparece de forma latente e possui três âmbitos específicos: um econômico, relacionada à intervenção no mercado e na cadeia produtiva dos recicláveis; outro político, voltado às esferas do Estado, tais como os governos municipais, estaduais, distrital e federal; e um último social, direcionado à constituição de esferas públicas como forma de democratização e de universalização dos processos de gerenciamento integrado de resíduos sólidos.

Em sentido oposto à implementação deste programa, a perspectiva da heteronomia consiste no condicionamento institucional, pois identifica os sentidos do imaginário efetivo que condicionam o MNCR através das coerções do real e do racional, constituindo uma institucionalidade inserida codeterminada pelo que se encontra instituído. A hegemonia deste processo heterônomo acaba por fazer com que os catadores submerjam no anonimato coletivo e na impessoalidade dos mecanismos econômicos do mercado. Deste modo, a heteronomia condicionada pelas instituições enfraquece a identidade coletiva militante dos catadores fazendo com os mesmos desapareçam frente aos ditames institucionais. Tal perda da

identidade coletiva militante faz com o MNCR não consiga formar novos militantes para impulsionar a práxis exigida pela emancipação de toda categoria e pela universalização da gestão integrada de resíduos.

Em suma, a dimensão instituinte da questão social da reciclagem enquanto proporcionadora de identidades coletivas com características éticas e políticas, e a criação do projeto estratégico da reciclagem popular, não vigoram unicamente no âmbito de sujeitos e nem unicamente no âmbito das instituições do Estado. As desarticulações entre a sociedade, o Estado e o mercado são o que geram a questão social proveniente das desigualdades na reciclagem de materiais. Porém, as consequências sociais, políticas, econômicas e ambientais afetam a toda a população, que enfrenta a problemática de ter todos os seus membros como geradores de resíduos sólidos e não conseguir destiná-los enquanto insumos para produção de novas riquezas e de bens promotores de cidadania, tal como apregoa a PNRS.

Para o encaminhamento da questão social universal da reciclagem, os catadores apoiam o magma da reciclagem popular sobre os significados da gestão integrada de resíduos, da responsabilidade compartilhada e do controle social sobre a implementação da PNRS. Embora estes significados ainda não componham um imaginário institucional efetivo, pois os mesmos encontram-se em meio a um processo de transição entre os sentidos estatista e privatista de gestão, eles consistem nos elementos definidos que podem proporcionar a vigência de uma estratégia de reciclagem popular baseada na distribuição das riquezas, do conhecimento e das decisões políticas advindas deste processo sustentável de destinação de resíduos entre toda a sociedade.

A politização advinda do *frame* integrado que proporciona uma estratégia relacionada à implementação da PNRS e do imaginário da reciclagem popular são fundamentais para que não sejam reproduzidos os sentidos que obscurecem os sujeitos e as práticas de mercantilização que engessam a sua ação coletiva. Ao se constituírem novas significações referendadas por significados-chave da PNRS em processo de efetivação, os sujeitos podem consolidar e disseminar suas demandas pela criação de programas públicos que apontem para a superação das desigualdades constantes nos processos de trabalho e de organização dos catadores.

Este estudo tratou, portanto, da reconstrução dos *frames* e das significações imaginárias radicais em relação aos sentidos efetivos no contexto da questão social da reciclagem. Conforme o presente estudo apontou, o processo de referenciamento interpretativo e os imaginários elencados não são fixos e acabados, mas pelo contrário, são permeados pelas relações e sentidos presentes no contexto em questão. Levando isto em

consideração, este estudo ressaltou, portanto, certos aspectos que somente o simples âmbito da ação não é capaz de ressaltar sem que sejam estabelecidos espaços onde a reflexividade possa ser exercida. Para tanto, em termos metodológicos, a noção de reflexividade dos sujeitos permitiu a obtenção de uma observação dotada de rigor a partir do emprego de conceitos e noções definidas de pesquisa.

Penso ter contribuído enquanto estudioso ao possibilitar que os catadores saibam como são efetivadas as estratégias sociopolíticas que contribuem para um encaminhamento mais justo da questão social da reciclagem. No entanto, o estudo, a reflexão e o debate sobre este movimento e a questão social da reciclagem remetem incessantemente a necessidade urgente de criação de novas relações sociais a serem geridas e maturadas através de modelos hermenêuticos construídos por meio da colaboração teórica e política entre os setores sociais sensíveis, críticos e comprometidos com as luta daqueles que procuram superar as desigualdades e as injustiças sociais através do seu próprio esforço histórico.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOWAY, Ricardo; SPERANZA, Juliana S.; PETITGAND, Cécile. **Lixo zero**: gestão de resíduos sólidos para uma sociedade mais próspera. São Paulo: Instituto Ethos, 2013.

ADAMS, Telmo. **Vivendo e reciclando**: Associação dos Recicladores de Dois Irmãos ajudando a preservar a natureza. São Leopoldo: Oikos, 2005.

AGÊNCIA FAPESP. **Suécia tem cidade sem lixo**. Disponível em: Disponível em: <<http://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=suecia-cidade-sem-lixo>>. Acesso em: 16/06/2014.

ALONSO, Ângela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, 76, p. 49-86, 2009.

ANGUITA, Eduardo. Apresentação. In: SCHAMBER, Pablo J.; SUÁREZ, Francisco M. **Recicloscopio**: miradas sobre recuperadores urbanos de resíduos de America Latina. Buenos Aires: Prometeo Libros, p. 17-21, 2007.

ARENHART, Amabilia B. P. **Colcha de retalhos**: a costura de projetos de vida no coletivo da Ecos do Verde. Dissertação de mestrado. PPGCS – UNISINOS, São Leopoldo, 2006

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE LIMPEZA PÚBLICA E RESÍDUOS ESPECIAIS (ABRELPE). **Panorama dos resíduos sólidos no brasil**, Mimeo, 2006.

AVRITZER, Leonardo. Um paradigma para os movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 12, n.35, 1997.

\_\_\_\_\_; COSTA, Sérgio. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 47, nº 4, p. 703-728, 2004.

BARBIER, René. Sobre o imaginário. **Em aberto**, Brasília, ano 14. n. 61, jan./mar. 1994.

BARKER, Colin; LAVALETTE, Michael. Strategizing and sense of context: reflections on the first two weeks of the Liverpool docks lockout, September-October 1995. In: MEYER, David S.; WHITTIER, Nancy; ROBNETT, Belinda. **Social movements**: identity, culture and the state. New York: Oxford University Press, 2002.

BERGER, Peter L. e LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. Modernidad, pluralismo y crisis de sentido: ¿Qué necesidades humanas básicas de orientación deben ser satisfechas?. **Periódico Estudios Públicos**, n. 63, 1996.

BERNOUX, Philippe. **A sociologia das organizações**. Porto: RÊS Editora, s/d.



BIDONE, Francisco Ricardo Andrade. **Conceitos básicos de resíduos sólidos**. São Carlos: EESC/USP, 1999.

BLUMER, Herbert. A natureza do interacionismo simbólico. In: MORTENSEN, C. D. (Org). **Teoria da comunicação: textos básicos**. São Paulo: Mosaico, 1980.

BOEIRA, Sérgio L. **Coleta seletiva de lixo: o nó sistêmico** [2000]. Disponível em: <<http://www.imeveisvirtuais.com.br/lixo.htm>> Acesso em 18/10/2014.

BOTTI, Hope F. A marca reflexiva nos estudos organizativos. In: MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, p. 119-140, 2005.

BRASIL. Descrição sumaria da ocupação de catador de materiais recicláveis [2002]. **Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)**. Disponível em: <<http://www.mteco.gov.br/cbsite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>>. Acesso em: 21/09/2015.

\_\_\_\_\_. Lei N° 11.079, de 30 de dezembro de 2004. **Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública** [2004]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm)>. Acesso em 13/04/2015

\_\_\_\_\_. Decreto N° 5.940 de 25 de outubro de 2006. **Institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, e dá outras providências** [2006]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5940.htm)> Acesso em: 20/01/2016.

\_\_\_\_\_. Lei N° 11.445 de 11 de janeiro de 2007. **Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico** [2007]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm)> Acesso em: 17/08/2015.

\_\_\_\_\_. Lei N° 12.305 de 2 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos** [2010b]. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm)> Acesso em: 3/9/2010.

\_\_\_\_\_. Decreto N° 7.404 de 23 de dezembro de 2010. **Regulamenta a Lei no 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa, e dá outras providências** [2010]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7404.htm) Acesso em: 15/11/2013.

\_\_\_\_\_. Decreto N° 7.405 de 23 de dezembro de 2010. **Institui o Programa Pró-Catador, denomina Comitê Interministerial para Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis o Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo criado pelo Decreto de 11 de setembro de 2003, dispõe sobre sua organização e funcionamento, e dá outras providências** [2010a]. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7405.htm)>. Acesso em: 15/09/2011

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. Movimentos sociais e democracia: os dois lados das “fronteiras”. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 457-475, Set./Dez. 2008.

CABALLERO, Indira N. V. **Notas sobre o processo de ambientalização do lixo em Porto Alegre/RS**. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, Porto Seguro, Bahia, junho de 2008;

CARRION, Rosinha M. Competição e conflito em redes de economia solidária: análise do projeto de implantação da Central de Comercialização de Resíduos Sólidos de Porto Alegre (Brasil). **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, artigo 2, Dez. 2009.

CASTEL, Robert. **Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. As transformações da questão social. In BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria C. (Orgs). **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, p. 235-264, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. **As encruzilhadas do labirinto II: os domínios do homem**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 394-428, 1987.

\_\_\_\_\_. **A criação histórica: o projeto de autonomia**. Palmarinca. Porto Alegre, 1991;

\_\_\_\_\_. **As encruzilhadas do labirinto III: o mundo fragmentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. **As encruzilhadas do labirinto IV: a ascensão da insignificância**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CICLA BRASIL. **Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária prepara ações contra a incineração**. Disponível em: <http://ciclabrasil.blogspot.com.br/2013/01/observatorio-da-reciclagem-inclusiva-e.html>  
Acesso em 18/09/20105.

COMPROMISSO EMPRESARIAL PARA RECICLAGEM (CEMPRE). **Pesquisa Ciclosoft 2008**. Disponível em: < [http://cempre.org.br/ciclosft\\_2008.php](http://cempre.org.br/ciclosft_2008.php) >. Acesso em 17/08/2014.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Ciclosoft 2010**. Disponível em: <[http://cempre.org.br/ciclosft\\_2010.php](http://cempre.org.br/ciclosft_2010.php)>. Acesso em 5/10/2013.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa Ciclosoft 2012**. Disponível em: <[http://cempre.org.br/ciclosft\\_2012.php](http://cempre.org.br/ciclosft_2012.php)>. Acesso em 25/08/2013.

CONESUL SOLUÇÕES AMBIENTAIS. A coleta é seletiva, sim! **Jornal Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 11 de Novembro de 2009.

CONNET, Paul. Resíduos zero no Brasil. **Primeiro Seminário Resíduo Zero no Brasil**. São Paulo: Instituto Polis, 19 set. 2014.

CÓRDOVA, Rogerio de A. Imaginário social e educação: criação e autonomia. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n.61, jan./mar. 1994.

COSTA, Telmo C. **Pequena História da Limpeza Pública na Cidade de Porto Alegre**. Porto Alegre: DMLU, 1983.

CYTRYNOWICZ, Roney; CAODAGLIO, Ariovaldo. **Limpeza urbana na Cidade de São Paulo: uma história para contar**. São Paulo: Via Imprensa Edições de Arte, 2012.

DOMINGUES, José M. Vida cotidiana, história e movimentos sociais. **Dados Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 3, p. 461-490, 2003.

DEMO, Pedro. **O charme da exclusão social**. Campinas: Autores Associados, 2002.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE PORTO ALEGRE (DMLU). **Coleta seletiva de Porto Alegre é premiada pelo CEMPRE**, [2000]. Disponível em: < [http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p\\_secao=113](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p_secao=113)>. Acesso em: 16/05/2015.

\_\_\_\_\_. Novo modelo do sistema integrado de limpeza urbana de Porto Alegre. **Apresentação técnica** (mimeo), 2006.

\_\_\_\_\_. **Plano Municipal Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos (PMGIRS)** [2013]. Disponível em: <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p\\_secao=161](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p_secao=161)>. Acesso em: 24/10/2015.

\_\_\_\_\_. **Unidades de triagem**, [2013?]. <[http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p\\_secao=113](http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/default.php?p_secao=113)> Acesso em: 14/08/2015.

DUTRA, Luiz A. et al. **Combate a pobreza e resíduos sólidos: como o lixo pode ser instrumento de inclusão social** [2009]. Disponível em: <[http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/v\\_en/Mesa5/1.pdf](http://www.ecoeco.org.br/conteudo/publicacoes/encontros/v_en/Mesa5/1.pdf)>. Acesso em 17/08/2012.

EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA. **CATAFORTE** – Negócios sustentáveis em redes solidárias [2013] Disponível em: < <http://www.secretariageral.gov.br/iniciativas/procatador/CATAFORTE/edital/edital-1>>. Acesso em 21/01/2016.

EUROPEAN ENVIRONMENT AGENCY (EEA). **Managing municipal solid waste: a review of achievements in 32 European countries** [2013]. Disponível em: <http://www.eea.europa.eu/publications/managing-municipal-solid-waste> Acesso em 20/01/2014.

EIGENHEER, Emílio M. **Coleta Seletiva de Lixo: experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: ISER, 1993.

\_\_\_\_\_. **A história do lixo**. A limpeza urbana através dos tempos. Porto Alegre: Pallotti, 2009.

FARIA, José Henrique de. **Gestão Participativa – Relações de Poder e de Trabalho nas organizações**. São Paulo: Atlas, 2009.

FERRAZ, Lucimare; GOMES, Mara H. A. Uma existência precarizada: o cuidado da prole no trabalho de catação de material reciclável. **Revista Sociedade e Estado**, v. 27, n. 3, Set./Dez. 2012.

FERREIRA, Silvia. A questão social e as alternativas da sociedade civil no contexto das novas formas de governação. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 44, n. 1, p. 28-38, 2008.

FODDY, William. **Como perguntar: teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários**. Oeiras: Celta, 1996.

FÓRUM DE AÇÃO PELA COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA E RECICLAGEM DE SANTA CRUZ DO SUL (FACS). **Objetivos básicos do FACS**, [2011]. Disponível em: <<http://facrs.blogspot.com.br/2011/09/objetivos-basicos-do-facs.html>> Acesso em 30/09/2015.

FÓRUM LIXO E CIDADANIA. **O que é o Fórum Lixo e Cidadania**. Disponível em: <[http://www.lixo.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=155&Itemid=146](http://www.lixo.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=155&Itemid=146)> Acesso em 30/09/2015.

FRAGA, Lais. S.; WIRTH, Ioli G. Tecnologia Social na cadeia produtiva da reciclagem. **II Workshop Tecnologia Social e Políticas Públicas na América Latina**. Unicamp, Campinas –SP, 2011.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **¿Redistribución o reconocimiento?** A Coruña: Paideia, 2006.

FRIEDBERG, Erhard. **O poder e a regra: dinâmicas da ação organizada**. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

FRITSCH, Ivânea E. **Os resíduos sólidos e seus aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais**. Porto Alegre: DMLU, 2000.

GALEANO, Eduardo H. **Voces de nuestro tiempo**. Universidad de Costa Rica. San José: Editorial Universitaria Centroamericana, EDUCA, 1981.

GANDY, Matthew. **Recycling and the politics of urban waste**. London: Earthscan, 1994.

GAZETA DO SUL. **Mentalidade Seletiva**. Santa Cruz do Sul-RS, 15 de Abril de 2007.

\_\_\_\_\_. **Catadores fazem protesto pela gestão atual do lixo**. Santa Cruz do Sul-RS, 26 de Maio de 2009.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

\_\_\_\_\_. **Política, sociologia e teoria social**: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo. Fundação Editora da UNESP. São Paulo, 1998.

GOBO, Giampietro. O projeto de pesquisa nas investigações qualitativas. In: MELUCCI, Alberto (org.). **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, p. 91-115, 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 5 ed. São Paulo: Loyola, 2006.

\_\_\_\_\_. Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina. **Caderno CRH**, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008.

GONÇALVES, Pólita. **A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos**. Série Economia Solidária, n. 5. Rio de Janeiro, DP&A, Fase, 2003.

GONÇALVES-DIAS, Sylmara L. F. et al. Frames de ação coletiva: uma análise da organização do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis no Brasil – MNCR. Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional **Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Florianópolis: UFSC, 2010.

GONÇALVES, Pólita. **A reciclagem integradora dos aspectos ambientais, sociais e econômicos**. Série Economia Solidária, n. 5. Rio de Janeiro, DP&A, Fase, 2003.

GOUVEIA, Nelson. Resíduos sólidos urbanos: impactos socioambientais e perspectiva de manejo sustentável com inclusão social. **Ciência & Saúde Coletiva**, 17(6):1503-1510, 2012.

GRIMBERG, Elisabeth. **Coleta seletiva com inclusão social**: Fórum Lixo e Cidadania na cidade de São Paulo – experiências e desafios. São Paulo: Instituto Pólis, 2007.

HECK, Alberto João. Coleta Seletiva: para além do debate público. **Jornal Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul-RS, 10 de novembro de 2009.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Ed. 34, 2003.

\_\_\_\_\_. La justicia social en la era de la política de la identidad: redistribución, reconocimiento y participación. In. FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **¿Redistribución o reconocimiento?** A Coruña: Paideia, 2006.

\_\_\_\_\_. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. **Civitas**, v. 8, n° 1, p. 46-67, jan.-abr. 2008a.

IANNI, Octavio. A questão social. **Revista USP.**, p. 145-154, set./ out./ nov., 1989.

IASI, Mauro. **Questão social, políticas públicas e a questão da gestão**. [2009]. Disponível em: <<http://www.metodista.br/gestaodecidades/publicacoes/artigos/questao-social-politicas-publicas-e-a-questao-da-gestao/>>. Acesso: 07/12/ 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico** [2008]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008>>. Acesso: 15/08/ 2010.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONOMICAS APLICADAS (IPEA). **Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para a gestão de resíduos sólidos**. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: [http://www.mma.gov.br/estruturas/253/\\_arquivos/estudo\\_do\\_ipea\\_253.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/253/_arquivos/estudo_do_ipea_253.pdf) Acesso em 13/06/2015.

\_\_\_\_\_. **Diagnóstico sobre os catadores de resíduos sólidos**. Brasília: IPEA, 2011.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional dos Resíduos Sólidos, Diagnóstico dos resíduos urbanos, agrosilvopastoris e a questão dos catadores**. Brasília: IPEA, n. 145, 2012.

\_\_\_\_\_. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**. Brasília: IPEA, 2013.

JACOBI, Pedro R e BESEN, Gina R. **Gestão de Resíduos Sólidos na região metropolitana de São Paulo**, avanços e desafios. São Paulo em Perspectiva, v. 20, n. 2, p. 90-104, abr./jun. 2006,

JANDREY, Fagner A. Breve relato histórico da organização dos catadores e catadoras de materiais recicláveis em Santa Cruz do Sul – RS/Brasil. In: CAMARGO, Ieda de. **Sociedade atual: nós e o outro**. Santa Cruz do Sul: LupaGraf. p. 155-167, 2013.

KAUCHAKJE, Samira. Solidariedade política e constituição de sujeitos: a atualidade dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 3, p. 667-696, set./dez. 2008.

LAVALLE, Adrián G. Sem pena, nem glória; a sociedade civil nos anos 90. **Novos Estudos**, CEBRAP, n° 66, p. 91-109, jul. 2003.

\_\_\_\_\_. HOUTZAGER, Peter; CASTELLO, Graziela. Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, v. 21, n. 60, p. 44-66, fev. 2006.

LAYARGUES, Philippe P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: LOUREIRO, F.; LAYARGUES, P.; CASTRO, R. (Orgs.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, p. 179-220, 2002.

LIMA, Jacob C. **Cooperativas de reciclagem de lixo no Brasil: a autogestão da pobreza (versão preliminar)**. Mimeo, 2015.

LIXO, esperança dos pobres. **Correio do Povo**. Porto Alegre, p. 11-12, 12 jun. 1960.



LUTA contra lei anticatador em Porto Alegre, [2009]. Disponível em: <[http://www.mncr.org.br/box\\_2/noticias-regionais/luta-contra-lei-anti-catador-em-porto-alegre-2013-rs](http://www.mncr.org.br/box_2/noticias-regionais/luta-contra-lei-anti-catador-em-porto-alegre-2013-rs)>. Acesso em 15/07/2012.

LOPES, José Rogério; MÉLO, José Luiz Bica de. Democracia, desigualdades e direitos desterritorializados: um esboço da questão. **Ciências Sociais Unisinos**, Vol. 44, nº 1, p. 5-12, jan./abr. 2008.

LUCKMANN, Thomas. **Personal identity as a sociological category**, [2006]. Disponível em: <<http://www.scienzepostmoderne.org/OpereComplete/LuckmannThomasPersonalIdentitySociologicalCategory.pdf>>. Acesso em 23/03/2015.

MAGERA, Márcio C. **Os Empresários do Lixo: um paradoxo da modernidade: uma análise interdisciplinar da questão das cooperativas de reciclagem de lixo**. Campinas, SP: Ed. Átomo, 2003.

MAMMARELLA, Rosetta. **Práticas coletivas e autonomia num movimento popular urbano: o caso da Vila Santo Operário 1979-1990**. Dissertação de Mestrado, Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

MARQUES, Ana Maura Tomesani. **As políticas de limpeza urbana em São Paulo**. São Paulo, SP: [s.n], 2005. Dissertação de mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

MARTINS, Clítia Helena B. **Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento**. Porto Alegre, RS, Teses FEE n. 5, 2005.

MAYER, Ricardo. **Hierarquia, igualdade e diferença: Lutas por reconhecimento no sul do Brasil**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Orientador: Prof. Dr. Raúl Enrique Rojo. Porto Alegre: UFRGS, 2005.

MEAD, George H. **Espiritu, persona e sociedad**. Buenos Aires: Paídos, 1953.

MEDEIROS, Luiza F. R.; MACÊDO, Kátia B. Profissão catador de material reciclável: Entre o viver e o sobreviver. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 2, p. 72-94, mai-ago 2007.

MELUCCI, Alberto. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. Centro de Estudios Sociológicos: Ciudad del Mexico, 1999.

\_\_\_\_\_. **A invenção do presente**. Petrópolis RJ: Editora Vozes, 2001.

\_\_\_\_\_. **O jogo do eu: a mudança de si em uma sociedade global**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

\_\_\_\_\_. **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.



MEYER, David S. Opportunities and identities: bridge-building in the study or social movements. In: MEYER, David S.; WHITTIER, Nancy; ROBNETT, Belinda. **Social movements: identity, culture and the state**. New York: Oxford University Press, 2002.

MICHELOTTI, Fernando C. **Catadores de “lixo que não é mais lixo”**: Um estudo da dimensão do reconhecimento social a partir de sua experiência de organização coletiva no Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado, PPGS – UFRGS. Porto Alegre, 2006;

MINISTÉRIO DAS CIDADES (MC). **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos** [2010]. Disponível em: <<http://www.snis.gov.br>> Acesso em: 30/01/2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Comitê interministerial para inclusão social e econômica dos catadores de materiais recicláveis** [2013]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/residuos-solidos/catadores-de-materiais-reciclaveis/comite-interministerial-para-inclusao-dos-catadores>> Acesso em: 22/09/2013.

MIURA, Paula. O.; SAWAIA, Bader. B. Tornar-se catador: sofrimento ético-político e potência de ação. **Psicologia & Sociedade**, 25(2), 331-34, 2013.

MONTAÑO, Carlo. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2003.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). **Cartilha de formação**. São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **História do MNCR**. São Paulo, [2008]. Disponível em: <[http://www.mnrc.org.br/box\\_1/sua-historia](http://www.mnrc.org.br/box_1/sua-historia)>. Acesso em 26/04/2013.

\_\_\_\_\_. **A crise financeira e os catadores de materiais recicláveis. Mercado de trabalho conjuntura e análise**, Brasília: IPEA, n. 41, 2009.

\_\_\_\_\_. Destinação de Resíduos Sólidos. **Jornal Gazeta do Sul**. Santa Cruz do Sul, 4 novembro 2009a.

\_\_\_\_\_. **Diagnóstico da situação dos resíduos em Santa Cruz do Sul**. Santa Cruz do Sul, 2009b. Apresentação realizada no Fórum de Ação pela Coleta Seletiva Solidária.

\_\_\_\_\_. **MNCR ocupa secretaria em luta por orçamento para a coleta seletiva**, [2009c]. Disponível em <[http://www.mnrc.org.br/box\\_2/noticias-regionais/mnrc-ocupa-secretaria-em-luta-por-orcamento-para-coleta-seletiva](http://www.mnrc.org.br/box_2/noticias-regionais/mnrc-ocupa-secretaria-em-luta-por-orcamento-para-coleta-seletiva)>. Acesso em 20/10/2011.

\_\_\_\_\_. **Programa de capacitação socioassistencial dos catadores de Gravataí**. Gravataí, 2009d.

\_\_\_\_\_. **Cartilha de formação #1: Caminhar é resistir**. 2.ed. São Paulo, 2010.

\_\_\_\_\_. **Cartilha de formação #2: Se unir é reciclar**. 2 ed. São Paulo, 2010a.

\_\_\_\_\_. **De catador para catador:** jornal do MNCR, [2010b]. Disponível em <[http://www.mnccr.org.br/box\\_3/publicacoes-on-line/de-catador-para-catador-4-2010](http://www.mnccr.org.br/box_3/publicacoes-on-line/de-catador-para-catador-4-2010)>. Acesso em 23/06/2014.

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Resíduos e o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. In: JARDIM, Arnaldo; YOSHIDA, Consuelo; MACHADO Fl., José Valverde (orgs.) **Política Nacional, Gestão e Gerenciamento de Resíduos Sólidos**. Barueri, SP: Manole, 2012.

\_\_\_\_\_. **Catadores e catadoras de Uruguaiana garantem conquistas históricas na Fronteira Oeste**, [2013]. Disponível em <<http://www.mnccr.org.br/noticias/noticias-regionais/catadores-e-catadoras-de-uruguaiana-garantem-conquistas-historicas-na-fronteira-oeste>>. Acesso em 19/09/2015.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Investimento na Reciclagem Popular: PRONAREP**. Belo Horizonte, 2014b.

\_\_\_\_\_. **Cartilha de formação:** reciclagem popular. Porto Alegre, 2015c.

\_\_\_\_\_. **Reciclagem popular**, [2015d]. Disponível em <<http://www.mnccr.org.br/setores/reciclagem-popular>>. Acesso em 28/10/2015.

NARDI, Henrique C. A genealogia do indivíduo moderno e os suportes sociais da existência. **Psicologia & Sociedade**; v. 14, n. 1, p. 141-146, jan./jun., 2002.

NAVARINI, Gianmarco. Práticas de pesquisa em sociologia clínica. In: MELUCCI, Alberto (org.). **Por uma sociologia reflexiva:** pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, p. 164-188, 2005.

NERESINI, Frederico. Pesquisa qualitativa e simulação. In: MELUCCI, Alberto (org.). **Por uma sociologia reflexiva:** pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, p. 67-90, 2005.

O SUL. Diretor do DMLU afirma que atual modelo de limpeza urbana está esgotado. **Caderno de Reportagem**, Porto Alegre-RS, 22 de novembro de 2005.

OLIVEIRA, Cristiano B. **A questão social da reciclagem:** um estudo sobre reflexividade, desigualdade e articulação de redes sociopolíticas no Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado, PPGCS-PUCRS. Orientador: Prof. Dr. Emil Albert Sobottka. Rio Grande do Sul, 2010.

\_\_\_\_\_. O projeto Cataforte/RS no contexto da questão social da reciclagem. In: ZEELAND, Angelique van. **Cataforte/RS:** Fortalecimento do associativismo e cooperativismo dos catadores de materiais recicláveis. São Leopoldo: Oikos, 2013.

\_\_\_\_\_. A igualdade através da diferença e as estratégias de reconhecimento do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MCNR). **Ágora**. Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 1, p. 132-143, jan./jun. 2015.

PARRA, Federico. Propuesta de análisis de la política pública afín al manejo integral de residuos sólidos y su impacto en la población recicladora em Bogotá. In: En Toro, C. &

Marquardt, B. **Quince Años de la Política Ambiental en Colombia**. Colombia: Universidad Nacional de Colombia, 2010, p. 133-162.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria de “questão social” em debate**. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, Júlia C. S. Qualidade de vida dos catadores de materiais recicláveis: um estudo etnográfico. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 6, n. 14, p. 159-177, mai./ago. 2012.

PEREIRA, Maria C. G.; TEIXEIRA, Marco A. C. A inclusão de catadores em programas de coleta seletiva: da agenda local à nacional **Cad. EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, artigo 10, Rio de Janeiro, Set. 2011.

PINHEIRO, L. R. et al. Sujeitos, Políticas e Educação Ambiental na Gestão de Resíduos Sólidos. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 535-556, abr./jun. 2014

PORTO ALEGRE. Lei nº 10.531 de 10 de setembro de 2008. **Institui Programa de Redução Gradativa de Veículos de Tração Animal e de Tração Humana**. Disponível em: < <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/500512/lei-10531-08-porto-alegre-rs>>. Acesso em: 17/09/2013.

PROGRAMA NACIONAL DE INVESTIMENTO NA RECICLAGEM POPULAR – PRONAREP. Mimeo, 2014.

RAFFIN, Enio N. **Máfia do lixo: al kartell**, 1ª. Edição. Porto Alegre, Coleção Limpeza Pública no Brasil, 2004.

RANCI, Constanzo. Relações difíceis: a interação entre pesquisadores e atores sociais. In: MELUCCI, Alberto (org.). **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultura**. Petrópolis: Vozes, p. 43-66, 2005.

REDE COLETA SOLIDÁRIA. **Quem somos?** [2016]. Disponível em: <[https://www.facebook.com/Rede-Coleta-solidaria-Vale-do-Rio-Gravata%C3%AD-1520872094821422/info/?tab=page\\_info](https://www.facebook.com/Rede-Coleta-solidaria-Vale-do-Rio-Gravata%C3%AD-1520872094821422/info/?tab=page_info)>. Acesso em: 21/01/2016.

RELATÓRIO final. **Projeto CATAFORTE/RS**. Porto Alegre, 2012.

RIBEIRO, Luiz C. S. et al. Aspectos econômicos e ambientais da reciclagem: um estudo exploratório nas cooperativas de catadores de material reciclável do Estado do Rio de Janeiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, 24(1), p. 191-214, jan./abr. 2014

RODRIGUEZ, César. À procura de alternativas econômicas em tempos de globalização: o caso das cooperativas de recicladores de lixo na Colômbia. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver os caminhos, da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 329-367.

RODRÍGUEZ, Darío M.; TORRES, Javier. Autopoiesis, la unidad de uns diferencia: Luhmann y Maturana. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 9, p. 106-140, jan./jun. 2003;

ROLNIK, Raquel. **Suécia tem cidade sem lixo**. Agência FAPESP [2011]. Disponível em: <http://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=suecia-cidade-sem-lixo> Acesso em 25/09/2013.

ROSA, Alexandre R.; MENDONÇA, Patrícia. Movimentos sociais e análise organizacional: explorando possibilidades a partir da teoria dos frames e oportunidades políticas. **O&S**, Salvador, v.18, n.59, p. 643-660, out./dez., 2011.

ROSENFELD, Cínara L. A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo-sociedade. **Civitas**, v. 3, n. 2, p. 395-415, jul./dez., 2003.

RUTKOWSKI, Jacqueline E. A reciclagem dos resíduos sólidos urbanos no Brasil: desafios e oportunidades para ampliação. Anais do **XI Seminário Nacional de Resíduos Sólidos**, 2014.

SANTA CRUZ DO SUL. Lei municipal Nº 6026, 31 de Agosto de 2010. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br>>. Acesso em 17/03/2014.

SAUL, Renato P. Questão social e ciência da sociedade. **Ciências Sociais Unisinos**, v. 38, n. 160, p. 11-46, 2002.

SAWAIA, Bader B. (org). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília-DF, v. 21, p.109-130, 2006.

\_\_\_\_\_. Redes de movimentos sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória? **Cadernos CRH**. v. 21, n. 54, p. 505-517, 2008.

SCHULZ, Rosângela M. Associações de trabalho e renda: novos espaços de democratização no Brasil. **Pensamento Plural**. Pelotas, v., p. 143 - 158, julho/dezembro 2007.

SCRIBANO, Adrian. Reflexiones sobre una estrategia metodológica para el análisis de las protestas sociales. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 05, nº. 9, p. 64-104, jan/jun, 2003.

SILVA, Eliane S.; ROSADO, Rosa M. **Gestão integrada de resíduos sólidos urbanos em Porto Alegre/RS e os catadores?** Disponível em: <[http://egal2009.easyplanners.info/area08/8160\\_Rosado\\_Rosa\\_Maris.pdf](http://egal2009.easyplanners.info/area08/8160_Rosado_Rosa_Maris.pdf)>. Acesso em 21/09/2013.

SILVA, Marcelo K., MICHELOTTI, Fernando C. Conflitos por reconhecimento na modernidade periférica entre a igualdade e a distinção. **Política & Sociedade**. Nº 14 – abril de 2009.

SILVEIRA, Rosí Cristina Espindola da. **Rede de Reciclagem de Papel a partir de Santa Cruz do Sul (RS)**. Santa Cruz do Sul: [s.n.], 2000. Dissertação de mestrado. Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul.

SILVEIRA, Diônifer Alan da. **A reciclagem de resíduos sólidos na região do vale do Rio do Pardo e seus discursos**: uma questão ambiental, social, econômica e política. Santa Cruz do Sul: [s.n.], 2010. Dissertação de mestrado. Desenvolvimento Regional. Universidade de Santa Cruz do Sul.

SINGER, Paul; SOUZA, A. R. de (Orgs.). **A Economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_.; SAAVEDRA, Giovani A. **Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth**. *Civitas*, v. 8, n° 1, p. 9-18 jan.-abr. 2008.

SOSNISKI, Cristina. **Repensando fronteiras entre o lixo e o corpo**: estudo etnográfico sobre o cotidiano de recicladores, catadores e carroceiros na Ilha Grande dos Marinheiros. Dissertação de Mestrado em Antropologia. UFRGS, Porto Alegre, 2006.

SOUZA, Maria A.; SILVA, Mônica M. P.; BARBOSA, Maria F. N. Os catadores de materiais recicláveis e sua luta pela inclusão e reconhecimento social no período de 1980 a 2013. **Revista Monografias Ambientais – REMOA**, v.13, n.5, p.3998-4010, dez. 2014.

STREB, Cleci S. e BARBOSA, Sônia R. C. S. **Coleta informal de resíduo e reciclagem**: suas interfaces com as questões energéticas, sociais e ambientais da modernidade. Trabalho apresentado no GT06: Energia e Meio Ambiente no II Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), Indaiatuba, São Paulo, 26 a 29 de maio de 2004.

STRECK, Danilo R.; EGGERT, Edla; SOBOTTKA, Emil A (orgs). **Dizer a sua palavra**: educação cidadã, pesquisa participante, orçamento público. Pelotas: Seiva, 2005.

\_\_\_\_\_. Pesquisar é pronunciar o mundo. In: STRECK, Danilo R.; EGGERT, Edla; SOBOTTKA, Emil A (orgs). **Dizer a sua palavra**: educação cidadã, pesquisa participante, orçamento público. Pelotas: Seiva, 2005a.

TARROW, Sidney. **Poder em movimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

TEIXEIRA, Karla M. D. Trabalho e perspectivas na percepção dos catadores de materiais recicláveis. **Psicologia & Sociedade**, 27(1), 98-105, 2015

TERRAGNI, Laura. A pesquisa de gênero. In: MELUCCI, Alberto (org.). **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura. Petrópolis: Vozes, p. 141-163, 2005.

TOURAINÉ, Alain. **El sujeto**: un nuevo paradigma para comprender el mundo de hoy. Buenos Aires: Paidós, 2006.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME – UNEP. **Towards a Green Economy**: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication - A Synthesis for Policy Makers [2011]. Disponível em: <[http:// www.unep.org/greeneconomy](http://www.unep.org/greeneconomy) >. Acesso em 13/10/2011.

VÉRAS, Maura P. B. Exclusão social: um problema de 500 anos. Notas preliminares. In: SAWAIA, Bader B. (org). **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. Petrópolis: Vozes, 2002.

VIALLI, Andrea. **Brasil aumenta em 6,8% geração de lixo, mas coleta seletiva só cresce 1,6%**. [2011]. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-aumenta-em-6-8-geracao-do-lixo-mas-coleta-seletiva-cresce-so-1-6-imp-,710666>>. Acesso em 21/12/2015.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. A questão social no contexto da globalização: o caso latino-americano e o caribenho. In BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria C. (Orgs). **Desigualdade e a questão social**. 3.ed. São Paulo: Educ, p. 51-162, 2004.

\_\_\_\_\_. O enigma do social. . In BELFIORE-WANDERLEY, Mariângela; BÓGUS, Lucia; YAZBEK, Maria C. (Orgs). **Desigualdade e a questão social**. 2.ed. São Paulo: Educ, p. 163-234, 2000.

WELLER, Wivian. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos, **Sociologias**, n.13, p. 260-300, 2005.

WERLE, Denílson L. e MELO, Rúrion S. Introdução: teoria crítica, teorias da justiça e a “reatualização” de Hegel. In: HONNETH, Axel. **Sofrimento por indeterminação: uma reatualização da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Esfera Pública, 2007.

WIRTH, Ioli G. **Resíduos sólidos: geração de trabalho e renda**.. Santa Cruz do Sul, 2013. Apresentação feita durante a I Conferência Regional de Meio Ambiente do Vale do Rio Pardo.

WIRTH, Ioli G.; OLIVEIRA, Cristiano B. A PNRS e os modelos de gestão. In: IPEA. **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. Brasília: IPEA, 2015. No prelo.

ZEELAND, Angélique van. **Cataforte/RS: Fortalecimento do associativismo e cooperativismo dos catadores de materiais recicláveis**. São Leopoldo: Oikos, 2013.

ZERO HORA. **Diretor diz que DMLU está em dificuldades**. Porto Alegre-RS. 22 de novembro de 2005.



**ANEXO – LISTA DE ATAS, RELATOS E RELATÓRIOS DE REUNIÕES DO MNCR**

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS (MNCR). **Relato da reunião da equipe de articulação estadual do MNCR/RS.** Porto Alegre, 24 agosto 2007a.

\_\_\_\_\_. **Relato da reunião da equipe de articulação estadual do MNCR/RS.** Porto Alegre, 05 outubro 2007b.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Seminário Conquistas e Avanços na Cadeia Produtiva dos Materiais Recicláveis pelos Catadores.** Porto Alegre, 2009e.

\_\_\_\_\_. **Relato da reunião do MNCR de Santa Cruz do Sul.** Santa Cruz do Sul, 26 fevereiro 2013a.

\_\_\_\_\_. **Relato da Reunião da Coordenação Estadual do MNCR/RS.** Santa Cruz do Sul, 30 out. e 1 nov. 2014.

\_\_\_\_\_. **Reunião da comissão da articulação nacional com a comissão de articulação do RS.** Porto Alegre, 10 março 2014a.

\_\_\_\_\_. **Ata da reunião da Comissão Nacional do MNCR.** Belo Horizonte, 23 e 24 junho 2015.

\_\_\_\_\_. **Ata da reunião ordinária da Rede Catapoa.** Porto Alegre, 15 julho 2015a.

\_\_\_\_\_. **Ata da reunião do Comitê Malvina Tavares.** Santa Cruz do Sul, 25 setembro 2015b.

\_\_\_\_\_. **Relato reunião do Comitê Malvina Tavares.** Cachoeira do Sul, 15 maio 2015e.

\_\_\_\_\_. **Relato da reunião do Comitê Malvina Tavares.** Rio Pardo, 24 julho 2015f.

\_\_\_\_\_. **Relato da reunião do Comitê Malvina Tavares.** Cachoeira do Sul, 23 out. 2015g.

\_\_\_\_\_. **Relato das reuniões setembro/outubro de 2015 do Comitê Sepé Tiaraju.** Gravataí, 2015h.

\_\_\_\_\_. **Relato da reunião de Coordenação Estadual do MNCR/RS.** Viamão, 10 e 11 abril 2015i.

\_\_\_\_\_. **Relato da reunião de Coordenação Estadual MNCR/RS.** Viamão, 06 novembro 2015j.

\_\_\_\_\_. **Relato da reunião dos militantes do MNCR de Santa Cruz do Sul.** Santa Cruz do Sul, 01 abril 2015k.

\_\_\_\_\_. **Memória de reunião do MNCR de Santa Cruz do Sul.** Santa Cruz do Sul, 06 julho 2015l.



\_\_\_\_\_. **Relato da reunião do MNCR de Santa Cruz do Sul.** Santa Cruz do Sul, 20 agosto 2015m.

\_\_\_\_\_. **Relato da reunião do MNCR de Santa Cruz do Sul.** Santa Cruz do Sul, 04 setembro 2015n.